UFBA\LNCC\UNEB\UEFS\IFBA\SENAI-CIMATEC\FACED\IHAC
Universidade Federal da Bahia
Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC/MCT
Universidade Estadual da Bahia
Universidade Estadual de Feira de Santana
Instituto Federal da Bahia
SENAI/CIMATEC
Faculdade de Educação – FACED – UFBA – Sede
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC – UFBA – Co-promotor

Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento

LUCIANA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MARTINS

HISTÓRIA PÚBLICA DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária

Salvador - Bahia
Março de 2017

LUCIANA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MARTINS

HISTÓRIA PÚBLICA DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Difusão Social do Conhecimento.

Orientadora: Prof.ª Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Co-orientador: Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Salvador - Bahia

Março de 2017

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB

M379 Martins Luciana Conceição de Almeida
História Publica do Quilombo Cabula: Representações de resistência em museu virtual 3D aplicada a mobilização do turismo de base comunitária / Luciana Conceição de Almeida Martins – 2017.
311f. : il.

Orientadora Francisca de Paula Santos da Silva
Tese (Doutorado Multi-Institucional e Muldisciplinar em Difusão do Conhecimento. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação da Bahia

1. História Publica 2. Quilombo Cabula 3.Museu Virtual 4. Turismo de Base Comunitária

CDD 909

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Tese para fins acadêmicos, desde que seja citada a fonte.

HISTÓRIA PÚBLICA DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária.

LUCIANA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MARTINS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do título de doutora em difusão social do conhecimento, a ser avaliada pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Profa. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva – orientadora, UNEB

Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta – co-orientador, UNEB

Profa. Dra. Maria Inês Corrêa Marques – UNEB/DMMDC

Prof. Dr. André de Almeida Rego - UFSB

Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura – UFBA

Profa. Dra. Janice de Sena Nicolin - Associação Artístico-Cultural Odeart.

Profa. Dr. Joaquim Manuel Costa Ramos de Carvalho – UC

Salvador, 23 de março de 2017

A minha família. Meu marido Adriano Mascarenhas pelo apoio, parceria, amor e dedicação. Aos meus filhos Isis e Guilherme por me fazer experimentar o amor incondicional, e por compreenderem a ausência da mãe até esse momento. Ao meu pai intelectual que me iniciou na vida acadêmica e continua a me acompanhar.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado do esforço e contribuição de muitas pessoas, que direta ou indiretamente foram fundamentais para tornar possível essa produção. Não poderia deixar de agradecer, em primeira instância, a Jesus Cristo, base fundamental da minha crença, energia que me impulsionou a continuar mesmo nos momentos de angústia e lamúria. Força maior, luz que me guiou durante todo esse caminhar, fonte a qual recorri nos inúmeros momentos de instabilidade, ansiedade e busca de conhecimento. Em troca, me concedeu força, perseverança, paciência e colocou em meu caminho pessoas muito especiais.

Agradeço a família, da qual tenho muito orgulho, pois é a fonte do meu aprendizado e exemplo maior. Destaco aqui minha mãe Silvia Martins, com sua doçura, paciência para escutar minhas reflexões e por tanta demonstração de amor e cuidado comigo e meus filhos. Meu pai Antônio Martins, pela dedicação, integridade e esforço em oferecer a melhor educação. Meu primo Mário César Portela, por ter me ajudado a visualizar como ficaria essa desafiadora proposta em desenvolver um museu virtual.

A minha filha Isis Mascarenhas, que nasceu em meio ao processo de defesa do mestrado e cresceu durante esses anos de doutorado. Ao meu filho Guilherme Mascarenhas que, da mesma forma, cresceu ouvindo a mãe falar em trabalho, tese e leituras.

Ao meu marido Adriano Mascarenhas, que me dedicou todo apoio, amor, companheirismo e ainda ajudou na elaboração dos mapas desta tese. Seu conhecimento e prática como cartógrafo associado ao domínio da geografia local foram imprescindíveis para este estudo.

Aos incríveis pesquisadores Rosara Lopes e Urano Andrade, que contribuíram com ricos diálogos sobre o Período Colonial, solidariedade no compartilhamento das fontes manuscritas, experiência nos arquivos e, principalmente, no caso específico de Rosara, nas transcrições de todos os documentos manuscritos utilizados para produção desta tese.

Soma-se a essa equipe de historiadores/pesquisadores qualificados os meus alunos Carlos Augusto Fiúza, exímio pesquisador de iniciação científica que se dedicou com maestria na etapa das entrevistas com antigos moradores do Cabula, demonstrando a perspicácia de um investigador. A aluna Natália Góes Dias, nome que ainda ficará conhecido no campo da história, porque é simplesmente uma excelente pesquisadora. Contribuiu intensamente na pesquisa, investigou a fundo o que foi possível perante o prazo, foi coautora nas etapas de *redesign* do museu e tem uma energia, vontade de conhecer, discutir e problematizar sobre os temas históricos que é admirável.

Há, como sou grata ao meu gracioso, problematizador, parceiro de produção e dedicado ex-aluno Denys Harmony. Na verdade, durante esse processo eu fui sua aluna nos assuntos relacionados a crença de matriz africana, e como aprendi com os diálogos, que ficavam mais ricos quando tínhamos a presença da grande amiga professora querida Ialmar Leocádia Vianna.

As minhas parceiras e coautoras do museu, moradoras antigas da localidade que me acolheu em seus lares com tanto carinho, generosidade e afeto. D. Itana Maria Ribeiro das Neves, D. Elenice Oliveira da Conceição (D. Nicinha), D. Gildete Santos de Jesus (Dona Dadá), D. Juciara Brito de Oliveira Souza e D. Geurena Passos Santos. Aos senhores João Bispo Cerqueira e Luiz Nepomuceno de Jesus.

A toda equipe da Sotero tech, em especial Fernando Cruz e Mariano Maia, que executaram com maestria e dedicação toda a parte técnica/tecnológica desse museu. O que foi pensado e projetado essa equipe tornou possível.

Aos amigos/colegas que conquistei graças ao espaço acadêmico da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), André Luís Lima Freire (LEV), André Rego (BA), Neivalda Oliveira e Ialmar Leocádia Vianna. Pelos longos e profícuos debates e construções colaborativas. Sou grande admiradora e sinto orgulho em poder compartilhar da amizade e trocas de saberes com essa equipe de historiadores experientes.

Agradeço por conviver e batalhar junto com as amigas Helaine Souza, Iala Queiroz, Ivana Carolina e Katiane Alves, as pesquisadoras sobre o Cabula da UNEB e DMMDC. Solidariedade é a palavra chave para nossa relação dialógica e construtiva. Não posso deixar de incluir as amigas e parceiras Cristina Santiago, referência na metodologia DBR, Sueli Cabalero e Josefa Lima que colaborou com o museu ao compartilhar seu mais nobre trabalho de produção, a rádio web do Colégio Estadual Governador Roberto Santos.

Aproveito para agradecer a esses locutores incríveis, Emerson Caldas, Silvoney Cunha, Wesley Souza, Henrique Freitas, Marcelo Oliveira, Matheus Oliveira, Mateus Neves, Crislane Conceição, Anderson Neves e Thiago que deram vozes aos personagens históricos do Cabula. Alunos do Colégio Estadual Governador Roberto Santos – Cabula, que continuam fazendo a diferença na educação pública a partir de um projeto iniciado, orientado e estudado na tese de doutorado de Josefa Lima

Aos grupos de pesquisas dos quais faço parte e cujo aprendizado e trocas são constantes: REDE, SSEETU da UNEB e escravidão e invenção da liberdade (UFBA).

Ao amigo, geógrafo, Ricardo Augusto Machado que contribuiu com importantes reflexões de cunho teórico-metodológico e com dados imprescindíveis correspondentes a sua área de conhecimento. Também sou grata ao amigo Valdízio Soares, com seu inglês impecável.

As gestoras dos Colégios que trabalho, Eliete do Colégio Estadual Duque de Caxias e, em especial, o apoio de Kátia Filardi do Colégio Estadual Alberto Santos Dumont.

A Maria Rita Santos (Ritinha), um anjo que apareceu nos momentos finais do doutorado e me ajudou com todos os ajustes da tese. Obrigada por todo apoio.

Aos doutores e doutoras membros da banca examinadora, que se dispuseram a participar, avaliar e contribuir com essa tese.

Ao meu co-orientador Alfredo E. R. Matta, agradeço e agradecerei eternamente. Nem posso chamá-lo de co-orientador porque sua postura, dedicação, cuidado, orientação e rigor são ações e sentimentos próprios de um pai intelectual. A essa minha referência dedico todo esse trabalho.

Para finalizar, expresso o meu mais profundo agradecimento a minha orientadora, que contribuiu significativamente para a concretização desse trabalho. A paixão com que a professora Dra. Francisca de Paula expressa em trabalhar com as comunidades do Cabula suplanta a dedicação e compromisso profissional, é uma missão de vida. Eu, como residente dessa localidade, me sinto realizada em ter desenvolvido esse trabalho sob sua orientação.

MARTINS. Luciana Conceição de Almeida. História Pública do quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. 311f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

A tese intitulada HISTÓRIA PÚBLICA DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária prima pela proposta de aprofundamento, fundamentação e construção do conhecimento sobre a história pública da localidade do Cabula, em especial, na fase em que era quilombo. O objetivo foi desenvolver uma mediação na forma de Museu Virtual 3D do histórico quilombo do Cabula e das suas relações de resistência negra, integrada à proposta de mobilização do Turismo de Base Comunitária. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, pois agrega a) pesquisa historiográfica embasada na dimensão da história pública com abordagem social; b) a contribuição dos saberes de comunitários que residem nas localidades que integram o projeto de turismo de base comunitária e c) tecnologia da informação e comunicação, representada pela proposta de desenvolvimento do museu virtual como elemento mediador do conhecimento. A metodologia adotada foi o Design Based Research - DBR, que tem como princípio a práxis, a interdisciplinaridade e a resolução de problemas. Os resultados apresentados, como o design cognitivo, a modelagem, o desenvolvimento do museu e análise da aplicação, confirmam a tese proposta de que o museu virtual em 3D, ancorado em princípios do dialogismo, socioconstrutivismo e com posicionamento de aplicabilidade da história, contribui para mediar conhecimentos entre públicos mais amplos e saberes históricos antes restritos ao meio acadêmico.

Palavras-chave: Quilombo do Cabula. História Pública. Museu Virtual. Turismo de Base Comunitária.

MARTINS. Luciana Conceição de Almeida. Public History of representations of resistance in 3D virtual museum applied to the mobilization of community-based tourism. 311f. il. 2017. PhD Thesis – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

The thesis titled PUBLIC HISTORY OF QUILOMBO DO CABULA: representations of resistance in 3D virtual museum applied to the mobilization of community-based tourism is distinguished by the proposal of deepening, foundation and construction of knowledge about the public history of the locality of Cabula, especially in the phase in which It was a Quilombo. The objective was to develop mediation in the form of 3D Virtual Museum of Cabula's historical Quilombo and its relations of black resistance, integrated to the proposal of mobilization of Community-based Tourism. It is an interdisciplinary research because it adds a) historiographical research based on the dimension of the public history with social approach; b) the contribution of community knowledge of people which resid in the localities that integrate the community-based tourism project; and c) Information and Communication Technology, represented by the virtual museum development proposal as a mediating element of knowledge. The methodology adopted was the Design Based Research (DBR), which is based on praxis, interdisciplinarity and problem solving. The results presented, such as cognitive design, modeling, museum development and application analysis, confirm the thesis proposal that the 3D virtual museum, anchored in principles of dialogism, socioconstrutivism and with a positioning of the applicability of history, helps to mediate the Knowledge among broader audiences and historical knowledge previously restricted to the academic community.

Keywords: Quilombo do Cabula. Public History. Virtual Museum. Community Based Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	Desenho da Cidade da Bahia observada na entrada por mar	26
Quadro	1	Espaços religiosos da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.....	33
Gráfico	1	Perfil dos visitantes do MVQC - Profissões que exercem.....	199
Figura	2	Mapeamento das freguesias urbanas e das áreas suburbanas da cidade do Salvador no início do século XIX	31
Quadro	2	Quilombos de Salvador.....	62
Gráfico	2	Perfil dos visitantes do MVQC - faixa etária dos visitantes.....	203
Figura	3	Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	32
Quadro	3	Introdução ao museu virtual: primeira parte da modelagem.....	69
Gráfico	3	Problemas de usabilidade no MVQC.....	203
Figura	4	Mapa cognitivo das relações comerciais do Porto de Salvador no final do século XVIII e início do século XIX.	40
Quadro	4	Introdução ao museu virtual: segunda parte da modelagem....	70
Gráfico	4	Fatores necessários para qualidade na representação digital do MVQC.....	206
Figura	5	Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll na metade do século XIX – A estrada do Cabula.....	51
Quadro	5	Introdução ao museu virtual: terceira parte da modelagem.....	72
Gráfico	5	Perfil dos visitantes por faixa etária – Segundo ciclo.....	227
Figura	6	Delimitação do quilombo do Cabula.....	83
Quadro	6	Introdução ao museu virtual: quarta parte da modelagem.....	74
Figura	7	Representação de festa no quilombo do Cabula.....	90
Quadro	7	Introdução ao museu virtual: quinta parte da modelagem.....	75
Figura	8	Representação de Nicácia e sua importância para o Cabula	91
Quadro	8	Sistematização do acervo do quilombo.....	104
Figura	9	Representação de atividades no quilombo.....	93
Quadro	9	Síntese do processo de urbanização na localidade do Cabula	122
Figura	10	Espacialização do Miolo da Cidade do Salvador e do Cabula (área de estudo).....	119
Quadro	10	Design cognitivo do quilombo do Cabula.....	154
Figura	11	Representação da área do antigo quilombo.....	128
Quadro	11	Design do quilombo do Cabula: Primeira parte da modelagem	160
Figura	12	Representação da área atual do antigo quilombo	129

Quadro 12 Design do quilombo do Cabula: Segunda parte da modelagem..... 165
Figura 13 Interatividade na concepção socioconstrutivista..... 151
Quadro 13 Design do quilombo do Cabula: terceira parte da modelagem. 170
Figura 14 Mapa cognitivo – colaboração..... 153
Quadro 14 Síntese das características presentes no método DBR..... 179
Figura 15 Primeira parte da visita ao quilombo do Cabula..... 159
Quadro 15 Categorias de análise da pesquisa..... 184
Figura 16 Segunda parte da visita ao quilombo do Cabula – Estrada do Saboeiro..... 162
Quadro 16 Indicadores de análise das ações no Museu Virtual do Quilombo do Cabula (MVQC)..... 193
Figura 17 Trecho inicial da Estrada do Saboeiro..... 162
Quadro 17 *Redesign* do MVQC após análise dos ciclos de aplicações..... 236
Figura 18 Cabanas de negros que acompanham a estrada do Saboeiro. 163
Figura 19 Cabanas de negros acessíveis ao visitante..... 164
Figura 20 Planta do povoado da Engomadeira..... 169
Figura 21 Mapa cognitivo com a ideia central da tese a ser desenvolvid 175
Figura 22 Comandos do ESC 188
Figura 23 Banco de dados do relatório do percurso do visitante..... 189
Figura 24 Lógica de funcionamento do instrumento “Construa a história você mesmo!”..... 190
Figura 25 Mapa cognitivo das relações das categorias de análise..... 197
Figura 26 Layout do site do MVQC – Download..... 220
Figura 27 Mudanças na mobilidade no MVQC – Inserção do cursor – Primeira versão – sem cursor..... 221
Figura 28 Mudanças na mobilidade no MVQC – Inserção do cursor – Segunda versão – sem cursor..... 221
Figura 29 Mudanças para melhorar a qualidade da representação digital do MVQC – Inserção de personagens..... 223
Figura 30 Mudanças para melhorar a qualidade da representação digital do MVQC – Inserção de personagens..... 223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dados sobre os colaboradores..... 183

Tabela 2 Perfil dos visitantes do MVQC - Profissões que exercem..... 198

Tabela 3 Perfil dos visitantes do MVQC - faixa etária dos visitantes..... 200

Tabela 4 Segundo Ciclo de aplicação – Perfil dos visitantes do MVQC - Profissões que exercem..... 225

Tabela 5 Segundo ciclo de aplicação- perfil dos visitantes – faixa etária.. 226

Tabela 6 Segundo ciclo - qualidade da representação digital..... 228

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CEDURB	Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DBR	Design Based Research
DMMDC	Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento
HP	História Pública
MVQC	Museu Virtual do Quilombo do Cabula
SSEETU	Sociedade Espaço Educação e Turismo
TBC	Turismo de Base Comunitária
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
URBIS	Órgão de Habitação e Urbanização da Bahia S.A

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18
2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA CIDADE DO SALVADOR NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: SITUANDO A LOCALIDADE DO CABULA 25
2.1 COMPREENSÃO SOBRE A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DA BAHIA NO SÉCULO XIX 26
2.2 TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA NEGRA I: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SALVADOR E OS PRIMEIROS HABITANTES QUE CONSTRUÍRAM ARRAIAIS NO CABULA 34
2.2.1 Aspectos socioeconômicos que potencializaram o processo de segregação socioespacial na cidade do Salvador no início do século XIX ... 36
2.2.2 Primeiras ocupações da localidade do Cabula 46
2.3 TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA NEGRA II: COMPREENSÃO SOBRE OS QUILOMBOS 53
2.3.1 O fenômeno do aquilombamento: significado, características e perfil . 54
2.3.2 Os quilombos de Salvador 61
2.4 DESIGN COGNITIVO INTRODUTÓRIO: OBJETOS DO CONTEXO QUE SERÃO MODELADOS 68
3 HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA NEGRA NA LOCALIDADE DO CABULA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX 77
3.1 CONSTRUÇÃO DO PENSAR HISTÓRICO SOBRE O QUILOMBO DO CABULA E A METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA DAS FONTES HISTÓRICAS 78
3.2 TENSÃO, RESISTÊNCIA NEGRA E ARTICULAÇÃO URBANA NO QUILOMBO DO CABULA 81
3.2.1. A investigação e preparação do plano de destruição 84
3.2.2 Dinâmicas e relações sociais nos arraiais do Cabula 89
3.2.3 Resultados da tentativa de destruição do quilombo do Cabula 94
3.3 A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO E DOS REMANESCENTES DA LOCALIDADE DO CABULA APÓS DESARTICULAÇÃO DO QUILOMBO 100
3.4 SISTEMATIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DO CABULA E ACERVOS QUE SERÃO MODELADOS 103

4 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA SOBRE O CABULA: CONTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES CONTEMPORÂNEAS PARA SIGNIFICAÇÃO DO PASSADO QUILOMBOLA 107
4.1 A CONCEPÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA ARTICULADA A MEMÓRIA E AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA 108
4.1.1 A memória coletiva: estudo imprescindível para a história pública sobre a localidade do Cabula 113
4.1.2 O turismo de base comunitária: espaço possível de construção e socialização da história pública. 116
4.3. TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DOS BAIRROS QUE COMPUSERAM O ANTIGO QUILOMBO DO CABULA 126
4.4. (RE) DESIGN DO ACERVO A PARTIR DE CONTRIBUIÇÕES DE ANTIGOS RESIDENTES DO CABULA 140
5 A MODELAGEM DO MUSEU VIRTUAL E SEUS PRINCÍPIOS TEÓRICOS 143
5.1. A CONCEPÇÃO SOBRE MUSEU VIRTUAL 143
5.2 O DIALOGISMO E POLIFONIA BAKHITINIANA APLICADO AO DESENVOLVIMENTO DO MUSEU VIRTUAL DO QUILOMBO DO CABULA 148
5.3 COLABORAÇÃO E INTERATIVIDADE 150
5.4 DESIGN COGNITIVO DO MUSEU VIRTUAL DO QUILOMBO DO CABULA ... 153
5.4.1 Passos, espaços e historicidade: delineando o museu virtual do quilombo do Cabula 159
6. ABORDAGEM METODOLÓGICA 175
6.1 A NATUREZA DA PESQUISA APLICADA NO CAMPO DA HISTÓRIA 176
6.2 ABORDAGEM DA PESQUISA 178
6.4 A DIALOGICIDADE DAS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM O MÉTODO DBR 181
6.4.1 Ciclo da construção 181
6.4.2 Ciclo da projeção da aplicação 184
6.4.2.1 Sujeitos participantes da pesquisa e campo empírico (QUEM E ONDE) 185
6.4.2.2 Caminhos para o primeiro ciclo de aplicação: (COMO) 187
7 ANÁLISE COGNITIVA DA APLICAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL COM METODOLOGIA DBR 197
7.1 Análise do primeiro ciclo de aplicação 198

7.1.1 Museu Virtual X Rede Virtual 202
7.1.2 Museu Virtual X História Pública 209
7.1.3 Museu Virtual X Turismo de Base Comunitária (TBC) 215
7.1.4 Museu Virtual X Socioconstrutivismo 218
7.1.5 Resultados do Primeiro Ciclo da Aplicação 219
7.2 ANÁLISE DO SEGUNDO CICLO DE APLICAÇÃO 225
7.2.1 Sistematização das colaborações para categoria rede virtual 227
7.2.2 Sistematização das colaborações para categoria história pública 231
7***.2.3 Resultados do Segundo Ciclo Da Aplicação*** 235
7.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE APLICAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL COM METODOLOGIA DBR 238
CONSIDERAÇÕES FINAIS 239
REFERÊNCIAS 245

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a preservação da memória têm evidenciado a necessidade da busca por estratégias metodológicas que garantam a construção do conhecimento sócio-histórico, bem como de produções que possibilitem o acesso de públicos mais ampliados a conhecimentos científicos, antes restritos ao meio acadêmico. Nessa vertente, o interesse em desenvolver esta pesquisa teve início no momento em que passei a integrar o projeto de extensão intitulado*: Turismo de base comunitária na região do Cabula e entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos*, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como participante do eixo: Memória, Cultura, História e Patrimônio.

O turismo de base comunitária (TBC), tem por princípio a participação ativa da comunidade no papel de atores na oferta dos produtos e serviços turísticos, o que demanda um rico conhecimento da sua história e, conseguintemente, a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais, visto que a ideia é a construção coletiva de consciências críticas e de sujeitos ativos na busca por transformação social.

A experiência em participar desse projeto, em especial do momento das rodas de conversas com as comunidades do Cabula e entorno, possibilitou a observação de que as comunidades não organizam, e poucos são os registros da sua trajetória histórica e memória. Essa questão pode ocasionar a insuficiência de interesse dos moradores pelas situações-problemas que emanam das comunidades, mas vale destacar que o ensejo pelas problemáticas da localidade instiga à consciência política. Outro dado verificado, foi que os aspectos históricos aparecem fragmentados nas falas e experiências dos indivíduos que são os protagonistas, e raros são os registros difundidos sobre o coletivo, embora tenha ocorrido um considerável aumento de estudos sobre a localidade do Cabula nos últimos anos.

Em meio a tudo isso, constata-se a necessidade de produções que abordem a história local, de maneira que as entidades educacionais e de mobilização social possam se apoderar dessas produções, e torná-las ferramentas cognitivas difusoras, visto que as comunidades pertencentes a área do Cabula, apresentam uma rica e diversificada produção cultural, como: jornais locais, livros, cordéis, poesias,

artesanatos, culinária própria, dentre outros. O que falta, é maior integração entre essas produções, e a promoção de estratégias que consigam articular e agregar o maior número possível de moradores em prol de uma construção colaborativa, principalmente sobre aspectos da história de resistência e da contribuição dos ancestrais afro-brasileiros na localidade.

Pautada nessa vivência do processo de mobilização das comunidades do Cabula e entorno, na posição de pesquisadora e também de residente da localidade percebi a necessidade de atenção às questões sócio-históricas que poderão auxiliar na composição da memória local, a fim de fornecer subsídios para melhorar o acervo e, principalmente, contribuir para a formação de jovens e adultos de maneira que potencialize a conscientização dos habitantes do bairro sobre sua importância e representação histórica. Isso implicará na reflexão sobre a proposta de turismo de base comunitária, sempre alicerçada na valorização e percepção da importância do bairro popular por aqueles que o habitam.

Nessa perspectiva, foram os próprios residentes das comunidades que ressaltaram sobre o interesse em aprofundar conhecimentos sobre contextos históricos mais remotos, portanto, o problema de pesquisa emergiu quando se constatou a carência de estudos e socialização na modalidade de museu virtual sobre a herança sócio-histórica do quilombo do Cabula, bem como a inexistência de propostas desse formato de mediação integrada à mobilização do turismo de base comunitária. Destarte, o objetivo geral é desenvolver uma mediação na forma de Museu Virtual 3D do histórico quilombo do Cabula e das suas relações de resistência negra na localidade, integradas à proposta de mobilização do Turismo de Base Comunitária.

O tema em questão é pouco abordado pela historiografia baiana, sendo assim, justifica-se a autenticidade e contribuição social desta proposta de tese, no momento em que se evidencia a necessidade de realizar pesquisas historiográficas mais precisas do que se conhece atualmente sobre a localidade do Cabula e seu entorno, até porque, tem-se o propósito de modelar as construções materiais, culturais e meios de vivências das comunidades afrodescendentes e de possíveis índios que habitaram na referida localidade.

Para tanto, o levantamento histórico deverá ser detalhado, principalmente porque será uma investigação que buscará a significação de testemunhos da história dos africanos na Bahia e, especificamente, no bairro/localidade. Logo, o

avanço desta investigação já é um ganho de conhecimento considerável para todos os interessados na temática, especialmente para Salvador, que necessita ter uma releitura da influência africana em sua história. A utilização do TBC como campo de apoio para a construção histórica, e ao mesmo tempo, como espaço de aplicação para os conhecimentos históricos, é inovador. Sobretudo quando se trata de estudos e produções que articulam quilombo e TBC urbano.

Sobre a ideia de desenvolver um museu virtual em 3D, a ser utilizado como elemento mediador de aprendizagens, é preciso esclarecer que não foi uma sugestão dos comunitários. O pensar sobre essa solução mediadora partiu dos diálogos no campo acadêmico entre a pesquisadora, sua orientadora e co-orientador, cuja questão central foi: Qual a relevância dessa solução estar amparada na produção de um museu virtual? Três argumentos tentarão justificar a opção pelo museu virtual como elemento mediador.

Primeiro porque o principal anseio era por desenvolver uma solução tecnológica que instigasse a conscientização histórica por meio do diálogo entre passado e presente, de maneira que agregasse propostas: de difusão dos conhecimentos históricos de forma organizada e sistematizada, de espaço que além de comunicar a públicos mais amplos, também acolhesse os ricos saberes históricos advindos das comunidades, e principalmente, uma solução sob a qual seja possível uma apropriação autêntica por grande número de sujeitos sociais, pertencentes ou não das comunidades que foram estudadas.

Segundo, o museu virtual é uma solução tecnológica que tem potencial para ser aberta e colaborativa, se for concebido segundo os princípios do dialogismo e socioconstrutivismo, como é aqui pretendido. Nesse caso, o cenário e coleções museológicas não assumirão unicamente a função de comunicar ou difundir os conhecimentos históricos, mas disponibilizará espaço possível à construção.

A terceira, é a possibilidade de autonomia ofertada por essa solução tecnológica. Isso significa, que uma vez “pronto”, esse museu de caráter socioconstrutivista poderá ser autogerido e constantemente nutrido de forma comprometida e responsável pelos próprios comunitários.

Diante do exposto, a tese a ser defendida, é que o museu virtual em 3D, ancorado em princípios do dialogismo, socioconstrutivismo e com posicionamento de aplicabilidade da história, poderá contribuir para mediar conhecimentos entre públicos mais amplos e saberes históricos antes restritos ao meio acadêmico. A

intenção é que a comunidade do Cabula possa conceber a sua história de maneira dinâmica e construtiva. Essa experiência possibilitará o delineamento de realidades históricas que sem as TICs seriam improváveis de experimentar no presente, de modo que tornará visível e visitável um ambiente que deixou de existir.

Para além destas características de positivo impacto social, pode-se agregar o fato de que esta tese apresenta embasamento interdisciplinar, pois articula investigação historiográfica e conhecimentos praxiológicos na integração da tecnologia na modalidade de museu virtual em 3D ao turismo de base comunitária.

Corroborando com esses princípios, emanam algumas questões que nortearão esta pesquisa: Como compreender a herança sócio-histórica do quilombo do Cabula? Quais os diálogos possíveis desta história com as comunidades engajadas no turismo de base comunitária da localidade? Como desenvolver modelagens de Museu Virtual 3D alicerçados nas teorias socioconstrutivista e do dialogismo? Como aplicar os conhecimentos históricos construídos e representados no museu virtual, nas comunidades engajadas no projeto TBC? São questões de pesquisa que orientam na constituição dos seguintes objetivos específicos:

- Realizar investigação histórico-social da localidade do Cabula para subsidiar a construção do museu virtual 3D;
- Agregar os resultados da investigação historiográfica aos saberes de comunitários residentes das localidades que compõem o projeto TBC para composição de *redesign* do museu virtual;
- Desenvolver modelagens em 3D para a composição do museu virtual que mediará a mobilização e aplicação dos conhecimentos históricos no TBC do Cabula.

Relacionado ao primeiro objetivo específico, foram desenvolvidos os capítulos 2 e 3. No segundo, é empreendida uma discussão sobre o contexto sócio-histórico da cidade do Salvador no início do século XIX, na intenção de situar a localidade do Cabula e seus primeiros sinais de ocupação. Nesse texto, buscou-se elucidar a organização socioespacial e administrativa da cidade para aprofundar a análise na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, que abrigou o então distrito do Cabula, pertencente a área ruralizada dessa freguesia.

Foi imprescindível compreender como essas áreas periféricas da cidade foram lentamente ocupadas por populações marginalizadas pela elite senhorial, como: negros alforriados, brancos pobres que constituíam pequenas roças de subsistência nessas áreas, e principalmente por negros escravizados que buscavam

acolhimento e morada oculta em meio à mata densa das localidades, consideradas “inacessíveis”. Esse contexto remeteu às discussões sobre o processo de segregação socioespacial em Salvador, às questões socioeconômicas e culminou com o entendimento sobre o significado de quilombo e os movimentos quilombolas organizados no entorno do núcleo urbanizado da cidade.

Toda essa discussão foi fortalecida pelo diálogo com os seguintes autores contemporâneos: Ana Costa (1989), Ana Amélia Nascimento (2007), Pedro Vasconcelos (2002), Kátia Mattoso (1974,1992, 2003), Avanete Pereira (2012), Stuart Schwartz (1988, 2001), João Reis (1989, 2003, 2008), Flávio Gomes (1995, 2002, 2015), Cid Teixeira (1978), dentre outros. Os cronistas e viajantes também contribuíram com suas impressões e olhar situado para a constituição desse capítulo de contexto. Ao final desse segundo capítulo, foi possível construir o *design* da modelagem da parte introdutória do museu.

O terceiro capítulo abordou especificamente a história de luta e resistência negra na localidade do Cabula. Inicialmente, foram apresentadas as estratégias metodológicas que sustentaram a investigação historiográfica, na qual a fonte prioritária foram documentos manuscritos e impressos de tipologias variadas. No segundo momento, foram analisadas conjunturas relacionados a história do quilombo do Cabula: o processo de investigação sobre a formação e organização dos ajuntamentos, dinâmicas e relações sociais dos habitantes do Cabula, resultados da tentativa de destruição desse quilombo e como ficou caracterizada a área e os remanescentes após a tentativa de destruição. Ao final desse capítulo foi elaborada uma sistematização do acervo museológico do quilombo que se pretende modelar, com a organização dos objetos, ambientes e situações históricas.

Referente ao segundo objetivo específico, foi desenvolvido o quarto capítulo. A priori, foi apresentada a dimensão histórica sob a qual essa tese está alicerçada – a História Pública, que vislumbra democratizar os conhecimentos históricos para além da academia, sem se eximir da seriedade e do compromisso exigidos pelo meio acadêmico, por meio dos seus métodos e análises. É propósito do historiador desse campo coletar, analisar, construir conhecimentos históricos em colaboração com a comunidade, difundir e, sobretudo, preservar a informação do passado. Para isso, é aconselhável a parceria com as TICs como ferramenta cognitiva mediadora de aprendizagens.

Nesse contínuo, apresentou-se a lenta trajetória de desenvolvimento urbano do miolo da cidade, em especial da localidade do Cabula, e posteriormente, o enfoque foi para as localidades que no período remoto compuseram o quilombo do Cabula. A intenção foi tentar significar a história das localidades com a contribuição de antigos habitantes. Como o Cabula teve uma urbanização tardia, esses moradores compartilharam com a pesquisa, socializando seus saberes sobre a organização espacial da localidade, práticas socioexistenciais e objetos próprios do local, que contribuiu para o *redesign* do acervo do museu virtual.

Para efetivar o terceiro objetivo específico sobre a modelagem do museu virtual, fez-se necessário o capítulo de princípios que embasam a atividade de construção. Assim, no quinto capítulo foram trabalhadas: a concepção pretendida de museu virtual, a percepção polifônica e dialógica de Mikhail Bakhtin aplicado ao desenvolvimento do museu virtual, bem como os princípios socioconstrutivistas de colaboração e interatividade. E para concluir o capítulo, foi apresentado o design cognitivo do museu virtual do quilombo do Cabula.

O sexto capítulo foi de abordagem metodológica. Apresentou-se a ideia geral da tese optando pela metodologia DBR, cuja pesquisa é de natureza aplicada, com a finalidade de responder a problemas práticos e operacionais que emergem da relação entre o meio acadêmico e social, com procedimento de coleta de dados baseado na investigação histórica de caráter documental, bibliográfica e com aporte da memória, por meio da realização de entrevistas informais/dialógicas.

Nesse capítulo, a abordagem utilizada foi a quali-quantitativa pois aproveitaríamos as vantagens existentes nos dois modelos, ou seja, a interação e dialeticidade entre as análises qualitativas com sua pluralidade e flexibilidade e os dados quantificáveis, que poderão surgir na fase da aplicação do museu virtual ao público mais amplo. Ainda na metodologia, elencamos as categorias de análise dependente e independentes, sendo o museu virtual a dependente, e rede virtual, história pública, turismo de base comunitária e socioconstrutivismo as categorias independentes. Para finalizar o capítulo foram indicados parâmetros para análise da aplicação no MVQC.

Após o lançamento do MVQC na internet, no endereço: www.museudocabula.com.br, e um período de dois meses de aplicação da primeira versão, iniciou-se o sétimo capítulo com intuito de analisar os processos de aplicações, estratégias cognitivas e operações de usabilidades desempenhadas

pelos visitantes do MVQC de acordo com as versões disponibilizadas. A proposta foi estabelecer a associação da categoria de análise dependente - Museu Virtual e suas características -, com cada categoria de análise independente. Os resultados dos ciclos de aplicações foram sistematizados e apresentados ao final de cada etapa.

2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA CIDADE DO SALVADOR NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: SITUANDO A LOCALIDADE DO CABULA

No início do século XIX, a cidade do Salvador era a expressão da resistência negra. Uma cidade portuária, que estava em acelerada expansão e que, devido à conjuntura econômica interna e externa, passou a receber, ao longo dos anos, um grande contingente de homens escravizados, que transitavam por suas ruas deixando rastros e registros na trajetória histórica. Muitas localidades periféricas, incluindo as que compõem atualmente o miolo da cidade, tiveram sua formação a partir dessa ocupação de povos oprimidos e marginalizados pela sociedade senhorial. É esse contexto que vai motivar a formação de arraiais, designados pelas autoridades da época como “quilombos”.

Antes de adentrar na discussão mais específica sobre o “quilombo” do Cabula, é importante compreender as circunstâncias que permearam sua história, salientando que, nesse trabalho, o contexto histórico tem grande significado. Não se trata apenas de retroceder no tempo e descrever o histórico, mas analisar o processo, tendo em vista o foco de estudo com a implicação do pesquisador.

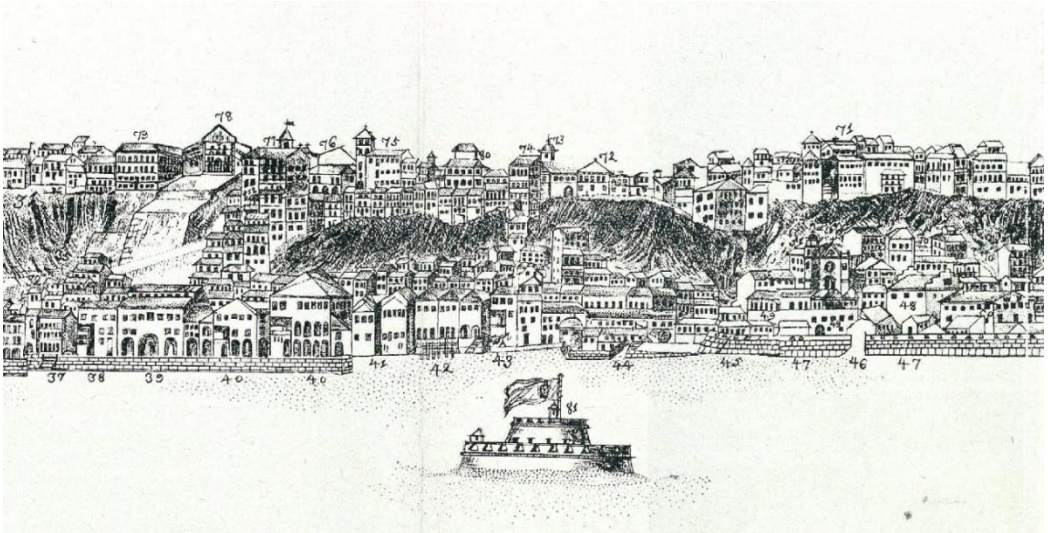
Para efeito deste estudo, limitou-se como espaço de análise o meio urbano, enfatizando as localidades periféricas de Salvador, em especial a área ruralizada do Cabula. Sendo assim, a priori, será discutida a delimitação territorial da cidade da Bahia no século XIX, visando a compreensão sobre o espaço, sua organização administrativa e dinâmica social. No segundo momento, buscar-se-á entender o processo de segregação sócioespacial em Salvador, para justificar que esse fenômeno potencializou a formação dos primeiros arraiais na localidade do Cabula. Na sequência, pretende-se discutir sobre os movimentos de resistência dos escravizados, em especial, a formação de quilombos - seu significado, perfil e características -, para situar a história do Cabula em articulação a outros movimentos. Por fim, para sistematizar as discussões do capítulo, será apresentado o design cognitivo com quadros descritivos dos objetos, ambientes, conteúdos e personagens que serão modelados e integrarão a parte introdutória do museu virtual.

2.1 COMPREENSÃO SOBRE A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DA BAHIA NO SÉCULO XIX

O estudo sobre a delimitação territorial da Cidade da Bahia[1] no século XIX direciona a representação cartográfica, que tem como enfoque o centro antigo da cidade. Considerando sua extensão e áreas ocupadas, Salvador representava uma cidade compacta, de pequena a modesta urbanização, cujo núcleo denso vai se ramificando por caminhos que conduzem a afastados núcleos com pequenas ocupações antigas, considerados como subúrbios.

As principais referências que contribuíram para a compreensão sobre os espaços ocupados de Salvador, e seu processo de urbanização, foram os relatos de viajantes estrangeiros dos séculos XVII, XVIII e XIX, que aqui estiveram e descreveram com riqueza de detalhes suas impressões sobre o espaço urbano. Tais relatos referem-se principalmente à ocupação das localidades litorâneas com topografia acidentada, que compõem a parte baixa e alta da cidade.

Figura 01 - Desenho da Cidade da Bahia observada na entrada por mar



Fonte: Imagem editada pela autora, captada na obra de VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Vol I. Bahia: Editora Itapuã, 1969. p.13

A integração entre as partes alta e baixa da cidade ocorria por meio de caminhos, ladeiras íngremes e escorregadias, rampas e escadarias tortuosas, construídas nas encostas, o que caracterizou a cidade da Bahia como um espaço

[1] Termo que no período colonial designou tudo que situava dentro dos limites do atual município de Salvador. É comum encontrar esse termo nos documentos históricos do setor colonial.

urbano, em que a parte alta começava no sítio de São Pedro, na parte sul, até a localidade da Soledade, na parte norte (COSTA, 1989).

Na parte alta, localizava-se o centro político administrativo, de forte influência da religiosidade cristão-católica, onde grandes e importantes construções e funcionalidades do setor público estavam presentes, como palácio da residência dos governadores e arcebispos, paços da relação, Santa Casa de Misericórdia, colégio e templo que pertenceram aos jesuítas, casa do senado da câmara e cadeia pública, currais do conselho, bem como importantes templos eclesiásticos, com destaque para a catedral da Sé, opulentas residências e praças (VILHENA, 1969).

A Cidade Baixa, considerada pelo cronista Luís dos Santos Vilhena como “a alma do comércio”, representou uma localidade cujo espaço era estreito, mas com grande dinamismo, intensidade nas relações entre pessoas, sujeira e barulho. Características típicas de um centro comercial, onde se encontravam os mais variados tipos de mercadorias. Em um passeio descritivo pela parte baixa da cidade, sempre integrada à parte alta, Vilhena oferece ao leitor uma compreensão sobre Salvador no final do século XVIII e início do século XIX, analisando que poucas foram às mudanças nessa transição de séculos. O cronista traça a delimitação da cidade, inferindo que a parte baixa iniciava com o forte de Santo Antônio da Barra, seguindo por mar para o Forte da Gamboa, Unhão, chegando ao sítio da Preguiça. Na localidade da Preguiça, situava-se a freguesia da Conceição da Praia ou bairro da Praia, que abrigava importantes serviços públicos, como aquartelamento do primeiro regimento de linha da cidade, casa da alfândega, celeiro público, Arsenal real da marinha, dentre outros. Essa foi reconhecida, nesse momento histórico, como a principal localidade da cidade, em função da intensa dinâmica comercial (VILHENA, 1969).

Foram variados os acessos que culminavam na parte alta da cidade, principalmente pelo sentido norte, em que existia a ladeira que ligava as portas do Mosteiro de São Bento, outra ladeira arriscada e escorregadia, com presença de residências, que ligava a freguesia da Conceição da Praia à Praça do Palácio dos Governadores. Outro acesso com casas altíssimas, subindo a montanha, que possuía uma longa e irregular escada com degraus em ruínas, a qual também dava acesso à Praça do Palácio, próximo à casa das relações, local chamado “escadinhas do palácio” (VILHENA, 1969. pp.93 -109). Sobe-se ainda pelo Taboão e Baixa dos Sapateiros, continuando em direção à Freguesia do Pilar, passando pelo

Cais Dourado e Trapiche Barnabé, chega - se a mais um acesso, uma longa calçada, chamada do Pilar, que sai em uma rua conhecida como a "Cruz do Pascoal", próximo ao Convento do Carmo.

Seguindo nessa direção norte, chega-se à localidade denominada Água de Meninos, com variados acessos à Cidade Alta, inclusive uma ladeira que liga até a Soledade, ponto limite da cidade com trechos suburbanos. Nesse caso, enquanto os viajantes estrangeiros adentravam na cidade por mar, atracando suas embarcações no porto, os viajantes que chegavam do interior da Bahia utilizavam as precárias estradas. No século XIX, foi a estrada das boiadas a mais utilizada pelos andarilhos, essa estrada culminava na localidade da Soledade. É este o local escolhido para iniciar a representação do museu virtual, uma vez que o campo da Soledade, como era conhecido, representou um dos trechos limítrofes entre o perímetro urbano e suburbano. A cidade baixa terminava em São Joaquim, a extensão além de São Joaquim formava vargem e alagadiços de Itapagipe, trecho suburbano da cidade.

Vale aqui o adendo de que essas compreensões sobre os limites urbanos da cidade não são precisas nem oficiais no início do século XIX. São pautados em relatos e impressões de viajantes que estiveram na cidade, e de estudos de autores contemporâneos que utilizaram recenseamentos de época como fontes. Segundo Ana Maria de Lourdes R. Costa (1989), uma delimitação oficial passa a ser requisitada a partir de 1857, quando foi instituído o imposto das décimas, ou seja, um tributo pago pelos proprietários de edificações dos limites urbanos. Nesse caso, houve a necessidade dos governos provincial e municipal estabelecerem esses limites. Para este estudo, a compreensão sobre os limites e delimitações da cidade é importante, para que fique clara a configuração espacial da cidade, que contará com áreas mais ocupadas e outras menos ocupadas, o que possibilitará a constituição dos territórios de resistência negra.

No que se refere à gestão territorial administrativa, desde o Período Colonial a cidade apontava para uma organização em freguesias. Essas, como uma influência ibérica na Colônia, representavam uma organização administrativa e religiosa da cidade correspondente a uma paróquia, ou igreja matriz (NASCIMENTO, 2007). As freguesias quando extensas eram subdivididas em distritos e esses em quarteirões. A historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento (2007), informa que os juízes de paz eram os responsáveis por dividir os quarteirões de acordo com critérios próprios,

porém respeitando a legislação que indicava a necessidade de 25 casas habitadas para a formação de um quarteirão.

Os habitantes das freguesias eram denominados fregueses, isto é, filhos da igreja que possuíam uma estreita relação com seu pároco, responsável por manter a ordem na sua localidade segundo a ética católica. A preocupação e cuidado com a manutenção das leis da igreja nos domínios das freguesias ficou expressa no livro terceiro, títulos XXIX e XXX das "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia", que menciona a obrigatoriedade dos párocos residirem e viverem nos domínios da sua freguesia, construindo casas anexas à igreja matriz, ou mais próximo possível, no intuito de acompanhar seus fregueses de perto, oferecendo-lhes pregação, sacramentos e exemplo de boas obras ao ensinar a doutrina cristã (VIDE, 2010). A este também não é permitido se ausentar da sua igreja por mais de dois meses e sem autorização do arcebispado (VIDE, 2010). Foram demandas que visavam garantir uma ordem cristã, de forma que qualquer desordem na freguesia poderia ser atribuída à negligência do vigário[2]. Todavia, pelo sistema de padroado[3], implantado desde o início da colonização mas consolidado na metade do século XVIII, a esfera civil interferia e atuava significativamente para tentar garantir a "ordem" nas freguesias.

Como se nota, a função do pároco e da própria constituição das paróquias era mediar as relações e cotidiano local, no entanto, o historiador Cândido da Costa e Silva (2000, p. 51) ressalta que "... de modo algum ignora-se o viver cristão informal, particular, doméstico que independia dessa mediação, quer por inacessível, quer pela reserva com que a distância hierárquica inibia a procura, ainda que a ela se não opusesse". Complementando a reflexão do autor, não se pode deixar de considerar os povoados e práticas de vida não-cristãos. O fato é que nas extensas freguesias, como foi o caso de Santo Antônio Além do Carmo, o controle paroquial, na prática, não se fazia efetivo e centralizador em todos os espaços. Logo, muitas áreas assumiam o caráter de autonomia religiosa e cultural.

---

[2] Embora concorde que as constituições primeiras do arcebispado da Bahia, organizada pelo Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide represente a tentativa de funcionamento e aplicação do aparelho religioso na sociedade católica, fica claro que no contexto de vivência e dinâmica social do início do século XIX as freguesias, mesmo respaldadas na tradição da igreja católica, retratavam propostas de vivência mais abertas do que a apresentada na referida obra.

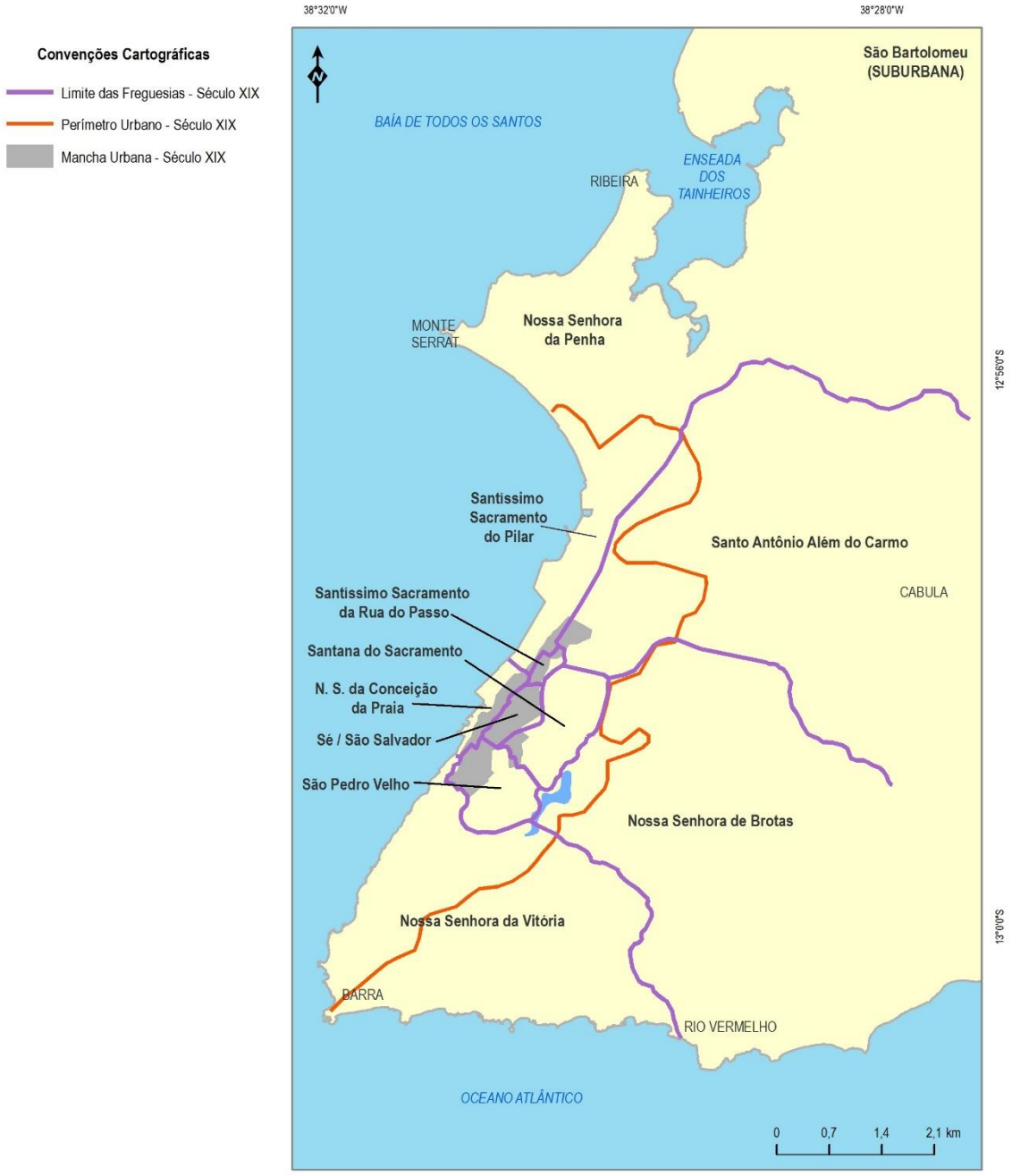
[3] O sistema de Padroado vigorou até o período Republicano e significou uma intrínseca relação entre os poderes civis e religiosos, de forma que muitas das atuações características da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político. Nessa perspectiva, o rei passou a obter poder muito grande nos assuntos religiosos, como nomeação de bispos, criação ou extinção de ordens religiosas e freguesias, dentre outras ações.

Na Cidade do Salvador, no início do século XIX, as freguesias foram concebidas em urbanas e suburbanas. As urbanas eram aquelas que possuíam características de ocupação com maior representatividade, principalmente as localizadas no entorno do centro comercial e administrativo. Ressalta-se que ao considerar que se trata de Salvador no século XIX, o processo de urbanização dessas freguesias não ocorreu em todas na mesma proporção, pois algumas dessas eram limítrofes de outras freguesias com características até então rurais. Entretanto, mesmo dentre as freguesias urbanas, encontravam-se áreas consideradas como suburbanas ou periféricas.

As freguesias suburbanas ou áreas periféricas, eram mais afastadas do núcleo urbanizado, menos habitadas, com disposição de moradias mais afastadas e aspectos arquitetônicos humildes que abrigavam em geral pessoas pobres, que não participavam diretamente como produtores que atendiam às demandas do comércio agroexportador. Essas áreas foram ocupadas por “roças de mantimentos, frutas e hortaliças” (VASCONCELOS, 2002, p.65), denotando atividade agrícola de subsistência. Esses espaços passam a receber um discreto contingente populacional ao longo do século XIX, devido à intensificação da densidade urbana (COSTA, 1989). Na figura 02, segue uma representação do mapeamento das freguesias de Salvador com suas possíveis delimitações.

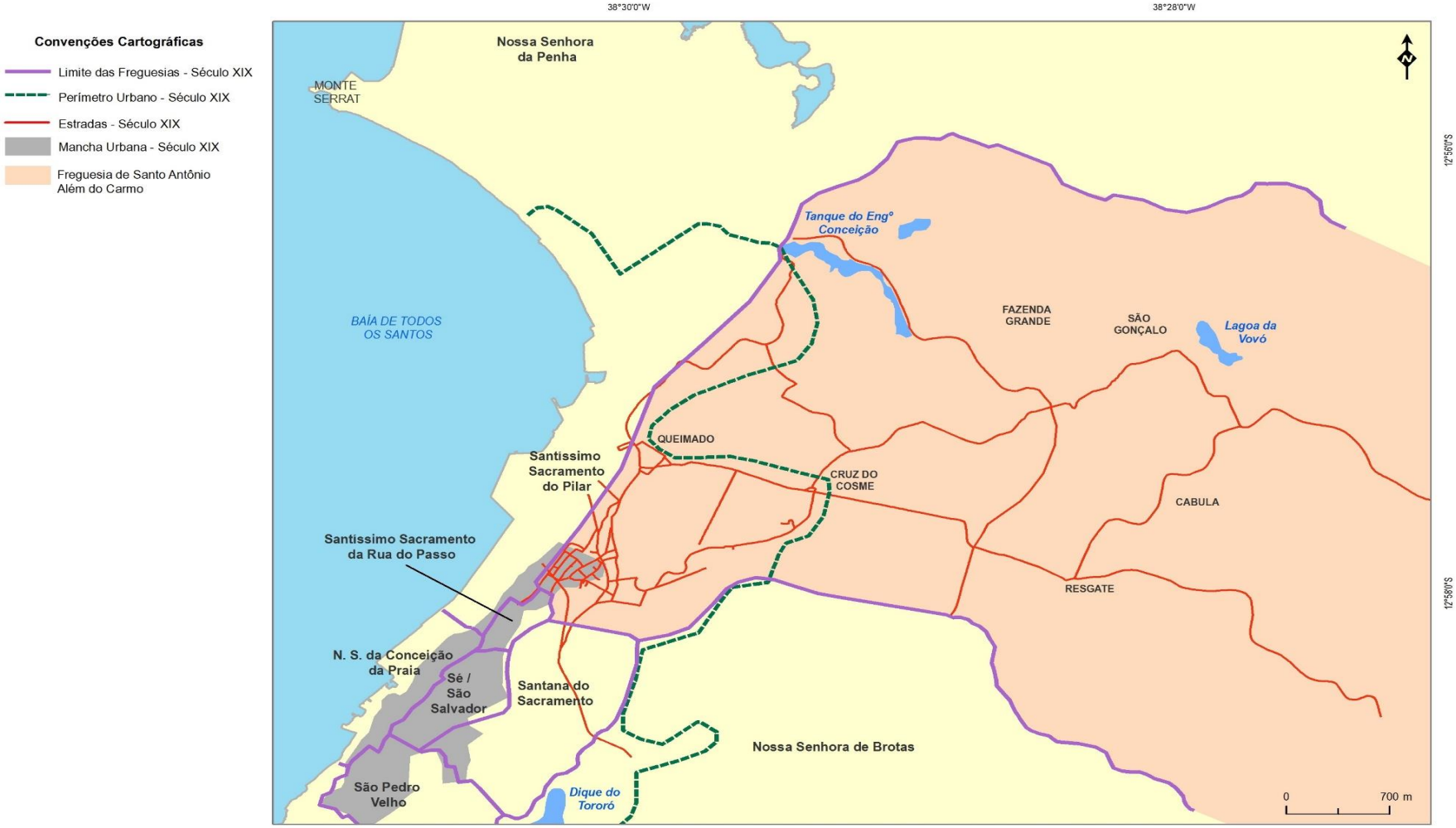
Na representação do mapa na figura 02 e conforme foi aqui citado, é perceptível que a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo era uma das maiores. Devido à sua extensão, ficava localizada no limiar entre o contexto urbano e suburbano e, portanto, era dividida em dois distritos: o primeiro distrito era mais associado à área urbana da cidade. Segundo Ana Amélia V. Nascimento (2007. p. 52) “o grosso da classe média, dos pequenos negociantes, dos alfaiates, dos empregados públicos, de párocos ordenados” vivia nesta freguesia. O segundo distrito, com acesso mais restrito em relação à dinâmica do centro urbanizado da cidade, abrigava a população rural, que ocupava “roças, fazendas e mesmo engenhos” (NASCIMENTO, A. 2007. p. 52), representando assim o trecho suburbano da freguesia. O espaço territorial do Cabula estava localizado nesta freguesia e neste segundo distrito, como pode ser observado na figura 03.

Figura 02 - Mapeamento das freguesias urbanas e das áreas suburbanas da cidade do Salvador no início do século XIX



Fonte: Elaborado por Adriano N. Mascarenhas e pela autora, a partir do mapa base apresentada por COSTA,1989.

Figura 03 - Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo



Fonte: Elaborado por Adriano N. Mascarenhas e pela autora, a partir do mapa base apresentada por COSTA,1989

A pesquisadora Ana Maria Costa (1989) realizou estudos sobre a presença escrava nas freguesias e elaborou um mapeamento das paróquias urbanas evidenciando que, em Santo Antônio Além do Carmo, o espaço do primeiro distrito era representado por edifícios que ratificavam a fé cristã católica, enquanto que no segundo distrito, havia maior presença de quilombos e terreiros em que se praticava o candomblé, principalmente no Cabula, como se observa no quadro abaixo.

Quadro 01 - Espaços religiosos da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo

QUADRO COM OS ESPAÇOS RELIGIOSOS DOS DISTRITOS DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO ALÉM DO CARMO	
PRIMEIRO DISTRITO	**SEGUNDO DISTRITO**
Igreja matriz de Santo Antônio	Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Cruz do Cosme
Igreja da vulnerável ordem terceira de N.S. da Conceição do Boqueirão, construída em 1727	Capela do S.S Coração de Jesus, cuja invocação é por N. S. do Resgate.
Capela de Nossa Senhora da Lapa, localizada próxima à matriz, construída em 1771	Candomblé em uma roça no Cabula, segundo dados de um jornal de 1859
Recolhimento dos perdões, que foi um recolhimento para mulheres.	Candomblé em um terreiro no Cabula, segundo dados de um documento policial datado de 1826
Convento da Soledade, ocupado pelas religiosas Ursolinas, no Queimado.	Candomblé em Bate Folha, dados de 1838
Capela de Santo Antônio, localizada na fábrica de tecidos do Queimado	Festa de culto africano no quilombo do Cabula, dados de 1807.
Capela de N.S. do Rosário dos quinze mistérios dos homens pretos, localizada na antiga matriz, construída em 1811.	

Fontes: COSTA (1989); SALGUEIRO (1982).

Entender a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo é imprescindível para tentar elucidar a história do Cabula, que representou uma localidade de habitação de negros e resistência escrava, fruto de um processo de segregação socioespacial da cidade do Salvador, a ser abordado no tópico que segue. O mapeamento específico de uma parte da referida freguesia (Largo da Soledade), compõe um dos elementos do contexto que será modelado para agregar significado ao museu virtual que se pretende desenvolver.

2.2 TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA NEGRA I: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SALVADOR E OS PRIMEIROS HABITANTES QUE CONSTRUÍRAM ARRAIAIS NO CABULA

Na realidade soteropolitana do século XIX, era visível a segregação na organização social, dinâmica e uso do solo. Quando se discute o termo segregação, deve-se considerar o contexto histórico ao qual o acontecimento se aplica pois, em cada época, a relação entre sociedade/espaço é diferente (CARLOS, 2005). Destarte, embora o termo seja recente e mais explorado pelo campo da geografia, relacionado principalmente às complexas relações da sociedade capitalista contemporânea, intenciona-se aqui aplicar a lógica desse conceito à sociedade soteropolitana do século XIX.

Não se optou neste trabalho por denominar tais relações de "diferenciação social", porque não se trata apenas de discutir a diferença de condições de existência dos sujeitos, mas também de hierarquia (CASTELLS, 1983) entre a camada hegemônica desta sociedade e os demais seguimentos como os brancos pobres, os negros forros, os indígenas e principalmente os escravizados. Objetiva-se discutir sobre a segregação socioespacial direcionada à condição do negro, mesmo esclarecendo que não há pretensão de exaurir o tema.

A concepção de segregação socioespacial no meio urbano é cercada por variadas acepções teóricas. Estudos realizados por Silvio Moisés Negri (2008), Oscar Alfredo Sobarzo Miño (2000), Pedro de Almeida Vasconcelos (2004) e Manuel Castells (1983) contribuem para uma reflexão teórica sobre a compreensão de como as sociedades concebem e produzem a segregação nos seus espaços de vivência.

Miño (2000), em seu artigo "A segregação socioespacial urbana", apresenta a compreensão do conceito de segregação socioespacial segundo o confronto entre as teorias tradicionais e as marxistas. Para os teóricos tradicionais, o importante era constatar, medir e revelar a forma como a segregação se apresenta no espaço urbano, não havia a preocupação em analisar os fatos que contribuíram para sua estruturação. Os principais expoentes dessa concepção foram os pesquisadores da "Escola de Chicago". Esses fundadores defenderam o processo ecológico em associação com as ciências naturais, correlacionando o ato de segregação aos processos dos vegetais, ou seja, consideravam que essa ocorria de forma natural, resultante da competição entre grupos sociais, o que ocasionaria naturalmente

espaços de dominação por diferentes grupos sociais. Seria a fragmentação das populações nas grandes cidades (MIÑO, 2000.). Segundo esse tipo de segregação, acreditava-se que primeiramente era baseada na língua e na cultura e, em segundo lugar, tendo por base a "raça" (VASCONCELOS, 2004).

Os estudiosos marxistas seguiram outra vertente e preocupavam-se com os processos e causas da segregação, atribuindo os aspectos socioeconômicos como principais motivadores da segregação, mas considerando que os outros fatores como pertencimento a grupos étnicos, cultural linguístico, religioso, dentre outros, estão imbricados no fator socioeconômico (SOUZA, 2005).

Pedro Vasconcelos apresenta uma revisão de literatura cronológica, com as ideias dos principais teóricos desse campo de investigação, em que são atribuídos fatores para explicar a segregação, tais como diferenças entre status econômico, estruturação de classes nas sociedades capitalistas, relação entre classes sociais e distribuição de equipamentos coletivos, apropriação das melhores localizações residenciais pelas camadas hegemônicas - conduzindo os mais pobres para áreas desvalorizadas, dentre outras (VASCONCELOS, 2004). Nesse estudo, Vasconcelos propõe uma análise da segregação socioespacial, que denomina também de segregação residencial, aplicada à trajetória histórica da América portuguesa, informando que a situação histórica de segregação é anterior ao seu estudo conceitual.

Segundo os argumentos desse autor, não houve segregação socioespacial/residencial nas cidades brasileiras, isso tomando como referência a abordagem tradicional do conceito. Embora ele concorde que a história do Brasil foi construída sob o lastro da desigualdade social e exemplifique variados momentos que expressam tais desigualdades, o autor se pauta na ausência de criação de localidades/bairros específicos para residência de grupos sociais diferentes da camada hegemônica, isto é, não houve a formação de "guetos". No entanto, diante do argumento apresentado por Vasconcelos, questiona-se: a segregação socioespacial pode ser considerada na forma simplificada, apenas como diferenças residenciais de grupos sociais diferenciados, mesmo diante de uma sociedade complexa, baseada em relações senhoriais escravista? Nesse sentido, toda opressão que afetou os povos indígenas e negros não foram formas de segregação expressas no espaço físico?

Em relação aos povos indígenas, verificou-se a segregação socioespacial em diversos aspectos e sob diversas faces. Esse fenômeno foi motivado pela apropriação de suas terras, em função da expansão colonial e nacional, pela política de aldeamento e de migrações constantes desses povos para o interior da capitania e posteriormente da província. Também com os povos negros verifica-se a segregação fundamentada prioritariamente no aspecto socioeconômico, mas que reflete em variadas facetas de cunho político, cultural e ideológica, como a questão étnica e religiosa.

Manuel Castells (1983), em um entendimento diferente da apresentada por Vasconcelos, defende que a segregação social no espaço é a expressão específica dos processos que evidenciam a força de trabalho articulados ao conjunto das instâncias da estrutura social. Em acordo com essa abordagem, adota-se neste trabalho a concepção materialista dialética, na qual a noção de espaço é ampliada, pois resulta, segundo com Milton Santos, da interação entre paisagem natural e artificial com a sociedade. Logo, o espaço é dinâmico, contém movimento e é rico em contradições, "o espaço é social" (SANTOS, 2008, p. 13.).

Nessa perspectiva, a segregação socioespacial é respaldada pelos aspectos socioeconômicos, concordando assim com o conceito de que a "cidade se torna expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído" (NEGRI, 2008, p. 129). É a camada dominante quem produz, consome e controla o espaço urbano, valorizando determinadas áreas, em geral mais produtivas, e desvalorizando outras. Isso ocasiona as formas de consumo diferenciadas do espaço, conforme será discutido a seguir.

2.2.1 Aspectos socioeconômicos que potencializaram o processo de segregação socioespacial na cidade do Salvador no início do século XIX

Para realizar uma análise do processo de segregação socioespacial, que conduziu ás primeiras ocupações na localidade do Cabula, primeiro faz-se necessário realizar um estudo sobre a situação socioeconômica de Salvador nesse período, para então entender como essa situação deixou marcas registradas no espaço físico da cidade.

A historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso, apresenta um breve quadro da flutuação econômica da Bahia, em que divide o longo período entre 1751 a 1860 em quatro fases. A fase que atende esta pesquisa, situa-se entre 1787 a 1821 e foi caracterizada como a fase de prosperidade (MATTOSO,1974). De fato, variados estudiosos sobre a economia baiana afirmam que nesse período a Bahia figurou como a capitania mais promissora, populosa e produtora das Américas, mesmo após a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro - 1763. Paradoxalmente, foi a fase em que a segregação socioespacial se intensificou, juntamente com o número de ocorrências de levantes negros.

Na Bahia, o principal produto de exportação foi o açúcar, seguido pelo fumo, utilizado como moeda de troca por homens escravizados e, em menor escala, o algodão, o couro, a madeira, aguardente, melaço, arroz, o cacau, café e azeite de baleia (SOUSA, 2012.). A economia açucareira no Brasil rendia volumosos lucros ao mercantilismo lusitano e, no seu âmago, fez desenvolver relações sociais escravistas, a fim de dinamizar a larga produção direcionada a atender o mercado externo sob o intermédio metropolitano.

A fonte de produção da capitania da Bahia encontrava-se principalmente nas terras do Recôncavo e, claro, nas relações e redes comerciais, prioritariamente fluviais, que garantiam a comunicação e articulação que favoreceu a posição da Cidade do Salvador em ligação imediata com sua *hinterlândia* agrícola. Stuart Schwartz destacou a importância do Recôncavo, informando que Salvador dependia das terras do seu entorno para se abastecer de alimentos e de produtos agrícolas comercializáveis. No Recôncavo, estavam situados os terrenos férteis, graças ao solo argiloso e pesado do massapê, que é apropriado para atividade agrícola em larga escala e principalmente a presença de água em abundância, devido aos rios de variados tamanhos e com amplos afluentes navegáveis com embarcações leves: Paraguaçu, Sergipe, Açu, Pericoara, Subaé e ribeirões como Cotegipe, Jacarancanga e Pitanga (SCHWARTZ, 1988.)[123]. Pequenas vilas e grandes engenhos foram se desenvolvendo nas proximidades de rios, que ajudavam na sua manutenção e no transporte dos produtos.

Nesse extenso território da capitania da Bahia no século XIX, nota-se que, embora houvesse uma íntima articulação entre a capital e o Recôncavo, o mesmo

[123] Os historiadores Stuart Schwartz (1988) e Kátia Mattoso (1992) enfatizam em suas obras a importância dos referidos rios para o abastecimento dos engenhos e navegabilidade dos produtos produzidos no Recôncavo e conduzidos a capital soteropolitana.

não se podia afirmar em relação às outras áreas da província. Mattoso, ao discutir a geografia da produção na Bahia, analisa que suas redes comerciais não foram totalmente articuladas. A autora sublinha dois principais motivos: o primeiro devido à população dispersa em grandes propriedades de terras ocupadas no interior. O segundo, e mais evidenciado fator, foi a precariedade dos meios de transporte, dificultando as comunicações inclusive comerciais. Assim, "o que se produzia para além da zona do Agreste, nas profundezas do Sertão, raramente chegava ao mercado de Salvador" (MATTOSO,1992, p. 458), exceto o gado, que viajava longos percursos, a fim de abastecer Salvador e também os engenhos do seu entorno, tanto no setor alimentício, quanto no trabalho de tração para movimentar os moinhos, transportar pessoas e a mercadoria.

Como se observa, a produção baiana era diversificada, logo, nas regiões sertanejas, o principal cultivo foi de fumo e cana-de-açúcar, mas que não se destinavam ao porto de Salvador, em geral, serviam ao consumo local. Algumas localidades da Chapada se especializaram no cultivo do algodão, destinados aos mercados de Minas Gerais. É mesmo o Recôncavo o grande celeiro produtor que abasteceu o mercado de Salvador. Toda dinâmica econômica desse celeiro produtor refletia na capital soteropolitana que, além de atender à demanda agroexportadora, também importava produtos manufaturados e pessoas escravizados. Esse aspecto comercial confere a cidade um caráter cosmopolita. Característica que, ao longo do processo histórico do Período Colonial, foi aguçado, ao ponto que a cidade passa a ser um dos principais centros pertencente à rota das Índias, o que justifica a cidade ter se tornado exemplo de interetnias.

Salvador se desenvolveu por meio das atividades ligadas ao comércio desde o século XVI. Foi se avolumando nos séculos XVII, XVIII e alcançou o auge na primeira metade do século XIX. Além de representar um polo administrativo, conforme foi visto no primeiro tópico deste capítulo, a cidade também formou um significativo núcleo de homens de negócios, característica mencionada por viajantes que passaram aqui em diferentes períodos históricos.

Maria Dunas Graham, viajante inglesa, que relatou suas impressões sobre a Bahia em um diário[124], demonstrou uma breve descrição, ainda que superficial, de

[124] Maria Graham foi uma viajante inglesa que esteve no Brasil nos anos de 1821, 1822 e 1823. Fez os registros sobre a Bahia em 1821, chegando a Salvador no dia 17 de outubro, ficando por quase dois meses no local.

como se constituíam as atividades comerciais no estreito espaço da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, que abrigou o porto da cidade.

> [...] todos os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais. Nessa rua estão os armazéns e os escritórios dos comerciantes, tanto estrangeiros quanto nativos (GRAHAM, 2001, p. 145.).

De acordo com as impressões de Graham, era um espaço que apresentava oferta de serviços variados, misturas de cheiros, produtos sortidos que continham desde alimentos, principalmente peixarias, até lojas de ourives, joalheiros e armarinhos, frequentados por pessoas de variadas camadas sociais e com interesses comerciais diversificados.

Thomas Lindley[125] afirmou que nesse emaranhado de oferta e procura, o escambo era o formato usual de realizações comerciais em Salvador, muito embora a circulação da moeda e o estímulo a créditos ocorressem em largas medidas (LINDLEY,1969.). De fato, a freguesia da praia, em função do porto, era um local frequentado por viajantes que chegavam de outras partes do Brasil e também de destinos internacionais. Alguns comerciantes estrangeiros lá se estabeleceram montando suas lojas, armazéns ou quitandas. Também alguns nativos e pequenos negociantes que montavam seu negócio na rua, necessitando apenas de um banco ou tabuleiros, em um formato de comércio ambulante.

Sobre as relações comerciais entre os homens de negócios, Lindley criticou a habilidade dos comerciantes locais, relatando que a tendência dos baianos era tentar se aproveitar, principalmente dos comerciantes estrangeiros, agindo de forma desonesta:

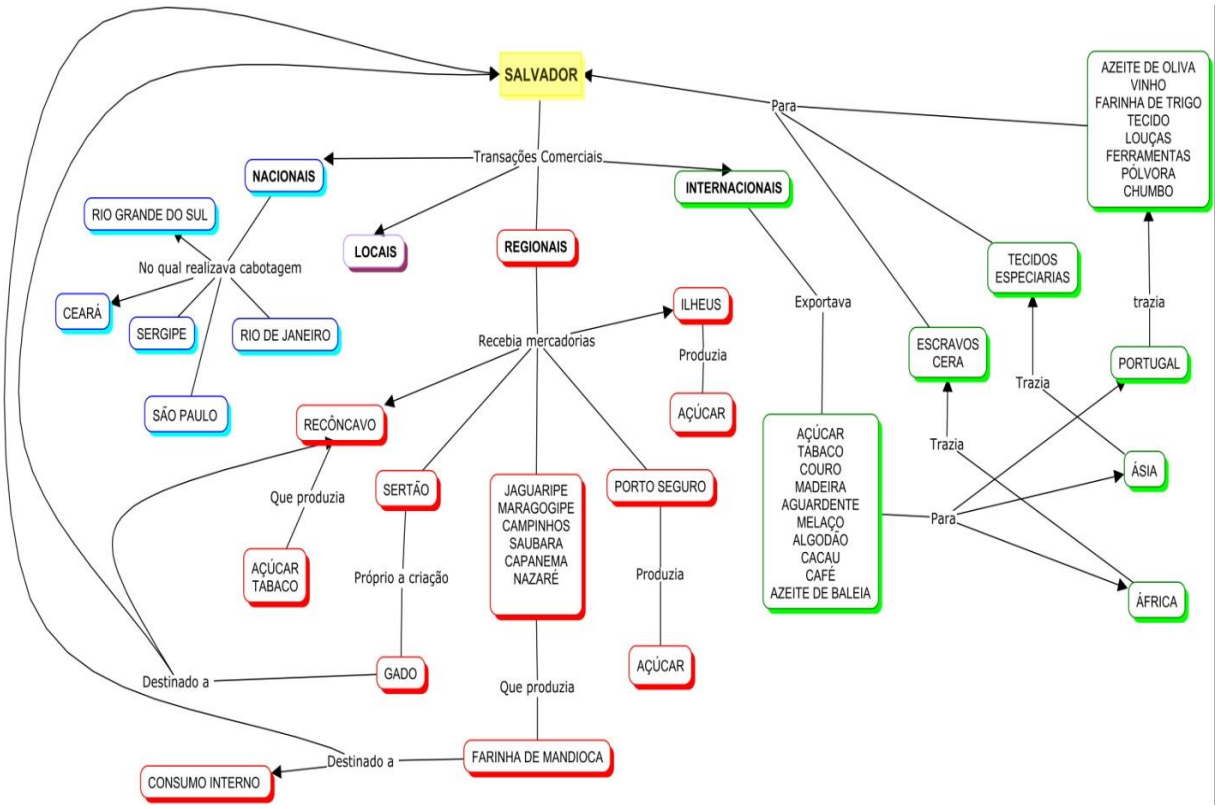
> Em seus negócios, prevalece a astúcia mesquinha e velhaca, principalmente quando efetuadas as transações com estrangeiros, aos quais pedem o dobro do preço que acabarão aceitando por sua mercadoria, ao passo que procuram desvalorizar o que terão de obter em troca, utilizando-se de todos os artifícios ao seu alcance.

[125] Thomas Lindley foi um viajante inglês que esteve no Brasil entre julho de 1802 a agosto de 1803, foi preso em Porto Seguro acusado de contrabando, ou seja, negociar ilicitamente a mercadoria Pau-brasil. Foi conduzido a Salvador e preso. Meses após a prisão, em dezembro, os detidos receberam o direito de passar o dia na cidade, retornando a noite (18h) para a reclusão no Forte de São Pedro.

> Numa palavra: salvo algumas exceções, são as pessoas inteiramente destituídas do sentimento de honra, não possuindo aquele senso geral de retidão que deve presidir a toda e qualquer transação entre os homens (LINDLEY,1969, p. 173.).

Mesmo que os registros dos viajantes tenham apontado aspectos de uma cidade que necessitava de melhorias, tanto em caráter urbanístico quanto educacional, é, sobretudo, constatado que a cidade do Salvador foi privilegiada pela localização e potencialidade de articulações que poderia proporcionar ao setor comercial. De tal maneira, que Von Martius e Von Spix[126] relataram o dinamismo e intensa movimentação portuária, informando que durante todo o ano havia centenas de navios mercantes representando as mais variadas nações (MARTIUS e SPIX, 1938.), como mostra o mapa cognitivo que segue.

Figura 04 - Mapa cognitivo das relações comerciais do Porto de Salvador no final do século XVIII e início do século XIX.



[126] Viajantes alemãs, membros da comitiva da arquiduquesa da Áustria Leopoldina, esposa de D. Pedro I. Eles percorreram estados brasileiros como: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais,Piauí, Pará, Amazonas e Maranhão, ao longo dos anos de 1818 - 1821. Publicaram seus relatos e impressões de viagens na obra Reise in Brasilien (Viagem pelo Brasil). Desta obra completa, uma parte referente a Bahia, foi publicada com o título: "Através da Bahia: excreptos da obra Reise in Brasilien".

Fonte: Mapa cognitivo elaborado pela autora, a partir dos dados obtidos na obra de PEREIRA, Avanete Sousa. A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 35-53.

A historiadora Avanete Pereira Sousa (2012) traçou um delineamento das redes comerciais articuladas pela capital soteropolitana ao longo do século XVIII, mas que pode servir de referência para o início do século XIX, comprovando o caráter fortemente mercantil da cidade, que vai além da lógica agroexportadora, conforme foi observado na figura 04. Nota-se ainda no mapa cognitivo, que a dinâmica de vida produtiva da cidade era diferente do campo: mesmo sabendo que eram complementares, que pertenciam ao mesmo processo histórico sustentado pelo mercantilismo e que ambas pautavam-se em relações senhoriais, em que a posse da terra ou espaço valorizado, das ferramentas de trabalho/ meios de produção , de trabalhadores escravizados/ forças produtivas, do poder de articulação comercial e o controle sobre o uso do solo garantiam certo prestígio social à camada hegemônica, formada pelos proprietários de terras - mesmo os do meio urbano, autoridades locais e grandes comerciantes citadinos.

A lógica socioeconômica estruturante estava na relação senhor - escravo, embora concorde com João José Reis, quando este afirma que não somente os grandes senhores e negociantes eram os donos de escravos, pois a concepção do ser dono de escravo era mais ampla e encontrava-se espalhada nas variadas classes e setores sociais, inclusive de funcionários ligados ao governo, brancos pobres e libertos (REIS, 2003). Lindley observou que, uma vez alforriados, escravos adquiriam antigos hábitos dos seus senhores e passavam a exercer a condição de "senhor" (LINDLEY, 1969.). Embora haja exagero em sua observação, sabe-se que em alguns casos essa assertiva foi confirmada.

Essa rede comercial e social influenciou diretamente na organização do espaço. Não obstante, estudiosos afirmam que não se pode pensar na estruturação e ocupação do espaço no centro urbanizado e nos trechos periféricos da cidade do Salvador no século XIX sem relacioná-las ao escravismo e à sua posterior desagregação, uma vez que todo funcionamento da cidade dependeu dos serviços prestados pelos negros escravizados e também dos negros libertos. De maneira que os viajantes desse período são categóricos ao registrarem com indignação a grande quantidade de negros transitando, trabalhando e habitando nas ruas da cidade, chegando a superar em número os brancos.

Em meio a tudo isso, há de se destacar ocorrências que contribuíram para reforçar a segregação socioespacial da cidade do Salvador, como o grande contingente de negros que adentraram a cidade, devido às influências socioeconômicas externas que, por sua vez, ocasionaram demandas internas; também a dinâmica de vivência dos escravizados da cidade do Salvador e a crescente quantidade de processos de alforrias.

Como fator inicial, ressalta-se que o final do século XVIII e início do XIX foi marcado como o período de intensificação do tráfico negreiro, isso devido ao fortalecimento das atividades agrícolas brasileira, que significou aumento demográfico e, consequentemente, a necessidade residencial do contingente de pessoas que chegavam para atender prioritariamente as demandas do Recôncavo, mas que em alguns casos ficavam na cidade. Fatores de ordem externa foram cruciais para compreender tal fenômeno, não obstante, Mattoso (1974) atribui ao advento da revolução francesa e à influência nas guerras de independência de colônias na América, cujas ideias e lógicas libertárias vão culminar em revoluções dos principais produtores antilhenses como Haiti e Jamaica, concorrentes diretos da produção açucareira do Brasil (GOMES, F. e LIBANEO, 2002.)[127].

A desestruturação desses concorrentes incidiu no contexto socioeconômico brasileiro. Por um lado, potencializou a supervalorização da produção açucareira do Brasil, que adquiriu um quase monopólio deste produto imprescindível ao mercado internacional, necessitando assim do aumento da mão de obra escrava. Por outro lado, essa situação gerou um paradoxo que foi a ameaça e temor da camada senhorial e de autoridades que, enchiam as ruas das cidades e os engenhos de negros, ao mesmo tempo em que corriam as informações de lutas, ideias políticas libertárias e resultados satisfatórios de negros em processo de resistência à escravidão, demonstrando assim que os escravizados e libertos não estavam alheios diante da conjuntura internacional (GOMES, F. e LIBANEO, 2002.).

Outro fator que potencializou a segregação socioespacial de Salvador foi a dinâmica de vivência dos escravizados da cidade, que possibilitou a intensificação da circulação de negros com maior "autonomia" por todas as partes do espaço urbano. Segundo Ana Maria de Lourdes R. da Costa (1990), a escravidão urbana

[127] Sobre as influências da Revolução francesa e das propagandas revolucionárias européia, relacionando aos processos de resistência negra na América, os autores Carlos Eugênio Soares e Flávio Gomes citam algumas insurreições escravas que eclodiram nas colônias, como: rebeliões em Guadalupe e Santa Lúcia (1794), Cuba e Venezuela (1795), além da Revolução do Haiti (1791-1804).

esteve estruturada em três grandes grupos: escravizados de ganho, escravizados de aluguel e escravizados domésticos. Essa divisão é apresentada apenas para uma compreensão didática, pois as relações de trabalho eram mais complexas, não podendo assim falar de divisão estanque do trabalho escravo, já que o mesmo escravizado/a poderia exercer a atividade de doméstico/a, trabalhar, mesmo que esporadicamente, no ganho ou ser alugado/a (COSTA, 1990).

Os/as escravizados/as domésticos/as, além de realizar os serviços na casa do senhor, também se relacionavam com o meio externo à casa, atuando em atividades como compras em quitandas, buscando água nas fontes para abastecer a casa do senhor, levando recados, dentre outras atividades. Esse tipo de trabalho não oferecia retorno financeiro ao senhor. Já os/as escravizados/as de aluguel representavam retorno financeiro aos senhores, uma vez que a atividade consistia em alugar temporariamente seus escravos/as para prestar serviços a outros senhores (COSTA, 1989.). Em ambos os casos, os escravizados/as ficavam diretamente sob o controle dos seus senhores.

Os/as escravizados/as de ganho receberam maior destaque por parte dos estudiosos contemporâneos, pois essa atividade garantia que o escravizado/a fornecesse uma renda extra para seu senhor, mas, do mesmo modo, poderiam obter uma parte da renda. A premissa era um acordo verbal que, no geral, funcionava da seguinte forma: o senhor estabelecia uma quantia a ser adquirida pelo escravizado/a e o prazo que este deveria pagá-lo poderia ser semanal ou diário. Esses acordos variavam segundo o contexto e relações entre senhores e escravizados. A obrigação era do escravizado/a pagar o que foi acordado e, se houvesse excedente, este poderia se apropriar (SOARES, 2006.). Eram atividades desenvolvidas longe do controle direto do senhor, como vendedores ambulantes, carregadores de mercadorias e de pessoas, estivadores, artesãos, dentre outras. Esses homens e mulheres poderiam gerir seu próprio tempo e ritmo de trabalho, também se comunicar, batucar e congregar com outros negros que pertenciam ao mesmo grupo étnico e cultural (GOMES, M.1990.).

Muitos escravizados de ganho ocupavam espaços de moradias alugados fora da casa do senhor e, com o acúmulo dos excedentes conquistados, poderiam comprar sua alforria. Por outro lado, não raros foram os casos de fugas, conspirações e articulações de escravizados que atuavam na atividade de ganho.

A crescente quantidade de negros alforriados também foi um fator marcante no final do século XVIII e início do XIX, o que ocasionou nova configuração ao espaço físico de Salvador. Lindley (1969) explicou que foram duas as formas de obtenção de alforrias: ou por benefício, devido à prestação de bons serviços ao senhor, que significava fidelidade, obediência e lealdade ou pela compra da alforria. Reis e Silva (1989) ampliam a noção sobre as estratégias utilizadas por negros escravizados para aquisição da carta de liberdade e, baseando-se em aspectos do contexto sócio histórico desses sujeitos, revelam que até se efetivar o ato de compra, muitas negociações foram necessárias. Embora o foco deste trabalho não seja alforria, interessa-nos saber onde esses negros se alocavam? Fossem eles escravizados de ganho ou libertos, quais as condições das suas moradias? Nos casos dos escravizados que fugiam, onde se refugiavam?

Adotando a corrente epistemológica do materialismo histórico dialético, defende-se que o processo de segregação socioespacial percebido na cidade do Salvador no início do século XIX é fruto da contradição existente no âmbito da própria sociedade. Não por acaso, se percebem dois tipos claros de segregação em relação às populações negras. O primeiro deles, situava-se dentro do próprio espaço das áreas urbanas, no qual a classe senhorial e de comerciantes necessita ter próxima a mão de obra escrava, uma vez que estes não só davam conta de garantir a produtividade dos seus senhores, como também toda dinâmica de funcionamento da cidade, conforme já foi mencionado neste texto.

De acordo com essa conjuntura, os negros de variadas nações habitavam no centro urbanizado, muitas vezes coabitando a mesma residência do senhor ou em habitações mais pobres nas proximidades, para garantir um certo controle por parte do seu proprietário. Contudo, isso não invalidava o processo de segregação já que, mesmo na residência senhorial, os locais ocupados por estes trabalhadores compulsórios eram os porões, subsolos, lojas, espaços minúsculos e insalubres (COSTA, 1989). Graham registrou em seu diário que muitos escravizados eram alojados junto com os cavalos, em cubículos construídos na parte térrea das residências. Destaca ainda características das habitações pobres, para os casos de negros que habitavam em espaços ou quartos alugados:

> As cabanas dos pobres são construídas de estacas verticais, com galhos de árvores trançados entre elas, cobertas e revestidas seja

> com folhas de coqueiros, seja com barro. Os tetos são cobertos de palha. (GRAHAM, 1956, p.163.).

Essas moradias poderiam ser de brancos, mas também de libertos ou até mesmo escravizados que dormiam fora da casa do senhor. Thomas Lindley apresenta sua descrição das residências pobres com mais detalhes, apresentando algumas diferenças da descrição realizada por Graham:

> A classe mais baixa, constituída de soldados, mulatos e negros, vive em choças cobertas de telhas e sem forro, dotadas de uma única janela de rótula. Esses tipos de construções diversas (com exceção de uma ou duas ruas), acham-se misturadas umas às outras por toda a cidade, que exibe aparência variegada e desagradável (LINDLEY, 1969, p. 164.).

São descrições diferentes, mas que se referem a considerável discrepância entre a habitação e o privilégio de espaço da classe dominante, em relação aos grupos sociais menos abastados.

Outro tipo de segregação socioespacial relaciona-se às habitações de negros em localidades “distanciadas” do centro urbanizado - as áreas periféricas - sem interesse de ocupação efetiva por parte da camada hegemônica, principalmente pela dificuldade de acesso e distanciamento do trecho comercial da cidade, sendo um período em que os meios de transporte eram escassos e rústicos, também pela presença de uma natureza pouco explorada. Essas áreas, mesmo pertencendo oficialmente a algum latifundiário urbano, a igrejas ou conventos, foram relegadas a ocupação de negros libertos e brancos pobres, cujas casas possuíam aspectos que denotavam pobreza e raro acesso aos equipamentos urbanos. Em geral, eram residências térreas, construídas com estacas preenchidas de barro e cobertas com telhados de palhas de palmeiras (COSTA,1989.).

São esses modelos de moradias, também representados nos desenhos de Johann Moritz Rugendas (1979), que serão considerados na modelagem para o desenvolvimento do museu virtual do quilombo do Cabula. Isso porque a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo figurou como um desses exemplos que possuía o maior número de habitantes libertos, que buscavam principalmente as localidades do segundo distrito para acolhimento, servindo muitas vezes como locais propício a formação de quilombos devido ao grande descaso e falta de atenção das

autoridades baiana. Portanto, é essa segunda situação que contextualiza a história das primeiras ocupações da localidade do Cabula.

2.2.2 Primeiras ocupações da localidade do Cabula

Como foi discutido na seção anterior, a formação dos primeiros arraiais na localidade do Cabula está diretamente relacionada ao processo de segregação socioespacial da cidade do Salvador. Foi uma área preterida pela sociedade branca e escravocrata que se constituiu numa opção de escolha para os povos subjugados. (NASCIMENTO, Iris. 1989.). Inicialmente com ocupação dos povos indígenas, seguida por negros libertos, provavelmente africanos, que construíram no local uma vivência autônoma e alternativa, conforme indicou Íris S. S. Nascimento (1989. P.37).

> O estabelecimento de territórios culturais do negro nessas áreas se delineou com uma dimensão cultural tão forte, que esses espaços foram, durante muito tempo, segregados pelo branco, o que reforçou ainda mais o poder de apropriação do negro. A presença do negro nessas lacunas espaciais urbanas se deu com vigor tal que muitos desses lugares assumiram nomes africanos.

A própria etimologia do termo “Cabula” remete a essa vivência e força cultural. Segundo Costa (1989) e Íris Nascimento (1989), sua origem é quicongo, isso é, banto, e representa um nome próprio feminino, a Kabula, que se refere a nomenclatura de ritmo religioso. A etnolinguista Yeda Pessoa de Castro detalha o significado do termo, informando que o Cabula - "Kimbula" - é o toque para Obaluaê e Besseim em Angola (CASTRO, 2005), ratificando também a ideia que faz menção a ritmo religioso de matriz africana.

Nina Rodrigues apresenta a expressão “Cabula” de forma mais complexa, como um ritual, configurando-a efetivamente como uma religião banto de origem congo-angolana, " com hierarquia sacerdotal, liturgia e um corpo de doutrina" (RODRIGUES, 2001, p.58). O sacerdote principal era denominado Tatá (pai) e, segundo o autor, este rito pode ter originado as antigas macumbas do Sudeste e mais tarde, a umbanda e a quimbanda (RODRIGUES, 2001). Kátia Mattoso (2003) destaca alguns fundamentos do ritual banto como o culto de ancestrais ou culto aos mortos, em que os espíritos são forças naturais ligadas ao ambiente como rios, florestas, montanhas protetoras, dentre outras.

No Brasil, ocorre uma adaptação desse culto, uma vez que outros elementos externos, como o culto dos mortos do catolicismo e dos índios, foram introduzidos nas cerimônias. Nesse sentido, em uma cerimônia de culto banto são invocados espíritos de orixás africanos, mas também de caboclos indígenas, sendo que de forma separada, cada qual em seu idioma, mas em uma cerimônia de transe coletivo (MATTOSO, 2003). Essa prática ainda hoje existe nos variados candomblés de angola da localidade do Cabula. Diante dessa compreensão, a hipótese que se levanta é que a localidade que, naquele momento histórico, foi representada por uma área pouco habitada, inicialmente esteve ocupada por índios que adentraram os espaços de Salvador no momento em que os europeus dominaram as localidades próximas ao mar e posteriormente por negros que fixaram suas moradias nos arrabaldes do centro urbanizado da cidade.

A terminologia Cabula sugere que os primeiros povos africanos a se estabelecerem no local foram de origem banto. De acordo com estudos etnográficos, esses povos africanos, vindos principalmente do Congo e Angola, foram os primeiros cativos estrangeiros adotados como mão de obra na Bahia. Para Maria Inês Côrtes de Oliveira (1997) esses primeiros cativos eram denominados de gentios da Guiné ou negros da Guiné. Termo utilizado para designar os escravizados que, durante a segunda metade do século XVI, eram importados da Costa Ocidental africana, da Gâmbia ao Congo, como reflexo da ocupação dos portugueses sobre o território de Angola, potencializando o tráfico e ocasionando a vinda de negros para o Brasil. Destarte, Angola passa a ser a principal fornecedora de negros para a América portuguesa e espanhola.

São esses negros bantos que passam a ocupar discretamente a área do Cabula e, no decorrer dos séculos seguintes, chegam outros de etnia Ioruba que, ao denotarem resistência ao sistema escravagista, também buscaram refúgio em áreas distanciadas do núcleo urbano da cidade. Ao encontrar abrigo nas matas densas da localidade, esses homens construíram seus arraiais, com constantes momentos de cultos consagrados prioritariamente às divindades de matriz africana, com seus batuques, danças, objetos sagrados e alimentos que, possivelmente também contou com a contribuição de elementos da crença indígena. Isso significa dizer que o Cabula historicamente representou um território de resistência negra, mas, sobretudo, expressou a diversidade étnica, religiosa, social, geográfica, dentre outras, de acordo com a realidade contextual de Salvador.

Grande parte das terras que atualmente são consideradas como miolo da cidade do Salvador, nos Períodos Colonial e Imperial, passaram a chamar-se genericamente de Cabula (FERNANDES, 2004). A primeira doação das terras do Cabula foi realizada pelo primeiro governador geral Tomé de Souza ao seu primo e protetor D. Antônio de Atayde (I Conde de Castanheira). O benefício significou um ato de retribuição do governador ao conde que o indicou ao cargo de governador geral do Brasil. Posteriormente, as terras foram herdadas pelos seus descendentes e passaram a pertencer a D. Eugênia Maria Josefa Xavier Telles Castro da Gama Ataíde Noronha Silveira e Souza, a VII marquesa de Niza. (VASCONCELOS, 2002).

Sabe-se que o processo de fragmentação e doações de terras às famílias nobres portuguesas foi uma prática comum no Período Colonial, seguindo a lógica da camada hegemônica. Sendo assim, as terras do interior da Bahia estavam compartimentadas entre os descendentes de duas famílias portuguesas de renome, a Casa da Ponte e Casa da Torre. As terras localizadas no entorno do antigo núcleo urbano da cidade de Salvador também foram doadas e o principal favorecido foi a Casa de Niza, ou seja, título nobiliárquico dos descendentes de D. Vasco Luiz da Gama, conquistador lusitano (SOUSA, 1755). Além das terras do Cabula, a VII marquesa de Niza recebeu terras em Itaparica e ilhas do entorno, Rio Vermelho, Arembepe, Capoame, dentre outras localidades (TEIXEIRA, 1978) que, posteriormente, no ano de 1839, vendeu para um importante e rico latifundiário urbano, conforme será discutido no capítulo seguinte.

Ainda que as terras do Cabula tenham pertencido à referida família nobre, não há indícios que comprovam a efetiva ocupação e utilização do solo pelos membros dessa família. Pelo contrário, foi uma herança administrada à distância, por meio de representantes e procuradores (TEIXEIRA, 1978). Não por acaso, a ausência de fiscalização e má administração na perspectiva senhorial dessas terras da casa de Niza, fez com que essas localidades periféricas fossem ocupadas pelas camadas mais pobres da cidade, como pequenos agricultores e negros libertos. No caso específico do Cabula, a área estava localizada a pouco mais que cinco quilômetros do primeiro núcleo urbano de Salvador e mais ou menos com a mesma distância da Baía de Todos os Santos. Era considerada pelos portugueses como uma localidade inóspita com colinas e morros elevados, originalmente com mata atlântica fechada, rios e pântanos.

A área havia sido ocupada por aldeias Tupinambás (BARQUEIROS, 2011) [128], povos originários, que logo passaram a acolher ou ao menos permitir que negros libertos ou fugidos da escravidão iniciassem a construção de arraiais (FERNANDES, 2003). Sugere-se que a presença desses índios Tupinambás em parceria com negros da localidade tenha resistido a períodos posteriores ao "quilombo" do Cabula, isso porque, em documentos referentes à batalha pela independência da Bahia, grupos indígenas são mencionados como residentes do bairro, fazendo parte da resistência contra as tropas portuguesas.

> He verdade que os taes Tupinambás, fazendo brigada com os primos de todas as castas não se atrevem nem a olhar para as nossas trincheiras; mas escondidos aos bandos pelos matos, e capitaneados por alguns beneméritos, que forão da cidade para fora, tem feito proezas dignas de honra a memória.(...) Diz a fama, o clamor e a indignação pública que os facciosos de dentro sahem quando querem, entrão para observar o aqui se passa, e para dizerem aos sitiantes o que hão de fazer, dando-lhes couto em casas do Cabulla. (Jornal Idade d' Ouro. 27 de setembro de 1822, folha 1. Apud MESQUITA, 2016.).

De acordo com a informação, os indígenas Tupinambás, juntamente aos outros moradores do Cabula, provavelmente negros libertos e fugitivos, atuavam sutilmente empreendendo emboscadas contra ás tropas lusitanas. Nessa perspectiva, não é demasiado supor que índios residiam no Cabula antes da formação do "quilombo", mesmo não constituindo aldeamentos. Além disso, o estudo do historiador André de Almeida Rego (2014) apresenta coerência com o proposto, ao comprovar que as localidades do entorno da capital, principalmente no sentido norte, eram ocupadas prioritariamente por grupos Tupinambás[129].

Na literatura histórica do final do século XVIII e início do XIX, o Cabula já aparece nos relatos de Vilhena como ponto de passagem, um ponto estratégico, mais especificamente estrada:

> Três são as estradas, que dão entrada na cidade; e vem a ser a das Boiadas, a das Brotas, em que se incorpora a do Cabula, e a do Rio Vermelho; todas elas vêm saindo a cada passo em gargantas, sem desvio para um ou outro lado [...]. (VILHENA, 1969. p.226.).

---

[128] Ao trabalhar a presença indígena na construção da cidade do Salvador, a historiadora Maria Hilda Barqueiro sugere que algumas aldeias indígenas no século XVI podem ter fornecido mão de obra para a construção da cidade. Dentre essas, são identificadas cinco entre as localidades de Brotas e Cabula.

[129] O historiador faz discussão sobre os grupos indígenas dos arrabaldes da cidade no quarto capítulo de sua tese de doutorado, intitulada "TRAJETÓRIAS DE VIDAS ROTAS: TERRA, TRABALHO E IDENTIDADE INDÍGENA NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1822-1862).

As estradas e seus entroncamentos potencializaram inícios de povoamento. Essas vias terrestres representavam o elo que ligava o interior da capitania à capital ou mesmo o entorno da cidade ao centro urbanizado. Trilhava-se pelas estradas “a cavalo, dorso de mula ou mesmo a pé” (MATTOSO, 1992). Os caminhos eram abertos por boiadas, estratégia utilizada por colonos portugueses do século XVII, cujo intuito era iniciar a exploração do interior da então capitania da Bahia (MATTOSO, 1992).

Com o passar do tempo, os interesses pelas estradas se ampliaram, pois, além de oferecerem acesso à exploração do interior, elas passaram a representar mais um ponto de transporte de mercadorias, como o gado, quando não era possível utilizar o meio fluvial. Os pleitos pela utilização das estradas aumentam à medida que se intensificam o poder, expansão e consumo das grandes casas de latifundiários: a casa da Torre, dos Garcia D’Ávila e da Ponte, dos Guedes de Brito (LOPES, 2009).

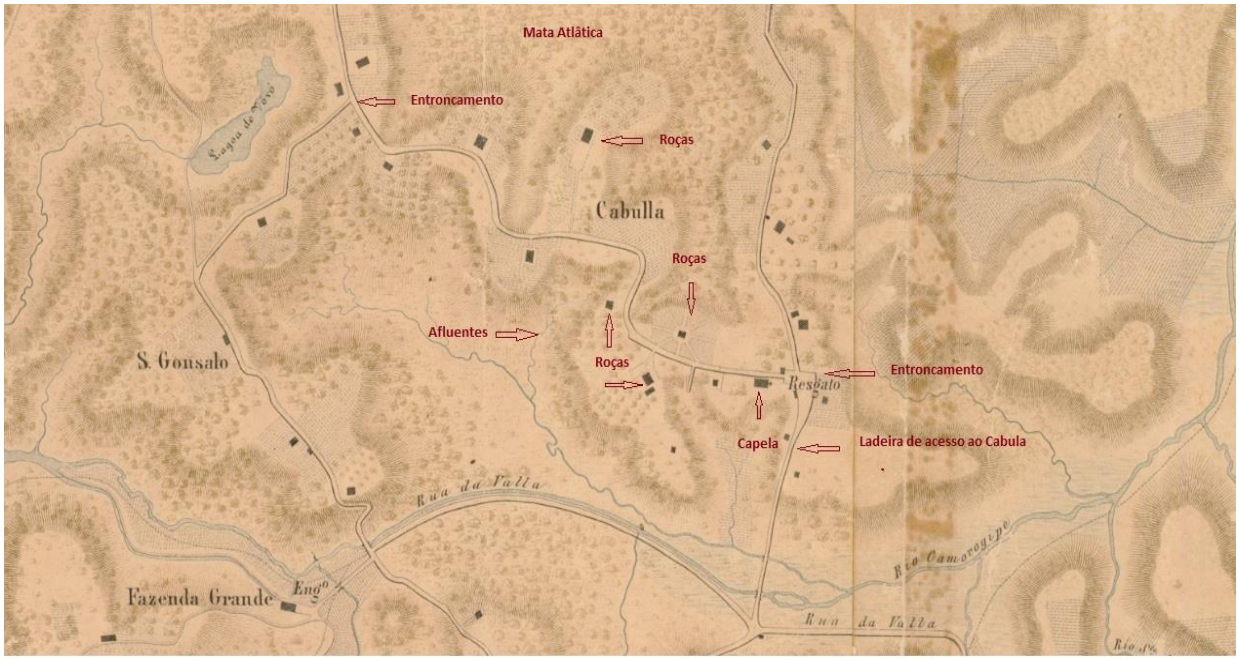
Estudos de Cid Teixeira (1998) apontam que, na Bahia, havia duas estradas que se fixaram. A principal foi a Estrada Real das Boiadas, rota existente desde o início do século XVII, mas que só recebeu atenção do governo da Bahia a partir da metade do século XIX, “quando foram iniciados os trabalhos de alargamento e nivelamento, com a finalidade de facilitar o trânsito para as boiadas e para os viajantes que vinham do sertão” (LOPES, Rodrigo Freitas. 2009. p.42.). O fluxo e extensão dessa estrada era o maior da província, convergindo para Feira de Santana e de lá para outros domínios no interior. A principal mercadoria transportada nesta estrada, conforme sublinhado, foi o gado, para atender às necessidades dos engenhos e também para abastecer a capital.

A estrada pioneira, praticamente a única durante todo o século XVI, foi a estrada que articulava povoados do interior da Bahia à capital, cuja rota incluía o Cabula como ponto de passagem, conforme mostra a descrição de Cid Teixeira:

> Vindo das terras do Vale do Vaza Barris até Sauípe e Tatuapara, fazendo sua rota próxima ao que hoje se chama ‘Estrada do Coco’ até Itapuã, donde, após descanso na Fazenda de São Francisco, dos padres de São Bento, atingia o Cabula e daí o centro urbano (TEIXEIRA, 1998, p.26).

A informação do autor sugere que a estrada, que incluía o Cabula como parte da rota, representou considerável importância no início do processo colonial, mas posteriormente, as atenções dos comerciantes de gado se voltaram para a estrada das Boiadas. Sobre essa perspectiva, a estrada do Cabula, que se associava a Brotas, bem como a estrada do Rio vermelho, não eram relevantes para as autoridades da Cidade da Bahia. Representavam rotas que ligavam o núcleo urbano aos pontos suburbanos da capital, ponderando os desafios e barreiras naturais para ter acesso a essas localidades, como se observa na figura 05.

Figura 05 – Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll na metade do século XIX – A estrada do Cabula.



Fonte: Os mapas utilizados como base cartográfica formam gentilmente cedidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), a partir de um trabalho realizado em parceria com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). A edição foi realizada pela pesquisadora.

Em geral, as estradas do período colonial não ofereciam segurança aos seus transeuntes. Vilhena (1969) afirma que todas as estradas citadas eram estreitas, seguindo como gargantas sem desvios, cercadas por mata densa e silvestre, com trechos de grandes desfiladeiros. Para este observador, essas estradas poderiam representar locais propícios a emboscadas e ataques.

Para uma análise diante do momento de escravidão, o entorno dessas estradas poderia possibilitar a formação de moradas ocultas de escravizados fugidos. No caso da estrada do Cabula, cujos traçados já aparecem no cartograma

produzido por Carlos Weyll, publicado na Alemanha, em 1851, mas que pode ter sido levantado entre 1845 a 1846 (VASCONCELOS, 2002), fica evidenciada a presença de terreno úmido, bom para plantação e de algumas escassas construções, como aponta a figura 05. Ressalta-se que o cartograma elaborado não contempla toda a localidade do Cabula, este se limita ao trecho representado como estrada. Levanta-se assim a suposição de que o autor não representou os espaços que aparecem na historiografia como territórios de resistência negra, devido à mata densa, e por sua ocupação ser prioritariamente de negros libertos. Em suma, era um espaço considerado de menor importância para a sociedade soteropolitana.

Na representação cartográfica, identificam-se construções como a capela construída na parte alta da ladeira que segue para estrada do Cabula. Essa capela é posterior ao momento de existência do quilombo do Cabula, mas não inviabilizou outros momentos de resistência negra nas proximidades. O templo foi edificado pelo padre Francisco Gomes de Souza em 08 de setembro de 1820, em uma área distanciada do núcleo urbano da época. A priori, voltava-se à invocação do Santíssimo Coração de Jesus e abrigou um estabelecimento para as meninas órfãs que, sete anos depois, foi transferido para um prédio na “rua da Cova da Onça”. Nesse momento, a capela muda sua invocação para Nossa Senhora do Resgate (SALGUEIRO, 1982).

As capelas erguidas em espaços dispersos no território estavam geralmente ligadas a uma igreja matriz/freguesia e mais associadas a outros pontos de povoamentos como engenhos, roças, pousos, entrepostos etc. A intencionalidade era realizar um controle da ética cristã, mesmo em se tratando de uma área de ocupação esparsa. Com efeito, a presença de uma edificação religiosa no local conduz a interpretação da presença de pequenos “povoados” ou roças nas proximidades, isso porque, mesmo uma simples capela, necessita de fiéis para se manter. Com base nesse argumento, é possível supor que alguns pequenos roceiros cultivavam na região. No entanto, salienta-se que a mata densa e virgem era prioritária neste cenário até metade do século XIX, conforme será modelado. Essa lógica também pode ser observada na figura 05, em que as raras ocupações da área se formavam nas proximidades da estrada do Cabula e demonstravam incipientes plantações, provavelmente de laranjas e hortaliças, próprias para consumo, aproveitando o terreno úmido e irrigado pelos afluentes do rio Camarajipe.

Nos pontos de entroncamentos da estrada, há concentração um pouco maior de ocupação. Apesar disso, nota-se que as roças ali localizadas quase não mantinham comunicação entre si e dificilmente mantinham comunicação com o núcleo urbano da cidade da Bahia. Seu acesso ao trecho mais populoso da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo ocorria por dois caminhos: ou pela estrada de São Gonçalo, que apresentava raríssimas roças no caminho e que desemborcava na Baixa de Quintas. Ou pela ladeira a que se chama Cabula, trilha mais deserta, e cortada pelo rio Camarajipe, que ficava na Rua da Vala, de difícil acesso.

A descrição do cartograma indica que o Cabula era pouco frequentado por habitantes pertencentes à classe hegemônica da cidade e da freguesia a qual pertenceu, sendo provavelmente local de ocupação de brancos pobres, que construíram suas roças ou lavouras de subsistência, mas principalmente de negros libertos, que muitas vezes acoitavam negros fugidos da escravidão. Portanto, para uma compreensão posterior do espaço que abrigou o “quilombo” do Cabula, é necessário adentrar nos territórios de resistência negra, locais que não foram representados por Weyll. Por serem protegidos pela natureza, são mais “afastados” do núcleo urbano e possibilitam maior “autonomia” aos negros residentes.

2.3 TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA NEGRA II: COMPREENSÃO SOBRE OS QUILOMBOS

Adentrando as matas do Cabula, para além dos espaços apresentados no mapa de Weyll, encontravam-se arraiais de ocupação negra, na qual pequenos núcleos residenciais se ramificavam, formando um espaço de resistência negra. Na compreensão das autoridades da época este local se configurou como um quilombo, "o quilombo do Cabula".

Para continuar a análise da localidade do Cabula no início do século XIX, é imperioso compreender o significado e as características de um quilombo, para então se estabelecer o perfil do caso específico do Cabula. Também apresentar um breve histórico dos quilombos de Salvador, além de mapear e analisar o espaço físico que abrigou a história do quilombo do Cabula.

2.3.1 O fenômeno do aquilombamento: significado, características e perfil

No âmbito da resistência escrava no Brasil e principalmente na Bahia, muitas foram as formas de expressão e manifestação de luta e negociação contra a opressão ocasionada pelas relações escravagistas. Ocorreram movimentos individuais de negros como assassinatos, suicídios, fugas, morosidade no trabalho, dentre outros. E movimentos coletivos, como a formação de quilombos, fugas coletivas e insurreições, tanto no campo quanto nas cidades (REIS E SILVA, 1989). Em meio ao caráter multifacetado da resistência escrava, a historiografia contemporânea é categórica ao considerar a organização de quilombos como a mais eficiente. Os quilombos denotavam a contradição no interior do próprio regime escravista e inspiraram momentos de instabilidade na camada hegemônica, tanto em aspectos sociais, quanto econômicos (MATTOSO, 2003).

A etimologia da palavra quilombo tem origem banto e provém do grupo étnico Mbundu, a qual se refere a acampamento de guerra ou arraial improvisado. Enquanto que mocambo significou esconderijo (SCHWARTZ, 2001) e de acordo com Gomes (2015), o *"mukambu"* significou, segundo as línguas *Kimbundu* e *kicongo*, suporte com forquilhas utilizadas para construir barracos de taipa nos acampamentos. No Brasil e principalmente na Bahia, até o século XVII, o mais habitual na sociedade senhorial era utilizar o termo mocambo e secundariamente quilombo. Ambos os termos, na concepção da sociedade senhorial, se referiam à ajuntamentos que continham negros fugidos, o que é um entendimento mais complexo do que considerá-lo como uma comunidade apenas de negros fugitivos. Tal afirmação se respalda nos casos de arraiais com moradias de libertos, presença de desertores militares, indígenas e até de brancos pobres que, por acolherem negros fugidos, foram denominados de quilombos por senhores e autoridades dos períodos Colonial e Imperial, como ocorreu no exemplo da comunidade do Cabula.

A preocupação e necessidade de precaução das autoridades coloniais sobre os casos de fugas de escravizados era grande, de maneira que, desde a experiência de resistência da comunidade de Palmares, as ordens régias e também municipais de controle foram se tornando austeras. Em 06 de março de 1741 a coroa, por meio do Conselho Ultramarino, decretou uma provisão que passou a conceber que todo e qualquer espaço que abrigasse mais de cinco escravos fugitivos era um quilombo, mesmo que estivessem alocados em espaço despovoado, sem ranchos levantados

ou pilões (Provisão de 6 de março de 1741. Biblioteca Nacional de Lisboa apud Lara, 2000). Não satisfeitos com a provisão real, em função do aumento das fugas de escravizados, autoridades locais decretaram leis provinciais que ordenavam ataques a localidades que abrigassem a partir de dois escravos fugitivos (MATTOSO, 2003).

Na Bahia, os primeiros registros sobre repressão contra mocambos datam do final do século XVI, quando uma expedição liderada pelo então governador-geral Luís de Brito Almeida destruiu o ajuntamento cuja localização específica é desconhecida (MOURA, 2013), provavelmente em uma das suas diligências pelo interior da capitania em busca da descoberta do ouro (VILHENA, 1969).

No decorrer do século XVII, novos registros indicam que a capitania da Bahia representava um território propício à formação de quilombos. Foram descobertos grupos em Itapicurú (1601), mocambos no entorno da cidade de Salvador (1603), freguesias em Maragogipe, Paraguassu e Jaguaripe (1667) e, no final do século, as autoridades temeram novas ameaças de levantes com mais de cem escravizados e a possibilidade de uma articulação com quilombos da região de Camamú (GOMES, 1995).

Estudos realizados pela historiadora contemporânea Silvia Hunold Lara sobre a legislação régia concernente às questões de cunho socioeconômicos, que envolveram escravizados e senhores, comprovam uma preocupação, ainda que tímida, da coroa com os movimentos dos quilombos. Porém sempre alertando as autoridades locais para mediar as relações sociais da colônia, apelando para a cautela e parcimônia, evitando assim os excessos na aplicação dos castigos dos senhores sob os escravizados, bem como nas expedições de destruição aos mocambos. Nessa linha, destaca-se o alvará de 10 de março de 1682 (Código Philipino ou Ordenações do Reino, 2000), que trata da situação de negros fugidos que se acoitavam em Palmares. Neste, o príncipe regente[130] autorizou a repressão armada e solicitou ajuda da população para que fizesse a delação ou entregasse cativos por 12$000 réis por cabeça, isentando a fazenda real dos gastos com a expedição, transferindo tais gastos aos senhores - Uma prática comum no período. No mesmo documento, o príncipe regente orienta as autoridades locais sobre como deveriam proceder com os prisioneiros, detalhando as possíveis situações dos

[130] Durante esse período, o príncipe regente foi Afonso VI, O vitorioso (dinastia Bragança)

negros e seus encaminhamentos, sejam estes forros, cativos, criminosos antes da fuga, menores descendentes e outros.

Essa preocupação também esteve presente na carta régia de 26 de novembro de 1697 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1697. Apud Lara, 2000), que é a resposta do rei à carta anteriormente enviada pelo governador geral do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, sobre punições aplicadas a pessoas ou grupos que acoitavam escravos fugidos, bem como os que vendiam mantimentos a esses fugitivos. Nesse caso, o rei solicitou cautela ao dito governador, inferindo que este não castigue os inocentes, antes faça as devidas averiguações.

Outra carta régia, datada de 24 de setembro de 1699 (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1699. Apud Lara, 2000), refere-se à resposta do rei de Portugal a uma carta enviada pelo já citado governador geral do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Meneses, a qual relata, em 8 de junho do corrente ano, sobre os roubos e danos ocasionados pelos negros fugidos nas estradas da capitania. Na correspondência régia, o rei informa estar ciente de que os governadores das capitanias em casos como os relatados, tinham por costume enviar escoltas lideradas por capitães-do-mato para realizar o aprisionamento e, nesse caso, tudo que ocorresse no processo da expedição deveria ser investigado. Caso houvesse mortes acidentais ou oriundas de resistências dos calhambolas[131], o governador não deveria prosseguir com a investigação, pois o escravo que mata é condenado à morte, isso até 1876, quando foi abolida a pena de morte no Brasil (MATTOSO, 2003). Se o assassinato fosse voluntário, ou seja, sem que houvesse resistência da parte dos aquilombados, os soldados da expedição seriam punidos.

A carta não revela quais punições deveriam ser aplicadas aos soldados. Isso conduz a conjeturar que ficou a cargo do governador geral. Mesmo assim, ficam constatados, pelas constantes intervenções da coroa em relação as ações dos “senhores e autoridades da terra” sobre os escravizados, que muitas ordens régias nem sempre foram acatadas. A dinâmica nas relações de poder na colônia era orientada pela realidade/necessidade de seus habitantes.

Nesse cenário referente ao período seiscentista, observa-se nos documentos mencionados que, embora haja um vigoroso movimento das autoridades locais, dos senhores de engenho e negociantes, quanto à tentativa de obter um controle sobre a formação de quilombos na colônia da América portuguesa, verifica-se o forte apelo

[131] Termo utilizado para designar negros fugidos, isto é, quilombolas.

da coroa por cautela nos castigos aplicados aos escravizados e nas irrupções aos quilombos.

No século XVIII, a situação e os conflitos entre escravizados e camada hegemônica se agravam. Os registros documentais comprovam que houve proliferação de formação de quilombos por toda Bahia, perceptíveis graças às muitas reclamações das autoridades sobre atividades quilombolas, relacionando-as aos saques, insultos e roubos. Sabe-se que, em muitos casos, as pilhagens foram realizadas para garantir a sobrevivência desses sujeitos e seus grupos, mas isso fomentou um clamor geral da camada hegemônica, em meio ao sentimento de insegurança. Isso fez com que se institucionalizassem, paulatinamente, os métodos de repressão aos mocambos (GOMES, 1995). A medida em que aumentava a quantidade dos grupos de fugitivos, também se multiplicavam leis na tentativa de inibir tal proliferação. Diante dessa compreensão sobre a difusão dos quilombos, questiona-se: como ocorria a formação desses agrupamentos? O que o quilombo representou segundo a perspectiva dos cativos e na perspectiva dos senhores e autoridades locais? Como esses agrupamentos se mantinham no anonimato?

As respostas a essas questões não são novas e foram profundamente estudadas pela recente historiografia da escravidão. A discussão e diálogo com as produções desses historiadores são imprescindíveis para se compreender o contexto específico do quilombo do Cabula. Portanto, de acordo com estudos realizados por Kátia Mattoso, Flávio Gomes, Edison Carneiro, Stuart Schwartz, Donald Pierson, Pedro Pedreira, João Reis, Clóvis Moura, dentre outros, a premissa básica de formação de um quilombo é o acolhimento a negros fugidos ou de pessoas marginalizadas no sistema escravagista.

Em âmbito geral, formaram-se quilombos em áreas rurais, ou seja, " zonas férteis, próprias para o cultivo de muitas espécies vegetais e ricas em animais para caça e pesca" (CARNEIRO, 1947), com povoamento esparso, cercados por florestas, até mesmo quando incidiram no perímetro urbano de algumas cidades brasileiras, em pontos de acesso difícil e com distância "segura" dos centros urbanizados das cidades. Em alguns casos, como o Cabula, próximos a estradas com pouco movimento.

Na trajetória histórica, alguns momentos foram favoráveis ao aumento da formação de quilombos, como nos períodos de conflitos coloniais que ocasionaram a

intensificação de fugas de escravizados devido à instabilidade na segurança, com indícios de que “os escravos percebiam que os senhores estavam divididos e as tropas, desmobilizadas para repressão, portanto, havia maior possibilidade de sucesso para suas escapadas”. (GOMES, 2015, p. 13). Outro momento marcante, que inclusive contextualiza o estudo sobre o quilombo do Cabula, bem como a ocorrência de inúmeras revoltas na Bahia e Brasil, foi o período de expansão econômica, na qual a necessidade crescente por mão de obra escravizada que visava atender a demanda do mercado mundial, encheu cidades e campos de africanos, que em atos de fugas, muitas vezes organizavam quilombos.

Para o escravizado, a fuga era uma opção arriscada e desesperadora, pois dependia de uma conjuntura de fatores que deveriam estar articulados, como “ocasião oportuna, apoio de acoitadores eventuais, solidariedade de outros escravos, além de estratégias para permanecer oculto o maior tempo possível” (GOMES, 2015, p. 15). Nesse aspecto, as redes de relacionamentos sociais podiam facilitar o sucesso nas escapadas. Gomes (1995) infere que fatores econômicos e demográficos tiveram impactos nevrálgicos sobre as formações de comunidades contendo fugitivos.

Sobre o perfil dos habitantes dos quilombos, sabe-se que predominavam os africanos e seus descendentes. Contudo, nesta tese, considera-se que não era rara a presença de brancos pobres e negros forros habitando em comunidades consideradas pelas autoridades e senhores como quilombos. Para Mattoso (2003) e Reis (1995), os homens livres brancos ou negros forros que integraram um quilombo foram aqueles marginalizados pela sociedade, por terem cometido algum delito, roubos, assassinatos, deserções ou simplesmente por não terem encontrado um espaço de emprego e vivência na cidade. Também índios pressionados pela expansão lusitana.

A partir dessa compreensão, somos compelidos a contestar a abordagem de Edison Carneiro (1947), que defende a constituição de quilombos como reflexo prioritário da busca pela vivência da cultura e do estilo de vida dos africanos. Segundo esse autor, os negros que organizavam os quilombos em sua maioria eram negros recém-vindos da África e não os negros crioulos (CARNEIRO, 1947). Corroborando com Kátia Mattoso, entende-se que, no geral, a organização de um quilombo não é um planejamento premeditado, este surgiu espontaneamente, imerso no contexto de resistência. Populações diversificadas se agruparam nesses

espaços que continham negros fugidos da escravidão, mas também negros libertos de variadas nações africanas e mesmo nascidos no Brasil, até indígenas se acoitavam nas chamadas comunidades quilombolas.

Em suma, seus habitantes são vítimas de alguma lei discriminatória (MATTOSO, 2003.). Nessa perspectiva, os quilombos são espaços de luta, ainda que alguns estudiosos do tema os considerem como uma força "pacificada" diante do sistema escravagista[132]. O fato é que os quilombos adquiriram concepções e significações diferentes, segundo o lugar do qual está sendo analisado. Não obstante, para as autoridades e senhores, estes se configuravam como uma ameaça em variados âmbitos da vida socioeconômica por apresentar riscos de aglomerar pessoas que poderiam conspirar e atacar os habitantes das cidades, poderiam obstruir a produção, vias de comunicação e viagens, "agrediam" e "insultavam" a moral e fé católica ao permitir práticas de ritos da religiosidade de matriz africana, curandeirismo e, principalmente, porque influenciavam outros cativos a buscarem a alternativa da fuga (SCHWARTZ, 2001).

Para os escravizados prioritariamente urbanos, o quilombo representa a esperança de uma vivência distante do controle e demandas impostas pelos seus senhores e sociedade. O intento da fuga nasce de uma conjuntura de anseios, inquietações e insatisfações por parte dos negros escravizados como reação contrária ao sistema escravista, poder exercer algumas práticas de sua anterior vida africana, protesto contra as condições impostas aos cativos, mais do que contra o sistema escravista, espaço livre para a celebração dos cultos religiosos de matriz africana, dentre outros fatores. Assim sendo, " o escravo 'em fuga' não escapa somente de seu senhor ou da labuta de sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade" (MATTOSO, 2003. p. 158).

No primeiro momento, a postura de "distanciamento" e busca por espaço e vivência "paralela" ao sistema escravocrata pode dar a pseudoimpressão de relação pacífica por parte dos aquilombados e de permissibilidade por parte das autoridades e senhores que geriram a Bahia antes do Conde da Ponte. No entanto, os documentos revelam que, desde o início da colonização e principalmente após

[132] Katia Mattoso e também Edison Carneiro defenderam a postura pacificadora dos quilombos. Para este segundo autor, em geral, os quilombos não possuíam caráter agressivos. Os quilombolas vivam em paz, numa "fraternidade racial" e que o teor dos documentos oficiais referentes aos assaltos, violências e roubos a localidades e pessoas que permeavam seu entorno, era socializado para forjar uma situação de ameaça social, a fim de que se justificasse a captura e punições contra os quilombolas. (pp. 15 -17).

Palmares, há uma perseguição aos quilombos. À medida que historicamente os índices de fugas foram aumentando, também adquiriram maior envergadura as propostas de repressão e destruição.

A vivência nos quilombos era uma realidade tênue e perigosa. Reis (2003) resume o cotidiano nos quilombos como uma afluência de sentimentos e práticas que envolvem "alegria, apreensão, correrias, conflito e morte" (REIS, 2003, p. 79). Nesse âmbito, seus habitantes necessitavam das redes de solidariedades para se manter no anonimato, seja por meio do auxílio de brancos pobres residentes em seu entorno ou mesmo em cidades e vilarejos, próximos a "pequenos lavradores na tentativa de se integrar à economia local, através de trocas e comércio dos excedentes produzidos nos seus mocambos" (MATTOSO, 2003. p.158), de povos indígenas ou de outros negros alforriados. Essas relações também poderiam significar um aspecto de fragilidade e perigo para a comunidade, pois estavam suscetíveis a delações.

As supracitadas redes de solidariedades contribuíam para a manutenção e abastecimento dos quilombos, logo, a maioria dos quilombos baianos não assumiram um caráter de isolamento da vida social. Pelo contrário, nos relatos do final do século XVIII e início do século XIX, indica-se uma articulação dos habitantes dos quilombos com o meio urbano e com habitantes de outros quilombos[133]. Não obstante, há indícios em fontes históricas de que quilombolas - negros escravizados e fugitivos que se acoitavam em matas do entorno da cidade -, frequentavam e transitavam pelas ruas de Salvador, principalmente durante o turno noturno[134]. Esses negros forjavam estar na condição de libertos. Há ainda relatos de brancos pobres e também libertos que se comunicavam e até frequentavam comunidades quilombolas.

O fato é que, os variados arraiais ou comunidades de libertos que continham fugitivos, simulavam-se uma vivência campesina, como se todos os residentes fossem homens livres sem chamar atenção para a condição de "quilombo" (GOMES, 1995). A partir desse raciocínio histórico, entende-se as estratégias econômicas utilizadas nestes espaços, salientando que eram variadas e complexas. Mesmo quando os documentos oficiais relatam características de uma economia parasitária,

---

[133] Documentos citam prováveis comunicações de residentes dos quilombos com outros negros livre e até mesmo com negros de outros quilombos. O Cabula é um desses exemplos, no qual será aprofundado no terceiro capítulo desta tese.

[134] Ver na próxima seção o caso do quilombo Buraco do Tatu

ou seja, baseada unicamente em saques e roubos, na maioria dos casos não foi e dependia das condições favoráveis no seu contexto de vivência.

Flávio Gomes (1995) afirma que há alguns casos de quilombos predatórios, mas também casos de quilombos cuja economia apresentava-se complexa e integrada à dinâmica econômica da cidade. Foram quilombolas que produziam produtos agrícolas, no geral, plantios de culturas de grãos e tubérculos, cujo excedente era negociado com negros escravizados de senzalas nas proximidades, com taberneiros e até intermediários comerciais, que os negociava nos mercados das cidades ou vilas próximas (GOMES, F.1995). Essa parece ter sido uma das trajetórias de manutenção da maioria dos quilombos que existiram nos arrabaldes da cidade do Salvador, que articulava práticas predatórias, microproduções agrícolas próprias e complementaridade econômica por meio das redes de solidariedades, com diversas camadas da sociedade, inclusive quilombolas de outros mocambos.

2.3.2 Os quilombos de Salvador

A Bahia foi uma das capitanias que mais abrigou população quilombola. Pesquisas comprovam que, em Salvador, as áreas periféricas do antigo centro urbanizado como Mata Escura, Estrada da Liberdade, povoações do Cabula, Armação, Pirajá e Itapuã, originaram-se de quilombos que datavam dos primórdios do Período Colonial (PIERSON, 1945). São localidades originalmente ocupadas por habitantes predominantemente negros, que se identificam com seu histórico de resistência e que, ainda hoje, lutam para obter dignidade em seus espaços de vivência.

Devido a essa historicidade, faz-se necessário entender o breve histórico dos quilombos de Salvador, para posteriormente discutir o caso específico da história do Cabula. Isso porque muitas características dos quilombos de Salvador e até mesmo das estratégias utilizadas na tentativa de destruição destes poderão auxiliar na compreensão do Cabula, em detalhes que podem não estar elucidados nas fontes documentais, mas impressas no contexto social desse momento de início do século XIX.

Sobre os quilombos edificados no entorno da cidade e do centro urbano de Salvador, vale ressaltar que não se trata de residências e organizações fixas nem duradouras. Foram raros os que conseguiram se manter no anonimato por um

período longo. Isso porque as empreitadas com a finalidade de destruição, organizadas pelas autoridades locais, com o apoio da coroa, foram constantes e teve início com a perseguição aos índios que atacavam e assaltavam estabelecimentos e povoações (NETO, 1984). Dos relatos até o momento existente, somente o quilombo Buraco do Tatu durou 20 anos, como pode ser observado no quadro que segue.

Quadro 02 - Quilombos de Salvador

Quilombos/mocambos	Durabilidade	Caráter da expedição antiquilombo
Mocambos próximos a Cidade do Salvador	1603	Diligência liderada pelo Capitão-mor Francisco Rodrigues.
Mocambo no Rio Vermelho	1629-1642	Destruído por Francisco Dias D'Ávila e João Barbosa de Almeida
Quilombo Buraco do Tatu	1743 - 1763	Diligência liderada por Joaquim da Costa Cardoso sob ordens do governo interino.
Quilombos nas proximidades de Salvador	1763	Diligência liderada por Joaquim da Costa Cardoso sob ordens do governo interino.
Quilombo do Cabula	1807	“Destruído” sob o comando do Capitão de Entradas e Assaltos Severino da Silva Lessa, no governo do Conde da Ponte
Quilombo dos Mares	1807	Destruído sob o comando do Capitão de Entradas e Assaltos Severino da Silva Lessa, no governo do Conde da Ponte.
Quilombo do Urubú - abarcou Cabula e Pirajá.	1826	Alguns Capitães-do-mato iniciaram os ataques, que depois receberam a liderança do Coronel Francisco da Costa Branco

Fontes: GOMES (1995); CARNEIRO (1947); PEDREIRA (1962); NETO (1984); SCHWARTZ (2001).

Pouco se sabe sobre esses quilombos que, em 1603, se organizaram nas proximidades da cidade do Salvador que, no período, não havia adquirido uma expansão territorial significativa. É oportuno mencionar que muitas freguesias urbanas não haviam sido fundadas. Na época, o governador-geral Diogo Botelho, conhecido por perpetrar perseguições aos índios (VILHENA, 1969), deu ordens ao capitão-mor Francisco Rodrigues para ampliar a diligência contra tais mocambos (GOMES, F. 1995).

No ano de 1642 foi destruído um quilombo no Rio Vermelho, sob ordens do governo de Diogo Luís de Oliveira, em uma expedição liderada por Francisco Dias D'Ávila e João Barbosa de Almeida. Segundo Edison Carneiro, a formação desse quilombo pode ter ocorrido por consequência da instabilidade econômica ocasionada pela expansão holandesa, o que provavelmente contribuiu para a flexibilidade dos senhores para com seus escravizados (CARNEIRO, 1947.).

De todos os quilombos mencionados e os que ainda o serão, é o Buraco do Tatu o mais estudado pelos pesquisadores. Isso é reflexo do detalhamento das fontes oficiais que revelam dados e até um mapeamento da localidade, o que possibilitou historiadores a interpretar e formular hipóteses sobre questões relacionadas à sua localização, manutenção econômica, organização política, social, estratégias de defesa e redes de solidariedades.

Sobre sua localização, os historiadores Flávio Gomes, João José Reis, Stuart Schwartz, Kátia Mattoso, dentre outros, afirmam que este quilombo existiu nas proximidades de Itapuã. É o historiador Pedro Pedreira que apresenta uma localização mais precisa deste quilombo, sendo "nas proximidades de Salvador, a duas léguas e meia, nas margens da atual estrada que liga Campinas a Santo Amaro de Ipitanga" (PEDREIRA, 1962), sendo o local ainda hoje denominado Buraco do Tatu.

Quanto à sua fundação, há controvérsias entre pesquisadores. Manoel Neto (1984), afirma que este teve início no ano de 1744 e foi destruído em 1763, enquanto Flávio Gomes (1995), confirma que sua existência já era de conhecimento das autoridades desde 1743 e o planejamento da sua destruição iniciou-se em 1760, quando as autoridades baianas organizaram uma campanha expedicionária com objetivo de aprisionar índios e destruir os quilombos erguidos no entorno do centro urbano da cidade. Apesar disso, o quilombo ainda resistiu por mais três anos.

Para Schwartz (2001), foi o 7º vice-rei do Brasil, Dom Marcos de Noronha - Conde dos Arcos -, quem organizou a expedição que descobriu o quilombo. Todavia, acredita-se que pode ter sido o 8º vice-rei, D. Antônio de Almeida Soares Portugal - Marques de Lavradio - ou o governo interino que o seguiu, após sua prematura morte. Questiona-se tal colocação do historiador Stuart Schwartz com base nas informações apresentadas pelo memorialista Luís dos Santos Vilhena (1969), no qual, segundo seus dados, o Conde dos Arcos teria deixado o governo em 09 de janeiro de 1760, sendo o cargo assumido pelo Marques de Lavradio no mesmo dia, ou seja, nos primeiros dias do ano de 1760. Contudo, o marquês ficou apenas cinco meses no poder, falecendo no dia 04 de julho do mesmo ano. Assumiu então o cargo um governo interino, inicialmente representado pelo Chanceler Tomás Robim de Barros que, ao ficar onze meses no poder, pode ter sido o mandante da expedição que fez a descoberta do quilombo.

Essa discussão é relevante para justificar que este quilombo pode não ter sido imediatamente atacado devido às transições governamentais da época e à crise que se sobrepunha a esta, salientando que o governante que assumiu inicialmente buscou-se inteirar da administração pública, para então empreender as ações. Além disso, um outro motivo mais plausível é sobre a força dessa comunidade, que pode ter ocasionado receio nas autoridades em atacá-lo sem uma estratégia mais organizada. Por isso, somente em 1763, com novos representantes desse mesmo governo interino, exmo. Frei Manuel de Santa Inês, Chanceler José Carvalho de Andrade e o coronel Gonçalo Xavier de Barros Alvim, é que foi efetivada a destruição do quilombo do Buraco do Tatu.

Com os relatos oficiais referentes ao momento de destruição e também dada a interpretação dos pesquisadores da nova historiografia da escravidão, pode-se compreender sua história. Assim, o quilombo surpreendeu as autoridades, inclusive pela organização espacial, política e social. Segundo Mattoso (2003), remetia a uma prática banto. A economia era parasitária, isto é, baseada nos furtos e roubos de mercadorias de negros que passavam para vender seus produtos de roças próximas à cidade. Os quilombolas também entravam ousadamente à noite na cidade, com auxílio de outros negros para buscar mantimentos e armamentos. Além disso, no espaço do quilombo, havia roças com pequenas plantações (GOMES, 1995). Em síntese, foram notáveis as redes de solidariedades dos quilombolas do Buraco do

Tatu com outros negros libertos e mesmo escravizados, que ajudavam de alguma forma essa comunidade de fugitivos.

A principal justificativa das autoridades para atacar essa comunidade foi em função dos constantes incômodos e reclamações de pequenos roceiros quanto às ações de seus membros. Alegaram que os quilombolas furtavam e ocasionavam insegurança para os pequenos agricultores que habitavam nas proximidades (MATTOSO, 2003.). Diante do exposto, foi necessário para a repressão uma organização militar, cuja maioria dos combatentes era de índios. E não foi um assalto fácil, pois a localidade era cercada por um complexo e inteligente sistema de defesa, que se apropriava das vantagens naturais para atender às necessidades de defesa e ataque dos quilombolas (GOMES, F.,1995).

Como parte da mesma diligência, outros quilombos na parte ruralizada da cidade também foram atacados. Sobre esses ajuntamentos, até o momento, não há pesquisas que tenham elucidado localização nem histórico dessas comunidades. Apenas uma menção na carta enviada ao Ministro Mendonça Furtado pelo governo interino da Bahia (NETO, 1984) e, também, do retorno da carta do mesmo ministro, no ano de 1765, informando que o rei de Portugal estava ciente e aprovava as ações empreendidas contra "os pretos do quilombo formado nos subúrbios dessa cidade", alertando às autoridades baianas para que não houvesse descuidos nessas missões de destruições dos ajuntamentos (APEB, Ordens Régias, nº 66, ano 1763 -1766, fl 36).

A maior parte dos quilombos atacados no século XVIII ficavam no interior da capitania da Bahia, mas nos arredores da capital a ameaça continuava e a situação se agravou no início do século XIX, com o aumento do fluxo do comércio de escravizados. Diante da recorrente ameaça, o governador da Bahia D. João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito - 6º Conde da Ponte -, nomeado em 1806, direcionou sua gestão para o controle de escravos e destruições aos quilombos.

No ano de 1807, após investigações, o Conde da Ponte determina a formação de uma expedição especial para adentrar as matas localizadas no entorno da cidade, com clara missão de destruir os quilombos existentes. Dentre esses, o quilombo do Cabula e simultaneamente o quilombo dos Mares. O quilombo do Cabula será discutido no próximo capítulo. Sobre o quilombo dos Mares, os registros não oferecem maiores detalhes sobre o modo de vivência dos seus residentes.

Apenas é relatado o transcorrer da ação, no qual o caráter de resistência dos negros foi presente.

Após 19 anos, desde o ataque nos arredores da cidade, outro quilombo foi descoberto nas matas que circundavam o centro urbanizado da cidade. O quilombo do Urubu, que apresentava uma ampla área, compreendendo as localidades de Pirajá, Cajazeiras e Cabula. O Urubu evidenciou a forte representação de uma comunidade de resistência com proposta de insurreição. É importante elucidar que este quilombo não foi uma continuação do anterior quilombo do Cabula, foi uma nova formação que pode ter se organizado após as batalhas pela independência da Bahia na localidade.

Manuel Neto (1984) informa que os ataques, assaltos e agressões dos calhambolas[135] a pequenos roceiros da área do Cabula e entorno, fez com que as autoridades despertassem para a existência e tentativa de extinção desse quilombo. Foi no processo de embate que se notou a extensa área ocupada pelos quilombolas do Urubu e sua força. Para Clovis Moura (1981), o estopim do ataque ao quilombo foi um acontecimento inusitado em que, no dia 15 dezembro de 1826, uma garota foi raptada ao passar com sua família, possivelmente pela estrada ou vias nas matas próximas ao Cabula. João Reis (2003) apresenta detalhes, discorrendo que foi na noite do dia 16 de dezembro que uma família de lavradores surpreende negros carregando alimentos roubados para o quilombo. Temendo denúncia, os negros atacam a família e casas nos arredores do local e, completam o ato, raptando e agredindo gravemente a garota cujo nome era Brízida, uma mulata de 7 a 8 anos, que só foi encontrada posteriormente, sendo conduzida ao hospital da Misericórdia.

Diante da ocorrência, na manhã do dia 17 de dezembro, alguns capitães do mato reuniram-se na intenção de capturar os negros e, ao meio dia, travaram lutas nas matas onde estavam aquilombados. Os negros, em resistência, mataram dois capitães do mato e feriram um terceiro. Foi quando as autoridades da capital enviaram reforços da polícia que adentraram as matas do Cabula, vindos da capital com cerca de 12 soldados e um cabo da divisão militar sob o comando de José Baltasar da Silveira, que deveriam se unir aos vinte praças enviados do Batalhão de Pirajá (MOURA, 1981).

---

[135] São os escravizados fugidos.

Em determinado ponto da densa mata que liga Cabula a Pirajá, um grupo de calhambolas que cuidavam de vigiar o local, ao perceberem a presença dos soldados, acionaram um alarme, no qual emitiam comunicação de ataque com um som por meio de um chifre de boi, demonstrando articulação e organização dos negros do quilombo do Urubu. Nesse momento, uma quantidade considerável de homens emergiu das matas, e atacou as tropas, utilizando armas como facas, facões, lanças, dentre outros. Os registros indicam que foi uma luta sangrenta e que durou todo o dia. Alguns negros conseguiram fugir do cerco, mas foram muitos os mortos e muitas prisões, dentre essas a da negra Zeferina, que lutou bravamente portando arco e flecha.

Com o episódio da missão de destruição ao quilombo do Urubu, as autoridades passaram a investigar as matas do entorno do centro urbano da cidade, buscando novos indícios sobre insurgentes. Casas de negros foram invadidas, muitas prisões efetuadas, instrumentos e materiais de religiões de matriz africana foram apreendidos. Isso comprova que as constantes diligências e ataques aos quilombos da Bahia e principalmente do entorno da capital se tornaram cada vez mais frequentes, mas não inibiram novas formações e tentativas subversivas da parte dos negros.

Após essa breve discussão sobre os quilombos de Salvador apresentados no quadro 02, admite-se que há uma diferença temporal considerável entre a destruição de um para outro quilombo. Isso não significa que, nesses intervalos, que chegaram a durar 121 anos, não houve formação de quilombos nos arredores do antigo centro urbano de Salvador, ou reação de aniquilamento por parte das autoridades e senhores. As lacunas existentes poderão vir à luz por meio de novos estudos, pois acredita-se que muitas fontes documentais ainda se encontram ocultas em arquivos.

A análise do quadro 02 leva-nos a certificar que a comunidade do Cabula fez parte desse contexto de resistência negra que já estava em curso no Brasil e principalmente na Bahia e que, a partir desse início do século XIX, veio se agravar. Por tudo isso, a compreensão sobre os quilombos auxilia no entendimento do caso específico do Cabula e elementos desse contexto são essenciais para uma abordagem introdutória do museu virtual que se pretende desenvolver, conforme será discutido na sequência.

2.4 DESIGN COGNITIVO INTRODUTÓRIO: OBJETOS DO CONTEXO QUE SERÃO MODELADOS

O capítulo que segue busca construir conhecimentos sobre a história do quilombo do Cabula. Antes de iniciar o referido estudo, é imperativo sistematizar os objetos, conteúdos e mapeamentos que serão modelados. Ressalta-se que a importância desse capítulo de contexto foi para situar o leitor sobre a conjuntura, dinâmica e realidade do momento de existência do quilombo do Cabula, de maneira a torná-la legitima interlocutora dos participantes que irão interagir no museu virtual, procurando assim, entender a complexidade histórica envolvida. Isso significa perceber que o quilombo não representou um espaço isolado, mas articulado a sociedade escravista soteropolitana.

Por tudo isso, o contexto contribuirá efetivamente e dialogicamente para a composição do museu virtual do quilombo do Cabula. Este será apresentado como uma parte introdutória do museu, para que o visitante obtenha um entendimento sobre a história de Salvador no período selecionado e, só então, articule com o trecho mais específico da vivência no quilombo.

As técnicas que serão utilizadas para modelar e programar esse contexto são: simulação em terceira dimensão - 3D[136], nos espaços de interação; a simulação em segunda dimensão – 2D, para os acervos e personagens e para conduzir o visitante de um cenário/localidade para outro, utilizaremos a técnica do "*cutscene*"[137]. A proposta é por uma introdução ao museu virtual de forma orientada e intencional da parte da pesquisadora, para que o visitante obtenha uma visibilidade mais ampla dos espaços e conteúdos pretendidos e, ao mesmo tempo, possibilitar uma aproximação dos espaços, vivências, personagens selecionados, monumentos históricos relevantes, dentre outros.

É imprescindível ressaltar que cada elemento selecionado para integrar essa parte introdutória do museu virtual - contexto, foi fruto de análises das fontes bibliográficas, dos relatos e impressões dos memorialistas e cronistas que estiveram na cidade no final do século XVIII e início do século XIX, de fontes iconográficas e principalmente do cartograma produzido por Carlos Weyll que, para essa parte da

---

[136] Considerando a dimensão como qualquer extensão espacial mensurável, definimos a terceira dimensão (3D) como aquela que possibilita a visibilidade de um objeto de forma tridimensional. Enquanto que no 2D essa visibilidade é bidimensional.

[137] São cenas rodadas em arquivos de vídeos. Nesse momento do museu o visitante não terá o controle e será uma estratégia utilizada para avançar o enredo da história.

introdução do museu, é satisfatório. Pretende-se assim, apresentar e justificar cada elemento que estará presente na modelagem. Para tal, engendrou-se a descrição da trama, levantamento dos ambientes e objetos que seguem:

1. Para iniciar o Museu virtual do quilombo do Cabula (MVQC), será apresentado um breve texto explicativo, que contextualizará aspectos sociais da cidade do Salvador direcionado, principalmente, ao tema da escravidão negra. Logo após, o visitante será convidado a imergir no início do século XIX. Nesse momento, aparecerá uma visualização aérea do mapeamento da cidade do Salvador. Optou-se por esse início panorâmico por verificar na página 25 que a porta de entrada da cidade era por meio da Baía de Todos os Santos. Além disso, é importante que o visitante perceba a relação entre a localidade do Cabula e o núcleo antigo da capital. Nesse mapeamento, serão apontadas, ainda em uma abordagem aérea, a organização em freguesias, enfocando as dez urbanas, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 03 – Introdução ao museu virtual: primeira parte da modelagem

Objeto a modelar	Referência utilizada para a modelagem
◘ Representação aérea do mapa de Salvador no século XIX com indicação das freguesias urbanas existentes. ◘ Cartograma antigo.	Utilizaremos como referência para compor essa modelagem o mapa das freguesias representado na página 30.

2. Prosseguindo com design cognitivo da simulação virtual, desta visualização mais panorâmica, vamos paulatinamente aproximando o foco para a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, em uma imersão que culminará na localidade da Soledade, sendo representada em simulação 3D. Tal aproximação deve-se ao fato de que a localidade do Cabula fazia parte desta freguesia. Contudo, conforme foi indicado na página 31, de tão extensa, essa freguesia era subdividida em dois distritos: o primeiro urbano e o segundo suburbano. Em meio à representação do espaço urbanizado, decidiu-se por não representar toda a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo no MVQC, para evitar desvios em relação a ideia central da tese, mas foi considerado imprescindível traçar um caminho que conectasse o trecho urbano da freguesia aos espaços suburbanos, até a localidade do Cabula.

O Largo da Soledade foi o local escolhido, porque como foi discutido na página 32, era o ponto limite da cidade com os trechos ruralizados. Situando-se no Largo da Soledade, apenas para apresentar brevemente a vivência desse primeiro distrito, o participante que interagir com o museu virtual, visualizará o ambiente, os objetos, personagens e edificações relacionadas abaixo.

Quadro 04 - Introdução ao museu virtual: segunda parte da modelagem

Ambiente, objetos, personagens e edificações a modelar	**Referências utilizadas para a modelagem**
◘ Espaço do Largo da Soledade ◘ Área gramada no espaço do Largo da Soledade.	- Utilizaremos o mapeamento realizado por Carlos Weyll para representar o Largo da Soledade. Isso no que se refere ao traçado espacial. (Ver anexo 01) - Para reproduzir a área gramada, a referência é a imagem antiga do Largo da Soledade. (Ver anexo 02).
◘ Edificações: - Parte lateral do Convento da Soledade; - Casas que ficam nos arredores do convento e que ainda conservam arquitetura do período, sendo 04 casas térreas e 05 sobrados compostos por 2 andares e 01 sótão.	- Para a composição desse ambiente em 2D, será utilizada como referência uma imagem antiga do Largo da Soledade (Ver anexo 02).
◘ Objetos: - 02 Árvores no espaço do largo, e coqueiros no cenário, como pano de fundo. - 01 Tabuleiro da atividade do ganho com frutas e raízes, como: mangabas, fruta pão, inhame e jambo, produzidos na Cruz do Cosme.	- As árvores também serão uma reprodução da mesma imagem citada acima. (Ver anexo 02). - Para representar o tabuleiro com as frutas citadas, a referência é uma imagem do século XVIII, cujo autor é anônimo. (Ver anexo 03).

◘ Personagens: - 01 homem representando funcionário público, na porta de uma das moradias; - 01 negra de ganho com um menino negro ao lado, na porta de uma das moradias	- Segundo as considerações sobre a freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, presentes na discussão da página 32, esse era um local habitado pela classe média, como pequenos negociantes, alfaiates, funcionários públicos, dentre outros. Nesse sentido, a imagem que representa o funcionário público teve como referência a tese do historiador Francisco Eduardo Torres Cancela (2012, p. 217). - Para representar a negra de ganho, foi utilizada a imagem do século XVIII, cujo autor é anônimo. (Ver anexo 03).

Para que fique apta à visitação virtual, a estruturação de todo espaço do Largo da Soledade levará em consideração a antiga imagem da localidade, que contém alguns personagens, duas árvores e algumas edificações, inclusive o convento da Soledade, conforme foi indicado no quadro acima. Os personagens do funcionário público e da negra de ganho com um menino ao lado, foram acrescidos à imagem para compor o perfil do primeiro distrito da freguesia, com base nas discussões realizadas no capítulo. Neste momento de aproximação e observação da localidade da Soledade, o visitante poderá passear pelo espaço e para melhor informá-lo, pretende-se inserir breves textos coerentes com as imagens destacadas. As indicações para identificar as edificações e os sujeitos, aparecerão em caixas de diálogos, no qual o acesso ocorrerá ao clicar no link de informação. Os textos explicativos, são o indicativo de interação nesse espaço.

3. Continuando o trajeto, saindo do Largo da Soledade rumo a localidade do Cabula, o visitante poderá realizar uma parada para visitar a fonte do queimado, no lado esquerdo, cuja indicação a essa edificação também aparecerá em caixa alta. Essa foi uma das principais fontes de abastecimento de água da cidade do Salvador (SANTOS, E. 2013), portanto, é importante que esteja presente no museu virtual.

Ao prosseguir pela estreita estrada, cercada por área verde, que é uma característica ambiental própria daquele período histórico, o visitante passará por um dos afluentes do rio Camarajipe e seguirá observando esparsas moradias, que conforme discussão da página 44, eram formadas por cabanas humildes, nas quais as construções referem-se às residências térreas, erguidas com estacas preenchidas de barro e cobertas com telhados de palha de palmeiras. No cartograma constam quatorze edificações que foram representadas por Weyll. As

cabanas constituíam pequenas roças em um ambiente já ruralizado. A localidade descrita é atualmente denominada de "Caixa D'Água".

Na estrada, no caminho para a Cruz do Cosme, será mostrado um transeunte crioulo[138] andando com perfil de camponês, puxando um jumento com carregamento de produção de inhame, na direção contrária, ou seja, caminhando no sentido Soledade. Foi escolhido um personagem crioulo porque esse trecho da cidade era ocupado pela população negra alforriada que, por não ter espaço de moradia mais próximo ao núcleo urbano da cidade, buscavam os locais mais afastados, tal como foi trabalhado na página 44. Por outro lado, alguns destes pequenos produtores negociavam suas produções nos trechos urbanizados da cidade. O jumento foi pensado por ser um animal que, historicamente, foi utilizado para transportar cargas, além disso, se adapta a regiões com topografia acidentada.

Quadro 05 - Introdução ao museu virtual: terceira parte da modelagem

Ambiente, objetos, personagens e edificações a modelar	**Referências utilizadas para a modelagem**
◘ Espaços/ Ambientes - Fonte do Queimado - Afluente do Rio Camarajipe - Estrada estreita cercadas por mata densa - Trilhas na estrada que dá acesso às cabanas humildes da localidade da Cruz do Cosme	- Para representar a fonte do Queimado, utilizou-se o cartograma produzido por Carlos Weyll, no qual aparece a indicação da fonte. Também algumas imagens antigas do final do século XIX (Ver anexo 04). - Para simular as estradas e algumas trilhas utilizou-se como referência o cartograma produzido por Carlos Weyll. (Ver anexo 05)
◘ Edificações: - Cabanas humildes, cujas características são residências térreas, construídas com estacas preenchidas de barro e cobertas com telhados de palha de palmeiras, conforme descrição da página 44.	- Para modelar as cabanas, seguindo as características ressaltadas, serão utilizadas duas fontes: a primeira foram os depoimentos dos viajantes Maria Graham (1956) e Thomas Lindley (1969). A Segunda foi a imagem desenhada por Johann Moritz Rugendas. (Ver anexo 06)

[138] No período histórico trabalhado, negro crioulo significava que era nascido no Brasil.

◘ Objetos: - 01 Jumento - 01 carregamento de produção de inhame no lombo de jumento	- Optou-se por modelar um jumento, por considerar que este era um meio possível de transportar mantimentos e produção. - De acordo com as análises de João José Reis (2008, p.23), a principal cultura da área da Cruz do Cosme era inhame.
◘ Personagens: - 01 Homem negro crioulo, com trajes de camponês.	- Para modelar a fisionomia do crioulo e também para caracterizar as vestimentas camponesa, será utilizada a referência de Rugendas, conforme anexo 07.

4. Continuando pela trilha, chega-se ao entroncamento da Cruz do Cosme, cuja referência aponta para o atual "Largo do Tamarineiro". É uma localidade que se encontrava na divisa entre o primeiro e o segundo distrito da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Afirma-se isso, com base em uma fonte histórica transcrita, disponibilizada em um artigo de Cid Teixeira (1978), na qual a localidade da Cruz do Cosme é identificada tanto como primeiro distrito, quanto por segundo distrito. Embora no cartograma a indicação da Cruz do Cosme esteja direcionada ao entroncamento, acredita-se que toda a área adjacente, isso é, as estradas antes (atual localidade de Caixa D'Água) e depois (atual Pau Miúdo), fossem identificadas no início do século XIX como Cruz do Cosme.

Sabe-se que, o referido sítio, era frequentemente citado nos relatórios policiais com situações que envolviam roubos, assassinatos, acolhimento de negros fugidos e principalmente batuques, que são os candomblés. Foi uma área ocupada majoritariamente por africanos libertos, que possuíam roças e viviam da lavoura, principalmente da cultura era de inhame, que satisfazia o consumo próprio e também para a venda no centro da cidade (REIS, 2008). É nessa localidade de territorialidade negra que haverá uma aproximação e vivência do visitante com personagens da comunidade.

Nesse espaço, os personagens poderão expressar aspectos do seu cotidiano, da sua musicalidade e crença. Nessa estrada, atual Largo do Tamarineiro e localidade do Pau Miúdo, serão construídas três edificações simples: térreas, com apenas uma janela, de barro com telhados de palha, sendo duas exatamente no entroncamento, e uma terceira, que avança na parte mais rural da Cruz do Cosme.

Na porta dessa terceira residência, pretende-se simular um culto de candomblé com cinco personagens, sendo dois africanos tocando instrumentos e três africanas dançando. Esse culto, receberá destaque porque, como foi ressaltado, a localidade era conhecida por seus batuques. Pretende-se colocar um texto informativo para complementar a visita em 3D.

Decidindo prosseguir, o visitante será conduzido para a antiga Rua da Vala, próxima ao rio Camarajipe, obtendo informações sobre a importância desse rio. Podendo assim seguir pela antiga ladeira do Cabula. A opção em conduzir o visitante por esse caminho, foi para contemplar o objetivo principal dessa parte introdutória da simulação, que é apresentar um possível trajeto que o leve a localidade do Cabula.

Quadro 06 - Introdução ao museu virtual: quarta parte da modelagem

Ambiente, objetos, personagens e edificações a modelar	**Referências utilizadas para a modelagem**
◘ Espaços/ Ambientes - Delineamento espacial do entroncamento da Cruz do Cosme - Nesse espaço, o visitante poderá passear observando duas edificações simples em um chão de barro. - Ambiente da rua da Vala e Ladeira do Cabula.	- O design do espaço aéreo da Cruz do Cosme terá como referência um trecho do cartograma produzido por Carlos Weyll. (Ver anexo 08) - Para a modelagem da rua da Valla e ladeira do Cabula, utilizaremos tanto um trecho do cartograma de Carlos Weyll, como uma imagem antiga do local. (Ver no anexo 09)
◘ Edificações: - Cabanas humildes, cujas características são: residências térreas, construídas com estacas preenchidas de barro e cobertas com telhados de palha de palmeiras, conforme descrição da página 44. Sendo que nesse momento da simulação, a perspectiva de observação possibilita vivência em 3D.	- Para modelar as cabanas seguindo as características ressaltada, serão utilizadas duas fontes. A primeira foram os depoimentos dos viajantes Maria Graham e Thomas Lindley. A Segunda foi a imagem desenhada por Johann Moritz Rugendas. (Ver anexo 06).
◘ Objetos:	- A reconstituição dos instrumentos musicais dos negros do século XIX, será realizada a partir de imagem disponível no blog:

- Atabaque - Tambor	http://uranohistoria.blogspot.com.br/p/imagens.html Embora não se possa precisar o design desses instrumentos, nem mesmo da presença do candomblé exatamente no local indicado, buscou-se uma coerência histórica, a partir do contexto trabalhado sobre o período.
◘ Personagens: - 02 Negros africanos com vestimentas de camponês - 03 Negras africanas com vestimentas simples.	- Dos negros, serão utilizadas o modelo anterior de personagem - Para as mulheres, vestimentas conforme as imagens de Rugendas sobre negras no século XIX.

5. Desse ponto, a visita retoma seu aspecto *cutscene*, no qual serão observadas algumas pequenas moradias com as mesmas características já citadas, dois negros com enxadas trabalhando na terra, para ratificar a característica de organização em roças da localidade. Seguindo até a Rua da Vala, onde o visitante obterá uma perspectiva aérea de afluentes do rio Camarajipe, subindo assim a ladeira do Cabula. Em todo esse trecho da rua da Vala, ao topo da ladeira do Cabula, quase não há edificações, sugerindo que, a localidade de difícil acesso, fosse cercada por mata densa em estradas estreitas e perigosas.

Ressalta-se que, nesse momento histórico do quilombo (1807), a Capela do S.S Coração de Jesus, cuja invocação é por N. S. do Resgate, não havia sido construída. Então o que se observará na estrada do Cabula são pequenas roças esparsas, conforme a modelagem da estrada da Cruz do Cosme, sendo que com menos habitações. As estradas descritas apresentarão as características informadas por Vilhena.

Quadro 07 - Introdução ao museu virtual: quinta parte da modelagem

Ambientes, objetos, personagens e edificações a modelar	**Referências utilizadas para a modelagem**
◘ Espaços/ Ambientes - Estrada do Cabula - caminho que	- Para simular as estradas, formam consideradas duas importantes fontes. Primeiro a descrição de

conduz até o quilombo. - Mata densa no entorno da estrada	Vilhena (1969) sobre as características das estradas do período, no qual incluía-se o Cabula. Segundo, o cartograma de Carlos Weyll. (Ver anexo 10). - Para a simulação da mata atlântica densa do Cabula, utilizamos imagens captadas na reserva de mata atlântica do Cascão, que se encontra sob proteção do 19 Batalhão de Caçadores. (Ver anexo 11)
◘ Edificações: - 11 roças com moradias humildes	- Para modelar as cabanas seguindo as características ressaltada, serão utilizadas duas fontes. Os depoimentos dos viajantes Maria Graham e Thomas Lindley. A Segunda foi a imagem desenhada por Johann Moritz Rugendas.
◘ Personagens: 03 negros trabalhado nas roças	- Dos negros, serão utilizadas o modelo anterior de personagem

O roteiro de visitação construído nessa seção, bem como os quadros síntese, faz parte do design cognitivo para construção da modelagem do museu virtual. É imprescindível destacar que esta é uma concepção inicial do museu e só estará completo, quando articulado a descrição do ambiente do quilombo propriamente dito. Sendo assim, no terceiro capítulo, será analisada a trajetória e herança socio-histórica da localidade do Cabula, com enfoque para o momento em que as autoridades da Bahia consideravam-na quilombo.

3 HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA NEGRA NA LOCALIDADE DO CABULA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

O turismo de base comunitária (TBC) ao apresentar como princípio as iniciativas que valorizam e democratizam aspectos ambientais, sociais, históricos, culturais e tecnológicos das comunidades, cujo destaque é o contexto vivencial e realidade comunitária do Cabula, pode funcionar como uma estratégia de luta e resistência diante das mazelas impostas pela sociedade capitalista que, nesse momento histórico, tenta descaracterizar a localidade por meio da acelerada especulação imobiliária. O conhecimento e empoderamento da história ocasionam maior reflexão, conscientização e mobilizam os sujeitos na luta por melhores condições de vida.

As modificações no espaço do Cabula são recentes, começaram a acelerar na segunda metade do século XX, portanto, a memória mais próxima da história que seus atuais habitantes possuem, é da localidade enquanto sítios e roças produtoras de laranjas. As famosas laranjas de umbigo, que durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX abasteceram feiras locais e trouxeram lucros com a comercialização interestadual. No entanto, inspirada por comunidades de resistência negra como Beiru, Engomadeira e Arenoso, é que se busca nesta tese o desvelar de uma história mais remota, do período em que a localidade do Cabula era sinônimo de luta nos espaços ocupados por roças de subsistência, mas principalmente por negros rebeldes. Diante dessa problemática, este capítulo tem por objetivo realizar uma investigação histórica da localidade do Cabula para subsidiar a construção do museu virtual 3D. Não obstante, serão abordados aspectos mais específicos sobre a história do Cabula, no seu momento de quilombo.

É imperioso esclarecer que a polissemia do termo quilombo conduz a múltiplas interpretações. Como foi abordado no capítulo anterior, segundo a compreensão histórica, o termo é pejorativo e aponta para ajuntamentos de grupos sociais de baixo estrato hierárquico que acolheram negros escravizados. Não por acaso, a caracterização da localidade enquanto quilombo foi inicialmente deliberada pelas autoridades coloniais por considerar que, embora possuíssem roças habitadas por brancos pobres e prioritariamente por negros forros, a ação de acolher escravizados fugidos fazia do Cabula um quilombo.

O reforço quanto a identificação quilombola também parte, ainda hoje, de alguns moradores das comunidades mais resistentes, com presença maciça da população negra. No entanto, o direcionamento e orgulho de autodeclarar quilombo urbano, vem de outro entendimento sobre a terminologia que, embora possua a identificação com a característica de resistência, carrega também a responsabilidade por debates, ativismo de cunho político, sobre questões de território, referências materiais e principalmente de pertencimento. Mesmo que o significado de quilombo tenha modificado na trajetória histórica, considerar-se-á nesta tese o Cabula como um “quilombo” - espaço de resistência e de vivência -, para que seja elucidado que a afronta pejorativa da camada social senhorial não ofuscou o sentimento de pertencimento dos sujeitos sociais do século XIX, nem os do século XXI.

Nessa perspectiva, será discutido na primeira parte os caminhos utilizados para a construção do pensar histórico sobre o tema em questão, com a ressalva de que foram variadas as tipologias documentais utilizadas. A escrita da segunda parte versa sobre a história social de luta e resistência negra perpetrada pelos residentes do Cabula, em articulação com o contexto mais geral da sociedade senhorial e escravocrata brasileira e soteropolitana, abordado no capítulo anterior.

Como se busca a produção histórica que propõe a elaboração de uma ferramenta cognitiva mediadora de aprendizagens, que neste trabalho é a construção do museu virtual, cuja premissa não é compartimentar a história, mas oferecer uma concepção ampliada e atualizada, é que as pesquisas não se limitaram apenas ao momento do quilombo. Assim, na terceira parte deste capítulo, a intenção foi compreender a trajetória histórica da localidade após a desarticulação do quilombo, tentando responder: o que foi feito da localidade no pós-destruição? Houve remanescentes dessa comunidade quilombola que continuaram a viver nos arraiais? São questões que auxiliarão no desenvolvimento do museu virtual do quilombo do Cabula, para que a memória de resistência negra da localidade contribua para a posteridade como incentivo a novas lutas.

3.1 CONSTRUÇÃO DO PENSAR HISTÓRICO SOBRE O QUILOMBO DO CABULA E A METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA DAS FONTES HISTÓRICAS

Empreender uma construção aproximada do quilombo do Cabula, com significações coletivas, não é tarefa fácil. Principalmente quanto se pretende articular

uma construção historiográfica convencional à história pública com aporte social. Nesse sentido, objetiva-se não só apresentar o espaço e seus prováveis acervos, mas acima de tudo a interação dos sujeitos sociais, sua vivência e conflitos. Isto é, uma dimensão da vida social dessa comunidade (BARROS, 2005). No âmbito dessa dimensão histórica, buscar-se-á abordar os modelos e mecanismos aproximados de organização social dessa comunidade, como a hierarquização social, códigos e comunicação social; os grupos e suas possíveis relações; a vivência em uma comunidade que vincula práticas do núcleo urbanizado da cidade e adapta ao contexto ruralizado; as relações de sociabilidades como religiosidade, festejos culturais e atividades desenvolvidas em prol da manutenção comunitária.

Diante do exposto, sublinha-se que raras são as bibliografias que discutem sobre o referido quilombo, com riqueza de detalhes que conduzam a construção de um design cognitivo para o desenvolvimento do museu virtual. Dentre essas, destacam-se as produções do historiador da escravidão João José Reis, que pautado na dimensão da história social apresenta efetiva contribuição sobre a história de resistência negra no Cabula em momentos distintos.

Outros estudos foram importantes para uma compreensão inicial sobre a temática, mas não apresentaram um aprofundamento satisfatório para construção de um museu virtual, como por exemplo o artigo *"Os quilombos de Salvador"* escrito por Manoel Antônio Santos Neto, estudioso dos movimentos pela emancipação dos negros, publicado no ano de 1984 na revista marxista "Princípios". De semelhante produção, o artigo *"Os quilombos baianos"*, autoria de Pedro Tomás Pedreira, publicado na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no ano de 1862. Essas obras difundiram apenas um perfil generalizado sobre o quilombo do Cabula, respaldadas em um único documento, a carta no qual o governador geral do período, D. João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, 6º conde da Ponte, narrou a organização e ato de destruição do quilombo ao Visconde de Anadia, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

As demais obras consultadas, apresentaram informações lacônicas sobre a localidade do Cabula, como retalhos, que demandou esforço para pensar em uma lógica de comunidade. Todavia, mesmo as mais breves das informações bibliográficas consultadas instigaram novas investigações em fontes manuscritas e impressas em suas variadas tipologias documentais: ordenações Filipinas, cartas

expedidas ao rei de Portugal, cartas régias, cartas do governo a várias autoridades, correspondências recebidas de autoridades diversas, documentos do Conselho Ultramarino (também pelo Projeto Resgate), alvarás, portarias, escrituras de compra e venda de terras e cartografia histórica.

A priori, a pesquisa foi organizada por período, sendo considerado 1805-1809 – momento de vigência do governo do Conde da Ponte, que abarcou a destruição do quilombo do Cabula. Esse governante foi considerado um dos mais cruéis e intolerantes nas estratégias de controle, perseguições e punições aos escravizados. Suas ações não se restringiram às missões de ataques e destruições a quilombos, mas envolveu a proibição de batuques, acossamentos às práticas consideradas como feitiçaria, controle de horário de circulação de negros pelas ruas da cidade do Salvador, dentre outras (REIS, 2008).

Durante a fase de coleta da documentação, leituras e primeiras análises observou-se que o período estabelecido inicialmente seria extenso, devido ao curto tempo disponível e considerando a proposta da tese, em que a construção histórica, embora complexa, faz parte de uma abordagem mais ampla e interdisciplinar, que ainda contempla o desenvolvimento de um museu virtual em coletividade e para aplicabilidade dos sujeitos engajados na mobilização do turismo de base comunitária. Optou-se, então, por direcionar a busca dessas fontes para o ano de destruição do quilombo (1807) e anos posteriores. De fato, foi uma estratégia de pesquisa mais eficiente, pois a riqueza de conteúdo dos manuscritos passou a nortear a investigação. Primeiro porque aperfeiçoou o trabalho, segundo porque um documento remetia a outros documentos, que em alguns casos retrocedia ao contexto do período principal da investigação.

Na análise inicial das fontes ficou evidenciado que na dinâmica da administração do Conde da Ponte a comunicação entre governo e metrópole foi intensa, de forma que os principais documentos utilizados para o pensar histórico sobre o quilombo do Cabula foram as cartas expedidas ao rei e as ordens ou cartas régias. As primeiras foram significativas por relatar detalhes das operações, tanto em sua fase de planejamento, quanto execução e desfecho. As ordens régias demonstravam principalmente o retorno positivo da coroa para as ações empreendidas pelo Conde da Ponte.

Além das fontes mencionadas, que representaram a comunicação transatlântica, também a rede de comunicação interna auxiliou no desenvolvimento

da compreensão sobre a história do Cabula de forma mais aprofundada. As mais significativas foram as correspondências emitidas do governo para autoridades diversas, tais como para o capitão de entradas e assaltos, Severino da Silva Lessa; para o desembargador ouvidor geral do crime, Sr. Cláudio José Pereira da Costa; para o tesoureiro da câmara do senado, Francisco Pereira Álvares e para o sargento-mor das ordenanças da repartição norte.

As fontes oficiais analisadas (cuja grafia, para as citações diretas, foi atualizada), embora arraigadas de concepções punitivas e depreciativas, próprias da camada social dominante da época, revelaram nas entrelinhas a vivência e dinâmica social dos residentes do Cabula, que ficou mais completa no momento em que a pesquisa foi ampliada para a busca de documentação cartográfica. Os cartogramas utilizados são aproximadamente dos anos de 1850 e 1940[139]. Eles foram basilares para apresentar a delimitação espacial da localidade durante a existência do quilombo e mesmo após sua destruição. Muitas áreas indicadas nos manuscritos como em cartas e registros de escrituras de compra e venda de terras, puderam ser identificadas no cartograma, graças às poucas mudanças no uso e ocupação das terras do Cabula até a segunda metade do século XX.

Foram essas fontes manuscritas e cartográficas que analisadas e associadas às leituras da bibliografia disponível, ao diálogo constante com pesquisadores da corrente da nova historiografia da escravidão e moradores das comunidades, possibilitaram a construção da história de resistência negra da próxima seção.

3.2 TENSÃO, RESISTÊNCIA NEGRA E ARTICULAÇÃO URBANA NO QUILOMBO DO CABULA

Na noite do dia trinta de março de 1807, um grupo de negros aquilombados nos sítios das Barreiras, Venda do Buraco, nas terras dos padres Bentos, Campo Seco e Saboeiro[140], atualmente pertencente a área territorial do miolo da cidade, reconhecida como Cabula, foram surpreendidos com o ataque da força militar

[139] Os mapas utilizados como base cartográfica formam gentilmente cedidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), a partir de um trabalho realizado em parceria com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

[140] São dois os manuscritos que mencionam as localidades que compunha o denominado quilombo do Cabula. O primeiro menciona os sítios das Barreiras, V. do Buraco e Saboeiro: APEB. Setor colonial. Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl. 97-98v. O segundo documento, foi uma correspondência do desembargador ouvidor geral do Crime, Sr. Cláudio Jozé Pereira expedida ao rei, na qual relata os principais lideres do quilombo, e as localidades em que residiam, a saber: Campo Sêco, terras dos padres bentos e sítio da Arêa Preta: APEB. Correspondência expedidas para o rei, n. 144, ano 1808. fl 198.

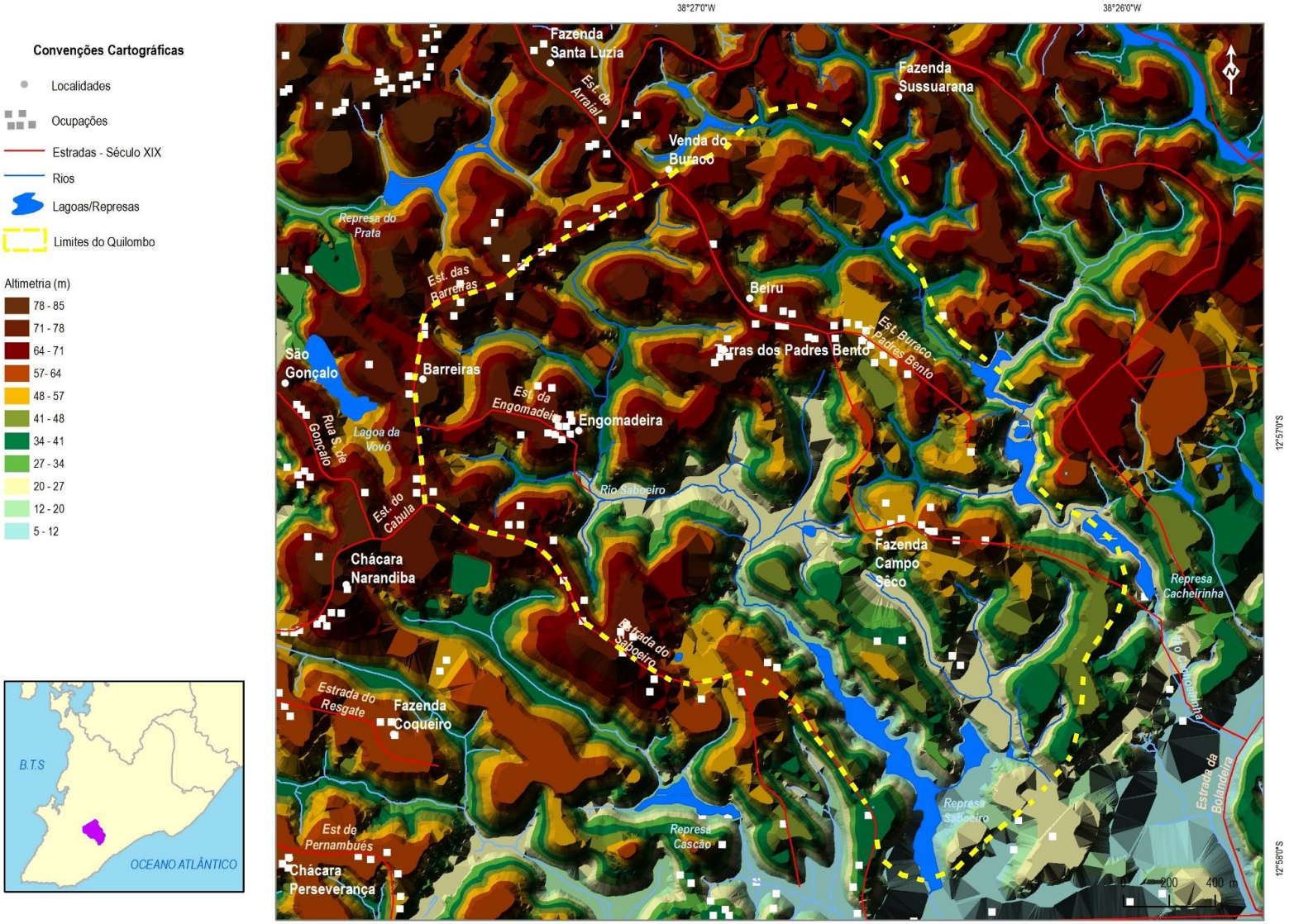
baiana, extraordinariamente organizada para empreender a destruição dos quilombos localizados no entorno do centro urbano da cidade do Salvador - Bahia.

Sabe-se, por meio de georreferenciamento, que embora algumas localidades tenham mantido a mesma denominação do momento da existência do quilombo até os dias atuais, outras modificaram, sendo fruto de desmembramento. Mesmo com o tímido povoamento na área, ao longo do século XIX, também nasceram outras nomenclaturas em pequenos núcleos de povoamentos como Engomadeira e Beiru. Assim, para delimitar a área do quilombo, foram consideradas também as localidades que se encontram ainda hoje no entorno, ou são limítrofes das áreas citadas nos documentos. Seguindo esse raciocínio histórico, pode-se exemplificar algumas áreas: Engomadeira que é uma ramificação da Estrada das Barreiras e que no período não possuía essa denominação; o Beiru/Tancredo Neves, localidade que também não recebia essa denominação no momento de existência do quilombo e pode ter sido uma área integrada ao Buraco ou Campo Seco; Arenoso, área que já foi integrada ao Beiru e, no período quilombola, era conhecida como terras dos padres Bentos. Por fim o Cabula VI, localidade que possuía denominação de Campo Sêco.

Conforme pode ser analisado na figura 04[141] são perceptíveis alguns aglomerados de povoamentos que se localizavam topograficamente nas partes mais altas, diante de um relevo fortemente acidentado, característico do miolo de Salvador. Consequentemente, evidencia-se a presença de vales com formação de rios, fundamentais para o sustento e subsistência dos arraiais, por fornecer água e alimento para os moradores, mesmo com as dificuldades de habitar em uma localidade rústica, com mata densa e de difícil acesso para os que saiam do antigo centro urbanizado de Salvador.

[141]Para a produção do mapa da figura 04 utilizamos uma base cartográfica do ano de 1940, pois não foi encontrado outra representação espacial da área específica, indicada como quilombo do Cabula. Contudo, considera-se que foram poucas as alterações de contexto espacial do início do século XIX até a década de 1940. Estudos apontam que as transformações no uso e ocupação do solo da localidade só começam a ocorrer a partir da década de 50, logo, as observações que são realizadas no mapa deste período, podem ser aplicadas ao início do século XIX, assumindo os riscos de erros, mas ciente de que poderão ser mínimos, levando em consideração os argumentos apresentados.

Figura 06 - Delimitação do quilombo do Cabula



Fonte: Elaborado por Adriano Mascarenhas e pela autora, a partir da base cartográfica datada de 1940, provavelmente elaborado pelo serviço Geográfico do Exército, que cobre principalmente as áreas periféricas da cidade, em um período anterior ao grande crescimento populacional dos anos 40 e 50.

Diante do delicado aspecto geográfico e social da localidade, entende-se o motivo do cuidado nas ações de destruição. Tratou-se de uma missão arquitetada e articulada pelo governador 6º Conde da Ponte, em acordo com as ordens régias, que orientavam medidas cautelosas no processo de investigação dos ajuntamentos, para que o momento da destruição fosse preciso e eficiente (APEB, Setor Colonial. Cartas à várias autoridades, nº 163, ano 1803 - 1808, fls 102 - 102v).

Embora a carta do governador Conde da Ponte ao Visconde de Anadia evidencie a exata área do quilombo do Cabula, é imperativo advertir que toda extensão territorial do histórico Cabula representou espaços cujos movimentos denotavam resistência negra.

3.2.1. A investigação e preparação do plano de destruição

No processo investigativo, o conde da Ponte infiltrou homens da sua confiança com a missão de vigiar negros e examinar prováveis locais, a fim de descobrir rotas de fugas e acolhimentos de escravos fugidos (APEB, Setor Colonial. Carta à várias autoridades, nº 163, ano 1803-1808, fl. 97-98). Ao constatar, sem dificuldades, as numerosas organizações de “quilombos” nas matas que cercavam a cidade, o governador inicia o plano de destruição.

Tal plano e posterior ação requereram cuidados especiais, de maneira que a execução do plano foi documentada detalhadamente em carta encaminhada para o visconde de Anadia, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Também em cartas enviadas ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime, Sr. Cláudio José Pereira da Costa, o que possibilitou o desvelar de uma história de luta e resistência negra dos habitantes do Cabula contra as mazelas da escravidão. Evidenciando estratégias de sobrevivência de um povo que subverteu os parâmetros impostos pela sociedade escravista, na busca de uma tênue liberdade, fato que foi rechaçado durante anos pela historiografia tradicional.

De acordo com a compreensão do contexto sociopolítico da época, os planos que culminaram com a destruição dos quilombos do entorno soteropolitano, em especial o caso do Cabula, fez parte da política de controle aos escravos

implementada pelo conde da Ponte desde o início da sua gestão[205]. Ao que indica a documentação existente tratou-se de uma missão sigilosa, em que só as partes diretamente relacionadas tomaram conhecimento dos planos. O perfil secreto da missão instiga o levantamento de algumas hipóteses, como a força que as comunidades chamadas de quilombos ganharam ao longo dos anos, ocasionando temor à camada social hegemônica, que ao se deparar com a necessidade de enfrentamento, buscou a precaução nos preparativos da destruição. Vale lembrar que conforme foi discutido no capítulo anterior, na Bahia, antes de 1807, ocorreu outras manifestações de resistência escrava por meio da formação de quilombos.

O conde da Ponte, em carta encaminhada ao visconde de Anadia, exemplifica algumas situações de resistências ocorridas na Bahia que não poderiam ser repetidas, como um fato ocorrido em 1795, no governo de D. Fernando José de Portugal. Cita ainda, a importante ação do seu governo na destruição de um grande quilombo no ano de 1806, chamado Oitizeiro, que localizado nas proximidades do Rio de Contas, na Comarca de Ilhéus, surpreendeu a sociedade escravocrata baiana devido a sua organização, relações sociais e aos meios de existência adotados, que contava com articulação comercial com o meio urbano[206].

Outra questão que inspira cuidados no planejar de uma missão de destruição a comunidades resistentes pode estar relacionada a grande quantidade de negros advindos da África que adentraram a cidade do Salvador, desde o final do século XVIII e principalmente no início do século XIX, o que pode ter despertado medo de revoltas, articulações e circulação de informações para as áreas periféricas do entorno da cidade. Caso os planos de destruição aos ajuntamentos fossem difundidos, poderia fazer com que os "calhambolas", como são chamados os habitantes dos quilombos, se preparassem para o enfrentamento com as forças militares ou instigar ao desmembramento dos quilombos investigados com novos atos de fugas. Na verdade, a proximidade dos quilombos com o centro urbano representava um perigo real, pois uma resistência mais forte e preparada da parte

[205] O artigo do historiador João José Reis intitulado: Dono da Terra Chegou, Cento e Cincoenta Acabou? Notas sobre Resistência e Controle dos Escravos na Bahia, que Recebeu a Família Real em 1808, é um dos trabalhos que melhor discute a questão das políticas de controle de escravos impostas pelo conde da Ponte.

[206] Para aprofundar em leituras sobre o quilombo do oitizeiro, verificar artigo: REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In. REIS e GOMES (Org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Verificar também o repositório de documentos do blog Pesquisando a história, que socializa a “devassa quilombo do Oitizeiro”, disponível em: http://uranohistoria.blogspot.com.br/2015/07/devassa-quilombo-do-oitizeiro.html

dos quilombolas poderia colocar em risco os habitantes da cidade, bem como a própria escravidão.

Os constantes casos de fugas de escravizados, insubordinação e ousadia dos que continuavam na condição de cativos caracteriza uma perda do controle governamental e senhorial diante dos atos de "rebeldia", leia-se resistência dos negros. Para que houvesse uma retomada do controle, as medidas a serem adotadas deveriam surpreender o oponente e, portanto, os planos não poderiam correr o risco de serem difundidos. Desde a concepção do plano de extermínio e aprisionamento houve discrição e temor por parte do conde da Ponte, isso fica evidente, pois o comando da missão só foi confiado ao responsável um dia antes da data agendada para a destruição, como indica um trecho da carta encaminhada ao visconde de Anadia

> Mandei chamar no dia 29 de Março deste ano com o disfarce, e cautela necessária o Capitão-mor de Entradas e Assaltos do termo desta Cidade Severino da Silva Lessa, e com firmeza lhe protestei que me ficava desde aquela hora responsável pela dispersão de tais quilombos, para a qual diligência lhe prestaria todo auxilio que me requeresse, não pense Vossa Excelência que ele deixasse de tremer ao ouvir esta minha resolução, e nada mais me respondeu, que partia a executá-la, mas que ficava perdido (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

De acordo com o trecho citado, é evidenciada a importância e perigo da missão, uma vez que o já experiente[207] Capitão de Entradas e Assaltos deixou claro seu temor e, nas palavras do conde da Ponte, tremeu ao ouvir a proposta confessando que "ficava perdido" diante da situação imposta. O sentimento de insegurança do Capitão Severino da Silva Lessa pode ser explicado pelas condições apresentadas pelo conde da Ponte. Seria um ataque imediato, sem tempo para planejar a estratégia mais adequada para a destruição dos ajuntamentos, principalmente em áreas ruralizadas, consideradas de alta periculosidade. Além disso, a área do Cabula já era conhecida como um território de resistência negra.

A preocupação das autoridades com os residentes do Cabula e seus atos de acolhimento a negros foragidos não era novidade. De tal maneira que, no ano de 1780, o então governador D. Fernando José de Portugal nomeou, por meio de carta

[207] Considera-se o Capitão Severino da Silva Lessa experiente, por este ter sido nomeado para o cargo desde 1780, atuando também nessa localidade do Cabula.

patente, o Sr. Severino da Silva Lessa para o cargo de Capitão de Entradas e Assaltos do Distrito do Cabula e demais freguesias como Pilar, Santo Antônio - que já inclui a localidade -, Pirajá e Brotas, com o argumento de que era necessário "evitar-se os continuados roubos, que cometem os negros foragidos, não só dessa cidade, mas os dos engenhos do seu recôncavo, juntando-se para isso em quilombos, dos quais fazem as maiores hostilidades" (AHU. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788). Complementando, o governador tece elogios ao referido capitão do mato, informando que este

> [...] já havia ocupado este posto, com inteira satisfação, tendo antes servido de Porta Estandarte da Cavalaria Auxiliar desta guarnição, com honrado procedimento; e por esperar, que daqui em diante continuará muito conforme a boa confiança, que dele faço. (AHU. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788).

Logo após essa nomeação, seguiu-se outra. Utilizando-se do mesmo argumento, D. Fernando José de Portugal indicou o Sr. Innocencio de Campos para o cargo de Sargento-mor de Entradas e Assaltos do distrito do Cabula (AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). 005, Cx. 191, n. 14031. Ano 1790). Como se a fama da localidade não fosse suficiente, pelo que se verifica nas fontes disponíveis, as poucas informações obtidas na véspera da missão foram passadas pelos homens de confiança do governador.

O local escolhido pelos negros para a formação dos arraiais, denominado de quilombo do Cabula, instiga a suposição de que o favorecimento para morada oculta foi potencializado pelo rico suporte ecológico, o que pode ter ocasionado receio no Capitão de Entradas e Assaltos. Por outro lado, tratava-se de uma localidade que, embora fosse de difícil acesso em relação ao centro urbanizado da cidade, possibilitava certo dinamismo e trânsito de pessoas, abastecimento em relação às necessidades básicas como alimentos, vestuários, ferramentas para o trabalho dentre outros.

Nesse sentido, a comunidade do Cabula não se configura como um quilombo isolado, mas como arraiais integrados sutilmente ao contexto urbano. Essa sutil integração do quilombo ao centro urbanizado de Salvador reforça a ideia do conde da Ponte em manter o máximo de sigilo da missão, que já se mostrava perigosa. Não por acaso, ao assumir a liderança da expedição o Capitão de Entradas e Assaltos organizou sua força de combate, requisitando ao governo a formação de

um grupo especial e bem armado, que só ficou sabendo da missão no dia da execução. Esse grupo foi composto por oitenta homens selecionados da tropa de linha, oficiais do mato e cabos de polícia (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

Afirma-se que se tratou de um grupo especial, porque não era comum até o momento, nos planos de destruição a quilombos baianos, a participação da tropa regular compondo o grupo de combatentes. No aniquilamento do quilombo do Buraco do Tatu, mencionado no segundo capítulo, foram utilizados duzentos homens bem armados, dentre eles "granadeiros, índios da aldeia de Jequiriça e elementos que se ofereceram" para fazer parte do grupo (PEDREIRA, 1962, p. 586). Na destruição ao quilombo do Oitizeiro foram utilizados cinquenta homens nativos Kiriris, residentes da vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, comandados por um Capitão de Entradas e Assaltos (REIS, 1996). Além disso, a ordem régia de 1799 informou que a utilização de tropas regulares deveria ocorrer apenas nos casos de grande força dos quilombos.

> [...] Fica sua alteza real certo, a vista do oficio nº 511, de que Vossa Senhoria dará as competentes providencias para a extinção dos quilombos tão prejudiciais à segurança e interesses dessa capitania; assim como fica convencido de que é mais conveniente ao publico e a real fazenda, que estes ajuntamentos sejam atacados pelos Capitães de Assaltos, devendo auxiliá-los à Tropa Regular no único caso de uma absoluta necessidade pela força do Quilombo.
>
> Palácio de Queluz em 13 de agosto de 1799.
>
> D.Rodrigo de Souza Coutinho. (APEB, Ordens Régias. n. 88, ano 1793 – 1799. fl. 22).

As tropas regulares eram as únicas pagas, por isso, a recomendação de que seus homens só fossem utilizados em casos de extrema necessidade. Assim, a audaciosa missão de destruição quase que simultânea aos ajuntamentos localizados no entorno do centro urbano, representou um momento importante para que o governo mostrasse mais uma vez sua intenção de controle das relações escravistas. Além disso, o porte do grupo, dos equipamentos e armamentos solicitados confirmam a complexidade, importância, periculosidade, necessidade de eficácia da missão e, principalmente, a força desses arraiais, dentre eles o Cabula.

3.2.2 Dinâmicas e relações sociais nos arraiais do Cabula

O ataque aos povoados existentes na área do Cabula revelou a vivência, a organização politizada e a riqueza cultural de um povo, que no início do século XIX buscou a alternativa de uma vida transgressora em detrimento da submissão à condição de escravizados e/ou oprimidos. Pessoas dispostas a enfrentar os perigos imputados por uma sociedade que discriminava os menos favorecidos. Nesse sentido, essa tentativa de destruição revelou que a ideia de quilombo era muito mais ampla do que o significado concebido pela camada hegemônica do período, que atribuía, como foi visto, a local de acolhimento de grupos ou indivíduos fugitivos.

Nesses locais se produzia uma forma própria de garantir a existência, não só pelo enfrentamento dos desafios perante uma natureza rústica, mas também por meio dos cultos aos ancestrais daqueles guerreiros, pela produção de remédios naturais e serviços de cura prestados a pessoas locais e também a necessitados, que mesmo morador da cidade frequentavam a localidade (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

Embora não tenha encontrado dados nos documentos oficiais para afirmar que os residentes do Cabula sobreviveram de pequenas produções de policulturas, como foi a realidade de outros quilombos do entorno de Salvador, nele optou-se, mesmo assim, por modelar pequenas produções. Primeiro porque o Cabula era considerado uma localidade habitada por pequenos roceiros, segundo por considerar que era uma localidade com terras férteis e que, posteriormente, prosperou com uma rica produção de laranja de umbigo e variadas culturas[208]. Isso faz supor que foi possível o cultivo de pequenas roças, a coleta na rica oferta de árvores frutíferas, a prática da caça e também da atividade pesqueira, uma vez que havia rios e lagoas na localidade. Entretanto, nos documentos de cunho oficial, há o destaque para os ganhos materiais dos quilombolas através de roubos a proprietários de fazendas e assaltos a viajantes que passavam nas proximidades do quilombo (APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98).

Os festejos e celebrações regados a “danças, vestuários caprichosos”, muita comida, momentos de bênçãos e orações, faziam parte da vivência dos residentes do local e, provavelmente, atraíam visitantes da cidade que ajudavam no quilombo,

[208] Há possibilidade de que em outros documentos, que até o momento não foram pesquisados, haja menção de prováveis roças e pequenas produções nas terras deste quilombo.

para em contrapartida, obter ganhos espirituais (AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807), como explicita a figura abaixo:

Figura 07 – Representação de festa no quilombo do Cabula[209]

Fonte: Desenho elaborado por Denissena a partir da descrição da pesquisadora.

As riquezas das tradições culturais de matriz africana, expressas nesse quilombo, foram destacadas com desdém e repudio pelo conde da Ponte, que os considerou rituais de "insultos a religião, ataques aos costumes e transgressões de todas as leis, ordens e solicitou providências para a conservação do sossego e tranquilidade publica [...]" (APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98). As fontes manuscritas indicam a autêntica importância religiosa que os cultos de matriz africana, praticado nesse quilombo, representaram para os negros e também brancos das camadas mais carentes. Foi o elo que articulou os quilombolas do Cabula a alguns habitantes da cidade, caracterizados pelas autoridades como: "vadios, supersticiosos, roubadores, criminosos, adoentados" e, possivelmente, facilitou a comunicação com outros ajuntamentos próximos (AHU. Conselho Ultramarino -Brasil-Bahia-. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

Essas práticas de vivência e crença encontradas no quilombo do Cabula, segundo a camada senhorial, denotaram desrespeito às tradições culturais católicas, uma vez que poderia agregar povos de diversas nações africanas em uma lógica de crença que, se bem articulada, poderia gerar danos à sociedade escravocrata e fortalecimento no processo de resistência social dos negros. Nesse contexto, emerge a força e liderança de uma mulher guerreira, Nicácia da França, considerada

[209] A figura é uma representação contemporânea de situações históricas da vivência no quilombo do Cabula. A base do pensar histórico utilizado para elaborar tal representação, foram as fontes manuscritas pesquisadas e também as referências bibliográficas que apresentam aspectos do cotidiano dos negros que habitavam em localidades periféricas da cidade.

pelo historiador João José Reis como uma sacerdotisa do quilombo do Cabula. Ela foi julgada pelas autoridades como uma das líderes, que assumia a função de feiticeira local.

Figura 08 – Representação de Nicácia e sua importância para o Cabula[210]

Fonte: Desenho elaborado por Denissena a partir da descrição da pesquisadora.

Pesquisas realizadas pelo historiador, baseadas em fontes documentais e nos relatos do memorialista José Alvares do Amaral, apontam que a parda, de meia idade, era aleijada dos pés, braços e se locomovia por meio de uma cama improvisada com rodas (REIS, 2008), provavelmente fabricada em madeira retirada do próprio local. As limitações físicas não nulificavam o respeito, admiração, reverência e até fama nutrida tanto pelos moradores dos arraiais do Cabula, quanto por residentes da cidade, uma vez que esta era respeitosamente procurada para que adivinhasse a sorte, uma possível vidente. Também atendia realizando outros trabalhos de cura espiritual, manuseando e demonstrando seus conhecimentos das ervas do local. Eram esses moradores da cidade que a sustentava com o que necessitasse, em troca de seus serviços religiosos (REIS, 2008).

Sobre a fama de Nicácia na cidade, o autor José Álvares do Amaral, que vivenciou o contexto histórico da metade do século XIX e escreveu a obra *"Resumo Chronologico e Noticioso da Província da Bahia desde seu descobrimento em*

[210] O desenho é uma representação contemporânea e foi elaborado para tentar representar a importante personagem do Cabula colônia.

1500"[211], revela que as histórias que se divulgavam sobre seus feitos de "feitiçaria e sortilégios" eram impressionantes, de tal maneira, que no momento da sua prisão pelas tropas do conde da Ponte, esta foi submetida a um "desfile" de exibição, na qual atravessou presa em seu carro as ruas da cidade e foi acompanhada por "muito povo", conforme pode ser observado na citação que segue.

> "Morreu nesta cidade a celebre Nicacia, que tão falada foi por muito tempo, e da qual ainda hoje se referem factos interessantes. Constando ao Governador Conde da Ponte, que ela era muito feiticeira, mandou-a prender no Cabula, onde ela habitava e exercia suas feitiçarias e sortilégios, atravessando presa as ruas da cidade em um carro, por ser aleijada, sendo acompanhada de muito povo". (AMARAL, 2013, pp. 128-129).

Além da parda Nicácia da França, que provavelmente morreu na prisão da cidade, outros integrantes foram marcantes na população que compunha a comunidade do Cabula e, de acordo com as informações advindas dos investigadores implantados nos matos pelo conde da Ponte, outros dados sobre a estrutura organizacional e política podem ser analisados, tomando como referência uma carta de dois de julho de 1807, emitida pelo governador ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime, em que são apresentados alguns negros, prováveis líderes do quilombo.

O primeiro é José, escravo de F. que segundo as informações, exercia a função de assistente, construtor de novas casas. Segundo relato do governador, baseado nas investigações prévias, esse negro era o "encarregado de cortar os paus para os arcos que intentavam fazer" (APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl. 123). O relato instiga a interpretação de que o Cabula já se configurava como um "quilombo", ou melhor, arraiais "consolidados", cuja proporção territorial de ocupação negra era razoável, isso considerando o extenso arraial e as casas construídas e em processo de construção, como indica a representação da figura 09. Em carta anterior, enviada ao mesmo desembargador, datada de dois de abril de 1807, o conde da Ponte já apontava para a probabilidade de grande quantidade de habitantes no quilombo, "constando já, talvez, de 4 a 5 mil pessoas,

[211] A citada obra é fruto do contexto vivencial do autor. Foi escrito em apenas três meses e teve como apoio um arquivo particular do historiógrafo. É um trabalho que não tem pretensão de aprofundar e problematizar sobre temas históricos da Bahia, apenas apresenta breves extratos de fatos e notícias referentes à Bahia. Nesse sentido, José Álvares do Amaral selecionou suas notas por meio de algumas fontes, como: referências bibliográficas de época, jornais antigos do contexto do autor e alguns documentos oficiais.

como se colige, pelo arraial e casas de habitação, que neles se acham construídas" (APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803 – 1808, fl 97-98).

Outro escravizado é chamado de Zacarias, de propriedade de Inácio de Arruda Pimentel, comerciante da cidade. Esse negro também figurou como importante integrante do arraial do Cabula, exercendo o cargo de escrivão e secretário. Escrevendo os possíveis planos de futuras ações da comunidade, em escrita, cujos caracteres foram próprios da sua nação de origem, dificultando assim a decifração pelas autoridades (APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl 123). Embora tenha tido a cobrança do conde por averiguações quanto aos escritos, ao que tudo indica, não houve tradução dos mesmos.

Figura 09 – Representação de atividades no quilombo

Fonte: Desenho elaborado por Denissena a partir da descrição da autora.

No processo de devassa, após a tentativa de destruição dos quilombos e aprisionamento de negros suspeitos, o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, Cláudio Jozé Pereira, enviou uma carta a coroa lusitana, datada de oito de maio de 1807, na qual aponta como líderes, além de Nicácia da França, Simão um crioulo[212] e residente nas terras do Campo Seco e a africana Quitéria do Sacramento, moradora das terras dos padres bentos. (APEB. Correspondência expedidas para o rei, n. 144, fl. 198). Todas as localidades apontadas ficam no Cabula.

[212] Significa que foi um negro nascido no Brasil.

3.2.3 Resultados da tentativa de destruição do quilombo do Cabula

A história do quilombo do Cabula não termina com a irrupção perpetrada pelas autoridades políticas da cidade. O temor e ameaça dos ajuntamentos de negros fugidos ainda pairava no ar da sociedade escravagista soteropolitana do início do século XIX. Após a força tarefa que desarticulou, momentaneamente, os ajuntamentos do entorno da cidade do Salvador, o cuidado nas decisões do pós-invasão foi redobrado e o governador conde da Ponte acompanhou cobrando com rigor as atitudes punitivas aos negros encontrados. Primeiro, porque somado a esse evento outras manifestações de resistência escrava ocorreram, como por exemplo, a conspiração dos Haussás que aconteceu dois meses depois (REIS, 2003 e SCHWARTZ, 1996), dentre outras ao longo desse ano de 1807. Segundo, porque fazia parte da sua política de governo o controle de escravos, e nesse sentido, foi imprescindível que aqueles "infratores" e resistentes à condição da escravidão fossem punidos severamente. Seriam o exemplo para que os demais não seguissem.

A prisão deveria ocasionar receio aos escravizados da cidade que intentassem fugir. Também deveria soar como uma ameaça aos demais negros que se encontravam na condição de foragidos. Certamente, o conde tomou conhecimento que a missão não obteve sucesso efetivo, uma vez que foi constatado que a prisão não contemplou a todos os negros foragidos ou libertos que formavam agrupamento no Cabula. É provável que muitos quilombolas tenham conseguido escapar do assalto da tropa baiana, indicando que foram momentos de lutas e tensões para ambas as partes. Essa afirmativa pode ser conferida a partir dos dados que constam nas fontes manuscritas, pois na carta enviada ao visconde de Anadia, o governador informa que setenta e oito pessoas foram presas, contando com os negros do ajuntamento de Nossa Senhora dos Mares[213] e dos arraiais erguidos no Cabula.

Em outra correspondência, dessa vez endereçada ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime, como já foi mencionado neste texto, o conde relata a probabilidade de constar entre 4 a 5 mil pessoas no que denomina de quilombo, levando em consideração a quantidade de arraiais e casas habitáveis. Ainda que

[213] Nossa Senhora dos Mares é uma outra localidade que no início do século XIX era tomada por matas que propiciavam a formação de moradas ocultas.

considere a quantidade exagerada, pois muitas autoridades provinciais se utilizavam dessa estratégia para impressionar a coroa, simulando empreitadas heroicas ou para justificar gastos, solicitações de verbas e atitudes atrozes que possam ter ocorrido no processo de destruição. Nessa correspondência, há um direcionamento das informações para a localidade do Cabula, logo, nesse momento, o Cabula representava um território perigoso, local propício para a formação de ajuntamentos e, portanto, deveria ser bem vigiado e ocupado por recrutas e pequenos agricultores (APEB, cartas a várias autoridades, nº 165, 1807 – 1808, fl 90.), fator que não inviabilizou outras formas de resistência negra no local em momentos posteriores, devidamente comprovados pela história.

Os homens aprisionados nos quilombos foram conduzidos ao Arsenal e empregados nas obras reais. Enquanto as mulheres foram encaminhadas à cadeia da cidade (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807). Esse era um procedimento comum para a sociedade que passou a se organizar para os casos de captura de escravizados. Segundo análise de Edison Carneiro (1958), as entradas, que eram expedições organizadas para captura de negros foragidos custavam caro, e seu financiamento ocorria a partir da contribuição de moradores e de vilas interessadas em seu serviço.

Com base nessa perspectiva, o escravizado fugido quando recuperado, era encaminhado a cadeia da cidade ou vilarejo mais próximo e segundo as orientações reais presentes no alvará em forma de lei de cinco de maio de 1703, sobre como proceder nos casos de aprisionamento de escravos, indicava que: se fosse um negro liberto e comprovasse tal condição, poderia ser libertado (Alvará de 5 de maio de 1703. Biblioteca Nacional de Lisboa apud Lara, 2000). Caso fosse escravizado e declarasse o nome do seu senhor, ele era entregue, mas o senhor só poderia retirá-lo da cadeia mediante o pagamento das tomadias, ou seja, dos impostos referentes aos gastos com a operação, taxas de carceragem, tarifa do capitão do mato e nos casos de força militar a mando das autoridades, como foi o caso do Cabula.

Nas situações em que o negro não declarava o nome do senhor a quem pertencia, o procedimento seria colocar informes na cidade por um tempo suficiente para que alcançasse todo Recôncavo. Nos casos de reconhecimento do dono, este receberia uma notificação para retirar o escravo da cadeia, também pagando as referidas tomadias. Em suma, as autoridades aguardavam o resgate dos prisioneiros. Todavia, muitos não reclamavam seus escravos, principalmente se

fossem idosos, doentes e oferecessem trabalho e danos aos senhores, como pode ter sido o caso da sacerdotisa do Cabula Nicácia da França, pois além da condição de aleijada, era conhecida como feiticeira e curandeira. Quando um senhor descobria que um negro ou negra era “feiticeiro", isso é, conhecedor da magia ou de ervas, apressava-se a vendê-los. Nesse contexto, o senhor (a) de Nicácia não foi reclamar sua posse sobre ela, e devido a casos como esse, as cadeias eram superlotadas de escravizados fugidos e abandonados (MATTOSO, 2003).

Como se nota, eram complexos os procedimentos após o aprisionamento dos aquilombados, e a lei deveria ser cumprida. Portanto, essa decisão do conde da Ponte em manter os prisioneiros na cadeia foi temporária, até que se cumprisse a burocracia necessária da época. A partir desse momento, foi o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, quem assumiu a situação. Os procedimentos tomados com os negros aprisionados foram:

- Inicialmente o Desembargador tomou conhecimento da relação de negros apreendidos, das armas e demais objetos encontrados nos quilombos, como roupas, móveis, objetos consagrados à religião dos quilombolas, dentre outros.
- Em seguida, como autoridade judicial, ele deveria proceder com a realização de “escrupulosas indagações” para saber a função de cada integrante na comunidade. Depois, investigar a estratégia de vivência deles, conhecer os principais líderes e verificar a condição social de cada negro, ou seja, identificar quais eram os escravizados fugidos e quais eram os forros. Esse procedimento demandava cuidado para evitar que o cativo se auto intitulasse forro (APEB, cartas à várias autoridades, n°163, ano 1803-1808, fl.97-98v).
- Prosseguindo, seriam aplicados os castigos constantes na legislação. Os líderes dos quilombos recebiam uma punição diferenciada dos demais, pois sendo considerados os responsáveis diretos pela formação e manutenção dos quilombos, que eram caracterizados como desordem pública e agressão às questões relacionadas a fé, eles eram punidos severamente de acordo com o respaldo da legislação implantada em séculos anteriores ao XIX.
- Os demais escravizados seriam entregues aos seus senhores, e para tal, conforme foi explicitado anteriormente, os proprietários dos escravizados deveriam pagar as tomadias ao tesoureiro da câmara do senado, referente às despesas obtidas pelo governo em todo processo de captura dos escravizados, como orienta a seguinte portaria, deliberada cinco meses após destruição dos quilombos

> Para o Tesoureiro atual do Senado da Câmara desta Cidade.
>
> O Tesoureiro atual do Senado da Câmara desta Cidade, Francisco Pereira Alz'; por mim nomeado por Portaria de 2 de abril deste ano, para recebedor das tomadias que houvessem de pagar os proprietários dos escravos apreendidos nos quilombos, e Casas de ajuntamentos; apreensor que tão bem foi dos mesmos escravos, as quantias de dinheiros, que em seu poder existirem provenientes das referidas tomadias; havendo dele a competente quitação para a sua descarga.
>
> Ba 21 de agosto de 1807, rubrica (APEB, Portaria nº 476, ano 1806-1807, fl.396v).

Conforme supracitado, no contexto da destruição do dia 30 de março, o conde da Ponte mobilizou várias autoridades e delegou funções específicas para cada campo de poder. Ele nomeou extraordinariamente um tesoureiro para cuidar dos assuntos relacionados às apreensões realizadas nos ditos quilombos. O mesmo tesoureiro, ficou responsável por executar a ordem judicial de destruição dos móveis, roupas pertencentes às pessoas apreendidas nos quilombos e objetos relacionados a religião de matriz africana (APEB, Portaria nº 476, ano 1806-1807, fl.303v). Infelizmente o documento não descreve os itens destruídos.

Mesmo delegando funções, o acompanhamento de todo procedimento que deveria ser executado no pós-destruição era rigorosamente fiscalizado e cobrado pelo governador. Para respaldar suas cobranças quanto às ações a serem tomadas pelo Desembargador Ouvidor Geral do Crime, o conde declarou receber apoio da coroa, informando-lhe que

> Parece conveniente comunicar-lhe que foi sua alteza real servido aprovar os ditos meus procedimentos; não só pelo que respeito a destruição dos mencionados quilombos, e ajuntamentos; mas também sobre a devassa a que por vossa mercê, mandei proceder, como Ouvidor Geral do Crime desta cidade: o que me foi participado pela Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos [...]
>
> Bahia 2 de setembro de 1807, Conde da Ponte, senhor Desembargador Ouvidor Geral do Crime (APEB, cartas à várias autoridades, n°163, ano 1803-1808, fl. 135r-135v).

De acordo com o documento, constata-se que as autoridades lusitanas estavam cientes das ações de destruição e tentativa de controle das formas de

resistência negra empreendidas na colônia. Inclusive, na carta régia datada de 25 de agosto de 1807, assinada pelo visconde de Anadia do palácio de Mafra, fica claro a aprovação da coroa ao informar que as ações foram prudentes, corretas e eficazes (APEB, Ordens régias, nº 103, ano 1807 – 1808, fl 45).

Todas as cobranças de ações que visavam a punição dos integrantes dos quilombos, estavam respaldadas na legislação e, em alguns momentos, o conde tentou manipular as decisões do Ouvidor Geral do Crime, alertando-o quanto ao cumprimento de um conjunto de leis que vigoravam desde os séculos XVII e XVIII, que orientavam para o rigor contra os negros subversivos. Destarte, o conde cita atenção para o alvará de três de março de 1741, a providência constante nas Ordenações Filipinas, a carta régia de 1672 - expedida ao governo da capitania -, dentre outros documentos, que foram emitidos ao longo dos anos, pela Secretaria dos Negócios Ultramarinos (APEB, cartas à várias autoridades, n°163, ano 1803-1808, fl. 102r-102v).

O alvará de 1741, difundido para as principais autoridades da colônia, com força de lei e assinado pelo rei de Portugal, indicava que todo escravizado fugido que fosse encontrado nos quilombos deveriam ser marcados a fogo com a letra F, antes mesmo de ser encaminhado a cadeia da cidade. Caso fosse encontrado algum escravo que já possuísse a marca, ou seja, fosse reincidente no crime, este deveria ter uma das orelhas cortadas. Para o cumprimento dessa sentença não haveria a necessidade de processo, apenas uma mandato de execução feito pelo Juiz de fora ou pelo ouvidor da comarca[214]. (Alvará de 3 de março de 1741. Biblioteca Nacional de Lisboa apud Lara, 2000). Além desse castigo, outros eram usualmente aplicados como esmagamentos de dedos, amputação dos pés e chicotadas, cujo uso só foi abolido em 1886 (MATTOSO, 2003).

A carta régia, datada de seis de novembro de 1672 é encaminhada ao governador Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, o visconde de Barbacena. No documento, o príncipe declara que ao receber informações de oficiais da câmara da cidade da Bahia sobre a morte de escravizados, causadas por feiticeiros, a recomendação era para realizar investigações no recôncavo da cidade e verificar os danos ocasionados, tirando-se para isso devassa.

[214] Para o cumprimento desta lei, as câmaras deveriam possuir uma espátula - instrumento de ferro para fazer a marca nos escravos, com a referida letra F.

Para os casos diagnosticados de feitiçaria, e, portanto, culpados, deveriam ser aplicadas as penas constantes nas leis e ordenações do reino (Carta régia de 6 de novembro de 1672. Biblioteca Nacional de Lisboa apud Lara, 2000). Segundo essas leis, dispostas no livro quinto das Ordenações Filipinas, no título terceiro, era condenado à morte pela forca qualquer pessoa que invocasse espíritos considerados como “diabólicos”, também nos casos em que a comida ou bebida fossem consagradas a entidades e ofertadas a pessoas, seja para o bem ou mal. Condenavam-se ainda pessoas que ousavam dizer adivinhar sorte, que se utilizava de vidência em água, cristais, espelhos, espadas ou quaisquer objetos reluzentes (Ordenações Filipinas, 1870). Essa parece ter sido a condenação direcionada a Nicácia da França, pois o castigo para os infratores seria o escárnio público com açoitamento pelo lugar em que o crime foi cometido. Outros crimes ligados à feitiçaria como a prática de simpatias para se conseguir o desejado, disseminação de superstições, vidência ou revelação de santos, visões ou sonhos e etc. também apareciam nos dispositivos legais do período colonial, como práticas condenáveis e sujeitas a duros castigos (Ordenações Filipinas, 1870).

Observa-se que, embora determinadas ordens régias fossem direcionadas a questões e contextos pontuais da realidade da colônia, como foi o caso citado na carta do ano de 1672, e que as Ordenações Filipinas, no seu quinto livro, fossem mais voltadas para os possíveis crimes cometidos no reino, havia uma tentativa das autoridades coloniais em aplicá-las na realidade da colônia, principalmente no governo do conde da Ponte, cujo interesse no controle das ações dos escravizados era evidenciado. Como estratégia explícita desse controle, os citados documentos legais orientam para as possíveis punições aplicadas nos negros aprisionados no Cabula, nos Mares e demais espaços de resistência do entorno do centro urbano da cidade do Salvador. Os escravizados acoitados nesses espaços retornariam ao domínio do seu senhor. Os demais negros forros e, provavelmente, brancos pobres que frequentavam ou viviam nos arraiais, foram enviados para o trabalho forçado no Arsenal da Marinha e os líderes foram submetidos às severas punições que constavam nos documentos citados.

3.3 A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO E DOS REMANESCENTES DA LOCALIDADE DO CABULA APÓS DESARTICULAÇÃO DO QUILOMBO

Após invasão e aprisionamento de negros escravizados e outros populares dos arraiais do Cabula, a localidade passou a ser mais visualizada e fiscalizada pelas autoridades, que tentaram inclusive recrutar moradores para lhes servir. Uma correspondência datada de vinte e três de novembro de 1807, enviada pelo conde da Ponte ao Sargento-mor das Ordenanças da Repartição Norte, tece críticas a qualidade dos recrutas selecionados nos sítios de Pirajá e Cabula, alertando-o para importância de zelo na execução de tal atividade (APEB, Cartas do Governo à várias autoridades, n°165, 1807-1808, fl.90.).

Oficialmente as terras do Cabula continuaram sob o domínio, à distância, da nobre família de Niza, e sem um controle senhorial efetivo. A localidade manteve característica de arraiais ruralizados e não perdeu o caráter de resistência, mesmo sabendo que era prática das autoridades conceder a ocupação de terras quilombolas que foram devastadas, às camadas militares ou quaisquer combatentes que as ocupassem com roças. A preocupação era não deixar as terras ociosas, evitando assim a formações de novos ajuntamentos quilombolas. No caso do Cabula, ficou evidenciada essa tentativa, pois nas análises sobre revoltas escravas em Salvador e no Recôncavo, Reis (2003) cita um comunicado de onze de fevereiro de 1816, no qual um cabo de polícia, morador do Cabula, denuncia um assédio de um negro a seu escravizado, para que este integrasse um levante. Isso denota que passa a ocorrer a tentativa de uma ocupação intencional na localidade, ainda que insignificante. Por outro lado, foram fortes e significativos os movimentos de resistência negra no pós-destruição do quilombo do Cabula. Tanto no que se refere às questões de lutas sociais quanto de empoderamento religioso. Não obstante, destacam-se:

- A atuação de negros do Cabula associados a índios tupinambás, que atacaram tropas de brasileiros nos sítios do Saboeiro e Mata Escura durante o processo de guerra pela independência da Bahia, em dezenove de dezembro de 1823. Sobre esse episódio, Reis (2003) informa que os rebeldes foram motivados por portugueses que ocupavam a capital, e que em represália, o general Pedro Labatut, comandante da operação, ordenou o maior ato de açoitamento e execução aos negros do Cabula.

- A formação do quilombo do Urubu – já mencionado no capítulo anterior -, desarticulado no ano de 1826. Esse quilombo provocou inquietação na sociedade senhorial e autoridades. Durante a diligência de ataque, foram elucidadas práticas do candomblé nas moradas ocultas pela mata densa do Cabula. De acordo com as pesquisas de Reis (2003, p. 102), foram encontrados objetos de rituais sagrados de matriz africana, como "búzios, chocalhos, atabaques, estatuetas de vacas pintadas de encarnado e um chapéu encarnado com três plumas" e outros objetos.
- O acolhimento de escravizados por negros forros continuou na localidade, basta lembrar a tão citada, embora não comprovada, história do negro GBeiru, que em 1845 recebe uma parcela de terra do seu senhor Hélio Silva Garcia, dono da fazenda Campo Seco, conhecida como "Capoeirão", e nesta, passa a esconder negros fugidos (SANTOS, 2013).
- No ano de 1855, uma confusão que envolveu um grupo de crioulos e o inspetor do distrito, Francisco de Moura Rosa, fez elucidar um famoso e bem frequentado candomblé no Resgate. No local, “de vez em quando se ajuntam mais de 200 pessoas para prática do batuque” (REIS, 2008, p.35). Como se nota, foram amplos os episódios de conflitos na localidade, cujos protagonistas eram negros e, em sua maioria, escravizados.

As terras do Cabula foram vendidas por procuração ao capitão de ordenanças Tomás da Silva Paranhos, no dia sete de agosto do ano de 1839 (TEIXEIRA, 1978). O capitão foi um afortunado e respeitável latifundiário urbano da época. Além do Cabula, comprou terras de outras áreas do entorno do centro urbanizado da cidade, como Rio Vermelho, Arembepe, Capoame, algumas ilhas (Itaparica, Matarandiba, Ilha da Cal, Ilha de Fora) e terras do subúrbio de Salvador. O autor Cid Teixeira (1978) supõe que a falta de interesse dos herdeiros de Niza, em relação a essas terras, foi devido ao pouco lucro que ofereciam.

Sob posse do capitão Tomás da Silva Paranhos e posteriormente dos seus herdeiros, as terras do Cabula foram sendo, paulatinamente, fragmentadas em lotes e vendidas a outros roceiros. Em uma escritura de venda, datada do dia oito de fevereiro de 1840, uma roça do Cabula denominada Cascão foi vendida ao senhor João Simões Coimbra pela quantia de 300$000 (trezentos mil réis). (APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r). Neste mesmo documento, insurgem denominações de outros roceiros que possuíam terras também no Cabula, que eram limítrofes às do Cascão, como as terras do senhor

Gustavo Adolfo Moreira e outra pertencente ao senhor Domingos Pereira Lisboa, localizadas nas proximidades do Saboeiro. (APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r).

Foi possível identificar outros proprietários que possuíram terras na área do Cabula durante o século XIX, graças a um documento de transferência de posses da privada companhia de abastecimento de água do Queimado para os domínios e administração da prefeitura municipal da cidade do Salvador[215]. A escritura foi disponibilizada na íntegra por Cid Teixeira, e assim, pode-se destacar alguns roceiros da localidade, como: Manoel Moniz e seus irmãos, que possuíram terras próximas ao tanque das Barreiras. Também a Condessa de Pedroso e Albuquerque, proprietária da fazenda São Gonçalo, que representou uma extensa propriedade com casas próprias de moradia assobradadas, arvoredos frutíferos, matas, rios e pedreira. Na frente desta fazenda encontrava-se a estrada real. De um lado era próxima às terras pertencentes a José Tomaz de Oliveira e, prosseguindo, deparava-se com o Engenho do Retiro e Rio Camarajipe, até encontrar terras de João Pereira de Araújo França. Por outro lado, era próxima ao riacho da velha e lagoa da vovó. Daí com as terras da Engomadeira e depois com as terras dos padres Bentos (TEIXEIRA, 1978).

Em suma, essas e outras extensas chácaras passaram, paulatinamente, a priorizar a plantação de laranjais que produziram as famosas laranjas de umbigo, originárias da Bahia e produzidas principalmente no Cabula. Fruta grande, doce e saborosa, provinha de uma árvore de pequeno porte, medindo em média entre seis a dez metros. Só se propagava por meio de enxerto, uma vez que a fruta não possuía sementes (CARVALHO, 1997).

Na metade do século XIX, essas laranjas, associadas a outras frutas e verduras, abasteciam os mercados da cidade do Salvador, assim como eram comercializadas em outros estados. O transporte das laranjas de umbigo das localidades suburbanas aos pontos de vendas de negros ganhadores que percorriam os variados bairros da cidade, ocorria por meio de cestos montados nos burricos, nos quais os negros transportadores entoavam um cântico típico: "laranja, laranjinha doce", tentando assim atrair os moradores da cidade para seu consumo (CARVALHO, 1997).

---

[215] Embora o referido documento tenha como contexto o início do século XX, este cita os donos anteriores que venderam suas propriedades para a Companhia de Queimados, nesse caso, algumas áreas pertenciam ao Cabula.

Os amplos e frutíferos laranjais do Cabula foram assolados por uma praga no final dos anos de 1940 e início da década de 50. Fator que marca a transformação do uso do solo no Cabula, e contribui para a respectiva degradação ambiental da região. (FERNANDES, 2004). Foi essa parte da historicidade do Cabula que marcou a memória de parte da população que atualmente reside nas comunidades. Entretanto, vale ressaltar que esse momento mais recente da história não ofuscou os movimentos de resistência, que nunca deixaram de existir.

3.4 SISTEMATIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO QUILOMBO DO CABULA E ACERVOS QUE SERÃO MODELADOS

Para entender a organização proposta para a simulação do quilombo do Cabula, foram utilizadas duas fontes basilares de tipologias diferentes: os documentos da época em diálogo com a bibliografia disponível e o cartograma elaborado no ano de 1940. As fontes contribuíram para elucidar a delimitação sugerida do espaço onde abrigou os ajuntamentos do Cabula, o qual abrangeu as localidades do Saboeiro, Terras dos Padres Bentos (atual localidade do Arenoso), Campo Sêco (Atual localidade do Cabula VI), Areia Preta, Estrada das Barreiras que se ramifica em um pequeno núcleo de povoamento (atualmente denominado de Engomadeira) e uma localidade que no período denominava-se Venda do Buraco, mas que atualmente já não apresenta essa terminologia.

A busca por compreender onde poderia ter existido a localidade do Buraco foram frequentes. Inicialmente associou-se a um antigo quilombo, o Buraco do Tatu, cuja destruição foi 1763. De acordo com o que foi discutido no capítulo anterior, esse quilombo existiu nas proximidades de Itapuã, portanto, localidade distanciada da delimitação indicada no documento sobre o Cabula. Nesse sentido, a inquietação continuou, até que um integrante da comunidade, em uma das viagens organizadas pelo projeto do TBC, sinalizou que havia uma curva na entrada do atual bairro do Beiru/Tancredo Neves, que se chamava Buraco, e que ao longo do tempo, a comunidade foi modificando a nomenclatura do local.

A informação advinda da comunidade possuía mais coerência do que a hipótese inicial de associação com o quilombo Buraco do Tatu. A confirmação foi consolidada quando a pesquisa recebeu o direcionamento para o diálogo com a cartografia histórica. Com base no cartograma de 1940, a localidade do Buraco

aparece justamente no ponto indicado pelo morador. Sua identificação no contexto atual foi possível graças a um trabalho de georreferenciamento, logo, além da identificação da localidade do Buraco, pode-se visualizar o espaço mapeado do que se cognominou de quilombo do Cabula. Esse espaço acolherá todos os conteúdos e objetos do acervo que serão modelados, e que foram assim organizados:

Quadro 08 – Sistematização do acervo do quilombo

Ambientes, objetos, personagens e edificações a modelar	**Referências utilizadas para a modelagem**
◘ Espaços/ Ambientes - Espaço da entrada do quilombo do Cabula, cuja localidade é no trecho final da Avenida Silveira Martins	- Para simular o espaço inicial de acesso ao quilombo, o mapa de delimitação do quilombo do Cabula - figura n. 06.
◘ Espaços/ Ambientes - Visualização ampla em 3D do quilombo do Cabula	- A principal referência é o cartograma elaborado – figura 06
◘ Links com nome dos sítios que darão acesso às localidades que aparecem no primeiro momento: - Trilha do Saboeiro à direita; - Trilha de Engomadeira à frente - Estrada das Barreiras à esquerda	- A principal referência é o cartograma elaborado – Figura 06.
◘ Espaços/ Ambientes - Estrada do Saboeiro - Mata densa	- A principal referência é o cartograma elaborado – Figura 06. - Para modelar a mata utilizou-se como referência imagens da mata do Cascão, uma área militar da localidade do Cabula, ainda hoje preservada e fica sob os cuidados do 19º Batalhão de Caçadores. (Ver anexo 11).
◘ Edificações: - 16 cabanas representando	- Para alocar as cabanas será utilizada como referência o cartograma de 1940. Para a modelagem, a referência será a descrição dos

moradia de negros forros.	viajantes do início do século XIX, a imagem representada por Johann Moritz Rugendas e as imagens apresentadas no trabalho de Rafael Sanzio, conforme discutido nesta tese. (Ver anexo 06).
◘ Objetos: - 01 tronco de árvore na posição horizontal representando um assento. - 02 Fogões à lenha no ambiente externo das duas cabanas selecionadas.	Estudos realizados por Rafael Sanzio sobre territorialidade quilombola apresentam algumas tecnologias que serão aproveitadas nessa simulação, para que se tenha a ideia de como esses negros conseguiram sobreviver. Nesse caso, os fogões à lenha que serão simulados têm como referência as imagens do livro do referido autor. (Ver anexo 12).
◘ Personagens: - 02 homens negros com roupas de camponês. - 01 homem, a mando do Conde da Ponte, fiscalizando atrás de uma das árvores.	A referência a ser utilizada para modelar o homem infiltrado pelo Conde da Ponte para vigiar negros e examinar prováveis locais, a fim de se descobrir rotas de fugas e acolhimentos de escravos fugidos, será a imagem de um capitão do mato, representada por Rugendas. (Ver anexo 13).
◘ Espaços/ Ambientes - Trilha que conduz o visitante da Estrada das Barreiras até a comunidade quilombola, atualmente conhecida como Engomadeira. - Espaço da comunidade quilombola. - Árvores e mata no entorno do povoado.	- A orientação geográfica do espaço terá como base o cartograma de 1940 que apresenta a disposição das moradias. Contudo, na simulação, levaremos em consideração imagem apresentada por Sanzio. (Anexo 06)
◘ Edificações: - 15 cabanas aglomeradas representando moradia de negros.	- Para organizar a disposição das cabanas, será utilizado como referência o cartograma de 1940. Para a modelagem, a referência será a descrição dos viajantes do início do século XIX, a imagem representada por Johann Moritz Rugendas e as imagens apresentadas no trabalho de Rafael Sanzio. (Anexo 06).

◘ Objetos: - Fogueira no centro do espaço da comunidade - Bancos feitos do tronco de árvores, colocados na frente das cabanas - Fogão à lenha anexo às cabanas - Alguns objetos de barro como: as talhas para retirar água de rios para o consumo doméstico; vassouras; alguns pratos de barro; - Paus para erguer novas moradias - Facão, picareta feita de madeira - Alimentos como: Frutas, peixes e legumes	
◘ Personagens: - José, - Zacarias, - 01 negro carregando peixe, - 01 negra com cesto em palha com frutas, - 01 negra retirando água do rio com uma telha	

Fonte: Elaborado pela autora.

O acervo museológico apresentado no quadro XX, composto pela delimitação espacial do quilombo, por objetos, personagens, edificações, práticas de vivência, manifestações culturais e religiosidade, foi concebido a partir do desenvolvimento da pesquisa socializada neste capítulo. Essa etapa se configura como uma validação interna, na qual a pesquisadora sistematiza as informações que poderão integrar a solução mediadora proposta. Todavia, esse acervo ainda não compõe a coleção museológica, antes, faz-se necessário dialogar com os antigos residentes da localidade do Cabula, para que estes compreendam e avaliem a construção da história, de forma a contribuir para elucidar dúvidas e oferecer novas sugestões no desenvolvimento do museu virtual.

4 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA SOBRE O CABULA: CONTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES CONTEMPORÂNEAS PARA SIGNIFICAÇÃO DO PASSADO QUILOMBOLA

Ao considerar a dialética histórica que envolve todos os aspectos da vivência dos seres em articulação com seu meio, é lógico que se compreende as mudanças expressivas do Cabula quilombola do início do século XIX, abordado nos capítulos anteriores, para o Cabula atualmente urbanizado e em fase de acelerado crescimento.

Não há nesta pesquisa um descuido que culmine em relações anacrônicas, entretanto, não se pode negligenciar a possibilidade de contar com a colaboração de antigos moradores, alguns descendentes de povos nativos da localidade que conseguiram, por meio de suas memórias, detalhar aspectos da localidade e práticas sociais que podem ser aproveitadas, com as devidas cautelas, no desenvolvimento do museu virtual. Isso porque, “até as seis primeiras décadas do século XX, enquanto havia ocupação natural da população originária daquele lugar, o Cabula tenha tido a condição favorável à forma social de quilombos” (NICOLIN, 2014). Decerto, pode-se considerar que mesmo no século XX, o cenário era aproximado da realidade quilombola.

Todavia, as comunidades que iniciaram a ocupação do local no início do século XX despertavam pouco interesse pela história de resistência negra, até porque, o incentivo social e mesmo historiográfico era de negação. Esse interesse em desvelar aspectos de uma história mais remota da localidade, que vai além do momento contextual de chácaras produtoras de laranja, é mais recente, e não faz parte de todas as comunidades pertencentes ao Cabula, apenas as de ascendência quilombola. Foi por meio das batalhas cotidianas, descaso das autoridades para com essas comunidades mais carentes, bem como a luta pela sobrevivência das comunidades tradicionais - terreiros de candomblés do local-, que emergiu a necessidade de significar o histórico de resistência.

As referências sócio-históricas de luta e resistência quilombola deixaram marcas nevrálgicas e fortes reflexos na vivência de pessoas que atualmente habitam o território quilombola. Assim, neste capítulo, buscar-se-á os prováveis diálogos entre a história de mudanças e transformações das comunidades que compuseram o antigo quilombo do Cabula, através da preservação de memórias e heranças

engendradas por alguns comunitários. Para tanto, o subcapítulo 4.1 apresentará uma discussão entre a relação da investigação histórica com sua necessidade de difusão e significação, a partir da efetiva contribuição dos saberes comunitários, desde o momento de concepção do design cognitivo do museu virtual.

A este movimento dialógico entre as produções acadêmicas e saberes comunitários em alusão ao conhecimento histórico, denominamos História pública, que tem no turismo de base comunitária (TBC) um campo profícuo de atuação. Não obstante, este capítulo objetiva a efetiva participação de antigos residentes do Cabula na composição do design do museu virtual sobre o quilombo, o que se considera aqui como "validação externa"[216]. Para tal, foi necessária a vivência desta pesquisadora, permeada pelo diálogo, nas comunidades aqui delimitadas como remanescentes do quilombo do Cabula. Primeiro para perceber as lentas transformações proporcionadas pelo processo de urbanização do Miolo da cidade do Salvador, conforme será abordado no subcapítulo 4.2. Depois, para compreender as trajetórias e transformações das localidades remanescentes do quilombo, e também verificar dados sobre a espacialidade, prováveis acervos e práticas de vivências dos antigos habitantes, a fim de integrar o museu virtual. Essa experiência está sistematizada no subcapítulo 4.3.

Os resultados desse momento em campo, poderão ser acompanhados no subcapítulo 4.4, contribuirão significativamente para compreensão mais apurada sobre a história da localidade do Cabula, corroborando para o *redesign* do museu virtual, isto é, o quadro da modelagem apresentado no final do terceiro capítulo, passará, no capítulo seguinte, por modificações, redefinições e acréscimos.

4.1 A CONCEPÇÃO DA HISTÓRIA PÚBLICA ARTICULADA A MEMÓRIA E AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A relação entre ciência e sociedade sempre esteve no cerne dos debates acadêmicos. Desde o início da modernidade, a ciência foi considerada pelos pensadores iluministas como a mola propulsora que conduzia ao progresso da humanidade. Nesse ínterim, a principal preocupação era de fazer ciência e, posteriormente, de como essa construção poderia atender às questões da vida

[216] Sobre os tipos de validação interna e externas, constantes na metodologia do DBR, ver o capítulo 6, p. 181

prática (GOERGEN, 2011). Ao longo do tempo, as tendências por aplicabilidade das produções do campo científico se tornaram cada vez mais necessárias, e o principal objetivo vislumbrado pelos pesquisadores foi de empreender estudos significativos e relevantes a nível social.

A partir da segunda metade do século XX, com o acelerado avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC), a dialeticidade nas relações entre ciência e sociedade foram potencializadas, de tal maneira, que instigou o esforço colaborativo. Se por um lado, o meio acadêmico apresenta por princípio realizar construções significativas socialmente, por outro, a sociedade entra nesse nexo como parceira, ou melhor, coautora. De acordo com essa lógica, não cabe mais aos pesquisadores explorar e espoliar os saberes advindos das comunidades sem oferecer como retorno uma utilização prática da produção realizada.

Ao especificar essa lógica para o campo da história, questiona-se: de que adianta construções magnificas sobre trajetórias nacionais, regionais ou locais, se a sociedade não tiver acesso, ou não compreender a publicação, dado ao teor de complexidade demandado pelo campo científico? Concernente a esse questionamento, complementa-se com a reflexão de Sara Albieri, quando afirma:

> A única divulgação da pesquisa que a Academia aceita e encoraja é a publicação em periódicos e livros destinados à comunidade científica stricto sensu: os leitores são interlocutores especializados, ligados a vida acadêmica (ALBIERI, 2011, p.25).

Ciente de que a afirmação difundida pela historiadora faz parte da realidade das pesquisas em ciências humanas, em especial da história, se proclama imperioso democratizar os conhecimentos científicos para públicos mais amplos. Burnham (1999), ao analisar a conjuntura de transformações das sociedades contemporâneas, defende que a produção do conhecimento não deve se restringir ao âmbito acadêmico, ou aos lugares ligados a esse, inferindo que:

> Lugares tradicionais de disseminação da informação e do conhecimento tais como bibliotecas e centros de referência ampliam suas funções e sem respeitar limites físico-geográficos se expandem, articulando-se em redes, virtualizando-se interfaciando âmbitos públicos e privados, individuais e coletivos (BURNHAM,1999, p.132).

É a constatação de que as relações estão mais interconectadas, e sendo mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação, necessitam de maior

dinamismo, construção e difusão. Eis uma pendência a ser sanada pelo campo histórico, uma vez que na maioria dos casos, as ricas produções, de cunho mais teórico, atendem às discussões intradisciplinares, sendo valorizado o caráter das superespecializações, no qual cabe ao pesquisador escolher recortes sempre mais restritos da realidade sobre os quais concentram seus estudos. Sobre esse aspecto, Pedro Goergen (2011, p. 10) afirma que:

> Um especialista mal é capaz de extrair da grande massa de conhecimentos produzidos aqueles que interessam à sua especialidade. As áreas de saber tornam-se cada vez mais delimitadas, mais técnicas, mais codificadas e, por isso, sempre mais herméticas e inacessíveis aos não-especialistas. Surgem verdadeiros guetos que atuam como reservas impenetráveis para aqueles que não dominam os símbolos, os códigos lingüísticos especiais[...].

A história, nesse sentido, necessita de atualizações em consonância com as demandas contemporâneas[217]. É preciso compreender que os estudos, e consequentemente as produções, se tornam mais significativas quando alcançam a legitimação do maior número possível de pessoas, que podem ou não pertencer ao campo de estudo, considerando o historiador como organizador da memória coletiva do passado (HOBSBAWM, 2006) e, portanto, contribui para elucidar algumas questões problemas do presente. Nessa perspectiva, considera-se imprescindível estabelecer parceria com as tecnologias da informação e comunicação e seu potencial difusor, por possibilitar ambientes construtivos, mediadores de aprendizagens e, principalmente, a busca por construção coletiva da história.

O respaldo epistemológico que corrobora com a lógica defendida é o da História Pública de viés social. Essa dimensão da história parte do pressuposto das amplas relações e dos diálogos entre a produção acadêmica e não acadêmica em alusão ao conhecimento histórico (HEYMANN, L. [et.al], 2014).

Quando se enfatiza o caráter dialógico da história pública, faz-se necessário elucidar que se trata do encontro das múltiplas vozes produzindo a construção do conhecimento histórico. Essas vozes refletem a práxis e articulações não somente entre o ambiente acadêmico e o não acadêmico, mas também entre o presente e passado. São questões que implicam em uma nova configuração sobre a compreensão da história e de qual o papel do historiador. Assim, a história não se

---

[217] A terminologia contemporânea deriva do latim *Com-temporaneu,* que significa aquele que vive no tempo presente (HOUAISS, 2001), portanto, imerso nas situações problemas e desafios advindos da dinâmica social e sua base material situadas no presente momento histórico.

reduz ao estudo e construções sobre o passado, mas das possíveis relações entre passado e presente nos seus devidos contextos de épocas (MARTINS, 2009).

Diante dessa assertiva, concorda-se com o historiador Jairo Antônio Melo Floréz (2014, p.75), ao afirmar que “a história pública é aquela focada no mundo real, com seus problemas concretos”[218], em que se busca, sobretudo, a resolução de problemas por meio de uma abordagem da história aplicada. Isso não significa dizer que essa dimensão nega ou negligencia os modelos constituídos ao longo do tempo no campo da história - com seus métodos, análises e procedimentos de pesquisa. No entanto, são acrescidos princípios de comprometimento com questões que orientam à busca pela “justiça social, ativismo e do fortalecimento das comunidades” (FLORÉS, 2014, p.76).

Para consolidação de tal dinâmica, exige-se uma postura diferenciada do historiador/pesquisador, um compromisso social que suplanta ao trabalho de construção a partir de pesquisas históricas, ao refletir sobre como mobilizar públicos mais amplos a pensar historicamente. Isso pressupõe que o historiador não é o único a contribuir na construção histórica, também a comunidade, quando possível, ajuda-o a compreender meandros da pesquisa realizada, se posicionando como coautores. Logo, a principal diferença relacionada ao oficio do historiador, é que quem faz história pública trabalha com e para o público em geral. Não se restringe aos meios de especialistas (FLORÉS, 2014).

Emma Wilmer apud. Floréz (2014) interpreta essa construção coletiva ou interativa da história como o momento em que o historiador entra em contato direto com o público, com suas fontes e saberes. A partir de então, constrói conhecimentos que serão apresentados novamente em perspectiva ampliada. Ainda com intuito de discutir sobre o papel do historiador imerso no campo da história pública, vale destacar a definição mais aceita até o momento, segundo Floréz (2014, p.76), foi apresentada pelo programa de pós-graduação da Universidade de Nova York, na qual defende:

> A história que é vista, escutada, lida e interpretada por um público amplo é história pública. Os historiadores neste campo, ampliam seus métodos da história acadêmica ao explorar fontes e formas de apresentação não convencional não tradicionais, reformular perguntas, e no processo, cria uma prática histórica em particular... A

[218] Tradução da pesquisadora.

> história pública é também a história que pertence ao público. Ao fazer ênfase no contexto público da investigação, a história pública forma historiadores para transformar sua investigação e desta maneira alcançar audiência mais além da academia.[219]

Como se nota, a história pública oportuniza espaços para as concepções que articulam o posicionamento ativista do pesquisador na sociedade, e sua forma de conceber a história, ressaltando seu potencial transformador. Na citação acima, ficou claro que embora a história pública não se configure como uma dimensão convencional da história, isso não significa demérito, e, portanto, não faz com que as pesquisas empreendidas nesse campo sejam menos historiográficas que outras. O fato que aqui se problematiza, é que na observação do passado, não se pode negar as experiências vivenciadas pelos sujeitos que atuam coletivamente para a construção da história. Nesse sentido, Antônio Gramsci (1978) afirma que todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo homem coletivo na busca de uma concepção de mundo, isso implica em trajetórias de lutas construídas por meio de contradições do contexto de vivência cotidiana.

Pensar a história dessa forma é considerar sua complexidade e intencionalidade, abrindo ao pesquisador um vasto campo de possibilidades de investigação e compromisso com a aplicação da produção histórica no âmbito social. Salientando que os conteúdos históricos não podem ser encarados como verdades absolutas e com postura imparcial de quem escreve a história ao se debruçar sob as fontes, como propõe a concepção historiográfica positivista. Há sim, influências ideológicas e políticas dos autores, logo, defende-se que na história não há fatos puros. Os fatos são selecionados de acordo com as teorias historiográficas sustentadas pelos historiadores (CARRETERO, 1997).

Mesmo a história pública, que se propõe atender as demandas contemporâneas com métodos que não negligenciam as características de flexibilidade, multidisciplinaridade, aplicabilidade, difusão dos conhecimentos, parceria com as TICs, colaboração e tentativa de solucionar problemas concretos ao atentar para os processos sociais, suas mudanças e tensões, deve estar embasada na filosofia da história.

Nesta pesquisa, vislumbra-se articular a história pública de caráter social ao materialismo histórico dialético. Parafraseando Sidney Chalhoub, não se concebe a

---

[219] Tradução da pesquisadora.

história pública apenas como iniciativas dedicadas especificamente a tornar a produção da história social mais conhecida do grande público. Considera-se essa a "própria interação contínua entre a historiografia social como campo específico de conhecimento, os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo" (CHALHOUB , 2009, p. 221). Em síntese, é uma dimensão de construção coletiva da história, que se adéqua aos estudos sobre memória e a proposta do turismo de base comunitária (TBC).

4.1.1 A memória coletiva: estudo imprescindível para a história pública sobre a localidade do Cabula

Quando nos reportamos à discussão sobre memória pretende-se deixar claro que, neste trabalho, discute-se sobre a memória coletiva e da sua relação com a História. História e memória podem ser complementares, mas têm acepções diferentes. A história refere-se aos diálogos articulados entre presente e passado, a partir da organização e interpretação do historiador diante dos dados, contextos e situações a que tem disponível, utilizando-se de aportes teóricos e metodológicos. Enquanto a memória diz respeito ao que foi vivido, experimentado e preservado. Cabe a memória significar o passado no tempo presente.

Caracteriza-se comumente a memória como um espaço repositório que no passado registrou, arquivou informações, conhecimentos e experiências para então reproduzi-las no presente. Diferente dessa acepção, o historiador Ulpiano T. Bezerra de Meneses afirma ser impossível o resgate da memória, argumentando que o exercício da socialização da memória se traduz em um trabalho dinâmico de construções e reconstruções, nesse sentido, a memória está imersa na dinâmica social, portanto, desautorizada a reconstituir ou mesmo representar um repositório do passado.

> A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar. (MENESES, 1992, p.11).

Além disso, da ocasião da apreensão pelos sujeitos até a significação no tempo presente, corre-se o risco da ocorrência de instabilidades e entraves,

elencadas pelo autor enquanto desgastes, esquecimentos e imprecisões. Então, como é possível trabalhar com a perspectiva de que esta seja totalmente preservada, restaurada e resgatada na sua forma original? Concordando com o autor, chega-se ao entendimento que de fato não há esse resgate, mas sim uma significação do vivenciado na dinâmica social do presente.

Partindo desse pressuposto, observa-se que, embora a história e memória representem campos diferentes, elas se implicam, pois se a história faz uso da memória como um dos objetos de estudo elementar de elaboração histórica, também a memória atua significando e complementando a história, conforme infere *Jacques Le Goff*, ao comentar a produção ambígua intitulada: *"Déprofessionnnaliser l'Histoire"* do historiador inglês *Ralph Samuel*,

> Se ele pretende que o recurso à história oral, às biografias, à história subjetiva amplie a base do trabalho científico e chegue a modificar a imagem do passado, dando a palavra aos esquecidos da história, tem inteiramente razão e sublinha um dos grandes progressos da produção histórica. Se, pelo contrário, quer colocar no mesmo plano 'produção autobiográfica' e 'produção profissional', acrescentando que 'a prática profissional não constitui nem um monopólio nem uma garantia', a afirmação parece-me perigosa. (LE GOFF, 2003, P.50).

Na reflexão do autor fica evidenciada algumas estratégias e recursos utilizados para evocar a memória como oralidade, autobiografia, a história subjetiva, acrescenta-se outros exemplos como fotografia, vídeos, ritmos, ritos, relatos e impressões textuais, normas comportamentais (tradição – memória exteriorizada como modelo), desenhos e/ou pinturas. Tais estratégias são evocadas no intuito de complementaridade, de parceria na produção, de amplitude e enriquecimento ao trabalho científico, de forma que muitas vezes se modifica a imagem do passado. As contribuições da memória para a produção histórica são essenciais e, em alguns casos, coautorais. Porém, é imperativo a atuação e organização própria do profissional historiador.

Seguindo essa lógica, ratificamos que, para este estudo, as fontes tradicionais (documentos oficiais) e bibliográficas foram insuficientes para a organização e constituição do acervo museológico, incluindo cenário, peças e personagens. Nesse caso, fez-se imprescindível:

- A evocação da memória de antigos residentes do Cabula,

- A busca por compreender as tradições próprias desse tempo histórico, abarcando os meios de vivências das camadas sociais em Voga,
- O auxílio da leitura aos memorialistas
- Recorreu-se a imagens e desenhos que representavam esse início do século XIX.

Defende-se assim que o processo de trazer à luz dados da memória poderá colaborar na compreensão e desvelar da cultura material, que é entendida como "todo segmento do universo físico socialmente apropriado" (MENESES, 1998, p.90.), um dos seus principais componentes é o artefato/objeto, que nos interessa diretamente, destacando que este não se configura como documento histórico.

No artigo intitulado: "Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público", Meneses (1998) diferencia e confronta as concepções sobre objeto histórico e documento histórico. A primeira categoria, recebe destaque em muitos museus, prevalecendo para que seja o centro das atenções. Os objetos históricos, em geral, são considerados preciosidades por ter feito parte de algum momento, contexto ou situação histórica. Tais objetos possuíram, no seu tempo, usos e funcionalidades utilitárias e/ou representativas, mas para nossa contemporaneidade, recebe outro sentido, como reflete Meneses (1992),

> Imerso na nossa contemporaneidade, decorando ambientes, integrando coleções ou institucionalizado no museu, o objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriores drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como objeto-portador-de-sentido. Assim, por exemplo, todo eventual valor de uso subsistente converte-se em valor cognitivo, o que, por sua vez, pode alimentar outros valores que o passado acentua ou legitima". (1992. p. 12).

A partir da citação, infere-se que os objetos que outrora possuíam significações no seu tempo histórico, na contemporaneidade podem parecer isolados, logo, ganham maior relevância quando inseridos em um contexto apropriado, que de fato trabalhe sua historicidade. Da mesma maneira, o documento histórico não tem significado se não for analisado pelo historiador, em contexto. Este não passará de um suporte físico contendo informações históricas.

> O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus

> critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. (MENESES, 1998, p.9).

Ao relacionar as duas categorias trabalhadas ao museu virtual que se pretende desenvolver, os objetos históricos do acervo não serão tangíveis, nem se comportarão como documentos históricos, mas comporão, no conjunto, uma representação do que existiu, baseado nos relatos de memórias, nas imagens que também são dados da memória e nos confrontos e aproximações coerentes com a documentação histórica, atendendo assim a história pública. Ao mesmo tempo em que o MVQC poderá se comportar como uma expressão da memória local, seja para utilização no campo do TBC ou em instituições de ensino e associações comunitárias, também tem potencialidade para funcionar como “repositório” de outras memórias, e até instigar atividades e construções sobre memória.

4.1.2 O turismo de base comunitária: espaço possível de construção e socialização da história pública.

O turismo de base comunitária é a forma de organização turística na qual as comunidades são as protagonistas na promoção de atividades que poderão melhorar suas próprias condições de vida. Esses são os responsáveis pelo planejamento, gestão e controle de todo processo (MARTINS, L. SILVA, F. e DÉJARDIN, I, 2013), o que significa que não há no TBC o controle direto das grandes redes e agências de turismo, inclusive sob o capital que entra. Como afirma Katiane Alves (2013, p.84),

> Neste processo, a comunidade se configura como base de toda estrutura, desde o planejamento à execução, tendo em vista que o papel dos órgãos públicos, privado, e terceiro setor, é dar apoio a essas organizações de base comunitária, sem interesses econômicos e políticos envolvidos ou qualquer tipo de ato que beneficie diretamente as instituições envolvidas.

A relação construída no TBC é dialógica, implica que tanto os visitantes quanto os pesquisadores e moradores locais, deverão estar predispostos a comunicação e aos princípios participativo, de sustentabilidade, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística (BARTHOLO, 2009). Para Hassan Zaoual essa tendência reflete as novas demandas dos viajantes desse início de

século XXI, em que o turismo de massa, ou convencional, vem paulatinamente cedendo espaço ao turismo situado,

> Este limite estabelece então a necessidade de uma nova aproximação, integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história etc.), conscientizando-se da importância do senso implícito das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio (ZAOUAL, 2009, p. 58).

Nessa forma de organização os aspectos sócio-históricos e culturais são evidenciados. A prioridade é para a valorização das vivências, da história, das tradições, da cultura e identidades culturais, da memória coletiva dos habitantes locais, dos patrimônios materiais e imateriais, do lazer comunitário, da culinária local, das áreas verdes, dentre outros aspectos pertencentes ao cotidiano da vida em comunidade. A proposta não é por mudança no cotidiano dos comunitários em prol da atividade turística, pelo contrário, o cotidiano passa a fazer parte dos atrativos do lugar, de forma consentida e participativa (ALVES, 2013). Essa abordagem não se aplica somente em contextos rurais e embora seja mais complexo, é possível o desenvolvimento do TBC no meio urbano, como no caso específico do Cabula e entorno.

Vale esclarecer que a localidade ainda não tem grupos de TBC consolidados, mas em fase de mobilização, com ações já encaminhadas de roteirização, busca pelo estudo da história local e eventos culturais já executados. Tais ações revelaram que o Cabula é uma localidade histórica, que apresenta ricas oportunidades para o desenvolvimento do TBC, pois reúne em sua vasta área características e atrativos marcantes, como:

- Grande quantidade de terreiros de candomblés, principalmente de nação angola. Sendo alguns nativos do local, ou seja, não se configuram como filiais de sedes pertencentes a outras localidades;
- Espaços gastronômicos como bares e restaurantes, que recebem turistas nacionais e internacionais;
- Espaços preservados de Mata Atlântica, como o horto florestal do Cabula e a Mata do Cascão no 19º BC, oportuniza a organização de atividades de educacionais e de ecoturismo;

- Riquezas históricas incontestáveis, que remete às discussões sobre a escravidão e a luta pela liberdade. É uma localidade que se faz presente ativamente na história da Bahia.

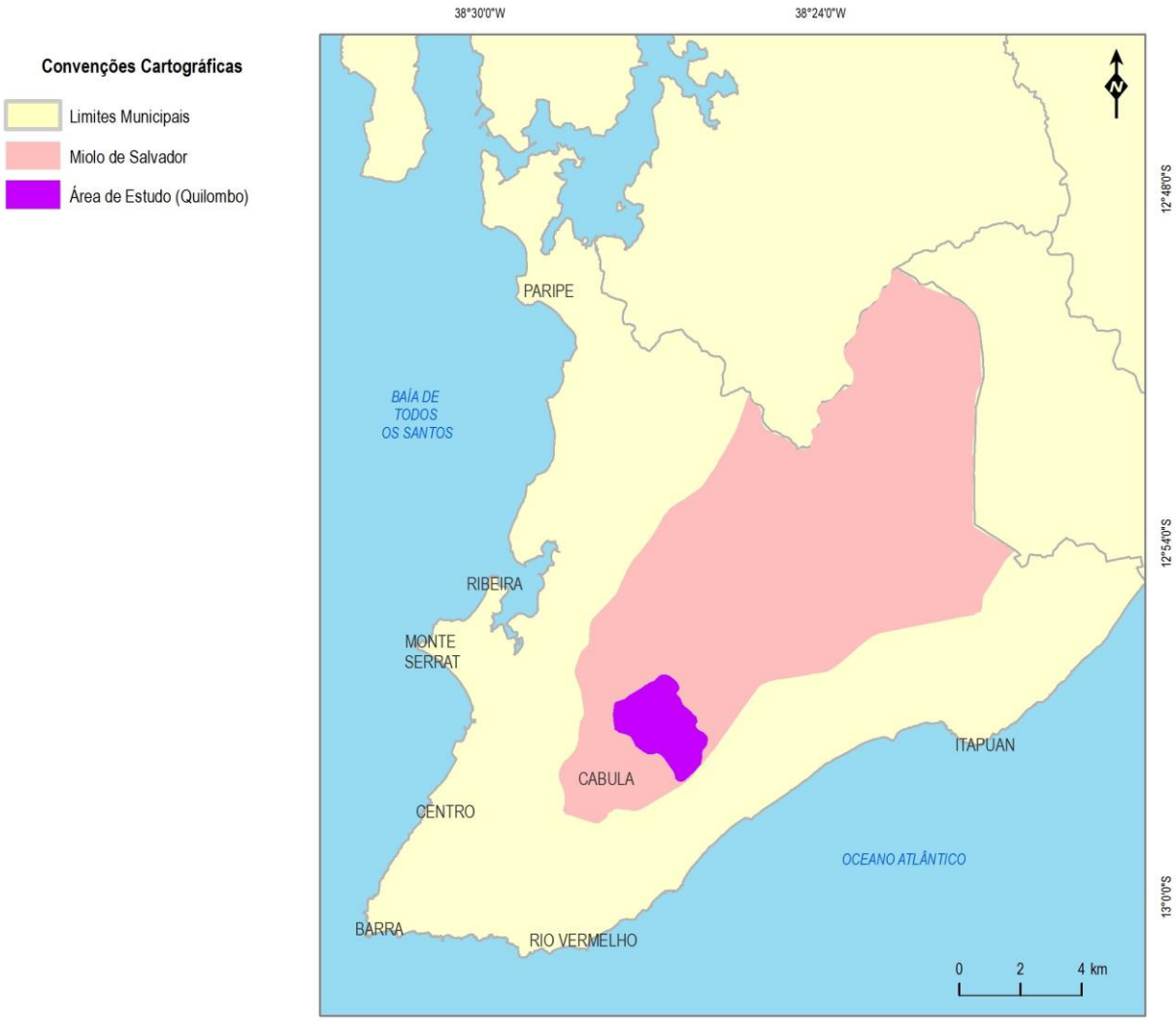
Com essas características, a proposta de mobilização do TBC na localidade, emerge como um frutífero campo para a construção, aplicação e difusão de conhecimentos. Não por acaso, vislumbra-se fortalecer as construções da história pública com significação social da localidade, por acreditar que toda construção histórica tem significado quando os sujeitos sociais se identificam. Melhor se torna, quando esses podem participar da sua construção, portanto, é em defesa dessa abordagem da construção coletiva da história, intrínseca a proposta de TBC, que neste estudo, não considerar-se-á a aplicação somente quando o museu virtual, na forma de modelagem computacional em 3D, estiver “concluído”. Pretende-se que a contribuição da comunidade se efetive desde o processo de construção, porque, conforme foi discutido neste subcapítulo, esse museu carrega o espírito da produção do concreto, pautado no encontro de vozes e na articulação do presente com o passado.

4.2 QUESTÕES URBANAS DA CIDADE: ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DAS LOCALIDADES QUE COMPUSERAM O ANTIGO QUILOMBO DO CABULA

O Cabula integra o Miolo da Cidade do Salvador. A denominação de Miolo refere-se a área situada geograficamente na parte central da cidade do Salvador, que agrega em si um conjunto de localidades. Tem extensão de 115 Km, cuja delimitação atual "está entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela, estendendo-se desde a Invasão Saramandaia até o limite Norte do Municipio" (FERNANDES, R.B; REGINA, M.E., 2005, p.39).

A área teve um processo recente de urbanização, provocado pela necessidade de expansão urbana devido ao adensamento populacional. Até os anos de 1940, a realidade estava próxima da análise histórica realizado no capítulo anterior, isto é, o Miolo representava uma área ruralizada da cidade. No caso específico do Cabula, a ocupação foi constituída inicialmente com pouca integração ao núcleo urbanizado, por índios, brancos pobres, e negros resistentes ao sistema escravista. Posteriormente por roceiros produtores de laranjas, que não erradicou o caráter de território de resistência negra dessas localidades.

Figura 10 **–** Espacialização do Miolo da Cidade do Salvador e do Cabula (área de estudo)



Fonte: Mapa adaptado de MASCARENHAS, Adriano. N. Análise do Processo de Uso e Ocupação do Solo da Avenida São Rafael - Salvador/BA. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana - MEAU) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Em períodos remotos, as localidades do Miolo foram concebidas com anexas à cidade, e seus moradores reconhecidos como agregados e não como integrantes dela. A percepção que se tinha era de uma

> "subcultura particular, com padrão de vida inferior, um assentamento espontâneo, desordenado, de baixa renda, ao lado de uma população residente em alguns conjuntos habitacionais – assentamento programado que se opõe ao outro – produzindo um espaço vivencial conflitivo, conturbado" (SALVADOR, 1985, p. 60).

Foi no período republicano que essa ocupação veio adensar, mas de forma lenta, pois o início do regime republicano na Bahia foi marcado pelo baixo crescimento econômico, populacional e alta instabilidade política. Os conflitos entre grupos oligárquicos tradicionais e propostas modernizantes dos republicanos não permitiu atenção para às questões direcionadas à urbanização da cidade, que enfrentava sérios problemas de infraestrutura nos âmbitos de abastecimento d'água, saneamento básico e problemas de insalubridade das moradias (GORENDER, 1978). Conforme afirma Matta (2013, p. 80), "O Estado da Bahia estava distante da modernidade e da organicidade econômica tão pregada pelos discursos modernos republicanos".

Dessa primeira república pode-se destacar como relevantes as transformações na cidade implementadas no período seabrista. Foi no governo de José Joaquim Seabra que o regime republicano se efetivou na Bahia. Durante seu longo mandato de 12 anos, intercalado com Antônio Muniz, o seabrismo abriu espaço para atender as demandas modernizadoras do novo regime. Nesse ínterim, a cidade "passou por um período de reformas urbanas e obras de melhoria nos serviços básicos. A cidade foi organizada e modernizada, passando a integrar-se melhor ao mercado burguês nacional e mesmo mundial em formação" (MATTA, 2013, p. 81). As obras realizadas foram direcionadas a abertura de estradas e melhorias no setor de transporte e comunicação. Contudo, a área do miolo da cidade permaneceu desprezada.

Os momentos históricos sequenciais configuraram os impactos na Bahia das crises de ordem internacional e nacional, quando nos anos de 1920, como reflexo do fim da Primeira Guerra Mundial, as indústrias nacionais ganharam força com a instabilidade do mercado agrícola, consequentemente, a classe média urbana ascende. O desenvolvimento industrial foi efetivado no Brasil com a crise de 1929, em que o capital internacional sofreu sérios impactos, provocando queda nas exportações de café, e acirrando a crise financeira nacional. Em contrapartida, foi essa situação que potencializou o crescimento da produção industrial nacional, " que entre 1929 e 1939, cresceu 125%, enquanto a agricultura cresceu apenas 20%" (MATTA, 2013, p. 81). A Bahia, como um Estado prioritariamente agrícola, nesse momento histórico, sofreu com tais impactos.

O golpe de 1930 liderado por Getúlio Vargas causou novas reconfigurações políticas na Bahia, pois adepto de uma política nacional centralizadora, Vargas

nomeou interventores de sua confiança para assumir a liderança local, na tentativa de desarticular os conchavos regionais, em prol da consolidação dos projetos modernizantes e industriais da sociedade burguesa moderna. O equilíbrio administrativo desse novo processo de intervenções do governo federal no Estado da Bahia ocorreu na gestão de Juracy Montenegro Magalhães (1931 – 1937). Em seu governo foi implementado no Estado da Bahia uma política de desenvolvimento econômico e modernização, que tentou atender aos anseios do governo varguista.

A cidade do Salvador passou a ser organizada como centro de consumo e referência regional de infraestrutura voltada para o desenvolvimento da economia de mercado. Nesse contexto, foram realizadas muitas reformas, como obras de utilidade pública no campo da saúde e saneamento do núcleo urbano da cidade; ampliação das estradas de rodagem, construção de pontes, investimentos no setor comercial do Estado, por meio da criação do Banco do Estado da Bahia (BANEB), criação do Instituto do Cacau, do fumo, e da pecuária (MATTA, 2013, p. 83). Em meio a tudo isso, a área do Miolo continuou como um espaço ruralizado da cidade, com pouca ocupação.

Após o governo de Juracy Magalhães e da implantação do Estado Novo em 1937, outros interventores da Bahia prosseguem na linha da urbanização da cidade, entretanto, de acordo com o quadro 09, mesmo com a fundação em 1942 do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), cuja proposta era a intervenção direta do Estado visando o bem-estar social por meio de aquisição de terras, regulação do mercado, subsídios á moradias populares e criação de "habitações transitórias" para as camadas menos favorecidas (MASCARENHAS, 2008), não existiram projetos que abrangessem o desenvolvimento urbano do Cabula e entorno. Sendo assim, conclui-se que os raros núcleos de povoamentos que aparecem no mapa representado na figura 6, são originários de comunidades quilombolas que ocuparam a localidade ao longo da trajetória histórica.

Nessa perspectiva, já no século XX a ocupação do Cabula foi crescendo paulatinamente com populações prioritariamente negras e de baixa renda, seguindo o contexto de ocupação do Miolo, ao ponto que na década de 1950 uma conjuntura de fatores como crescimento demográfico, que construiu para aguçar segregação socioespacial na cidade; aperfeiçoamento do sistema viário e desenvolvimento da cidade, acarretaram no processo de expansão horizontal, conduzindo à intensificação da ocupação nas áreas periféricas. Nesse sentido, o Miolo ascende

como uma área promissora para atender a tais demandas urbanas (FERNANDES, R.B; REGINA, M.E., 2005).

> No Miolo, o processo de ocupação realizou-se pelo estímulo à formação de assentamentos urbanos pulverizados espacialmente, que a Estrada Velha do Aeroporto ensejou, e pela retalhação das antigas fazendas, das quais se originaram diversos bairros - Cabula, Pernambués etc., e mais recentemente através da implantação dos conjuntos de ocupação programada. **(**SALVADOR, 1985, P. 50)

Nota-se que a ocupação mais intensiva do Cabula ocorre com a desestruturação das roças do local. Não são os primeiros indícios de ocupação da localidade, como pode ser constatado neste trabalho, mas é o momento em que se inicia as modificações quanto ao uso e ocupação do solo. Nos anos 50 e início de 1960, as chácaras do Cabula sofreram impactos com a ocorrência de pragas que destruíram os laranjais, conduzindo muitos roceiros à divisão e venda de suas propriedades. Associado a esse contexto, mudanças no setor de transportes transformam a cidade e graças a anterior instalação do 19º Batalhão de Caçadores na localidade, o Cabula passa a receber atenção governamental, ainda que de forma tímida, como pode ser acompanhado no quadro síntese que segue:

Quadro 09 – Síntese do processo de urbanização na localidade do Cabula

PERÍODO	PROJETOS HABITACIONAIS	EQUIPAMENTOS URBANOS/ OUTROS
Antes da década de 1940	● Não há projetos habitacionais para a localidade, que continua com características rurais, sendo pouco ocupada, contendo presença de algumas chácaras.	● 1909 - Uma linha de bondes elétricos chega à localidade da Mata Escura. ● 1910 - Foi instalado o Centro "Axé Opo Afonjá", em São Gonçalo do Retiro. ● 1916 - É fundado o terreiro do Bate Folha, na Mata Escura.
Década 1940	● Não há projetos habitacionais para a localidade, que continua com características rurais, sendo pouco ocupada, contendo presença de algumas chácaras.	● 1942 - É construído o 19 Batalhão de Caçadores, que passa a contribuir com a localidade por se constituir em uma área militar que preserva ainda nos dias atuais resquícios de mata atlântica. ● 1947-51 - Urbanização da estrada da Mata Escura.

Década 1950	● 1956 - Foi aprovado o plano de construção habitacional do Jardim Brasília - Cabula.	● 1951 - Verifica-se no mapa elaborado pela prefeitura do período uma linha de bonde com terminal no Cabula.
Década 1960		● 1966 - Foi construída a Avenida Silveira Martins, seguindo o traçado da antiga Estrada do Cabula.
Década 1970	● 1976 - Conjunto Chácara do Cabula ● 1977 - Conjunto Habitacional Otaviano Rodrigues Pimenta - Cabula III ● 1978 - Conjunto Governador José Marcelino - Cabula IV	● 1970 - Implantação da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COLEBA ● 1976 - Fundação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA ● 1978 - Implantação do Hospital Geral Roberto Santos e da empresa de Telecomunicações da Bahia - TELEBAHIA (onde atualmente encontra-se instalada a empresa OI S.A. Telecomunicações) ● 1979 - Fundação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Fontes: Quadro elaborado pela pesquisadora, a partir das seguintes referências: VASCONCELOS, P. A. Salvador: transformações e permanências (1549 - 1999). Ilhéus: Editus, 2002; MASCARENHAS, A. N. Análise do Processo de Uso e Ocupação do Solo da Avenida São Rafael - Salvador/BA. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana - MEAU) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Salvador; GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de salvador – Salvador/Ba. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Como se observa, foi na gestão de Antônio Carlos Magalhães (ACM) que o processo de industrialização e urbanização foi aguçando. Primeiro como prefeito da cidade, no governo de Luís Viana Filho, que priorizou a consolidação do Centro Industrial de Aratu (CIA), e com isso, obras de infraestrutura que buscaram atender as necessidades do CIA, como criação de “estradas, eletrificação, abastecimentos de água, telecomunicações e etc.” (CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA, 1986, p.91). Esse contexto de desenvolvimentos urbanos contemplou pouco a área do Cabula e seu entorno, mas foi significativo. Primeiramente, com a construção da Avenida Silveira Martins, e depois, já no final da gestão de Luís Viana Filho, projetou-se a construção de reservatórios de água, para as localidades do Rio Vermelho e no Cabula, “sendo este o maior do Norte do país” (CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA, 1986, p.95).

A construção da Avenida Silveira Martins encetou um processo de transformações estruturais na localidade, até porque, "esta assumiu papel de principal vetor de expansão urbana, podendo-se afirmar que o Cabula cresceu a partir do seu entorno" (GOUVEIA, 2010, p. 61), aumentando o índice de ocupações espontâneas e desordenadas e oferecendo maior acesso com a ligação da antiga estrada do Cabula, que passa a ser a nova Avenida Silveira Martins, aos locais que, no período remoto, representavam territórios de resistência negra do antigo quilombo do Cabula.

A preocupação do governo com os programas habitacionais passa a ser manifestada com a criação do órgão de Habitação e Urbanização da Bahia S.A (URBIS), que desde 1968, atuou intensamente na construção de conjuntos habitacionais na área do Cabula. Na década de 1970, com ACM no governo do Estado, o foco da gestão continuou no setor industrial e urbanização, assim sendo, além de fundar o Polo Petroquímico – parque industrial em Camaçari -, o governador passou a explorar a vasta área “vazia” do Miolo da Cidade. Sua obra prioritária foi o Centro Administrativo da Bahia (CAB), que possibilitou um novo espaço de expansão urbana em Salvador.

> Em pouco tempo, centros empresariais e de comércio e áreas residenciais passaram a florescer na órbita do Centro Administrativo, desafogando a cidade e criando um novo polo de desenvolvimento. (CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA, 1986, p.104).

Essa proposta de gerência expansionista da cidade é seguida pelo governo de Roberto Santos (1975-1979), e novamente por ACM em seu segundo mandato. De tal forma, que os antigos moradores das localidades do Cabula identificam claramente a chegada da urbanização, e com ela, as transformações sócioespaciais. Para Ângela Barreto (1984), a aceleração do desenvolvimento do Cabula, sua valorização, agregado a especulação imobiliária ocorreu quando a cidade começou a crescer em direção ao CAB. Nesse contexto de desenvolvimentos, um dos projetos mais impactantes na área do Cabula foi o “projeto Narandiba”, em função da política de desenvolvimento econômico e da explosão demográfica da cidade, teve como objetivo,

> Atender, em etapa mais imediata, a demanda de habitações para servidores públicos, em função da proximidade de sua área com o Centro Administrativo, deverá, ainda, firmar-se como um centro de oferta de serviços para a RMS, abrigando numerosos e diversificados

> equipamentos de envergadura metropolitana. (BAHIA, 1978, p. XII – 10).

O projeto intencionou uma ocupação complementar com suporte urbano aos eixos em expansão, por meio da criação de um Hospital Central, denominado de Roberto Santos, Centros de Ensino, conjuntos habitacionais e outros serviços. Mesmo considerando que a realidade ruralizada da área, sendo desprovida de sistema viário, rede de distribuição de água, rede de esgotamento sanitário e serviços de limpeza, fosse um grande desafio, as intervenções estatais do final da década de 1970 conferem à localidade importante potencial de desenvolvimento urbano em relação a outras localidades integrantes do Miolo da cidade. Nesse momento, o Cabula já figurava com uma ocupação consistente (SALVADOR, 1985), podendo ser percebida tanto no âmbito dos projetos habitacionais, quanto no aumento dos equipamentos urbanos, conforme indica o quadro 09.

Nas décadas seguintes, a força da ocupação mista fica evidenciada na localidade, isto é, a partir de 1982, com a lei que regulamenta alguns loteamentos populares. Áreas privilegiadas do Cabula passaram a receber investimentos ligados à loteamentos direcionados as camadas sociais média e média/alta. No ano posterior, a ocupação programada configura alguns agrupamentos na localidade, como a proliferação de conjuntos habitacionais no entorno da Rua Silveira Martins e nos pontos entre a Estrada do Saboeiro a Narandiba (SALVADOR, 1985). Em contrapartida, aumentou também o índice da ocupação espontânea, principalmente nas áreas que outrora compunham o antigo quilombo do Cabula, como na área de ligação entre Beirú/Narandiba, em cujo

> Aglomerado ocupa os maciços ao longo da Estrada das Barreiras e ligação Barreiras-Saboeiro, e envolve as localidades de Beirú, Engomadeira, Barreiras, Dois irmãos e Narandiba. O padrão habitacional vai se degradando a partir das cumeadas. Os grotões mais distantes da via principal e, portanto, mais desvalorizados, foram ocupados por invasões[220].

Verifica-se assim, que a urbanização da área foi efetivando-se de forma lenta e gradual, apresentando maior celeridade já no final do século XX, quando as modificações no espaço começam a tornar-se visíveis, principalmente com a construção de conjuntos habitacionais para acolher parte da camada carente da população soteropolitana, em paralelo ao crescimento das moradias irregulares e

[220] Ibid. p.17

desordenadas. Aos poucos o espaço natural, que outrora acolheu comunidades resistentes à escravidão e que abrigou a existência de vivência rural no âmbito de uma cidade, vai sendo reconfigurado.

O Cabula atual passa por transformações críticas, devido a sua localização estratégica e privilegiada no bojo da cidade e do seu processo de expansão urbana, que visa caracterizá-lo como uma área residencial para acolher a classe média da sociedade. Muitas obras e construções de condomínios estão ofuscando a história e modelando outro formato espacial para a localidade, em meio a derrubada de matas e de edificações históricas antigas, em prol da construção de grandes condomínios - especulação imobiliária, vias, viadutos públicos e de shoppings. Diante da atual trajetória da localidade do Cabula, corrobora-se com Heliodoro Sampaio, ao denominar situações como essa de “cidade mercadoria”, que não respeita a tradição urbanística do local, mas realizam construções caras, frutos de parcerias entre público-privadas, destruindo importantes aparatos da história em nome do "progresso" (SAMPAIO, 2011).

É essa conjuntura de tentativas de mudanças estruturais e concepção de localidade, que chamam atenção das comunidades para melhor aprofundar e significar sua história. Nesse sentido, a construção do museu virtual do antigo quilombo do Cabula não poderá ser desenvolvida com base unicamente nas pesquisas históricas, faz-se necessária a contribuição ativa de moradores antigos das comunidades que compõem a área do quilombo, porque formam os que acompanharam a trajetória e desenvolvimento geo-histórico do local.

4.3. TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DOS BAIRROS QUE COMPUSERAM O ANTIGO QUILOMBO DO CABULA

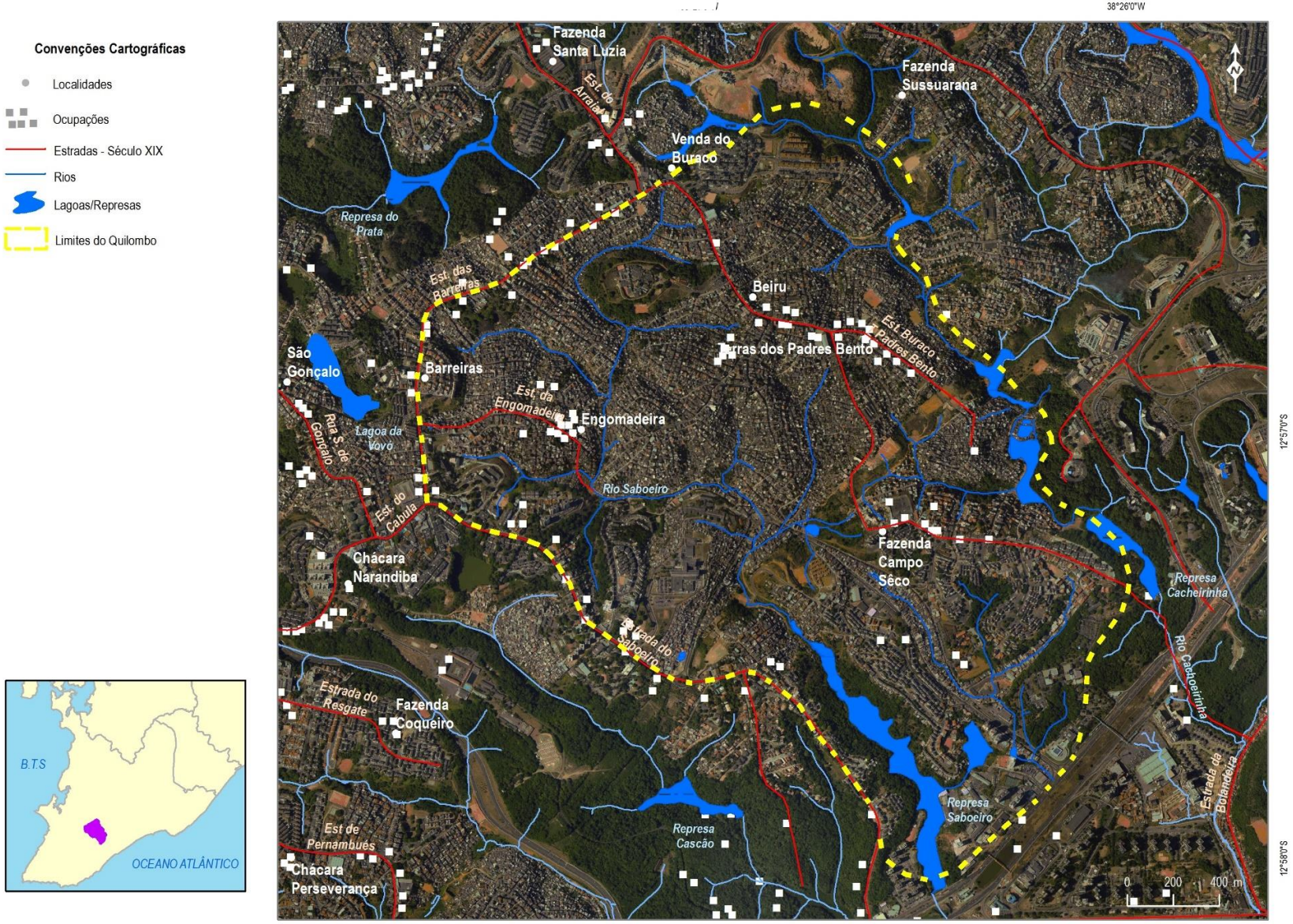
O entendimento sobre o processo de desenvolvimento urbano do Cabula, trabalhado no subcapítulo anterior, oferece subsídio para pensar que, como as mudanças na localidade ocorreram recentemente, é possível desenvolver uma sistematização histórica sobre as comunidades, levando em consideração a percepção que os próprios comunitários fazem sobre seu local de vivência.

Atualmente, observa-se o Cabula como uma grande área que abriga localidades menores. É bem verdade que a compartimentação em

“bairros/localidades”, começando com os loteamentos vendidos pelos Sr. Tomás da Silva Paranhos, posteriormente com a aquisição das terras pela Companhia do Queimado (NICOLIN, 2014), foi provocada em função do próprio crescimento urbano, ocasionando a diminuição da integração e identificação em detrimento dos particularismos e necessidades mais localizadas. Nessa mesma área, há trechos socialmente mais valorizados e outros menos. Essa realidade é recente e necessita de reflexões, pois há cerca de quarenta anos atrás havia menos desenvolvimento, contudo maior integração, como relata D. Eunice Oliveira da Conceição, “a comunidade se identificava como Cabula porque era o lugar mais conhecido, subiu a ladeira, era o Cabula. Então toda área eles consideravam como Cabula, até lá o Campo Seco, local indo para o Cabula VI” (CONCEIÇÃO, 2015).

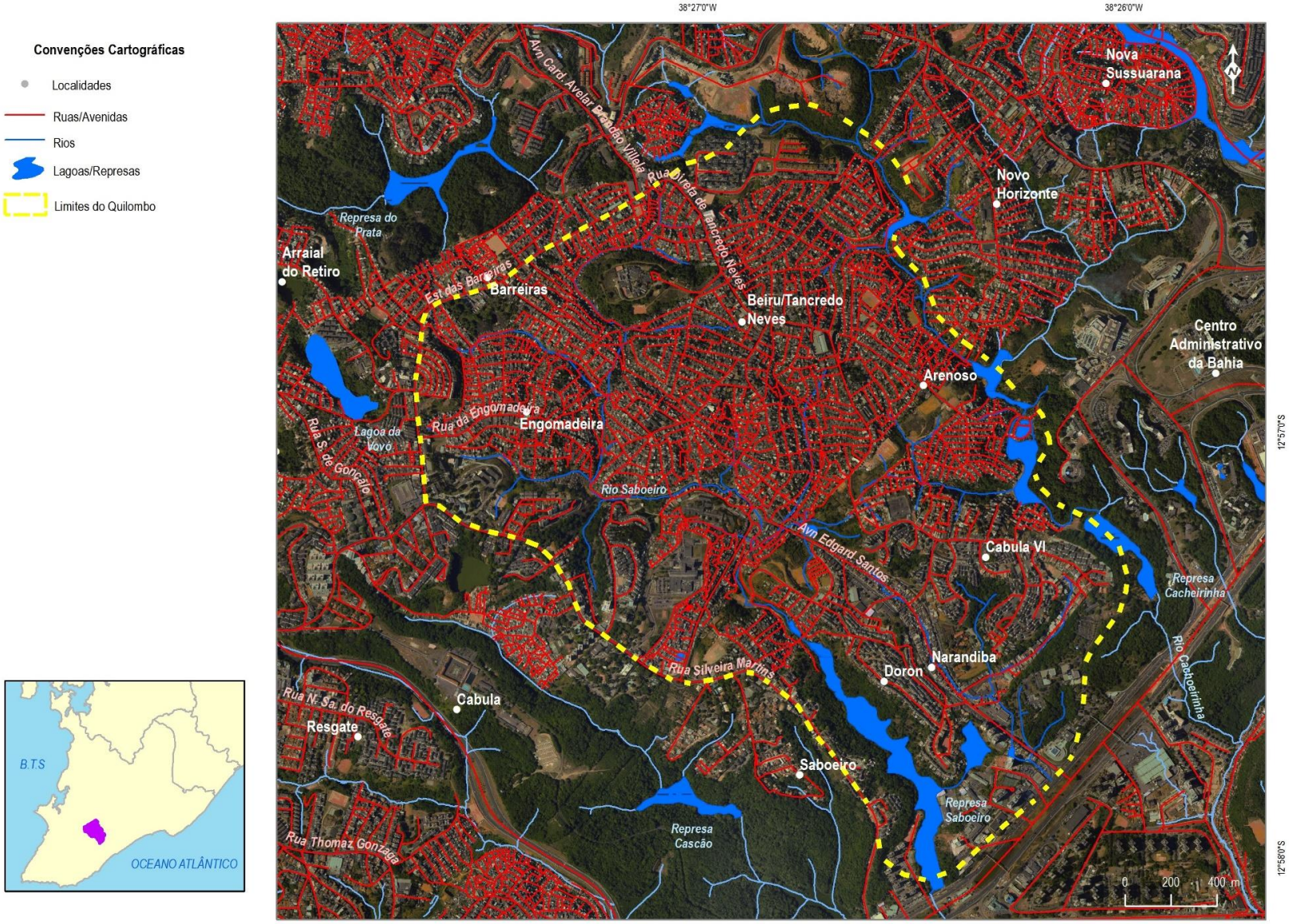
É a partir dos relatos de antigos habitantes das comunidades que atualmente compõe a área do Cabula, que se pretende compreender aspectos da vivência, da organização espacial, da integração com a natureza e principalmente da historicidade dos antigos núcleos de resistência negra. A intenção é realizar um levantamento com novas informações para melhorar o acervo do museu virtual. O levantamento se limitará as localidades que compuseram o antigo quilombo do Cabula, no qual segue representado em duas versões na figura abaixo: uma antiga e outra contemporânea, em uma relação entre a história e perfil das comunidades para quem o museu sobre o quilombo visa atender inicialmente.

Figura 11– Representação da área do antigo quilombo



Fonte: Elaborado por Adriano Mascarenhas de acordo com as descrições de Luciana Martins e mapas de época. Imagem: Ortofotos. CONDER, 2009

Figura 12 – Representação da área atual do antigo quilombo



Fonte: Elaborado por Adriano Mascarenhas de acordo com as descrições de Luciana Martins e mapa de época. Imagem: Ortofotos. CONDER, 2009

● SABOEIRO

Em períodos remotos a localidade era identificada como a "Estrada do Saboeiro", provavelmente uma trilha, que se integrava à Estrada do Cabula. A natureza era exuberante, repleta de lagoas e rios (SANTOS, 2010), principalmente o rio Saboeiro, curso d'água pertencente à Bacia do Rio das Pedras, favorecendo assim moradas ocultas e, posteriormente, a formação de inúmeras chácaras. Segundo a localização atual,

> O Saboeiro inicia-se na Rua Silveira Martins, por onde segue até alcançar o fundo dos lotes com frente para Avenida Edgard Santos até o Rio Saboeiro. Segue este curso d´água, até alcançar a Avenida Luís Viana, por onde segue até alcançar o Rio do Cascão. Segue este rio, cortando a represa do Cascão, até alcançar o fundo dos lotes da Alameda Zulmira Ferreira, por onde segue até o ponto de início de descrição deste bairro (SANTOS, 2010, p. 213).

De acordo com a descrição supracitada, a comunidade acompanhando o processo histórico, foi se organizando no entorno da Estrada do Saboeiro, atualmente faz parte da área de expansão prioritária de Salvador, isto é, entre a BR 324 e a Avenida Paralela, não se configurando como núcleos populacionais. A ocupação do local durante o Período Colonial ocorreu de forma espontânea, mas no final do século XIX e início do século XX, passou a compartimentar-se em chácaras produtoras de laranjas de umbigo. Esses famosos laranjais, sobre os quais foram discutidos no final do terceiro capítulo, não abrangeu toda área do antigo Cabula.

Havia laranjais nas roças ao longo da Estrada do Cabula (atual Silveira Martins) e nas roças ao longo da Estrada do Saboeiro. Isso significa que nem todas as comunidades do Cabula se identificaram com a fama proporcionada pelos laranjais, ao contrário, as comunidades da Engomadeira, Beirú/Tancredo Neves, Arenoso e Cabula VI (antigo Campo Seco), não reconhecem a produção de laranjas nos seus territórios, mas relataram a riqueza do solo local que proporcionou policulturas aos seus habitantes. Tais produções eram negociadas nas feiras de Salvador.

No Saboeiro estavam os proprietários de terras, eram " [...] poucas famílias pobres, tinham pessoas equilibradas que eram donos de Chácaras, tinha muito empregado doméstico, os pobres eram esses". Relata D. Gildete Santos de Jesus (2015). Contudo, era uma área desprovida de atenção governamental, como as

demais localidades do Cabula. As modificações no Saboeiro começam a ocorrer quando a localidade passa a integrar o já citado projeto Narandiba do governo Roberto Santos, sob a responsabilidade da Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDURB). Antes da intervenção da CEDURB a localidade possuía as seguintes características:

- O sistema viário local era composto de vias de cumeadas, nesse caso o terreno do Saboeiro era topograficamente acidentado e não havia pavimentação. Segundo dados do CEDURB, somente a Silveira Martins, em pequeno trecho era pavimentada, as demais estradas do Cabula, dentre elas a Estrada do Saboeiro, estavam em péssimas condições, nas quais o tráfego, sobretudo em períodos chuvosos, ficava impraticável, além disso, eram estradas estreitas (BAHIA, 1978, p. XII – 14).
- Ausência de rede de distribuição de água encanada era um problema enfrentado pela grande maioria dos habitantes do Cabula, cujo abastecimento foi possível graças às fontes e lagos existentes na área. No processo de estudo da localidade para a elaboração do projeto Narandiba, apenas na Engomadeira possuía abastecimento, mesmo assim, o serviço não era satisfatório à população e o relatório CEDURB constatou que “O baixo percentual de instalação domiciliares de água encanada, é decorrente da inexistência deste serviço em quase toda a área” (BAHIA, 1978, p. XII – 14).
- Um dos poucos serviços disponíveis, nesse momento histórico, foi o de instalação elétrica. Constatou-se que mais da metade da população da área já possuíam ligações elétricas domiciliares.
- Não existia, em toda área do Cabula, rede de esgoto sanitário. Raras as moradias que possuíam fossas, e de maneira precária. Os moradores construíam buracos nos quais despejavam seus dejetos. Relatos de antigos moradores comprovam tais práticas e poderão ser verificadas ao longo do estudo das outras comunidades.
- Não havia no Cabula um serviço de limpeza pública. Somente na Engomadeira possuía a coleta de lixo, realizada apenas nas ruas principais, não assistindo a maioria da população. O lixo era jogado nas ruas ou em terrenos baldios.

No final dos anos de 1970 e início de 1980, a localidade passou à forma "planejada", com as obras implementadas pela URBIS, no projeto denominado "Cabula X - Saboeiro", que visou a construção de conjuntos habitacionais populares e mais recentemente condomínios, torres e empreendimentos de iniciativa e

construtoras particulares, que aos poucos, vai descaracterizando o histórico quilombola da localidade. No que se refere ás questões ambientais, o verde da localidade foi e está sendo substituído por edificações. O rio Saboeiro, que outrora possibilitou a sobrevivência de povos, desde os dados de 1985 no Plano de Ocupação para Área do Miolo de Salvador, já era grande o nível de poluição, isso devido aos variados assentamentos do entorno do rio, que não possuíam esgotamento sanitário, depositando os dejetos da população no rio. Vale ressaltar que até o presente momento não houve tratamento satisfatório (SALVADOR, 1985).

De acordo com as características demográficas – dados de 2010 -, o Saboeiro é composto por uma população que em sua maioria, 51,75%, se auto define etnicamente como pardos, com baixo rendimento, sendo que 37,02% da comunidade sobrevive com até dois salários mínimos e 32,12% recebendo até cinco salários. (CONDER, 2010). Aos poucos a situação social está mudando, pois, a área vem se configurando como um dos espaços valorizados do Cabula.

● BEIRÚ/TANCREDO NEVES

Área histórica de resistência negra. Tem início na extensão da Estrada das Barreiras, na atual “curva da morte” e segue até o Arenoso (SANTOS, 2010). A sua toponímia revela que o processo histórico reflete na nomenclatura da localidade, assim, há relatos de moradores que identificam o personagem Gbeirú como primeiro negro a receber, burocraticamente, propriedade no local. Ao que indicam, foi após sua morte que as terras foram loteadas.

Não há comprovações históricas da existência do negro Gbeiru ou Beiru, principal representante do imaginário dessa comunidade. A versão histórica, divulgada e apropriada pelos comunitários, contrasta com dados documentais. Segundo registros eclesiásticos de terras da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, as terras do Beiru pertenceram ao Sr. Tomás da Silva Paranhos, provavelmente as comprou da Marquesa de Niza. Posteriormente esse importante latifundiário urbano as vende para o sr. Domingos José da Silva Couto, que revende para Dr. Antonio Garcia Brandão (1857 – 1863). O registro descreve as terras com frente para estrada do Campo Seco, de um lado para a Estrada das Barreiras,

dividindo pelo fundo com terras do São Bento ou Câmara e com a Engomadeira (APEB, Registros eclesiásticos de terras. n. 66, ano 1857 – 1863.)[39]

No momento de existência do quilombo, o local hoje denominado Beiru, pode ter sido conhecido como “Venda do Buraco” ou mesmo uma área pertencente a fazenda Campo Seco. Se de fato, houve a existência e historicidade do negro Gbeirú, personagem da resistência negra que faz parte da tradição oral da localidade, que ainda hoje estima a identificação dos seus moradores, sabe-se que esse não existiu no momento do quilombo do Cabula. Foi uma história de resistência posterior a desarticulação do referido quilombo. Todavia, a denominação remota de “Buraco” ficou na memória de moradores, ao referir-se que uma determinada curva era chamada pelos povos naturais de “Venda do Buraco”. Local coberto de mato, ocupado por invasões. Com a urbanização e acesso viário, a comunidade passou a nomear de “curva da morte”, menção associada aos inúmeros acidentes que ocorreram na curva que atualmente fica na demarcação inicial da localidade.

As transformações no Beirú ocorreram de forma acelerada nos últimos quarenta anos, de modo, que ainda é possível dialogar com os primeiros moradores que passaram a ocupar a localidade por meio de novas remessas de loteamentos. Foi o caso de D. Eunice Conceição, conhecida como D. Nicinha, Iyalorixá do terreiro Olufanjá, que chegou na localidade no dia 01 de junho de 1970 e disse fazer parte da primeira família a ocupar o local por meio do programa de loteamentos, que segundo informa, foi adquirido dos “herdeiros” do negro Gbeirú.

A entrevistada, por meio de suas memórias, retratou aspectos nos quais caracterizou o Beirú como uma localidade aprazível, arborizada, rica em recursos ambientais, com difícil acesso, e, portanto, com poucos residentes. Isso significa que era um local ainda pouco tocado pela urbanização naquele momento histórico, conservando indícios de um meio próximo à realidade quilombola:

> Isso aqui era tudo mato, só marcado com piquetes nos locais em que eles estavam abrindo. O trator tinha passado há algum tempo, pra abrir o lote [...]. No local, não havia, água, luz, nada. Lavava-se as roupas em um riacho na qual existia a fonte da vovó, que o povo dizia que era encantada, porque tinha uma Gia que vinha, e por causa dela é que tinha a água, e não podia matar. Tinha um candomblé lá em baixo [...]. Esse riacho tinha uma pedra enorme, tinha uma pedra de fogo imensa. Tinha um pé de Ingá, e agente lavava ali, naquele lugar, um riacho limpo, só você vendo que

[39] Ver documento completo no anexo 14

> maravilha, a gente não sabia de onde vinha a água, uma coisa linda, muito mato. Sabia que era a fonte da vovó, a fonte encantada [...]. [...]. Não era um riacho para pesca, havia muita gente lavando roupas. Todo mundo dessa redondeza lavava roupa ali. Quem morava por aqui, mesmo os gatos pingados, que eram as pessoas mais antigas, lavavam roupas ali em baixo. Aparecia o povo só descendo pelos caminhozinhos de matos e só via parecer, daqui a pouco estava cheio de gente, de mulheres lavando, eu pegava meus meninos e levava para fonte e lavava lá em baixo. (CONCEIÇÃO, 2015).

Apresentando relato semelhante, o Sr. Hélio Oliveira, geógrafo, irmão de D. Nicinha, saudosamente infere que se tratava de um local bucólico, que inspirava o contato aproximado entre o homem e a natureza, com moradias e hábitos simples, associados a realidade de roças, no qual “não tinha transporte, não tinha energia elétrica, não tinha água encanada, se pegava água lá em baixo no riacho” (OLIVEIRA, 2015). Foram os riachos e fontes que abasteceram os residentes, inclusive com água para consumo próprio, “era tipo uma pedreira, e encaixaram uma bica de bambu, daí essa água descia, e daí tomava-se banhos, lavava-se pratos” e até bebiam (OLIVEIRA, 2015).

Conforme as citações e outros depoimentos, a presença desses riachos e fontes foi marcante na localidade, essenciais para o culto aos ancestrais, assim, “tinha fonte de Nanã, fonte da telha, fonte da bica, fonte do papa” e outras. Muitos riachos ficavam dentro das propriedades dos terreiros, como por exemplo a fonte da telha, que ficava dentro do terreiro Tumbenci (SANTOS, G. 2015). A presença de terreiros de candomblés também foi fator essencial em toda área demarcada como quilombo do Cabula, até em seu entorno. Os primeiros moradores das localidades, já na fase de loteamentos, em especial do Beirú, utilizavam esses terreiros como pontos de orientação e destacaram seus residentes como os moradores nativos da localidade.

Não despertava atenção os nomes dos terreiros, mas a nação de origem e sacerdotisa ou sacerdote que os conduziam. É possível que o candomblé mais antigo da localidade, herdeiro dos batuques e rituais quilombolas, seja o do Sr. Miguel Arcanjo de Souza, de tradição amburaxó, cuja nação é congo-angola. Outro espaço de culto de matriz africana, composto por nativos, foi o terreiro de D. Maria Genoveva do Bonfim, importante matriarca da tradição banto, conhecida como Maria Neném. Ao morrer, o Sr. Miguel Arcanjo deixa herdeiros biológicos como Caetana

Angélica de Souza e Guilhermina Angélica de Souza, e também herdeiro de axé, seu sucessor Sr. Manuel Jacinto, sobre o qual D. Nicinha relata que:

> [...] não via bater candomblé, porque os candomblés de antigamente, não era só no atabaque, era na palma, era na cabaça, então não se via essa zoeira, e quando fazia as coisas era cedo, antes de escurecer porque não tinha energia, era no candeeiro, então era coisa sempre particular, escondidinho, porque o pessoal tinha uma cisma maior do que a que tem hoje (CONCEIÇÃO, 2015).

No mesmo contínuo, outros iniciados na tradição amburaxó dão sequência ao trabalho de Miguel Arcanjo e fundam suas comunidades de terreiros independentes, como fez o sr. Manuel Rufino, cujo espaço de culto "era o maior que existia na região. Sua extensão ia até a descida do Arenoso" (CONCEIÇÃO, 2015). Também, o terreiro de D. Olga Santos, conhecida como Morena, primeira Iyalorixá do terreiro São Roque (SOUZA, J. 2015). Esses habitantes, em suas vivências, expressaram a pujança das raízes quilombola desse território de resistência negra.

Ainda na década de 1970, o processo de ocupação do local era lento. A comunidade era pequena, "era quase como se fosse um quilombo, na realidade, de pessoas que migraram de outras regiões" (OLIVEIRA, 2015). Esse fator aproximavam os moradores, que se reconheciam e compartilhavam de momentos de construções colaborativas no seu meio de vivência, assim, "[...], à noite, fosse de lua ou não, as pessoas conheciam a gente pela silhueta" (OLIVEIRA, 2015). A breve descrição do local pelos antigos residentes conduz a pensar o ambiente possível para modelar o quilombo do Cabula, principalmente quando reflete sobre as formas de transitar e se apropriar das ofertas ambientais.

> Os caminhos eram trilhas, em meio da mata fechada. Não tinha nada, era mato. O caminho mesmo era mato, e a gente descia pelas trilhaszinhas que se caminhava. Eu não sei se já era uma ladeira antiga que já tinha [...], eu sei que a gente descia por ali. E as fendas, muitas fendas na terra, da água que descia, e a gente aproveitava os lugares melhores para poder andar, descer e subir, com água na cabeça, com bacia na cabeça, lavando roupas. (CONCEIÇÃO, 2015).

A vivência era simples, todas as casas eram de taipa, a madeira era retirada da própria mata e o barro, vermelho vivo e grudento – o massapê, que era pisado

para cobrir a estrutura das casas[40]. Estas eram baixas e cobertas com palha de bananeira, coqueiro ou licurizeiro. O chão era batido “com a folha de bananeira, e vinha com uma tabuinha para bater, para pilar o chão. Depois, andar daqui para Boca do Rio para pegar e jogar areia branca, para endurecer” (SANTOS, G. 2015). Como as residências eram esparsas, os antigos afirmam que os terrenos eram demarcados com “cercas vivas”, isto é, organizadas com estacas cobertas com folhas de nativo, uma folha sagrada conhecida nos cultos de matriz africana como “peregun”[41]. Também utilizavam os cactos e graveto do cão, assim evitava que bichos transpusessem as cercas.

Todos os colaboradores desta pesquisa ressaltaram que era comum o acesso da localidade para a Boca do Rio[42], adentrando as matas densas e caminhando por trilhas estreitas. Segundo sr. Hélio, as árvores nesse trajeto possuíam cipós grandes, “cada cipó grosso, era uma visão, as vezes fantasmagórica, porque quando começava a escurecer, estava na hora de cair fora, porque a luz do sol não batia [...]” (OLIVEIRA, H. 2015).

A Mata Atlântica representava o esplendor principal do Cabula, as terras eram férteis e segundo D. Nicinha, “nascia à toa, qualquer semente que caísse aí, nascia”. Muitas árvores frondosas, como: murtá, abricó com suas propriedades curandeiras, jaqueira, pé de fruta-pão, mangueira, sapotizeiro, também com propriedades medicinais e, principalmente, árvores nativas do Brasil ou de áreas de floresta de Mata Atlântica, como coqueiros, pé de Ingá que nasce próximo a rios, pé de oitizeiro, licurizeiro, abieiro, muita gameleira, amendoeira e principalmente mangabeira, que além de ser nativa, contém propriedades medicinais. Dessa variedade de árvores frondosas, citadas por mais de um entrevistado, serão consideradas na modelagem do museu virtual as espécies nativas do Brasil.

D. Jaciara cita algumas folhas sagradas encontradas na localidade: Maria Preta, pitanga e nativo. As ervas estavam à disposição para o consumo cotidiano e ritos sagrados, “na curva da morte [... antiga localidade do Buraco], era uma maravilha de mato. Tinha mato que você se perdia ali, tanto mato rasteiro como árvores” (SOUZA, J. 2015). Como se observa, a maior parte dos recursos

---

[40] Todos os entrevistados destacaram essas características, ressaltando inclusive o fato das casas serem baixas

[41] A maioria dos entrevistados destacaram que algumas casas mais “isoladas” possuíam as cercas vivas de nativo. Essa informação também aparece em um mapeamento da área pertencente ao sr. Miguel Arcanjo, em um processo civil contra outro morador da localidade.

[42] Boca do Rio é um bairro de Salvador que atualmente se encontra a ... distância do Beirú, além disso, esse trajeto hoje que os antigos realizavam se torna impossível devido as construções que suprimiram o referido acesso.

necessários à sobrevivência era ofertado pelo próprio local. Não havia comércio, apenas uma venda que comercializava “carne de sertão seca, torrada, esturricada e pendurada lá, bolacha seca e cachaça” (CONCEIÇÃO, 2015). O raro abastecimento de mercadorias era trazido da cidade e transportado no lombo dos burros ou em carregamentos manuais. Por ser de difícil acesso, o Beiru não era considerado área pertencente a cidade (OLIVEIRA, H. 2015).

O adensamento populacional foi perpetrado por meio de invasões e outras por loteamentos, mas sem “obedecer a nenhuma regra, nem tecnologia habitacional, nem posição legal” (OLIVEIRA, H. 2015), era uma área desprovida de atenção governamental e que ainda carece de muitas melhorias. As mudanças no Beirú ocorrem paulatinamente, e se intensificaram no momento em que acelerou o processo de urbanização. Foi nos governos de Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos, isto é, a partir da década de 1970, que a localidade iniciou desenvolvimento. Para Sr. Hélio, a construção do Hospital Roberto Santos (1978), foi um fator decisivo para atrair a construção de novos conjuntos habitacionais, mas principalmente de moradias irregulares.

Segundo relatos de D. Cleuza de Matos do Nascimento, conhecida como D. Dadá, a proposta inicial do governo era construir o hospital na Engomadeira, que já possuía um pequeno povoamento. A igreja católica, cuja paróquia matriz ficava em São Gonçalo, liderou uma campanha contra a construção no local, pois isso significaria desapropriação de famílias carentes. Foi por meio da reivindicação popular que o governo ergueu o hospital no Saboeiro.

O resultado do processo de urbanização foi o desmatamento do local, crescimento do comércio formal e informal, oferta de serviços como pavimentação de ruas, energia elétrica, expansão das linhas de transporte, que ainda é insuficiente, fundação de escolas públicas, serviços de esgotamento sanitário, centro de saúde, delegacia, dentre outros. O avanço também atraiu aumento da violência, fator enfatizado por todos os entrevistados, que saudosamente dizem preferir o Cabula na fase anterior à urbanização.

● ARENOSO

O Arenoso “inicia-se na confluência das ruas Manuel Rufino e São José”, pertencentes a localidade do Beirú. Apresenta limites com o Centro Administrativo

da Bahia e Cabula VI (SANTOS, E. 2013). De acordo com a figura 06, é provável que no Período Colonial a área tenha pertencido aos domínios dos padres da ordem Beneditina, mas que funcionou como arraial de abrigo para negros fugidos, uma vez que uma das líderes do quilombo do Cabula, Quitéria do Sacramento residia nessas terras dos padres Bentos.

O Arenoso foi concebido enquanto localidade a partir do processo de ocupação espontânea e irregular, e se consolidou após desmembramento do Beirú. Os moradores que iniciaram a ocupação do local, na fase republicana, não diferenciavam as localidades. Relatos de residentes antigos, evidenciam que a denominação da localidade advém de sua característica mais marcante, a presença do solo arenoso, como expressa D. Nicinha, ao afirmar:

> [...] Era tudo Beirú, depois aí, colocou o nome de Arenoso. Ficou Arenoso, porque todo arenoso se tirava dali, daquela área. Vinham caminhões e caminhões tirar arenoso, e carreava o tempo todo. Não eram caminhões não, caçambas. Aqui mesmo tinha muita gente que era caçambeiro, e trabalhava só para tirar arenoso e vender fora. Era arenoso e caulim. Tinha uma produção muito grande aí, então ficou o nome de Arenoso, mas era integrado ao Beirú, sem distinção, sem separação sem nada, [...], todo mundo morava no Beirú, Cabula – Beirú, pronto. Agora, lá pra cima, já falava Campo Seco, que agora é o Cabula VI. (CONCEIÇÃO, 2015).

Seguindo a característica da área, mesmo com solo arenoso, a natureza no local era exuberante, repleta de matas e afluentes de rios, como do Rio Cachoeirinha ou da Prata, que cortava o Arenoso e também o Campo Seco (NASCIMENTO, C. 2015). O rio Arifungi, “onde as mulheres lavavam roupas” e foi citado por todos os entrevistados, devido a sua importância. Além desses, existia também o rio “suvaco das cobras”, que está situado nas áreas mais baixas da localidade, com pontos alagadiços.

Aos poucos, a localidade foi sofrendo danos provocados pela ocupação e exploração humana, de tal forma, que ultimamente se presencia um estado de degradação ambiental, ocasionado principalmente pelo adensamento demográfico (SANTOS, E. 2013). A população composta em sua maioria por negros (1) apresenta um alto índice de pobreza de 9,08%, no qual a grande maioria 77,04% recebe de 1 a 2 salários mínimos.

● BARREIRAS E ENTORNO

A Estrada das Barreiras é um trajeto situado entre a BR 324 e a Avenida Luís Viana (Paralela), que converge em variadas localidades, Mata Escura ao norte; Engomadeira ao sul; Beirú/Tancredo Neves ao leste e Conjunto ACM e Horto Florestal do Cabula a oeste (GOUVEIA, A. 2010). Desde o período colonial, foi um ponto de passagem pouco ocupado, mas que por meio de suas trilhas, possibilitava o trânsito de negros entre os arraiais ou territórios de resistência. Nos relatos de moradores antigos, essa era uma estrada estreita, com "[...] mato de um lado e do outro, e muito barro, muita poeira". Poucas eram as casas de taipa demarcadas com cercas vivas da planta nativo. A estrada dava acesso ao trecho conhecido como "Venda do Buraco".

Nas Barreiras, encontravam-se muitas árvores, com destaque para as mangabeiras, e ervas medicinais, utilizadas como plantas sagradas pelas comunidades do seu entorno, como guiné, capim santo, aroeira, cajueiro branco, eucalipto, juerema, dentre outras.

Assim como toda área do Cabula, a urbanização da localidade foi vagarosa, só iniciou a partir da década de 1970, quando foram erguidos os conjuntos habitacionais nos espaços das roças. D. Dadá, que passou a residir no local em 1974 após o casamento, mas que é nativa de São Gonçalo – Cabula, afirmou que a luz elétrica chega anos depois, sob o formato de improviso: "tiravam ponto de não sei aonde, e aí, aqueles postezinhos amarrados lá em cima, e desse jeito iam fazendo gambiarra" (NASCIMENTO, C. 2015). Para a entrevistada, as transformações foram iniciadas no segundo mandato do governo de Antônio Carlos Magalhães (ACM), que fez melhorias e ampliou a Estrada para facilitar o acesso da comitiva papal ao Centro Administrativo da Bahia (CAB), que ainda não contava com o acesso da Paralela. Após melhorias, pessoas passaram a construir suas residências no entorno da Estrada, e, aos poucos, foram sendo negociados os loteamentos. Atualmente, a Estrada das Barreiras representa um caminho essencial, que como uma extensão da antiga estrada do Cabula, conduz a variadas localidades.

***

Conforme se nota, as comunidades que outrora compuseram o histórico território quilombola do Cabula continuam denotando a concentração negra, e

atualmente se reconhecem como quilombos urbanos por preservarem as heranças de ancestralidades africanas ou mesmo crioulos, cuja presença da cultura e traços socioexistenciais estão presentes nos espaços de vivências e permanecem preservados na memória de antigos moradores.

No mesmo contínuo, para enriquecer as possibilidades de acervo do museu virtual proposto, será apresentado no próximo subcapítulo uma sistematização das aproximações entre o passado quilombola e a contribuição das memórias desses moradores.

4.4. (RE) DESIGN DO ACERVO A PARTIR DE CONTRIBUIÇÕES DE ANTIGOS RESIDENTES DO CABULA

O diálogo nas comunidades, principalmente com os integrantes remanescentes dos povos originários da localidade, oportunizou a inserção de novos elementos ao museu virtual que se pretende desenvolver, tanto no que diz respeito aos objetos do acervo, quanto sobre o meio de vivencia quilombola. É imperioso esclarecer, que no processo das entrevistas, os colaboradores indicaram como eles concebem o museu virtual que contemple o sítio indicado.

A priori, o principal destaque foi para uma área – o Cabula, em que não se percebia as subdivisões dos “bairros” que existem hoje. Foi perceptível nos depoimentos da maioria dos entrevistados a integração entre os populares da área que formava o antigo quilombo do Cabula, em um momento histórico no qual não havia transporte, nem quaisquer desenvolvimentos urbanos. O trânsito pelas comunidades era a pé ou com auxílio de jumentos. Nessa perspectiva, será construído um museu considerando o Cabula como um todo, isso significa, que mesmo sabendo a localização residencial de alguns personagens, indicados nas fontes manuscritas, não se tem pretensão de fixá-los, mas será concedida autonomia aos personagens de utilização dos espaços do Cabula, prática comum dentre os antigos.

As características da área descrita pelos moradores antigos, bem como as tecnologias sociais, também serão preservadas na modelagem do museu virtual. Assim, o cenário será composto por trilhas estreitas de mata fechada, arvores com grandes cipós e outras frutífera como coqueiros, licurizeiro, pé de Ingá que nasce

próximo a rios, pé de oitizeiro, abieiro, mangabeira, jaqueira, pé de fruta-pão, gameleira, amendoeira, dentre outras, que desemborcarão em povoados cujas habitações serão simples e baixas, construídas de madeiras verticalizadas, provenientes das árvores retiradas da própria mata, cobertas de barro denso e vermelho, também do solo local, com telhados de palhas de licurizeiro, coqueiro ou bananeira. Os chãos de algumas casas também serão cobertos de palhas batidas.

Próximo as casas, parte externa, por indicação do Sr. Luís Nepomuceno de Jesus, será erguido um banheiro com estacas verticalizadas e cobertura de palha, no seu interior um buraco. Para as atividades de cozimento dos alimentos, será modelado um fogão a lenha, utilizando-se exemplos arquitetônicos quilombola, que foi socializado na obra de Rafael Sanzio (2011), mas confirmado pela moradora Itana das Neves (2105), que ao chegar na localidade encontrou uma arquitetura semelhante a essa de tradição quilombola.

No entorno das casas e dos núcleos de povoamentos, serão colocadas cercas vivas, compostas por madeiras verticalizadas e paralelas, cobertas por planta Nativo, comum na localidade. Esse cenário foi citado por todos os entrevistados e confirmado por uma planta da propriedade do Sr. Miguel Arcanjo, elaborada em 1914 presente no interior de um processo de conflitos de terras.

Rios e fontes serão modeladas nas proximidades das comunidades. Também a funcionalidade dessas para a comunidade, não por acaso, pretende-se apresentar algumas práticas cotidianas que fizeram parte da vivência dos nativos, e acredita-se ser legado quilombola, como a utilização de bicas feitas de bambu cortado ao meio, para encaixar nas pedreiras por onde a água escorria. Essas bicas contribuíam para banhos, retirar água para beber e lavar pratos. No leito dos riachos muitas mulheres das comunidades lavavam roupas. Outra importante contribuição dos moradores remanescentes de nativos, foi sobre os vestígios cerâmicos encontrados nos solos de algumas comunidades. Ressalta-se que apenas nas comunidades do Beirú e Cabula VI (antigo Campo Seco) os entrevistados relataram sobre os achados:

> Tudo que foi encontrado aqui foram de artesanatos de barro, ou relíquias de oferendas, dos ancestrais com relação a sua cozinha para o cozimento de coisas, mas a gente que tinha intimidade com a situação, começava a identificar, objetos associados a pratos de najé. Então, nesse caso, deixava-se esses achados no mesmo local, para não violar objetos que pertenceram a seus ancestrais. Aquilo

> que pertenceu a alguém, aonde você viu, deixa. (CONCEIÇÃO, 2015).

Como se trata de comunidades de terreiro, que não removem tais objetos dos lugares em que foram encontrados, não será possível fazer um estudo minucioso, mas já é indício para que objetos sejam modelados, como talhas para aquisição de água, pratos e copos feitos com barro do local, vassouras de palha, camas e mesas feitas de madeira e cobertas com a palha de bananeira, assentos feitos de tocos de árvores, dentre outros objetos.

As contribuições dos colaboradores foram significativas para o desenvolvimento do museu virtual. Nessa perspectiva, as contribuições suscitam alterações, principalmente sobre ideia que se tinha da espacialidade do local e quanto ao acréscimo de acervo. Outro aspecto será a redefinição de alguns acervos, como as residências, que após participação comunitária, apresentarão mais detalhes, já vistos neste subcapítulo. Detalhes sobre a modelagem do museu virtual, portanto, o quadro com o novo design do museu virtual, bem como as estratégias de interação, mediação do conhecimento e detalhamento dos acervos, após participação dos comunitários, será socializado na sequência.

5 A MODELAGEM DO MUSEU VIRTUAL E SEUS PRINCÍPIOS TEÓRICOS

Certamente, a construção do museu virtual histórico de um contexto, espaço e personagens que deixaram de existir em função da própria dinâmica de transformações sócio-históricas, requer do pesquisador mais que a investigação das fontes históricas, sua análise e produção textual. É preciso pensar na organização do conhecimento construído, na gerência do acesso, ambiência dos visitantes no espaço virtual de aprendizagem, nas estratégias de sua difusão e como este potencializará novas construções do conhecimento. Eis o desafio e objetivos deste capítulo, e em se tratando de uma proposta intrínseca às tecnologias da informação e comunicação, não se ignora categorias de análise imprescindíveis a um entendimento de história coletiva e aplicada.

Não obstante, como embasamento epistemológico, considerar-se-á a noção pretendida nesta tese de museu virtual associada a concepção bakhitiniana de dialogismo e polifonia, a proposta de colaboração, socioconstrutivismo e interatividade.

5.1. A CONCEPÇÃO SOBRE MUSEU VIRTUAL

O museu é uma instituição sociocultural de referência na sociedade contemporânea, trata-se de um espaço que acolhe trechos integrados da história de povos e suas culturas, regiões, religiões, países, dentre outras. Segundo o Estatuto do Museu, no seu Art.1º

> Consideram-se museus, [...], as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.43

De forma geral, busca-se a usabilidade do seu potencial de comunicação de massa, e como tal, esses espaços podem desempenhar um papel significativo na

[43] BRASIL, Decreto presidencial n. 8.124 de 17 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização das leis sobre o estatuto dos museus e da criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de outubro de 2013.

democratização da cultura, e até na mudança do conceito de cultura (CANCLINI, 2008). É relevante destacar, que esse instrumento de propagação sociocultural ainda não alcançou uma projeção mais ampla, uma vez que estudos comprovam que em âmbito nacional, boa parte das pessoas que visitam museus são estudantes em atividade escolar.

A preocupação com uma socialização mais ampla da história sociocultural da Bahia, e com uma usabilidade mais significativa da concepção de museu, é o que instiga o desenvolvimento dessa proposta de pesquisa, cujo nascedouro da temática foi em reuniões com a comunidade, ou seja, a proposta surgiu a partir do diálogo com a população interessada; seu desenvolvimento adquiriu uma abordagem híbrida (academia em parceria com a comunidade) de construção coletiva sobre a história que será difundida, para atender as demandas da comunidade em questão e dos interessados em geral.

Alguns aspectos deverão ser considerados no processo construtivo. Primeiro, não se concebe mais um museu histórico como uma instituição voltada apenas para depositório de objetos ou relíquias, mas, principalmente, para compreender problemas históricos concretos, que contribuem para emersão da memória através de um recorte temporal e espacial em relação ao tema (MESESES, 1992, p. 4).

> As mudanças na concepção do museu – inserção nos centros culturais, criação de e com museus, de museus comunitários, escolares, de sítio – e várias inovações cênicas e comunicacionais (ambientações, serviços educativos, introdução de vídeo) impedem de continuar falando dessas instituições como simples depósitos do passado (CANCLINI, 2008, p. 169)

Nessa perspectiva, salienta-se que o museu comunica a ideologia e poder de classes sociais, de etnias e de gerações (MENESES, 2000). Em se tratando de museu virtual, no qual se configura como a existência de um museu no ambiente de internet, busca-se uma amplitude de significados que vão além de uma delimitação espacial estrutural. Na verdade, o museu virtual se diferencia do museu convencional em variados aspectos. O museu convencional se configura enquanto um tradicional espaço físico, com uma estrutura às vezes contextual e outras não contextual, com um acervo de objetos tangíveis que expressavam a história, ora com informações articuladas, ora com fragmentos que demandavam um esforço interpretativo e de conhecimento prévio mais apurado.

Atualmente está disponível outra tipologia de museu, em um ambiente virtual, que contribui para imergir na história. De acordo com Lopes (2011), a principal diferença conceitual do museu convencional para o virtual, é que no segundo, além dos objetos que compõem um acervo, sejam essas reproduções do real, ou essencialmente virtuais, passa-se também a trabalhar como informação e comunicação. Não obstante, é imperioso a reconfiguração da relação entre público e patrimônio.

Nessa perspectiva, entende-se por museus virtuais os espaços de mediação conectado em rede que proporcionam a efetivação de ações museológicas, como a socialização de acervos ou coleções digitais, experimentos de vivências em contextos e situações sociais que poderão ser conflituosas ou não, e aspectos da cultura de grupos sociais. Sua virtualização privilegia a comunicação, de tal maneira que a interatividade se torna parte integrante dessas ações museológicas. Nesse sentido, aquele sujeito que visita o museu não assume apenas a postura de visitante, mas de participante ou colaborador.

A museóloga e doutora em ciência da informação Diana Farjalla Correia Lima (2009) apresenta uma discussão relevante sobre "o que se pode designar como museu virtual...", a partir dos museus que assumem esse posicionamento. Em sua pesquisa, a concepção de museu virtual acompanha o atual momento de avanços das tecnologias da informação e comunicação, e possibilita novas propostas de experiências e vivências para um público/visitante mais amplo e diversificado.

Nesse sentido, a questão problema é: muitos espaços que se autodenominam museus virtuais são na realidade, sites informativos sobre/dos museus ou websites museus, que é a comunicação em formato de homepages (HENRIQUES, 2004). Para Huhtamo (2002), em muitos desses casos a classificação condiz mais com bibliotecas ou arquivos, do que com museus. Sendo assim, Lima afirma

> O museu virtual é utilizado tanto para indicar o que se cria por meio do computador sem existir o referente no mundo físico, como também para o que existe no mundo real (mundo físico) e sofre processo de digitalização (LIMA, 2009, p. 246)

Com base nessa concepção, os estudos do grupo de pesquisa de Lima (2009) identificaram três modelos de museus virtuais alocados na internet. O primeiro diz respeito, aos museus e coleções existentes somente no meio virtual,

sem correspondentes no meio e espaço físico. Nesse caso, o museu só existe em representação digitalizada. São situações, contextos, acervos, personagens que não mais existem na atualidade, mesmo que seus legados tenham permanecido. Esse modelo pode ser considerado como "museu virtual original digital". Em estudo semelhante, Rosali Henriques (2004) apresenta outra denominação a essa mesma vertente, são os museus essencialmente virtuais, no qual a virtualização possibilita ao visitante maior grau de interação com o patrimônio, de forma que “para ser um museu virtual não basta ter as reproduções das obras de arte, devidamente catalogadas, e apresentá-las ao público, mas fazer atividades onde o público possa interagir com estas referências patrimoniais (HENRIQUES, 2004, p. 13).

O segundo modelo identificado refere-se a museus e coleções com correspondentes no mundo físico. São reproduções de museus e coleções que efetivamente representam um patrimônio musealizado físico. Nesse caso, além do museu ocupar um espaço físico tangível, também é representado no espaço web. Lima (2009) denomina esse modelo de "museu virtual conversão digital". Enquanto que para Henriques, essas são outra dimensão do museu físico, sendo mais um espaço para trabalhar ações museológicas (HENRIQUES, 2004). Sobre esse modelo, Erkki Huhtamo (2002) afirma que foi a primeira proposta de museu virtual. Iniciado nos anos 90 quando as possibilidades do hipertexto foram aplicadas no processo de criação de museus virtuais no formato de CD-ROM funcionava da seguinte forma: o usuário inseria o CD no aparelho de computador e, clicando com o mouse, era capaz de explorar interativamente uma simulação em 3D nos espaços museológicos interligados, em uma visita convencional a museus de artes existentes. “Para muitos usuários de tais CD-ROMs foram suplementos em vez de substitutos para o museu físico. Eles foram vendidos como lembranças nas lojas do museu como parte da sua máquina promocional” (HUHTAMO, 2002).

O terceiro modelo é o museu sem correspondente no espaço e mundo físico, mas cuja coleção/acervo tem correspondência no mundo físico, sendo esta convertida digitalmente. São os casos em que há existência de coleções, seja de famílias, colecionadores etc, mas não há um espaço físico de museu. Esse é construído na web e as coleções são divulgadas por meio de fotografias, vídeos, dentre outros meios. Esse modelo é denominado de "museu virtual composição mista".

Para esta pesquisa, o modelo pretendido é o primeiro, no qual intenciona-se realizar uma simulação de museu virtual histórico de cunho original e digital, em que a arquitetura a ser apresentada é a modelagem computacional gráfica de 3ª dimensão, mais conhecida como Modelagem 3D. Busca-se com isso, a construção de simulações dos contextos de Salvador no início do século XIX, do espaço do "quilombo" do Cabula, das relações sociais de conflitos e resistência negra do passado, de aspectos da cultura e vivência da comunidade pertencente aos arraiais do Cabula. De maneira que permita a participação da comunidade local e de diferentes especialistas, não só como visitante do museu virtual, mas como participantes da concepção e construção desse museu, em um encontro das diferentes vozes (MATTA, 2014). Trata-se assim de um aporte fundamentado no socioconstrutivismo vygostkyano e no dialogismo bakhtiano. Diante dessa compreensão, vislumbram-se algumas características do museu virtual a ser construído:

● Capacidade de engajar à produção artística;

● Atuar na difusão mais ampla da informação em formato de acervos, por conseguinte, da construção histórica. É possível, por meio de pesquisas, a construção aproximada de histórias sociais, manifestações culturais, espaços, edificações e acervos de grupos, comunidades e personagens que já não existem. Entretanto, baseado na ideia de polifonia de Bakhtin, que as vozes do passado e as experiências estão presentes nos processos e eventos posteriores, por reflexo e diálogo histórico.

● Capacidade de proporcionar vivências de sujeitos do presente com ambientes, situações, contextos, coleções e também com personagens históricos. Nesse caso, sendo utilizada uma simulação em 3D, aproxima e de fato media o diálogo entre visitantes do presente e personagens e cenários do passado.

● Ofereça estratégias e espaços de interação, e até mesmo de construção coletiva, instigando um "autoconhecimento", de acordo com os grupos ou sujeitos visitantes.

Pode-se elaborar estratégias de designs dos museus que motive maior interação entre os visitantes/participantes e as informações que emanam da exposição pretendida. Isso significa que o antigo formato de museus enquanto espaços de transmissão de informações está, paulatinamente, dando lugar à colaboração, isto é, o visitante não se comporta apenas como um observador, mas também interage e

participa para o enriquecimento do acervo com contribuições significativas, legitimando assim a ferramenta enquanto cognitiva.

A lógica colaborativa, possibilita a queda de fronteiras, a difusão das informações em âmbito mundial, multiplicando e interconectando as fontes de conhecimentos em trabalhos que agregam a utilização de multimídias, como: som, imagens, textos, inclusive as mídias clássicas, dependendo apenas da criatividade, criticidade e raciocínio, tanto do design quanto dos visitantes, também colaboradores.

● Proporcione ao participante uma relação inusitada com o tempo e espaço, a fim de romper barreiras de ordem geográfica, sem necessitar de deslocamento para um espaço físico específico. Pode-se acessar, visitar, imergir e ajudar a construir histórias sem sair do próprio espaço de convívio, e na hora disponível, pois a virtualidade possibilita essa flexibilidade.

● Atue em defesa da preservação da memória e do patrimônio. No caso específico desta pesquisa, trabalha-se com a concepção de museu virtual na dimensão da História pública, com abordagem vista de baixo, porque não se ressalta os acontecimentos heroicos dos grandes personagens nacionais, nem tão pouco com acervos das autoridades ou representantes das camadas dominantes da população brasileira e baiana. A simulação ocorrerá a partir da vivência de pessoas simples, oprimidas e periferizadas pelo processo de segregação social da Bahia do século XIX, também seus hábitos e lutas pela sobrevivência nesse contexto.

A produção de um museu virtual histórico em 3D com essas características direciona a novos diálogos relativos à historiografia e ao significado da História como campo de conhecimento, portanto, não poderá ser desenvolvido sem um trabalho sério e comprometido de investigação que esteja articulado á princípios.

5.2 O DIALOGISMO E POLIFONIA BAKHITINIANA APLICADO AO DESENVOLVIMENTO DO MUSEU VIRTUAL DO QUILOMBO DO CABULA

Embora seja um teórico do campo da linguagem, Mikhail Bakhtin contribui para a compreensão interdisciplinar no processo de construção do conhecimento, ao

analisar originalmente os romances de Dostoievski. A esse filósofo, Bakhtin atribui a façanha de criar um novo modelo artístico do mundo, do tipo polifônico.[44]

A polifonia que buscar-se-á utilizar no processo construtivo desse museu virtual, refere-se a uma estratégia discursiva que considera a pluralidade de vozes que compõe o discurso dialógico. Essas vozes se equiparam, de forma a não ocorrer preponderância da voz do autor/pesquisador em detrimento dos sujeitos que estão engajados na construção da arquitetura geral da obra (MARCUZZO, 2008). Isso significa que os personagens/sujeitos, construtores deste museu virtual, têm consciências múltiplas, com cosmovisões e temporalidades diferenciadas. Essas vozes ou consciências se encontram, por meio da relação dialógica, nesta unidade de conhecimento que é o museu com abordagem polifônica.

A polifonia e dialogismo, podem ser percebidas nas articulações dos capítulos apresentados até o momento, em que o contexto, dados e análise sobre o quilombo do Cabula, abordados nos capítulos 2 e 3, baseados em fontes documentais e referências bibliográficas sobre o período da Bahia colonial, não foram suficientes para o desenvolver do museu virtual em 3D, que requer acervos, dados detalhados, percepção espacial e uma pedagogia próprias para a multiplicidade de visitantes/participantes. Nesse sentido, a pesquisa apontou para a necessidade em compreender melhor o espaço do Cabula em períodos remotos, e seu processo de urbanização, suas especificidades e as práticas de vivência dos nativos. Isso, por meio de diálogos com moradores antigos, que pela oralidade, apresentaram a esta pesquisadora suas memórias, conforme pôde ser constatado no capítulo 4.

Pretende-se que o trilhar desse grande diálogo possibilite momentos de interação, em que as “vozes do passado se cruzem com vozes do presente e fazem seus ecos se propagarem no sentido do futuro” (BAKHTIN, 2013. P. XII). Cada consciência representada nos capítulos supracitados apresenta sua independência, ou seja, não cabe a esta pesquisadora inventar situações, personagens ou objetos para compor o acervo do museu virtual. Todos os dados fizeram parte da realidade, e serão aqui articulados pautando-se na coerência entre os achados documentais, o

[44] O termo Polifonia foi amplamente utilizado por Bakhtin para situar uma modalidade, um gênero de escrita de romance. Para esse teórico, há duas modalidades possíveis: o monológico e o polifônico, cuja matriz é o dialogismo. Nas obras com enfoque monológico, fica evidenciado o autoritarismo do universo do autor em detrimento ao contexto social, cultural e ideológico da personagem. Nessa perspectiva, o autor é o único comunicador, que “concentra em si mesmo todo processo de criação da obra” (P.192), não permitindo assim a relação de isonomia, logo, o outro que é o personagem, não representa uma consciência, é considerado como um “mero objeto da consciência de um ‘eu’ que tudo enforma e comanda” (P.192). Na abordagem polifônica, as personagens emergem na obra como coautoras, com consciências e vozes próprias, isto é, estas estão em constante desenvolvimento na envergadura da obra. Representam sujeitos participes, ou nas palavras de Paulo Bezerra: “outro ‘eu’ investido de iguais direitos no diálogo interativo com os demais falantes, outro eu a quem cabe autorrevelar-se livremente” (p.193).

contexto da época de existência do quilombo do Cabula e as memórias dos contemporâneos sobre o local. Nessa perspectiva bakhitiniana, os sujeitos/personagens se impõem ao autor/pesquisador com autonomia e independência interior, de tal forma, que a personagem/sujeito apresenta concepções próprias sobre seu contexto de existência e sobre sua significação para a dada realidade. Nas palavras de Bakhtin (2013, p. 53)

> O que deve ser revelado e caracterizado não é o ser determinado da personagem, não é a sua imagem rígida, mas o resultado definitivo da sua consciência e autoconsciência, em suma, a última palavra da personagem sobre si mesma e sobre o mundo.

Essa autoconsciência engloba o mundo exterior que a rodeia e os costumes, que independe da vontade do pesquisador, mas emerge porque compõe o campo de visão da personagem (BAKHTIN 2013, p. 53). Nesse sentido, as personagens que comporão o museu virtual terão vida própria, dinamismo e autonomia em relação a esta pesquisadora. Embora a relação entre sujeitos/personagens e autora/pesquisadora seja de igualdade de vozes nessa concepção dialógica que foi adotada, as funções exercidas na composição do museu são diferentes, complementares e complexas. Assim, cabe à pesquisadora a organização da arquitetura de construção do universo polifônico pretendido.

Não é tarefa fácil, pois o desafio é de ser “a consciência das consciências”, na qual a construção ocorre sob o ritmo das múltiplas vozes. Trata-se de recriar os sujeitos/personagens respeitando sua historicidade, mas também não se pode negligenciar os demais sujeitos do presente que interagirão com a referida realidade, chamados aqui de visitante/participante. Esse último, não é um ser passivo e deve adquirir uma posição responsiva em relação ao interlocutor, seja ele o personagem ou vozes perpetradas no presente. Toda essa complexa relação de comunicação dialógica culmina no conceito de colaboração e interatividade.

5.3 COLABORAÇÃO E INTERATIVIDADE

É inegável o potencial colaborativo e interativo das tecnologias da informação e comunicação, que em cada avanço tem correspondido às demandas sociais por “otimização, eficácia e maior integração nas relações humanas” (MATTA, 2005, p

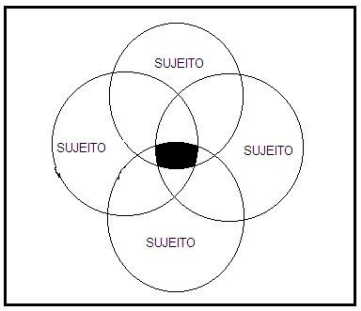
435), rumo a construção do conhecimento coletivo. É nesse cenário fértil que emergem novos ambientes mediadores de aprendizagens, como o museu virtual, que permite a integração de trabalhos interdisciplinares, interativos, colaborativos e cooperativos, tanto em seu processo de desenvolvimento, quanto de funcionamento.

A interatividade ocorre no momento em que as diferentes vozes, mesmo falando de espaços e temporalidades diferenciadas, se comunicam em determinado ambiente, ocasionando o encontro de sujeitos e seus complexos cognitivos. Não são descartados os conflitos, inerentes das situações de construção social coletiva, mas respaldando-se na concepção socioconstrutivista, trabalha-se a interatividade como elemento da mediação, atuando na zona de desenvolvimento imediata[45], a qual segundo Matta, atua nos

> relacionamentos existentes na zona proximal entre (intersecção). Os vários pensamentos reflexivos participantes das várias ações integradas que fazem surgir à construção e o crescimento da consciência de todos os envolvidos (MATTA, 2006, p. 57).

Esse conceito mais amplo de interatividade revela uma perspectiva contextualizada e dialética das relações humanas, porque nesse caso, ela é consequência das necessidades e práticas humanas.

Figura 13 – Interatividade na concepção socioconstrutivista



Fonte: CARVALHO, A. e MATTA, A. E. R., 2008

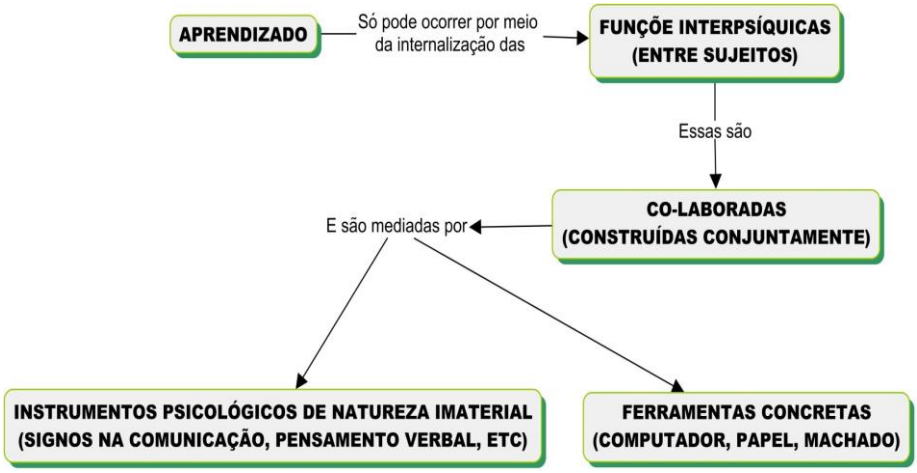
[45] A Zona de desenvolvimento imediata (ZDI), anteriormente conhecida como Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), representa a diferença entre a capacidade do indivíduo em resolver problema por si próprio, ou resolvê-los com auxílio de outras pessoas. VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**; organizadores Michael Cole... (et al.); tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. – 6. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (psicologia e pedagogia). A ZDI é o próprio elemento mediador, ou seja, se encontra na intersecção entre o nível de desenvolvimento real, que são os processos que já amadureceram, que o sujeito domina sem o auxílio de outros sujeitos, em resumo os conhecimentos prévios; e o nível de desenvolvimento potencial, são processos que ainda vão amadurecer, pois estão em formação. É quando o sujeito soluciona problemas com o auxílio de outras pessoas mais experientes, "através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhes são fornecidas". REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 18 ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2007. p.73 – (Educação e conhecimento).

Esta compreensão vai além das discussões pautadas no argumento da lógica da comunicação tecnológica, ou seja, das complexas relações de emissão e recepção de mensagens, favorecida pelas máquinas: “nessa perspectiva, são consideradas características técnicas do meio digital, para se afirmar que a tecnologia digital criou as condições para esta interatividade reflexiva” (CARVALHO, A. e MATTA, A., 2008, p. 3). A interatividade é a expressão da mediação dos seres humanos entre si e com o meio, a colaboração e a construção sócio-histórica, sejam em meio digital ou presencial. Não obstante, representa

> a intersecção de ações e práticas sociais dos sujeitos, que, ao terem uma prática qualquer de vida comum, a coletivizam e a torna a própria expressão e vivência da interatividade como contexto comum da interpessoalidade, da coletividade composta pela ação construtiva de um sujeito não individual (CARVALHO, A. e MATTA, A., 2008, p. 3).

Já a colaboração, é caracterizada pelo engajamento mútuo dos sujeitos em um esforço para a solução de um problema em comum. É o compartilhamento dos saberes e da própria existência. Isso não implica a ausência da cooperação, ou seja, divisão de trabalho entre os participantes, contudo, não se perde de vista um trabalho que envolve o todo (MARTINS, 2009). Espinosa (2003) define alguns pressupostos imprescindíveis ao trabalho colaborativo, como habilidades comunicativas dos participantes; técnicas interpessoais; relações simétricas e recíprocas; desejos de compartilhar a resolução da tarefa (responsabilidade individual no alcance do êxito do grupo). Não por acaso, o trabalho colaborativo demanda a participação de todos os envolvidos no processo de construção em condição de igualdade, isto é, todos são protagonistas nesta proposta de pesquisa ativa. Entretanto, conforme foi discutido no subcapítulo anterior, cabe ao pesquisador, por ter mais experiência, organizar o processo de construção do conhecimento (CABALERO, 2007). O princípio da Colaboração é defendido inicialmente pela teoria Vygotskiyana, por meio da psicologia sócio-histórica, como explica o mapa a seguir.

Figura 14 – Mapa cognitivo - colaboração



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2014

De acordo com o mapa cognitivo, a colaboração é potencializada por um elemento mediador que proporciona interconexão dos sujeitos por meio das redes digitais, em especial a internet, fazendo emergir as comunidades de aprendizagens. Diante dos princípios socioconstrutivistas expostos: dialogismo, museu virtual pretendido, colaboração e interatividade, elaborou-se o design cognitivo, que tem por função delinear a zona de desenvolvimento imediato que será utilizada para mediar o encontro concreto entre os sujeitos.

5.4 DESIGN COGNITIVO DO MUSEU VIRTUAL DO QUILOMBO DO CABULA

A atividade de design está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma solução, objetos ou conteúdos digitais didáticos.[46] O design cognitivo representa a etapa em que a pesquisadora, embasada nas investigações realizadas, na colaboração da comunidade e nos princípios os quais defende, estrutura o projeto. É organizada a arquitetura da solução mediadora pretendida, a fim de subsidiar o processo de construção. É nesse momento do design, que deve ser pensado a elaboração dos diálogos e os experimentos interativos (MATTA, 2014, b).

[46] A percepção de didática aqui adotada não implica unicamente em uma linguagem construída para atender ao ensino formal, mas para facilitar a compreensão, acessibilidade, proporcionar a construção de significado e interação de todo e qualquer sujeito social que intencione um aprendizado.

O desenvolvimento de um museu virtual em 3D, com base no problema desta pesquisa, não foi pensado apenas para munir as comunidades com informações sobre a herança sócio-histórica do Cabula mas, sobretudo, para oferecer momentos de vivência, de imersão nos ajuntamentos que remetem ao início do século XIX, por meio de um cenário contextual que possibilite o diálogo entre sujeitos desse século XXI com outros personagens históricos engajados na luta pela sobrevivência em meio a uma sociedade cuja lógica era escravagista. Essa proposta, articula-se e corrobora com os resultados esperados de uma pesquisa em História Pública, portanto, aplicada e dialógica, conduzida por metodologia DBR, cujos princípios são socioconstrutivistas. Tomando por base esses princípios, o design do museu virtual será apresentado de acordo com a seguinte organização:

Quadro 10 – Design cognitivo do quilombo do Cabula

SOLUÇÕES COGNITIVAS	
OBJETIVAÇÃO (O que se pretende alcançar com o museu?)	- Um ambiente comunicacional de aprendizagem que consiga congregar conhecimentos acadêmicos, saberes pedagógicos e saberes da comunidade. Busca-se com isso o desenvolvimento de um espaço que simultaneamente seja difusor e colaborativo, em alusão aos conhecimentos históricos; - Permita a parceria entre a pesquisa historiográfica e os saberes advindos das comunidades ou de pesquisadores, sem que um conhecimento se sobreponha ao outro; - Possibilite a experimentação e diálogos dos sujeitos contemporâneos ao contexto geo-histórico do início do século XIX; - Motive a reflexão sobre o contexto presente, ao perceber as mudanças da localidade e de seus habitantes ao longo do tempo, de forma que contribua para a identificação e apropriação das comunidades sobre sua historicidade e possibilidades de empreender novas produções; - Contribua para a preservação da memória

	e patrimônio da localidade. Salientando que esse museu virtual está alicerçado na abordagem da história pública social vista de baixo.
DISPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES (Como será abordada as informações?)	- As informações serão organizadas no cenário do quilombo do Cabula, sob forma de objetos, edificações, conteúdos/situações de vivência, musicalidade e personagens, que são consideradas acervos museológicos. A sua descrição, justificativa e organização no cenário museológico poderá ser acompanhada no tópico 5.4.1
CONTEXTUALIZAÇÃO (Qual estratégia garantirá a contextualização-universo sócio-histórico/ conscientização/ Tema Gerador/ Zona de desenvolvimento Imediato?)	- O contexto da localidade do Cabula, no início do século XIX, que proporcionará ao visitante sentir-se participante ao imergir naquele momento histórico, mas em diálogo com o contexto de vivência e pessoas da contemporaneidade, que poderão contribuir com seus saberes e experiência para a produção histórica. Ambos os sujeitos e contextos embora em temporalidades diferentes, são legítimos.
INTERDISCIPLINARIDADE (Qual estratégia garantirá a interdisciplinaridade?	A produção do museu virtual leva em consideração: - Aspectos históricos, já mencionados ao longo de todo trabalho; - Aspectos geográficos, ao evidenciar mudanças no espaço físico da localidade; - Aspectos ambientais, para que o visitante perceba não só as transformações ocasionadas pelo próprio homem ao modificar o espaço, mas que conheça e reconheça o rico acervo natural da localidade, tanto no que se refere as matas e sua produtividade, quanto aos rios. - Aspectos turísticos e educacionais, pois o museu virtual poderá ser aproveitado como parte da memória local, que contribuirá no processo de mobilização do turismo de

	base comunitária.
COLABORAÇÃO E INTERATIVIDADE (Quais as estratégias de interação e colaboração?)	- A partir dos comandos técnicos o visitante obterá autonomia para transitar no ambiente. Os guias orientadores serão as históricas estradas que conduzirão aos espaços comunitários. - A decisão sobre o caminho a seguir ficará sob a responsabilidade do visitante, com a indicação de placas informado sobre as possibilidades. Também a deliberação de se aproximar ou não dos objetos, edificações e personagens. - Se optar por aproximar do acervo, haverá uma indicação para que o visitante possa clicar no acesso as informações históricas (Um quadro de diálogo aparecerá na tela), e em alguns casos com complementações sobre situações atuais. Ao final de cada explicação, haverá um questionamento, ou uma motivação à reflexão. O visitante poderá responder e deixar sua contribuição em um banco de dados aberto/acessível. - Qualquer outro visitante poderá acessar o banco de dados para verificar as contribuições dos demais. O link para esse acesso será disponibilizado na parte interior das caixas de diálogos. O que se pretende com isso, não é oportunizar momentos de perguntas e respostas, mas oferecer um espaço de construção coletiva da história, um fórum de aprendizagem em que itens do acervo sejam temas geradores de debates. - Versão narrada dos textos e das descrições dos ambientes, para que a proposta possa alcançar pessoas com

	deficiência visual. - Sobre as ocorrências dinâmicas da época, como a representação dos festejos na comunidade e o momento de tentativa de destruição do quilombo, é possível que sejam representados através de vídeos produzidos por grupos culturais da comunidade. São os artistas contemporâneos representando os personagens e situações históricas.
VALIDAÇÃO (Quais estratégias de validação?)	- Validação Interna – que já foi efetivada a partir dos diálogos da pesquisadora, com as fontes históricas e referências bibliográficas. Esse processo resultou nos capítulos de contexto e o específico sobre o tema. - Validação externa – Foram variados momentos dessa validação, através da realização de entrevistas semiestruturadas com antigos moradores da localidade do Cabula; submissão textual aos grupos de pesquisas: "Escravidão e Invenção da Liberdade" – UFBA e SSEETU-TBC dos quais as contribuições foram significativas. No transcorrer deste projeto, outros momentos de validações externas serão necessários, principalmente na fase de aplicação.
SOLUÇÕES PEDAGÓGICAS (Quais estratégias poderão atender às funções pedagógicas?)	- Orientações sobre como o museu virtual poderá ser aproveitado pela educação formal; - Disponibilização de fontes documentais relacionadas aos itens do acervo museológico.

<table>
<tr><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">SOLUÇÕES TÉCNICAS</td></tr>
<tr><td>MÍDIAS
(Quais mídias pretendidas no museu?)</td><td>Som, Imagens, Vídeos, textos, fórum de diálogo.</td></tr>
<tr><td>MOBILIDADE
(Quais estratégias de mobilidade estarão disponíveis ao visitante?)</td><td>A proposta é que o museu tenha um layout autoexplicativo. Assim, ao acessar o museu virtual, o visitante poderá mover-se pelo espaço virtual por meio do mouse ou teclado do computador. Seguindo alguns comandos que estarão disponíveis na tela, centralizado na parte inferior:
<table>
<tr><td>🔊</td><td>Ativar e desativar visita narrada</td></tr>
<tr><td>▲</td><td>Entrar no espaço</td></tr>
<tr><td>▲</td><td>Sair do espaço</td></tr>
<tr><td>i</td><td>Ativar caixa de diálogo: Informação histórica, vocabulário, referências, documentos e construa a história você mesmo!</td></tr>
<tr><td>ESC</td><td>Caixa de comandos: Voltar; reclame aqui; menu inicial e sair</td></tr>
<tr><td>
</td><td>Placa de mobilidade no museu. Conduz o visitante de um cenário a outro.</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>MEIO DE SOCIALIZAÇÃO
(Qual o veículo técnico de apresentação)</td><td>WEB - no portal do TBC Cabula</td></tr>
</table>

Fonte: Quadro adaptado de MATTA, Alfredo E. R. ,2012

Esse quadro reúne a proposta de aplicabilidade dos princípios trabalhados neste capítulo. Contudo, para que se entenda o processo de desenvolvimento do

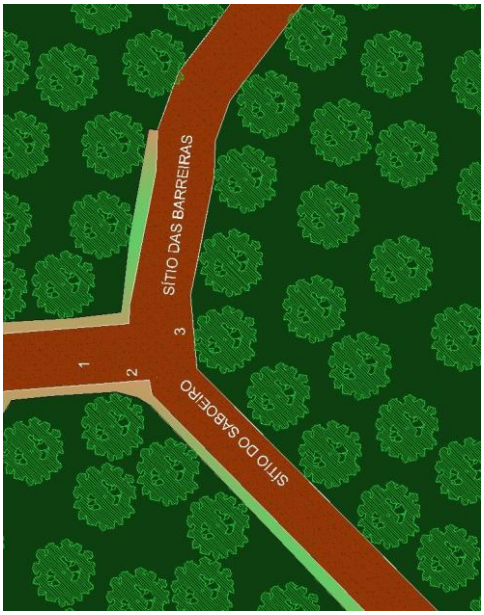
museu virtual, é preciso socializar os passos, espaços e historicidade da construção, e como os visitantes poderão interagir consigo mesmo e com os personagens daquele dado tempo histórico.

5.4.1 Passos, espaços e historicidade: delineando o museu virtual do quilombo do Cabula

1. Espaço inicial da visita ao “quilombo” do Cabula

O ponto inicial da visita aos ajuntamentos denominados de quilombo do Cabula, será no trecho final da atual Avenida Silveira Martins. O visitante/participante, após introdução do museu, será aproximado nesse local que demarca um entroncamento, conforme explicita a planta baixa humanizada que segue

Figura 15: Primeira parte da visita ao quilombo do Cabula



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Mário Portela,2016.

Nesse ponto indicado na figura, o visitante, representado pelo número 1, obterá visibilidade panorâmica e automática da área podendo parar, se desejar, a partir do comando “parar rotatividade”. A representação do referido cenário compreende uma área prioritariamente verde, com terreno acidentado, estrada estreita, coberta no seu entorno com mata atlântica densa. Nesse espaço não havia habitações, segundo se observa na figura 6 sobre a delimitação do quilombo.

Nesse momento, o personagem negro Peregrino, representado na figura pelo número 2, emergirá da mata e se aproximará apresentando um breve histórico do quilombo do Cabula. Ao final da fala Peregrino mostrará ao visitante os possíveis caminhos a seguir, apontando para a placa produzida em madeira que se localizará no ponto 3 da figura. No quadro abaixo, foram destacados os acervos pertinentes ao espaço descrito:

Quadro 11 – Design do quilombo do Cabula: Primeira parte da modelagem

Ambientes, objetos, personagens e edificações a modelar	**Soluções utilizadas para a modelagem**	
◘ Espaços/ Ambientes - Espaço inicial de acesso ao “quilombo”, que será representado por uma estrada estreita de barro, cuja textura do solo é “vermelho vivo”. - Árvores no entorno da estrada caracterizando mata atlântica.	**◘ Soluções técnicas** - A referência utilizada para simular a estrada será a figura 06 da delimitação do quilombo. - Sobre a textura do solo, as informações formam mencionadas pelos entrevistados. Ver o quarto capítulo. - Para reconstituir o espaço de mata atlântica, as principais referências foram os depoimentos de antigos moradores, presentes no quarto capítulo.	**◘ Soluções cognitivas** - Ao estar imerso no cenário, o visitante poderá sentir-se na localidade do Cabula no início do século XIX. Essa experiência oportunizada pela tecnologia em 3D legitima o princípio da contextualização, apresentado no quadro 10. - Espera-se que a partir dessa imersão haja um despertar dos visitantes contemporâneos para reflexão sobre as transformações históricas, ambientais e geográficas na localidade, correspondendo assim ao princípio da interdisciplinaridade.
◘ Objetos de interação - Links com nome dos sítios que darão acesso as localidades que aparecem no primeiro momento: ● Sítio do Saboeiro a direira, com textura de madeira em formato de seta.	- Os links serão criados para que o visitante decida a direção que deseja seguir para adentrar o território que as autoridades do início do século XIX	- Essa função fornece ao visitante o poder de decisão. Este escolhe o caminho que deverá seguir em sua visita ao museu, reforçando o princípio de interação.

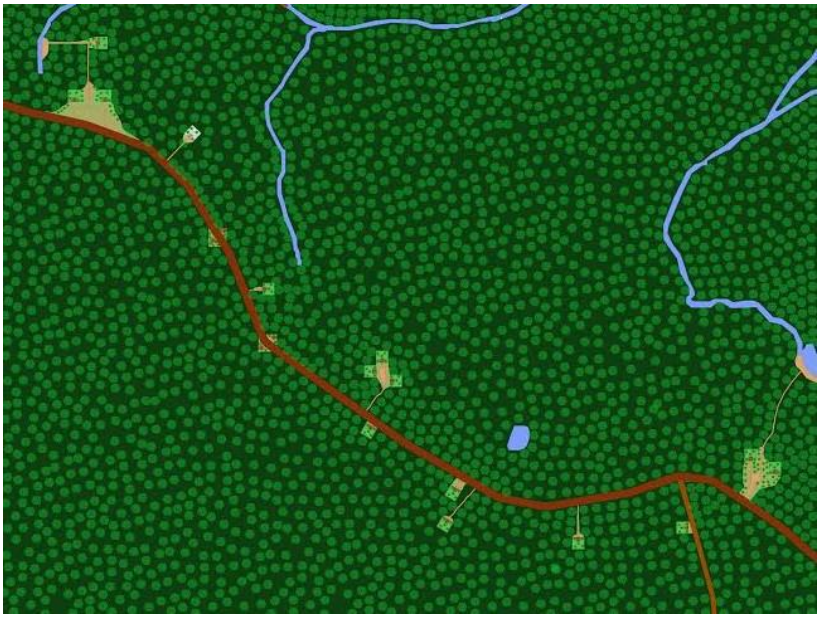
● Sítio das Barreiras à esquerda, com textura de madeira em formato de seta.	cognominou de quilombo do Cabula. Trata-se do início da visita ao quilombo.	
◘ **Personagem:** - Negro Peregrino que emerge da mata	- Para modelar o personagem levou-se em consideração as imagens de homens negros desenhadas por Rugendas. - A escolha do nome "Peregrino" foi em função de um outro "preto Peregrino", que habitou no sítio de "Arêa Preta", e foi aprisionado na mesma missão de tentativa de destruição aos ajuntamentos.	- A opção por modelar esse personagem fictício foi pensada para que o próprio sujeito da época, que mesmo sem ter seu destaque na história oficial, pudesse socializar sua história. Essa estratégia é coerente com o princípio polifônico aqui adotado, em que os personagens adquirem autonomia e voz.

Desse ponto, em perspectiva 3D, o visitante observará uma bifurcação, e poderá escolher seguir por um dos dois caminhos afixados na placa em madeira: Sítio das Barreiras, situado na direção à esquerda. E o sítio do Saboeiro, localizado a direita desse espaço inicial.

2. Caso em que o visitante decide seguir pelo sítio do Saboeiro

O Sítio do Saboeiro, segundo o cartograma, é o local com menor aglomeração de habitações. A disposição das moradias é diferenciada, com cabanas esparsas seguindo o sentido da estrada. É possível que nesse trecho, no início do século XIX, o número de habitação seja menor do que aparece no mapa do quilombo do Cabula, isso porque é um trecho mais próximo à estrada principal do Cabula. O terreno é acidentado e irrigado por afluentes do Rio Saboeiro, a estrada é estreita e cercada por mata densa.

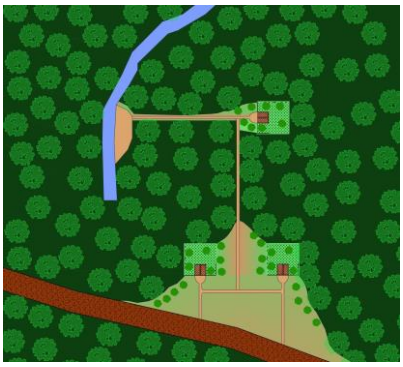
Figura 16: Segunda parte da visita ao quilombo do Cabula – Estrada do Saboeiro.



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Mário Portela, 2016.

Nesse trajeto, como nos demais arraiais, as moradias obedecerão ao parâmetro arquitetônico simples e térrea, com apenas uma ou poucas janelas, construídas com madeiras verticais, preenchidas de barro e telhado de palha de coqueiro, como consta no anexo 06. Como a área do quilombo do Cabula é extensa, nesse sítio do Saboeiro algumas cabanas serão representadas no museu apenas com a parte da fachada, e serão selecionadas duas em funcionamento para o visitante conhecer e interagir. Logo no início do trajeto Saboeiro, na margem esquerda da estrada, será simulado uma trilha que culminará em algumas cabanas e um dos braços do rio Saboeiro, conforme está explicitado na figura que segue.

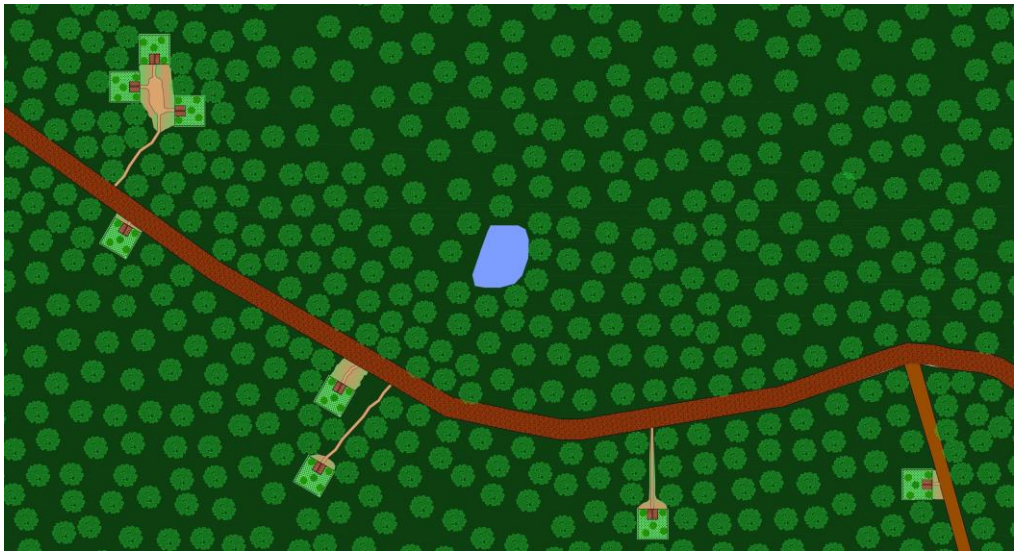
Figura 17: Trecho inicial da Estrada do Saboeiro



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Mário Portela.2016.

Para acessar essa trilha e chegar ao rio cercado pela mata atlântica, o visitante deverá clicar na placa indicando caminho do rio. No local, haverá outras formas de interação, com a possibilidade de acesso aos quadros explicativos com questões desafiadoras, de modo que instigará a busca do visitante por novos conhecimentos. No retorno à Estrada do Saboeiro, conforme indica a figura 18, prossegue-se na trilha até a visualização de outras cabanas. A arquitetura das cabanas inacessíveis estará representada segundo a descrição apresentada pelos viajantes do início do século XIX, abordada no segundo e terceiro capítulos desta tese, bem como pelos antigos moradores da localidade. No entorno das cabanas, serão modeladas cercas vivas feitas com a planta nativo, nesse momento, será exibido um comando de informação no qual, ao clicar, o visitante acionará um quadro explicativo e interativo.

Figura 18: Cabanas de negros que acompanham a estrada do Saboeiro



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Mário Portela, 2016.

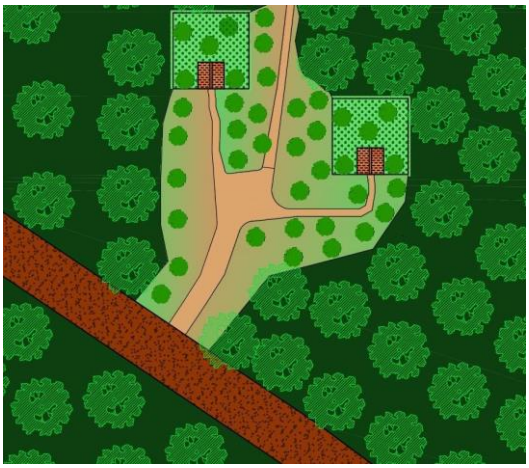
Seguindo ainda pela estrada do Saboeiro, cujo entorno será de mata atlântica densa, destacam-se algumas árvores. Atrás de uma das árvores será modelado um homem crioulo para representar um observador infiltrado sob ordens do Conde da Ponte. Este também se apresentará ao visitante e o levará a refletir sobre as estratégias de investigação desses ajuntamentos, indicando a leitura de um documento histórico.

Prosseguindo, o visitante chegará à primeira cabana acessível, também cercada com a planta nativo. A proposta é representá-las com um homem pardo saindo de uma das cabanas, e na outra residência próxima, um homem africano, escravizado fugido, sentado em um tronco na porta, próximo a um fogão à lenha. O visitante poderá se aproximar e dialogar com os personagens. O primeiro se apresentará explicando: sua condição de alforriado, as formas de conquista da alforria no período, e o porquê da ocupação de localidades às margens do centro urbanizado da cidade. Ao final, convidará o visitante para entrar em sua cabana.

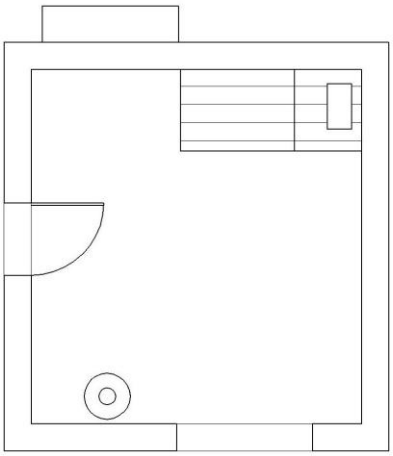
No interior da pequena cabana, conforme explicita a figura 19, o visitante poderá observar uma cama baixa feita de palha, uma pequena abertura de ventilação – janela, do lado oposto da cama, e um pote grande com água, no chão de barro batido, nas proximidades da porta. Cada objeto apresentará seu quadro explicativo e questões que serão direcionadas ao visitante.

Figura 19: Cabanas de negros acessíveis ao visitante

Observação aérea das cabanas acessíveis



Parte interior das cabanas



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Mário Portela, 2016.

O segundo personagem - o africano, sentando em um tronco caído de uma árvore, residente da segunda cabana, também se apresentará ao visitante explicando algumas dificuldades enfrentadas pelos escravizados em meio ao contexto daquela sociedade. Ao lado deste, anexo à cabana, constará um fogão a lenha, cujo desenho seguirá uma das imagens apresentadas por Rafael Sanzio em seu estudo, e que foi apontado por uma das entrevistadas, D. Itana Maria Ribeiro das Neves

como modelo aproximado ao que se via na localidade do Cabula. Ao adentrar a cabana desse africano, o visitante observará elementos semelhantes ao da cabana anterior.

Os negros que viviam nas matas densas da localidade se utilizavam das ofertas naturais para sobreviver, portanto, as ferramentas de trabalho, os móveis e utensílios das casas eram feitas a partir do trabalho com a madeira, barro e palha. Algumas dessas tecnologias foram criadas para adaptar-se aos ambientes que não ofereciam facilidades de sobrevivência, como se observa no quadro de acervos que segue:

Quadro 12 – Design do quilombo do Cabula: Segunda parte da modelagem

Ambientes, objetos, personagens e edificações a modelar	**Soluções utilizadas para a modelagem**	
◘ **Espaços/ Ambientes** - Estrada do Saboeiro - Mata Atlântica do entorno da estrada do Saboeiro. - Trilha que conduz ao rio - Afluentes dos rios - Árvores específicas da localidade, como laranjais, mangabeiras e jaqueira.	◘ **Soluções técnicas** - A principal referência é a imagem do mapa do quilombo do Cabula. Figura 06 - Para modelar a mata, utilizou-se como referência imagens da mata do Cascão, que é uma área militar da localidade do Cabula, ainda hoje preservada, e que fica sob os cuidados do 19 Batalhão de Caçadores (Ver anexo 11). - O afluente do rio será modelado segundo a imagem da delimitação do quilombo. Figura 06	◘ **Soluções cognitivas** - Durante o trajeto pelo sítio do Saboeiro, o visitante poderá seguir o traçado da estrada, como poderá também optar por acessar as trilhas em meio a mata densa que o levará a conhecer aspectos históricos e ambientais da localidade no início do século XIX, ativando assim o princípio de interdisciplinaridade e interação.
◘ **Edificações:** - 5 Cabanas de taipa, representando habitações de negros forros e africanos. Sendo três inacessíveis (apenas fachada) e duas acessíveis à visitação.	- Para alocar as cabanas, será utilizada como referência o cartograma de 1940, utilizado como base para elaboração da figura 06 sobre a delimitação do quilombo do Cabula.	- A própria concepção da construção das cabanas e seu cercado já demostra o princípio polifônico, uma vez que resultou de personagens que deixaram registros documentais,

- 2 Cercas vivas, feita com planta nativo.	- Para a modelagem, a referência será a descrição dos viajantes do início do século XIX, a imagem representada por Johann Moritz Rugendas, as imagens apresentadas no trabalho de Rafael Sanzio, como foi discutido na página 19, e os depoimentos dos antigos moradores da localidade. Essas moradias eram baixas, e em alguns casos, cobria-se o chão batido com palha. Sobre a textura e cor das habitações, a referência será o depoimento dos antigos moradores sobre a tonalidade avermelhada do barro local. - A informação de que a maioria das habitações simples do Cabula eram cercadas por cercas vivas de nativos, veio por meio dos depoimentos dos antigos habitantes locais. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa na internet para a reprodução de tal cerca. (Ver imagem no anexo 15).	estudiosos contemporâneos e, principalmente, de antigos habitantes das localidades. - Essas edificações também demonstram a contextualidade, pois poderá levar o visitante a sentir-se parte daquele ambiente. - Neste espaço, o visitante poderá interagir, se aproximando e até entrando nas cabanas.
◘ **Objetos:** - 01 tronco de árvore na posição horizontal, representando um assento. - 02 Fogões a lenha no ambiente externo das duas cabanas selecionadas. - 02 Camas baixa feita de madeira	- Estudos realizados por Rafael Sanzio sobre territorialidade quilombola, apresentam algumas tecnologias que serão aproveitadas nessa simulação, para que se tenha a ideia de como esses negros conseguiam sobreviver. Nesse caso, as camas, talhas d'água e os fogões a lenha que serão simulados têm como referência as imagens do livro do referido autor.	- Optou-se por modelá-lo como uma estratégia de aproximação, considerando o princípio de contextualidade, e que as imagens apresentadas pelo autor se referem a povos bantos, que foram os primeiros de origem africana a ocupar a área do Cabula. Assim, não é possível garantir que na localidade foi utilizada essa tecnologia social, mas a opção por correr o risco é válida porque trata-se de

	- Outra referência foi a descrição realizada em depoimento por uma moradora antiga da localidade.	uma representação de tecnologia social advinda dos povos negros, que também teve uma representação imagética desenvolvida por Rugendas em sua tela “Habitação de negros”.
◘ Personagens: - 01 homem crioulo para representar o investigador sob o comando do Conde da Ponte. - 01 homens pardo com roupas de camponês, representando o personagem forro. - 01 Africano, representando o escravizado fugido, também com roupas de camponês.	- A referência a ser utilizada para modelar o homem infiltrado pelo Conde da Ponte para vigiar negros e examinar prováveis locais, afim de se descobrir rotas de fugas e acolhimentos de escravos fugidos, será a imagem de um capitão do mato, representada por Vilhena e Rugendas em suas obras. (Anexo 13). - A referência para representar os homens negros da localidade, será a partir das imagens de Rugendas.	- Esses personagens serão os provocadores da interação e lançarão questões problematizadoras e atividades desafiadoras aos visitantes.
◘ Objetos de interação - Quadro explicativo sobre o rio Saboeiro. - Quadro explicativo sobre árvores da localidade - Quadro explicativo relacionado as cercas vivas de nativo. - Parte interior da Cabana – quadro explicativo sobre a cama - Parte interior da Cabana – quadro explicativo sobre a talha	- As informações sobre o rio Saboeiro, as árvores da localidade e as cercas vivas de nativo, vem dos depoimentos de antigos habitantes das comunidades. - As informações sobre as tecnologias quilombolas como cama, talha e fogão a lenha tem como base a obra de Rafael Sanzio e depoimentos de antigos habitantes das comunidades - As informações principais sobre a missão de destruição do quilombo	- Nesse espaço, o visitante poderá interagir com o ambiente. Ao se aproximar do rio, das árvores e da cerca este poderá acionar os quadros explicativos, representados pelo link i – informação. Haverá proposta de colaboração, uma vez que no final do texto, solicitaremos informações sobre o estado atual do ambiente, bem como a sugestão de anexar imagens. Os dados ficarão arquivados no museu. - No diálogo com o personagem investigador do Conde da Ponte, o visitante, ratificando o

- Parte exterior da cabana – fogão a lenha - Ao se aproximar do personagem investigador do Conde da Ponte, o visitante poderá estabelecer diálogo. - Ao se aproximar do do negro forro, o visitante poderá estabelecer diálogo. - Ao se aproximar do do africano escravizado, o visitante poderá estabelecer diálogo. - Placa de madeira contendo links de acesso a outros espaços	serão fornecidas pelo personagem com base nas fontes documentais manuscritas, indicadas no terceiro capítulo. - As informações históricas sobre a condição do negro alforriado serão fornecidas pelo personagem, com base nas fontes bibliográficas de autores que estudaram o período. - O link " Conheça o local no século XXI" conduzirá a uma imagem contemporânea da localidade. - O link "Proposta pedagógica" apresentará uma sugestão de projeto elaborado por docentes de escolas locais, para ser desenvolvido em outras instituições de forma interdisciplinar.	princípio de colaboração, terá a opção de apresentar sua versão de como funciona a segurança pública de sua localidade. - O diálogo com os personagens negros que habitam nesse sítio, conduzirá o visitante a uma atividade de resolução de problemas, destacando assim os princípios socio-construtivista, colaborativo e dialógico. - Na placa de madeira com os links, o visitante poderá escolher o caminho a seguir, inclusive conhecer o local no século XIX e enfrentar o desafio de abordar o tema pedagogicamente, despertando princípios socioconstrutivistas, dialógicos, colaborativos e interdisciplinar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Ao final da visita ao sítio do Saboeiro, o visitante encontrará uma placa cujo design atenderá ao padrão de setas com textura de madeira, com as seguintes opções: a) Conheça o local no século XXI; b) Proposta pedagógica; c) retornar ao ponto inicial. As opções de oferecer imagem da Estrada do Saboeiro na contemporaneidade e proposta pedagógica sobre esse trecho, é para reforçar o caráter dialógico, interdisciplinar e educacional.

3. Caso em que o visitante decide seguir pelo sitio das Barreiras - Engomadeira:

Na Estrada das Barreiras havia poucas habitações. No início do trajeto, serão modeladas três cabanas que seguirão as mesmas características das outras já citadas. Essas serão socializadas na simulação sem acesso ao visitante, apenas com visualização da fachada e da cerca de nativo do entorno das cabanas. Ainda no

início do Sítio das Barreiras, o visitante observará uma trilha sinalizada com uma placa informativa, cujo link conduzirá a um pequeno arraial.

É provável, que no início do século XIX esse arraial fosse integrado ao Sítio das Barreiras, mas ao longo desse mesmo século passou a cognominar “Engomadeira”. Acredita-se que o povoamento na Engomadeira seja antigo, primeiro porque há presença de dois rios que atualmente chamam-se “Babilônia” e “Rato”, que potencializam povoamentos. Segundo, porque a disposição das moradias já aparece no cartograma como um núcleo de cabanas aglomeradas, apresentando um pequeno povoado/arraial, no qual a integração comunitária pode ter sido em maior intensidade. Nesse sítio, fora das estradas principais da localidade, as habitações eram ocultadas pela densa mata. Essa característica conduz a conjectura de que neste local foi maior a ocorrência de abrigos aos escravizados. Portanto, nesse arraial apresentaremos aspectos da vivência dos residentes do quilombo do Cabula.

Figura 20 – Planta do povoado da Engomadeira

Fonte: Elaborado pelo arquiteto Mário Portela, 2016.

As moradias organizadas próximas umas das outras oferecerá ao visitante a possibilidade da vivência comunitária com situações como mulher negra varrendo seu casebre, outra cozinhando no fogão à lenha, duas mulheres lavando roupas nos rios disponíveis, um homem carregando água dos rios para consumo, presença de atividade de pesca, presença de benzedeira, um banheiro no espaço externo, pequenas hortas com coleta de frutos nas árvores da localidade, homens e mulheres escravizados e forros transitando e trabalhando na comunidade. Aqui, pretende-se alocar alguns dos personagens que insurgiram das fontes manuscritas pesquisadas, como o José, escravizado que pertencia a um senhor identificado no documento

como F. Esse exercia a função de construtor de novas casas. Também o escravizado Zacarias, cujo dono foi Inácio de Arruda Pimentel, e era o secretário e escrivão do povoado.

O documento não informa a localidade em que esses negros foram encontrados, portanto, corre-se o risco de erro, com isso optou-se por representá-los nessa localidade, pois, ao que indica a fonte, esses habitavam em um dos povoados, e atuavam como líderes, inclusive construindo novas moradias para ampliar o arraial. A proposta é que o visitante consiga perceber o que poderia ser o cotidiano nessa comunidade. Assim, busca-se modelar:

Quadro 13 – Design do quilombo do Cabula: terceira parte da modelagem

Ambientes, objetos, personagens e edificações a modelar	**Soluções utilizadas para a modelagem**	
◘ Espaços/ Ambientes - Trilha que conduz o visitante da Estrada das Barreiras até a comunidade quilombola, atualmente conhecida como Engomadeira. - Mata Atlântica densa envolvendo toda a localidade - Placa de indicação (link que conduzirá ao arraial da Engomadeira) - Espaço da comunidade quilombola. - Árvores e mata no entorno do povoado. - 01 pequena horta na comunidade, - Afluentes do rio.	**◘ Soluções técnicas** - A orientação geográfica do espaço da comunidade quilombola seguirá a organização espacial apresentado pela figura 06**.** Contudo, na modelagem, levaremos em consideração algumas imagens apresentadas por Rafael Sanzio sobre espaços quilombolas. - A lógica utilizada para representar as tecnologias sociais no espaço, seguirá a orientação advinda do diálogo com as comunidades. - A presença de hortas foi referência dos colaboradores da comunidade, por meio de entrevistas.	**◘ Soluções cognitivas** - Para a simulação desse espaço, a proposta de objetivação é essencial. Nessa perspectiva, busca-se a organização do espaço com a coerência e colaboração, sobretudo, dos saberes comunitários.

◘ **Edificações:** - 3 Cabanas na Estrada das Barreiras. - Cercas vivas da planta nativo. - 15 Cabanas aglomeradas representando moradia de negros do antigo arraial que atualmente denomina-se Engomadeira. - 01 banheiro	- Para organizar a disposição das cabanas, será utilizada como referência a figura 06 da delimitação do quilombo. - A indicação das cercas foi mencionada nos depoimentos dos antigos moradores da localidade. - Para a modelagem, a referência será a descrição dos viajantes do início do século XIX, a imagem representada por Johann Moritz Rugendas e as imagens apresentadas no trabalho de Rafael Sanzio, bem como os depoimentos de antigos moradores. - De acordo com o colaborador Jorge Luís... que reside no local há ... anos. Era comum na Engomadeira banheiros feitos de paus erguidos e cobertos com palha. No interior havia um buraco para os dejetos.	- O dialogismo e polifonia são presentes, pois, o ambiente representará o encontro ou construto dos personagens do século XIX com a colaboração dos antigos moradores das comunidades, que socializaram aspectos da memória no século XXI. - Pretende-se que neste espaço, variadas vozes de espaços e temporalidades diferentes se comuniquem, representando assim a interatividade.
◘ **Objetos:** - Fogueira no centro do espaço da comunidade; - Bancos feitos do tronco de árvores, colocados na frente das cabanas; - fogão á lenha anexo ás cabanas; - alguns objetos de barro como: as talhas para retirar água de rios para o consumo doméstico;	- A fogueira será modelada por ser a única forma de iluminação do período. O sistema de iluminação pública foi implantado em Salvador em 1829, e funcionava com lampiões alimentados por óleo de baleia (Iris S. Sales Nascimento, 1989). Nesse sentido, no caso do quilombo, cuja data de ataque foi 1807, a probabilidade é de	- O princípio da colaboração foi essencial para conceber os objetos que farão parte do cenário da comunidade. São objetos que não aparecem detalhados nas fontes manuscritas específicas, mas por aproximação, contextualização do período e colaboração dos antigos habitantes

panelas; vassouras de madeira e palha; alguns pratos de barro; - Paus para erguer novas moradias; - Facão, picareta feita de madeira - Alimentos como: Frutas, peixes e legumes	iluminação com tochas ou fogueiras. - Sobre o fogão à lenha, além de fazer parte da tradição da sociedade do período, foi também apontado como uma tecnologia quilombola por Rafael Sanzio em seu estudo. O design de fogão que será adotado no museu virtual, seguirá a referência da antiga moradora D. Macota Itana.	locais, tornam-se parte do acervo museológico. - Muitos desses objetos que serão modelados auxiliarão no processo interativo do museu virtual. - O visitante poderá aproximar-se de alguns objetos, obter informações, mas também deixar suas contribuições sobre seus usos.
◘ Personagens: - José – assistente e construtor de novos casebres. - Zacarias – escrivão e secretário - 01 negro carregando peixe - 01 negra com cesto em palha com frutas - 01 negro retirando água do rio com uma talha, -02 Negras lavando roupas no leito do rio, - 01 negra cozinhando; - 01 negra varrendo casebre - 01 negra benzedeira e 01 negro sendo benzido.	- Os personagens serão modelados em 2D, segundo as características dos povos negros apresentados na obra de Rugendas. Destes, destacaremos José e Zacarias em 3D.	- Os personagens, seguindo o princípio polifônico e dialógico, apresentarão a vivência no arraial para os visitantes. Estes narrarão sua própria história, não apenas transmitindo informações, mas buscando novas contribuições dos participantes da contemporaneidade.
◘ Objetos de interação - Placa de acesso ao arraial “Engomadeira” - Os personagens ou objetos que possuírem o símbolo “i” estarão disponíveis ao diálogo com o visitante. Serão estes: José, Zacarias, negro pescador, negra com frutas, negro retirando água, uma das negras que lavava roupas e a negra benzedeira.	- A placa, produzida em madeira (matéria prima em abundância na localidade), possibilitará o acesso do visitante ao arraial indicado. - O diálogo com os personagens indicados, acontecerá por meio de caixas de texto. No final, cada personagem lançará uma questão problema para o	- Os links de acesso representam interação, pois o visitante tem a opção de acessar ou não os espaços. Se decidir o acesso, o visitante vai experimentar parte da vivência em um arraial oculto e, portanto, com habitações de escravizados fugidos (quilombo). Neste espaço, outras

	visitante, que poderá responder com postagem de textos ou imagens. - O negro escravizado José, lançará ao visitante o desafio de ajuda-lo a construir casas na localidade, por meio de um game simples. Neste, o visitante deverá buscar a matéria prima apropriada para construção das cabanas.	estratégias de interação, colaboração, dialogismo e soluções pedagógicas estarão presentes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

4 – Seguindo pelo Sítio das Barreiras rumo à Venda do Buraco

Retornando à Estrada das Barreiras, por meio do link “sair do espaço”, o visitante passará pela “curva do Buraco”. Nessa curva poderá interagir com um escravizado, que além de contar a história local e mostrar algumas ervas sagradas do local, como: Maria Preta, pitanga e nativo, também exibirá ao visitante a possibilidade de consultar um documento da época. Finalizará essa etapa com um questionamento ao visitante quanto a situações do presente e indicará uma trilha que o conduzirá a um segundo arraial da localidade.

Ao chegar no arraial, atualmente denominado Beirú/Tancredo Neves, conectado a outro arraial localizado nas terras dos padres da ordem beneditina, o visitante poderá experimentar outros momentos de vivência nas comunidades de resistência: o espaço estará organizado com alguns casebres que estarão fechados, sem acesso ao visitante, outros abertos e, portanto, acessíveis. Ao entrar nas casas do arraial, o visitante observará uma cama baixa feita de madeira, retirada do próprio local e uma talha grande com água para consumo dos moradores. O design de algumas casas seguirá indicação de antigos moradores do local, que segundo suas memórias, eram casas baixas, de taipa,

No espaço n. 1 constituído por seis casebres cobertos com palhas de bananeira, outros de licurizeiro e com mata em seu entorno, o visitante participará de uma festa na comunidade, que conforme foi descrito na carta que o Conde da

Ponte encaminhou ao Visconde de Anadia, eram regadas a música e danças, roupas caprichosas de mulheres e homens, comidas e momentos de bênçãos.

Sobre as comidas, optou-se por modelar os possíveis alimentos ofertados pela localidade, como: frutas, tubérculos, peixes sob um prato feito de barro local e farinha de mandioca - há relatos de antigos moradores que havia casa antiga de feitura de farinha. Tudo organizado em uma mesa improvisada, forrada com palhas de bananeira e feita de madeira retirada da natureza local. Nesse espaço também pretende-se incluir o personagem encarregado de fiscalizar o contexto de vivência da comunidade, sob ordens do Conde da Ponte.

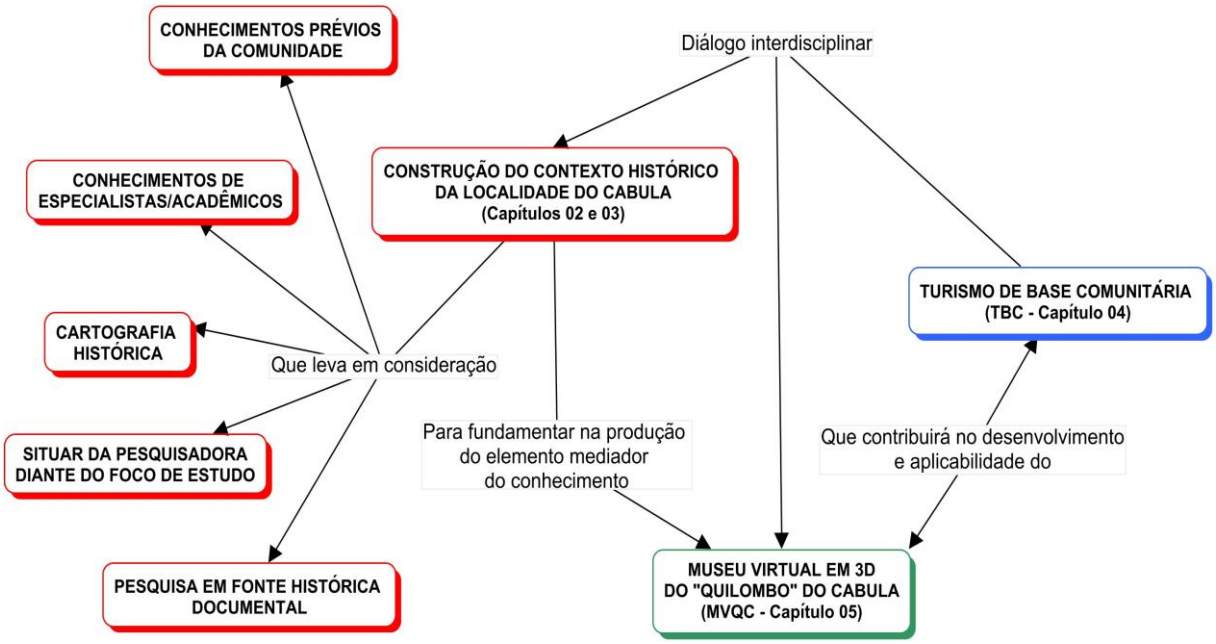
O visitante poderá percorrer o espaço da comunidade, dialogar com personagens, que estarão em meio a ações do cotidiano: trabalhando na horta, lavando roupas e carregando água em talhas nos afluentes que banham a comunidade, trabalhando na casa de farinha e carregando feixes de galhos de árvores para alimentar as fogueiras e fogões à lenha da comunidade. Poderá ainda visitar a residência de Nicácia da França, a sacerdotisa do “quilombo” do Cabula. Esta aparecerá sentada na porta do seu casebre recepcionando os que a procuram.
Ao prosseguir rumo ao Campo Seco, o visitante passará pelas Terras dos padres Bentos e dialogará com a africana Quitéria do Sacramento, podendo obter acesso a fontes documentais. Ao prosseguir, encontrará o africano Simão que o alertará para a situação tensa da localidade. Ao chegar ao fim do percurso, o visitante poderá observar o momento do conflito entre os quilombolas e as tropas da capital, na tentativa de destruir o quilombo do Cabula.

6. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo propõe evidenciar a práxis existente no transcorrer deste estudo até o momento. Será delineado o processo de construção da experimentação proposta nesta tese que apresenta como problema: a carência de estudos e socialização na modalidade de museu virtual sobre a herança sócio-histórica do quilombo do Cabula, que possa dialogar com a mobilização do turismo de base comunitária da localidade.

Nessa perspectiva, o objetivo geral é desenvolver uma solução mediadora na forma de museu virtual em 3D do histórico quilombo do Cabula (MVQC), de forma a contemplar a discussão sobre as relações de resistência negra na localidade, integrado a mobilização do Turismo de base comunitária, conforme explícito no mapa cognitivo abaixo.

Figura 21 - Mapa cognitivo com a ideia central da tese a ser desenvolvida



Fonte: Elaborado pela autora.

O mapa cognitivo apresenta uma proposta de tese interdisciplinar visando atender aos princípios basilares deste Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, ao propor uma pesquisa de natureza aplicada.

6.1 A NATUREZA DA PESQUISA APLICADA NO CAMPO DA HISTÓRIA

A pesquisa aplicada aponta para uma abordagem de construção coletiva, colaborativa e de intensa interatividade social do conhecimento, sendo potencializada pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que responde a demanda de: otimização, eficácia e maior integração das relações humanas na contribuição para a construção da práxis e do conhecimento coletivizado. Esse potencial é notório quando há um diálogo concreto entre as necessidades dos sujeitos, coletividades e a capacidade das tecnologias de atender a estas necessidades, isto é, pensar as tecnologias como expansão da mente humana, e que surgem e são aperfeiçoadas a partir das necessidades coletivas da sociedade (MATTA, 2005).

Como complemento dessa lógica, é de fundamental relevância recorrer aos estudos de Castells (1999), no qual destaca algumas características que estão presentes na relação entre as TICs e sociedade, tais como:

- A penetrabilidade dos efeitos das tecnologias no âmbito social, ressaltando que essas tecnologias são desenvolvidas a partir de atividades humanas e que também moldam a vida social;
- A possibilidade de concretização da lógica de redes, intensificando seu caráter informacional, e a integração com desenvolvimentos tecnológicos de outros setores, como por exemplo, o biológico;
- Alto grau de flexibilidade, que considerando o dinamismo social viabiliza modificações rápidas; dentre outras. Tais características orientam a produção de estudos direcionadas à articulação dialética entre meio acadêmico e contexto social mais amplo, visando não só a solução de problemas concretos, como a coparticipação das comunidades no processo investigativo.

Com base nessa perspectiva, mesmo com o desenvolvimento das TICs contribuindo para difundir as construções científicas por meio de publicações em sites, blogs, periódicos, etc., evidencia-se que os avançados estudos no campo da história ainda se encontram restritas aos domínios dos especialistas e estudiosos do campo, conforme foi abordado no subcapítulo 4.1. O que significa afirmar, que são os historiadores iniciados, aqueles com certificado universitário ou algum outro reconhecimento acadêmico, ou ainda os considerados de alguma forma como historiadores, que permanecem com o direito de interpretar a história vivida por

outros, sem qualquer tipo de validação ou colaboração daqueles que têm sua trajetória e processo social interpretados.

Diante de tal constatação, defende-se a emergência em trabalhar os contextos e temas históricos com produção de sentido, considerando que isso ocorre quando há a construção e experimentação do conhecimento por parte dos sujeitos sociais, que passam a entender a história como parte da construção deles mesmos, e como sendo capazes de explicar os processos históricos dos quais se sentem partícipes.

Não por acaso, a pesquisa de caráter aplicado se adequa ao procedimento da pesquisa-ação, cujo pressuposto é a resolução de problemas a partir de uma implicação ativa da pesquisadora e dos participantes, com a finalidade de transformação social. Sendo assim, “pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (VERGARA, 2005).

Nesse caso, a história passa a ser parte do processo de construção do sujeito coletivo e singular, que se interpreta e reflete enquanto cidadão e sujeito histórico. Esse tipo de pesquisa não é uma modalidade comum nos estudos históricos, embora concorde que esse movimento está em expansão a partir das discussões sobre História Pública. Todavia, a predominância ainda é pelo desenvolvimento de métodos para fins teóricos.

As abordagens de caráter teórico têm por finalidade construir conhecimentos e estabelecer um espaço para discussão ou análises (VILAÇA, 2010), o que significa: investigar fontes históricas documentais, bibliográficas e/ou orais; analisar as fontes coletadas; construir uma síntese interpretativa a partir do trabalho de investigação e tecer as considerações ou chegar a resultado (s). Nesse sentido, não há qualquer integração ou compartilhamento de construção com sujeitos históricos dos quais essa construção poderia interessar.

Dessa perspectiva, na maioria dos casos, o tema que instiga o pesquisador a problematizar surge de sua vivência no meio acadêmico, seja por meio de grupos de estudos, atividades de iniciação científica ou de inquietações adquiridas no processo de vivência. Os sujeitos da história, seus herdeiros, os interessados no resultado, são sempre clientes passivos da construção de outrem.

A pesquisa aplicada é diferente, porque além de considerar as discussões, reflexões e construções do campo teórico busca, sobretudo, articular a prática de

resolução de problemas concretos e validados por alguma comunidade ou dimensão de coletivo humano. Sua principal motivação é construir conhecimentos a partir de problemas ou necessidades concretas e imediatas que emergem do âmbito acadêmico, mas principalmente do social, com objetivos direcionados a uma aplicação prática, seja no processo ou nos resultados (VILAÇA, 2010). Corroborando com essa perspectiva, Matta (2001) afirma

> O conhecimento, portanto, não é composto somente por ideias, mas pela aplicação destas ideias aos problemas vivenciados pelo sujeito em seu ambiente. Apenas a convivência do sujeito com seu contexto específico, pode construir o significado daquilo que experimentou (MATTA, 2001, p.63)

Segundo o autor, trata-se de uma relação dialética e interativa, em que o pesquisador ao perceber a necessidade de empreender uma investigação, o faz, mas em contrapartida apresenta, desde a proposta, a intencionalidade de aplicabilidade da mesma. Isso requer um método mais complexo e bem delineado, que para o campo da história, sugere-se o *Design Based Research* (DBR).

6.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A construção do conhecimento científico ocorre quando há articulação entre teoria e realidade empírica, tendo o método como fio condutor dessa articulação. Assim sendo, o estudo qualitativo pode gerar dados quantificáveis e vice-versa. Logo, nesta tese, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, para que se aproveite as vantagens existentes nos dois modelos, ou seja, a interação e dialeticidade entre as análises qualitativas com sua pluralidade e flexibilidade e os dados quantificáveis, que poderão surgir na fase da aplicação do museu virtual ao público mais amplo.

Nessa perspectiva, concorda-se com os autores Minayo e Sanches (1993), quando inferem que as abordagens particularizadas não satisfazem uma análise que abarque a realidade em determinadas circunstâncias, assim, defendem que para esses casos elas deverão ser complementares, afinal, “nenhuma é mais científica que a outra” (MINAYO E SANCHES, 1993. P. 247), de maneira que elas podem dialogar e integrar num mesmo projeto de pesquisa.

6.3 MÉTODO DO *DESIGN BASED RESEARCH* (DBR) E SUA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

O método do *Design Based Research* (DBR) ou Pesquisa Baseada em Design (PBD), é uma linha de investigação cujos princípios são a práxis, a interdisciplinaridade e a resolução de problemas de contextos reais, pautada no esforço coletivo, portanto, pode ser adotada pelas variadas áreas do conhecimento. Esse método, ainda que recente, já é amplamente disseminado em estudos voltados para educação e sua articulação aos ambientes mediados pelas TICS, além de, ultimamente, estar sendo utilizado nas pesquisas aplicadas em outros estudos do âmbito das ciências humanas.

Nesta tese, a DBR dialogará com o campo da história e com os métodos históricos de investigação e interpretação. Todavia, considera-se desafiador adotar o DBR em uma proposta de desenvolvimento de solução para mediar e difundir o conhecimento histórico sobre o antigo “quilombo” do Cabula. Destarte, é imprescindível conhecer as principais características da abordagem em DBR, apresentadas no quadro que segue.

Quadro 14 - Síntese das características presentes no método DBR

CARACTERÍSTICAS	EXPLICAÇÃO
- Praxiologia	Faz-se necessário o desenvolvimento do contexto histórico para situar o foco de pesquisa. Nesse caso, a DBR considera a práxis, ou seja, articulação entre teoria e prática; reflexão-ação. Nesse sentido, prevalecerá o diálogo entre as bases teóricas do pesquisador e a prática da comunidade. (MARTINS, 2009).
- Responsiva	A proposta de desenvolvimento de uma solução/produto, é pensada para uma efetiva ação, que visa intervir e investigar novas formas de construções para aprendizagens demandadas concretamente por um sujeito ou conjunto de sujeitos. Na DBR, o sujeito e a busca da solução de problemas passam a ser o foco da pesquisa.
- Aplicada	Busca-se a resolução de problemas reais e para tal, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas relevantes, em que a investigação é direcionada a contextos reais, e aplicada ao desenvolvimento de "atores reais, melhorias resolvendo problemas reais"

	(RAMOS et all, 2009), logo a relevância da pesquisa é para a vida prática.
- Interativa e colaborativa	Na DBR o desenvolvimento da pesquisa não é realizado apenas pelo pesquisador, como se este fosse o único detentor do conhecimento. O trabalho pretendido é de autoria e coautoria, de completo engajamento do pesquisador com seus grupos de estudos e outros partícipes. Segundo Santos (2014), para a DBR tanto o aporte teórico do pesquisador quanto o embasamento de vivência da comunidade estão no mesmo patamar.
- Integradora	O pesquisador pode utilizar variados métodos e técnicas de pesquisa, dependendo da fase do planejamento, desenvolvimento ou implantação, mas segundo Cobb (2003), com coerência, consistência e disciplina.
- Flexibilidade	O projeto, seu desenvolvimento, as soluções/produtos da intervenção estão sujeitas, em todo processo, a alterações. Como na DBR a proposta de construção é coletiva, a pesquisa nunca está acabada, podendo sofrer redesign constantes. Cada etapa da pesquisa é uma preparação para a próxima, não sendo uma concepção linear, uma vez que o processo desta próxima pode ocasionar a necessidade de alterações na anterior. (LOBO DA COSTA e POLONI, 2011)
- Contextual	Complementando a lógica da flexibilidade, entende-se que os resultados da pesquisa presentes em cada etapa, contribuem para informar e atualizar o seu desenvolvimento e implantação, segundo Ramos (2009), essa dinâmica possibilita descobertas que transcendem o contexto imediato da investigação, e que podem potencializar o encaminhamento de novos projetos e investigações.

Fonte: Este quadro síntese foi elaborado pela pesquisadora a partir dos estudos realizados por: COBB (2003), Lobo da Costa e Poloni (2011), Martins (2009), Matta (2012) e Ramos et. all (2009) e Santos (2014).

De acordo com as características apresentadas, verifica-se que não é uma tarefa fácil adotar a metodologia DBR no campo dos estudos históricos, uma vez que por tradição, e conforme foi explicitado neste capítulo, essa área do conhecimento adota forte caráter de pesquisa teórica. Entretanto, nota-se que mudanças estão ocorrendo e as demandas da contemporaneidade têm exigido

constantemente a difusão, integração e democratização do conhecimento para a esfera social. Seguindo a proposta do DBR, a pesquisa histórica adquire coautorias, que são traduzidas em dois tipos de validação, a interna e externa.

A validação interna pertence à pesquisadora, e consiste na legitimidade desta como um agente participante do processo de construção do conhecimento. Trata-se de uma postura gramsciana, na qual não se concebe um distanciamento entre sujeito e foco de estudo, esses encontram-se implicados. Os resultados da validação interna são os capítulos de contexto e a parte específica da temática, porque a partir disso o pesquisador começa a fazer parte da interlocução. A segunda parte dessa validação são os princípios de modelagem que foram utilizados, compondo assim os elementos iniciais como propostas de interação e acervos para nutrir o MVQC.

A validação externa poderá ocorrer em variados momentos do desenvolvimento do museu virtual. Refere-se a apropriação da proposta deste estudo pela comunidade a quem o museu atenderá no âmbito imediato. Se a comunidade aceita ser participante, não somente no fornecimento de dados, mas prioritariamente contribuindo com a autoria do processo, estes tornam-se coautores. Logo, o modelo do museu virtual a ser gerado é de produção coletiva, portanto, domínio público. Para o desenvolvimento de uma modelagem ou solução que possa mediar os conhecimentos adquiridos por meio das pesquisas históricas, agregado aos conhecimentos advindos das comunidades e embasada por uma abordagem socioconstrutivista, foi essencial o desenvolvimento do design cognitivo.

6.4 A DIALOGICIDADE DAS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM O MÉTODO DBR

6.4.1 Ciclo da construção

No método DBR não há etapas rígidas de pesquisa. Elas são dialógicas e as transformações são constantes. Os limites entre os momentos/fases do trabalho são necessários em função dos parâmetros acadêmicos que regulamentam cumprimento de prazos. Na primeira fase, em busca da validação interna, o modelo de design e constituição de acervos do museu virtual - da parte que apresenta o contexto geral e temática específica - foi elaborada pela pesquisadora, a partir da

investigação historiográfica, com levantamento de referências bibliográficas e investigações em fontes manuscritas e impressas, análises e sistematização dos conhecimentos históricos.

Ainda nessa fase, os conhecimentos sistematizados foram submetidos a validação externa de integrantes da comunidade epistêmica[47], mais especificamente da comunidade acadêmica. As socializações e diálogos referentes a construção historiográfica foram avaliadas por dois grupos de pesquisas, o "Escravidão e Invenção da Liberdade" da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o grupo "Sociedade, Espaço, Educação e Turismo - SSEETU – TBC Cabula" da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

O primeiro, discute temas relacionados às trajetórias dos povos negros nos períodos Colonial e Imperial. A experiência em participar desse grupo possibilitou maior entendimento sobre as relações sociais, conceituais e de fundamentação historiográfica relacionadas ao contexto de estudo. Foram contribuições que modificaram variados aspectos da tese, principalmente quanto a dimensão historiográfica aqui adotada. Se antes era história social, após diálogos no grupo, entendemos que o encaminhamento historiográfico é no campo da história pública.

O grupo de pesquisa "SEETU – TBC Cabula" apresenta uma discussão diferente, mas tão importante quanto do primeiro. Com sua dimensão multidisciplinar, esse grupo agrega e vislumbra construir conhecimentos sobre aspectos da sociedade baiana, em momentos históricos remotos e contemporâneos, tendo como foco a localidade do Cabula. Nele participam não só membros representantes da academia, mas também comunitários que, criticamente, buscam contribuir para a melhoria local. Por meio dessa equipe do TBC foi possível ter acesso a variadas produções da/e sobre a comunidade. Muitas ideias compartilhadas pelos colegas nas reuniões serão aproveitadas na modelagem do museu. Esse primeiro momento da pesquisa gerou o design cognitivo do museu virtual apresentado no capítulo anterior.

---

[47] Teresinha Fróes Burnham discute sobre análise cognitiva, e comunidades cognitivas. No bojo dessa discussão, a autora caracteriza dois tipos de comunidades cognitivas, a comunidade de prática, que são grupos de pessoas que motivados por paixão, se engajam numa mesma prática de forma colaborativa e atuante. A outra comunidade é a epistêmica, na qual define como "aquelas que trabalham profissionalmente com a produção do conhecimento segundo normas específicas, rigorosas, com base em referenciais explícitos, validados e legitimados por pares, atendendo a critérios definidos e consensuados". A comunidade acadêmica é um dos exemplos dessa comunidade epistêmica. BURNHAM, Teresinha Fróes (Org.). Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação à distância e gestão.Salvador: EDUFBA, 2012. p. 60.

A segunda fase da construção foi de efetivo contato com a comunidade – validação externa DBR. O campo de estudo demarcado levou em consideração a delimitação do que aqui está se considerando como quilombo do Cabula. O objetivo foi de apresentar a proposta de museu virtual que se tinha até então para que, com a coautoria dos comunitários antigos das localidades, houvesse maior detalhamento do acervo museológico.

Os procedimentos de investigação em campo sucederam-se da seguinte maneira: Inicialmente, foram agendadas entrevistas/diálogos (semiestruturadas), a partir da indicação de integrantes comunitários do projeto de turismo de base comunitária do Cabula e entorno, e também a partir de uma pesquisa prévia de alguns terreiros antigos, fixados nas localidades. No processo de ocorrência das entrevistas a rede de solidariedade e colaboração aumentou, pois, muitos entrevistados recomendavam outros possíveis colaboradores, residentes das comunidades indicados na tabela abaixo.

Tabela 1 – Dados sobre os colaboradores

Localidade de residência dos colaboradores (as)	Quantidade de colaborador(a) por localidade
Saboeiro (Antiga Estrada do Saboeiro)	02
Estrada das Barreiras	02
Engomadeira (que apresentava um antigo núcleo de povoamento)	01
Beirú/ Tancredo Neves (Venda do Buraco)	04
Total de colaboradores/coautores das comunidades	09

Fonte: Dados decorridos da pesquisa de campo.

Antes de iniciar o diálogo com os colaboradores, foi apresentado o objetivo maior da tese, que é o desenvolvimento do museu virtual sobre o quilombo do Cabula como elemento mediador de conhecimentos históricos e comunidade. Apresentou-se ainda a síntese dos resultados obtidos na análise ás fontes bibliográficas e documentais, por meio dos quadros de acervos gerados nos capítulos anteriores. Também foi socializado o mapa com as áreas delimitadas como

pertencentes ao antigo quilombo, e para resumir, foi explicitado aos sujeitos engajados que a intensão era de convite a uma participação de coautoria no desenvolvimento do museu proposto. Após cada diálogo, novos modelos de design foram gerados, isso ainda na fase de produção do museu virtual. O resultado pretendido é que a história a ser modelada em 3D seja fruto de confluências e interpretações conjuntas dos engajados, ainda que com a organização do historiador.

6.4.2 Ciclo da projeção da aplicação

O ciclo anterior, subsidiado pelo processo praxiológico de validação interna e externa, resultou na elaboração das categorias de análise, da escolha do campo empírico de aplicação, dos sujeitos participantes da pesquisa e de como estes validarão a proposta mediadora. A partir da prospecção realizada no ciclo de construção, foi elaborado o quadro com as categorias de análise.

Quadro 15 – Categorias de análise da pesquisa

CATEGORIA DE ANÁLISE DEPENDENTE	
MUSEU VIRTUAL	- Recepção no largo da Soledade e caminho até área quilombola do Cabula - Área da localidade do Saboeiro - Área da Estrada das Barreiras e Engomadeira - Área do Buraco/Beiru e Campo Seco
CATEGORIAS DE ANÁLISE INDEPENDENTES	
REDE VIRTUAL	- Vínculo interativo WEB - Usabilidade - Qualidade da representação digital
HISTÓRIA PÚBLICA	- Relação entre conhecimento acadêmico/saber comunitário - Colaboração da memória Coletiva/ Interconexões entre os sujeitos do século XIX e XXI - Construção coletiva da história
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	- Participação comunitária do Cabula e região na construção e aplicação - Valorização da vivência comunitária - Ativismo comunitário

SOCIOCONSTRUTIVISMO	- Dialogismo/polifonia - Colaboração - Interatividade - Mediação

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Como se observa no quadro acima, as categorias de análise estão divididas em dependentes e independentes. A dependente representa o museu e suas subdivisões, enquanto que as categorias independentes representam o que se deseja verificar e analisar no museu.

6.4.2.1 Sujeitos participantes da pesquisa e campo empírico (QUEM E ONDE)

Com o desenvolvimento do museu virtual almeja-se alcançar um público amplo e plurirreferencial. A plurirreferencialidade, considerada nesta pesquisa como um procedimento de análise, consiste em uma leitura plural em relação ao objeto de estudo, seja do ponto de vista da abordagem acadêmica ou da comunidade (MARTINS, 2004). Não se trata de modificar apenas os integrantes da pesquisa, mas o âmbito das referências. (BURNHAM, 2012). Nesse ínterim, se no processo de construção foi possível contar com a coautoria de moradores das comunidades que integram a área do Cabula e acadêmicos pertencentes a grupos de pesquisas, na fase de aplicação buscaremos interação e diálogo ampliando a perspectiva crítica e validação externa quanto a usabilidade do museu. Serão considerados como avaliadores ou participantes da aplicação os seguintes grupos:

a) Internautas visitantes do Portal do Turismo de Base Comunitária (TBC) do Cabula e entorno.

Os visitantes do portal do TBC apresentam o perfil adequado às necessidades de análise desta pesquisa, pois além de buscar por informações, também anseiam contribuir com conhecimentos sobre o Cabula. O portal tem por objetivo dar visibilidade às produções, ações e pesquisas que tem a localidade como foco. É um espaço virtual que visa a tessitura de redes de colaborações entre moradores em prol da valorização local, um ambiente apropriado para a articulação e socialização de saberes e práticas comunitárias e/ou acadêmicas do/sobre o

Cabula. Devido a essas características, é que se pensou nesse espaço para oferecer a experiência de sociabilidade no museu virtual.

b) Internautas visitantes do Portal do Instituto Anísio Teixeira (IAT).

Outro grupo selecionado são os visitantes do Portal do IAT, que em sua maioria são docentes de escolas da rede pública Municipal e Estadual da Bahia. A opção por esse grupo de aplicação, também amplo e multidisciplinar, tem por intenção avaliar o potencial pedagógico do museu, assim como é pretendido aos docentes de algumas escolas públicas da localidade.

c) Docentes e alunos do curso de História da Universidade Católica do Salvador e da Universidade do Estado da Bahia.

Considera-se este um grupo de aplicação imprescindível por agregar os especialistas formados ou em fase de formação no campo da história, que poderão apresentar contribuições consistentes no que se refere ao conteúdo, lógica e coerência de organização do acervo e fontes históricas relacionadas ao contexto do século XIX.

d) Grupo de museólogos

Este também compreende um grupo de especialistas direcionado a validação das características e organização segundo a lógica da museologia. A ideia inicial é que esses profissionais possam avaliar a qualidade do acervo, das informações, da coerência com o cenário e o teor de criticidade a ser instigado a partir da visita ao MVQC.

e) Moradores antigos da localidade que participaram do processo de construção.

Esses são os principais avaliadores, pois contribuíram diretamente para a construção do museu. Assim sendo, pretende-se retornar às residências dos moradores para após apresentação da solução digital, escutar as suas considerações e análises. De todos os grupos, a aplicação do instrumento de análise deste será diferente. Por se tratar de pessoas idosas, que não tem relação de proximidade com computador, a proposta é apresentar pessoalmente o museu, e gravar no formato de áudio as análises e considerações desses participantes, para posteriormente realizar o redesign do MVQC.

f) Grupos de pesquisa do projeto do REDE e SSEETU.

A difusão do MVQC neste grupo é importante para que seus integrantes possam analisar a solução mediadora de aprendizagens que ajudaram a construir. Além disso, estudam museus virtuais e outras soluções tecnológicas para mediação de aprendizagens, utilizando-se da mesma metodologia DBR.

Para alcançar esses grupos de aplicação vamos disponibilizar o link para download do museu virtual nos seguintes endereços: Portal do TBC: http://matta.pro.br/tbc/ e Portal do IAT: http://educadores.educacao.ba.gov.br/ . O link funcionará a partir de um servidor com domínio próprio, isso para que a pesquisadora possa moderar o acesso, as postagens, e se obtenha segurança no processo da pesquisa.

Além da disponibilização via Web, pretende-se incentivar a visita e participação no ambiente museológico por meio da socialização em eventos acadêmicos e comunitários como: o VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), que ocorrerá entre os dias 11 a 14 de novembro de 2016 no Colégio Estadual Márcia Carneiro Meccia, situada na localidade da Mata Escura, que integra a grande área do Cabula. O tema do encontro é “Comunidades em diálogo”, com a proposta de reunir pesquisadores, estudantes do ensino básico e superior, professores e comunitários.

Complementa-se esse processo com a participação no evento “Ciclo de palestras e debates com mestres e doutores”, com comunicação marcada para o dia 05 de outubro de 2016, organizado pelo curso de História da UCSAL, instituição cujos alunos acompanharam essa pesquisa através da participação da pesquisadora em alguns eventos e mesas de discussões[48]. Outro evento para socialização do museu virtual foi a comunicação dialógica para a turma do mestrado profissional em Ensino de História (UNEB). A intenção foi organizar momentos com profissionais especializados nas áreas de história e museologia de universidades baianas, para que possam avaliar aspectos de teor historiográfico e de organização do museu.

6.4.2.2 Caminhos para o primeiro ciclo de aplicação: (COMO)

[48] Além do citado evento, no ciclo de construção, a pesquisadora participou de outros eventos da Universidade Católica do Salvador, tais como a XVII Semana de Mobilização Científica (SEMOC) integrando a mesa-redonda “Cultura e Cidade”, do dia 15 de outubro do ano de 2014 e a comunicação intitulada “Resistência escrava em terras distantes: Um estudo sobre o Quilombo do Cabula e sua aplicabilidade no turismo de base comunitária por meio do museu virtual” no ano de 2013, no seminário internacional.

Duas são as estratégias de aplicação da solução mediadora Museu Virtual. A primeira, ocorrerá na modalidade à distância, nos lócus estabelecidos na seção anterior. Após as socializações indicadas, os visitantes/internautas dos grupos a, b, c, d e f mencionados acima, poderão autonomamente visitar e interagir no museu. Os pontos de paradas e interações estarão vinculados a dois bancos de dados alocado em servidores próprios. A segunda estratégia de aplicação ocorrerá presencialmente, na qual a pesquisadora apresentará cada trecho do MVQC aos integrantes do grupo. Tal decisão foi em função da necessidade de escuta dos antigos moradores da localidade, que por não ter aproximação com as TICs demandou esse momento presencial. É preciso analisar a identificação e sentimento de coautoria desses sujeitos.

Os instrumentos a serem utilizados para coletar os dados necessários à análise do MVQC estarão presentes no trajeto do próprio museu. Isso significa que os pontos de interação apresentados ao longo da visitação serão fundamentais para a análise dos dados. Assim sendo, elencamos três principais instrumentos: o ícone “Reclame aqui! ”, A ficha do sistema de mapeamento de visitas e o ícone “Construa a história você mesmo! ”.

O ícone “Reclame aqui! ”, presente em todos os cenários do MVQC, poderá ser acessado ao clicar na tecla *ESC*. Abrirá uma caixa com opções para que o visitante decida o comando que pretende seguir, como mostra a imagem abaixo.

Figura 22 - Comandos do ESC

● Voltar – O visitante retornará para o ponto onde parou.

● Menu inicial – Retorno para a ficha cadastral.

● Sair – Caso em que o visitante decide sair do MVQC

Fonte: Museu virtual do quilombo do Cabula.

O link “Reclame aqui” refere-se ao espaço de comunicação aberto direcionado a postagem das insatisfações dos visitantes quanto ao funcionamento do sistema, mobilidade no museu virtual ou quaisquer outras reclamações relacionadas à solução museológica apresentada. Ao clicar no link aparecerá a

seguinte frase: “Deixe aqui sua reclamação”. Busca-se com isso orientar o visitante a uma participação mais crítica e autêntica, relacionada à categoria de análise “Rede Virtual”.

A ficha do sistema de mapeamento não estará visível. Trata-se de um banco de dados online que registra o trajeto realizado pelo visitante que entrar no museu. Dos pontos de paradas, com interações ou não, aos pontos de desistência ficarão registrados no banco de dados com acesso da pesquisadora. Esse instrumento auxiliará na análise dos dados quali-quantitativos, uma vez que será possível não somente perceber se o visitante interagiu ou não, mas até onde ele transitou no museu.

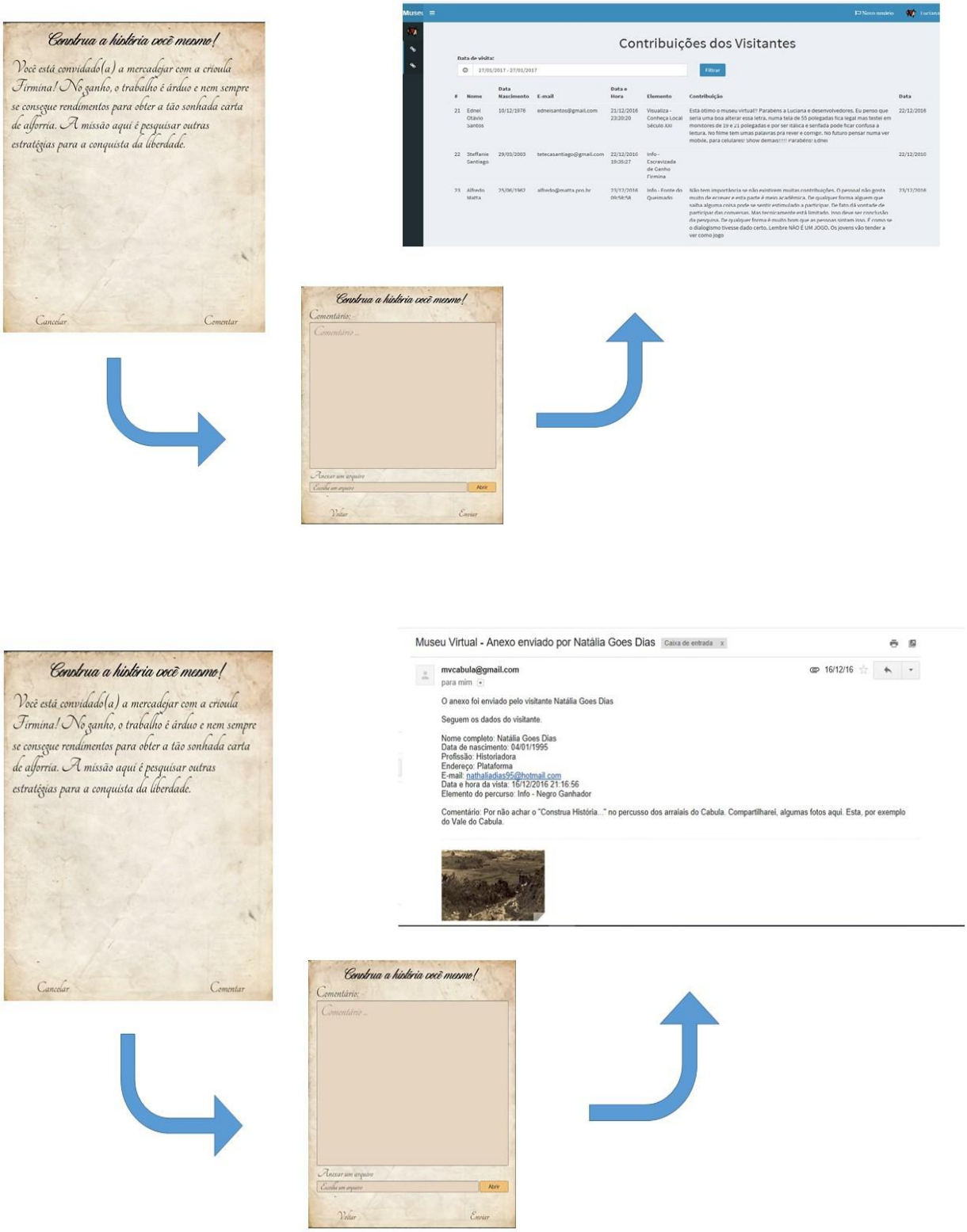
Figura 23- Banco de dados do relatório do percurso do visitante

#	Nome	Data Nascimento	Profissão	Endereço	E-mail	Data e Hora	Percurso	Data
1	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38		01/12/2016
2	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38	Info - Escravizada de Ganho Firmina	01/12/2016
3	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38	Seguir - Fonte do Queimado	01/12/2016
4	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38	Seguir - Cruz do Cosme	01/12/2016
5	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38	Seguir - Cruz do Cosme/Pau Miudo	01/12/2016
6	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38	Seguir - Quilombo do Cabula	01/12/2016
7	Fernando b	01/02/2009	Dev	End	t@t.com.br	1/12/2016 12:04:38	Continuar Quilbombo do Cabula	01/12/2016

Fonte: Banco de dados do Museu Virtual do Quilombo do Cabula.

O terceiro instrumento de coleta de dados é o ícone “Construa a história você mesmo! ”. Alocados nos pontos de interação, apresenta-se na forma de questionamentos/problemas instigando o visitante a refletir e interagir sobre vários aspectos relacionados às categorias de análise História Pública (HP), Turismo de Base Comunitária (TBC) e socioconstrutivismo.

Figura 24 - Lógica de funcionamento do instrumento “Construa a história você mesmo! ”



Fonte: Museu Virtual do quilombo do Cabula e banco de dados do museu.

Conforme mostra a figura 24, seu funcionamento depende da contribuição do visitante. Nos casos de uma contribuição textual, as informações ficarão armazenadas em um banco de dados online, como no primeiro exemplo da imagem. Se a contribuição for com imagens ou documentos no formato PDF seguirá para um banco de dados em um e-mail específico (o mesmo utilizado para armazenar as reclamações). Esse instrumento reúne as seguintes questões/problemas, dispostas aqui na ordem em que são apresentadas no MVQC:

● Trecho do Contexto – parte introdutória do MVQC

1) você está convidado (a) a mercadejar com a crioula Firmina! No ganho, o trabalho é árduo e nem sempre se consegue rendimentos para obter a tão sonhada carta de alforria. A missão aqui é pesquisar outras estratégias para a conquista da liberdade. (Categoria HP);
2) Vamos continuar a construção da história desse importante Convento da Soledade em outros momentos históricos? Se você conhece outras histórias sobre o convento ou tem informações sobre as religiosas Ursolinas poste suas contribuições e/ou fontes históricas. (Categoria HP);
3) Estamos no ano de 1807, nesta cidade do Salvador a água provém das inúmeras fontes. Muitos escravizados passam e trabalham fornecendo água aos senhores dessa fonte aqui do Queimado, pois tem excelente água para beber. Vamos ampliar a história sobre essa fonte? Se você tem documentos impressos ou manuscritos, imagens, reflexões ou lembra de como era a fonte do Queimado compartilhe aqui seus relatos de memória, comentários ou reflexões a partir de estudos realizados. (Categoria HP, TBC e Socioconstrutivismo);
4) Na cidade do Salvador muitos bairros antigos, principalmente os periféricos, eram especializados em cultivos. Qual será a história do seu bairro nesse início do século XIX? Compartilhe conosco suas descobertas. (Categoria TBC e Socioconstrutivismo);
5) Estava participando dos festejos no povoado da Cruz do Cosme, não é? De fato, a musicalidade sempre foi presente na história da Bahia. Nesse caso, se você conhece ritmos musicais da cultura negra no Brasil do século XIX compartilhe com a comunidade da Cruz do Cosme. (Categoria TBC e Socioconstrutivismo);

● Trecho do Quilombo do Cabula

6) Estamos no ano de 1807, você é um dos oficiais do mato encarregado pelo Conde da Ponte para investigar as ocorrências de resistências de negros no Cabula. De acordo com o cenário que observa, quais estratégias utilizaria para cumprir tal missão? Quais dificuldades poderia encontrar? (Categoria HP, e Socioconstrutivismo);
7) Sendo você um escravizado(a) nesse início do século XIX, o que te levaria a fugir para o Cabula? Mesmo sendo uma área do subúrbio do centro urbano da cidade do Salvador, quais os riscos possíveis e porquê enfrentá-los? (Categoria HP, e Socioconstrutivismo);
8) De acordo com as investigações do Conde da Ponte, José contribuía com o aumento da ocupação local ao construir novas casas. Você já investigou como ocorreu as primeiras ocupações na sua localidade? Compartilhe aqui suas descobertas. (Categoria HP, TBC e Socioconstrutivismo).
9) Na Bahia, sabe-se que as plantas apresentam propriedades de cura e proteção. Os antigos ensinam que a interação com a natureza é essencial para uma vida saudável (corporal e espiritual). Nessa perspectiva, você poderia apresentar relatos de memórias com experiências ou resultados de pesquisas que afirmem essa tradição? (Categoria HP, TBC e Socioconstrutivismo).
10) Estamos na Bahia, no início do século XIX. Aqui, as práticas rituais e crenças que contrariam a fé Católica é considerado crime de feitiçaria, curandeirismo, atos de sortilégios, ritos mágicos dentre outras denominações pejorativas. São ritos praticados tanto por povos de nações africanas, negros brasileiros, quanto por indígenas. Vamos investigar quais estratégias esses povos utilizam para a manutenção de sua crença em meio ás perseguições? (Categoria HP)

Como foi justificado neste capítulo, a priori, as participações/interações dos visitantes serão direcionadas a dois bancos de dados. Um vinculado ao e-mail cadastrado pela pesquisadora e outro em servidor próprio. Todavia, pretende-se posteriormente, em um segundo ciclo de aplicação, deixá-lo acessível a outros visitantes. Essa decisão faz-se necessária em um primeiro ciclo de aplicação, para que se observe o comprometimento das informações postadas e, nesse momento, moderadas. Também o suporte e sustentação da parte técnica, a viabilidade ou não de publicar as contribuições. Os instrumentos de coleta de dados, aqui indicados,

serão analisados no capítulo seguinte, com base no quadro “indicadores de análise das ações no MVQC, que segue.

Quadro 16 – Indicadores de análise das ações no Museu Virtual do Quilombo do Cabula (MVQC)

INDICADORES SOBRE A CATEGORIA DE REDE VIRTUAL		
OBJETIVOS	**JUSTIFICATIVA**	**CRITÉRIOS DE ANÁLISE**
1) verificar os indícios de questionamentos e reclamações concernentes à funcionalidade e usabilidade do MVQC em todo trajeto de visitação. 2) mapear o trajeto realizado pelos visitantes, para observar os principais atrativos da solução museológica e sugestões de melhorias.	As observações relacionadas a categoria “**rede virtual”** foram elaboradas com o objetivo de analisar a qualidade da representação do MVQC, bem como saber se o sistema respondeu satisfatoriamente ás funcionalidades básicas de uma solução digital, como: funcionamento dos links, carregamento dos vídeos, imagens, textos e postagens. Serão analisadas as considerações destacadas pelos visitantes na caixa de link “reclame aqui”. Também realizaremos um acompanhamento do trajeto feito pelo visitante, por meio do sistema de mapeamento de visitas, para saber se este foi até o final do percurso, e se houve interações no caminho.	- Se houver reclamações de 10% do número de visitantes sobre funcionalidade e usabilidade do sistema, estas serão validadas e corrigidas. - Se 51% dos visitantes ultrapassarem o trecho que indica o quilombo do Cabula, chegando assim próximo ao final do MVQC, consideraremos com mais afinco as considerações destes nos espaços de interação, pois conheceram o trajeto. **Obs:** Os números 51% e 10% não estão baseados em nenhum critério técnico. Ambos se referem à ideia de quantidade relativa que a princípio e subjetivamente, interpretamos como significativa.
INDICADORES SOBRE A CATEGORIA HISTÓRIA PÚBLICA		
OBJETIVOS	**JUSTIFICATIVA**	**CRITÉRIOS DE ANÁLISE**
3) identificar e analisar nas interações presentes nos ícones “Construa a história você mesmo”, marcados como	De acordo com os indicadores para a categoria **“história pública”**, busca-se analisar se houve a construção do	Os critérios de análise aqui apresentados serão aproveitados tanto para o objetivo nº 3 quanto 4.

“categoria HP” que estão distribuídos em cada ponto do museu, se houve contribuições para ampliação do contexto socio-histórico do início do século XIX. 4) identificar e analisar nas interações presentes nos ícones “Construa a história você mesmo”, marcados como “categoria HP”, ocorrências de coautoria dos visitantes ao pensar historicamente sobre a localidade do Cabula e seu contexto.	pensar histórico por parte dos visitantes, que poderão ou não, pertencer ao grupo de especialistas e estudiosos acadêmicos. O intuito é identificar e analisar as ocorrências de consciência histórica, de experiências imersivas dos visitantes por meio do compartilhamento de informações e diálogos com as questões históricas levantadas pelos personagens e acervos do MVQC. Em resumo, investigar se/como ocorreu interatividade com as questões históricas.	Assim, serão validadas as contribuições de ampliação do contexto, bem como ocorrências de coautorias para as interações que - O visitante elaborar hipóteses relacionada ao museu apresentado; - Se contribuir com imagens coerentes com o contexto trabalhado na interação; - Se contribuir com fontes históricas e analisa-las; - Se apresentar concepções críticas em sua reflexão textual - Se construir interpretação própria relacionado ao contexto apresentado. **Obs:** Cada caso positivo será considerado um sucesso no respectivo critério, e deverá a ser analisado. Na medida em que o número relativo de ocorrências se ampliarem, as análises deverão acompanhar e tentar interpretá-las, tendo em vista os princípios considerados.
INDICADORES SOBRE A CATEGORIA TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)		
5) verificar se a visita provocou reflexões e criticidade sobre a comunidade em questão e/ou sobre a do visitante. Nesse caso, as reflexões que serão analisadas estarão presentes nos ícones de interação “construa a história você mesmo”, marcados como categoria TBC, distribuídas em alguns pontos do MVCQ. 6) Refletir se as contribuições fornecidas pelos visitantes nos ícones de interação “construa	O TBC oferece a possibilidade dialógica entre o dinamismo social, cultural, econômico e político de comunidades contemporâneas com seu histórico mais remoto. Nessa perspectiva, os objetivos elencados vislumbram subsidiar a reflexão sobre o teor de criticidade e indícios de atuação que o visitante possa apresentar tanto na sua comunidade, como em	Para validar as interações relacionadas à proposta do TBC, utilizaremos critérios para cada um dos objetivos elencados, assim: ● Atende ao objetivo nº 5 - Se o visitante comparar o contexto remoto ao contemporâneo de forma crítica; - Se oferecer sugestões para valorização local; - Se apresentar projetos de

a história você mesmo", marcados como categoria TBC, distribuídas em alguns pontos do MVCQ, são possíveis à construção do Turismo de Base Comunitária da localidade do Cabula. 7) Refletir se o publicizar da história local do Cabula ajudou a pensar e/ou atuar em outras comunidades.	uma proposta de desenvolvimento do TBC.	estudo/ação sobre o saber, história, cultura e desenvolvimento local; ● Atende ao objetivo nº 6 - Se cria referências, atrativos, roteiros, possibilidade de receptivo, e outras situações ligadas ao turismo, valorização e autoestima comunitária. ● Atende ao objetivo nº 7 - Se houver comentários relativos a outras comunidades com princípios e historicidades próximas. **Obs.:** Cada caso positivo será considerado um sucesso no respectivo critério e deverá ser analisado. Na medida em que o número relativo de sucessos se ampliar, as análises deverão acompanhar e tentar interpretar os sucessos, tendo em vista os princípios considerados.
INDICADORES SOBRE A CATEGORIA SOCIOCONSTRUTIVISMO		
OBJETIVOS	**JUSTIFICATIVA**	**CRITÉRIOS DE ANÁLISE**
8) Verificar nos momentos de interações do visitante, presentes nos ícones "construa a História você mesmo", marcados com a categoria socioconstrutivismo, se houve indícios de conhecimentos prévios. 9) Identificar nas interações dos visitantes, presentes nos ícones "construa a História você mesmo", marcados com a categoria	A premissa constitutiva deste MVQC está alicerçada na concepção socioconstrutivista, logo, sua validação é permeada pela constatação da concretude dos sujeitos sociais, que mesmo imergindo na realidade contextual do momento de existência do "quilombo do Cabula", não desvincula da sua realidade, em um processo dialógico	Para validar as interações relacionadas á proposta do socioconstrutivismo, utilizaremos os seguintes critérios: ● Atende ao objetivo nº 8 e 9 - Se o visitante apresenta saberes específicos sobre o contexto do museu e a relação com o contexto

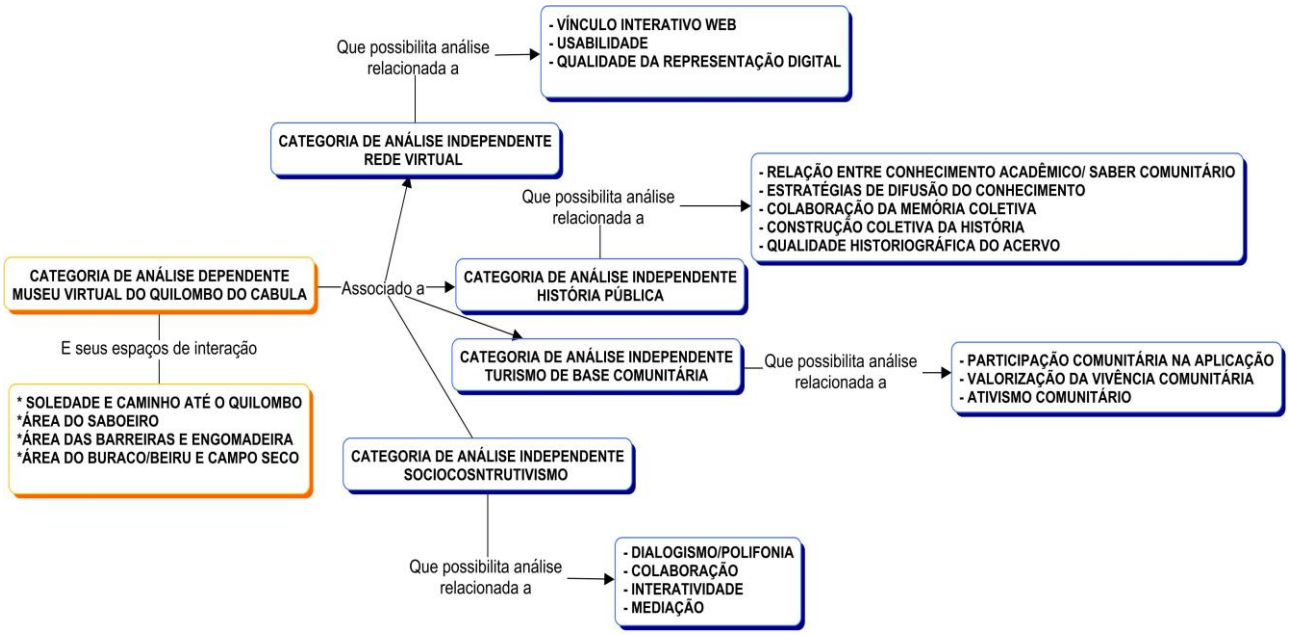
socioconstrutivismo, se construíram elos entre as situações/acervos apresentados na solução museológica com seus contextos vivenciais. 10) Identificar nas interações presentes nos ícones “construa a História você mesmo”, marcados com a categoria socioconstrutivismo, as estratégias utilizadas pelo visitante para resolução de problemas.	(presente – passado) e praxiológico (teoria – prática). Face ao exposto, não é demasiado supor que nas interações do visitante, pode-se identificar características inerentes à concepção, supracitada, como a tentativa de tomada de decisões, formulação de hipóteses ou questionamentos e expansão ou modificação do que foi apresentado no museu.	prévio de suas vidas; - Se o comentário do visitante remete a interpretar que ele se sente interlocutor válido e pertencente àquela localidade representada no museu. ● Atende ao objetivo nº 10 **-** Se o visitante constrói raciocínios hipotéticos e outras reflexões para explicar o que vive e percebe, na relação com o que entra no museu. **Obs:** Cada caso positivo será considerado um sucesso no respectivo critério, e deverá a ser analisado. Na medida em que o número relativo de sucessos se ampliar, as análises deverão acompanhar e tentar interpretar os sucessos, tendo em vista os princípios considerados.

Nota-se no quadro que as categorias de análises rede virtual, história pública, turismo de base comunitária, socioconstrutivismo e suas subcategorias, serão analisadas segundo os critérios elaborados e apresentados após a etapas de aplicação do MVQC.

7 ANÁLISE COGNITIVA DA APLICAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL COM METODOLOGIA DBR

Neste capítulo de análise foram delineados os processos de aplicações, estratégias cognitivas e operações de usabilidades desempenhadas pelos visitantes do MVQC nos ciclos de aplicações. A proposta foi estabelecer a associação da categoria de análise dependente - Museu Virtual e suas características -, com cada categoria de análise independente, como sugere o mapa cognitivo abaixo.

Figura 25 - Mapa cognitivo das relações das categorias de análise



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

As relações implementadas e apresentadas no mapa cognitivo estarão expressas nas análises dos ciclos de aplicações que seguem. O primeiro ciclo contou com um período maior para aplicação, por isso forneceu à pesquisa mais dados para análise. O segundo ciclo, teve tempo reduzido devido ao prazo estabelecido pelo programa para defesa, contou apenas com vinte e um dias. Esse segundo momento iniciou quando a nova versão do MVQC foi atualizada, já com algumas contribuições dos visitantes na internet. A terceira versão do museu, com outras alterações, será apresentada na defesa.

Faz-se necessário ressaltar que não foi possível avançar na experimentação dessa aplicação, com uma variação maior de redesign do museu como propõe o método DBR, devido ao prazo estabelecido no programa para finalização do doutorado. Entretanto, a análise a ser apresentada resulta da uma trajetória de desenvolvimento que buscou a colaboração em todas as etapas do trabalho de pesquisa.

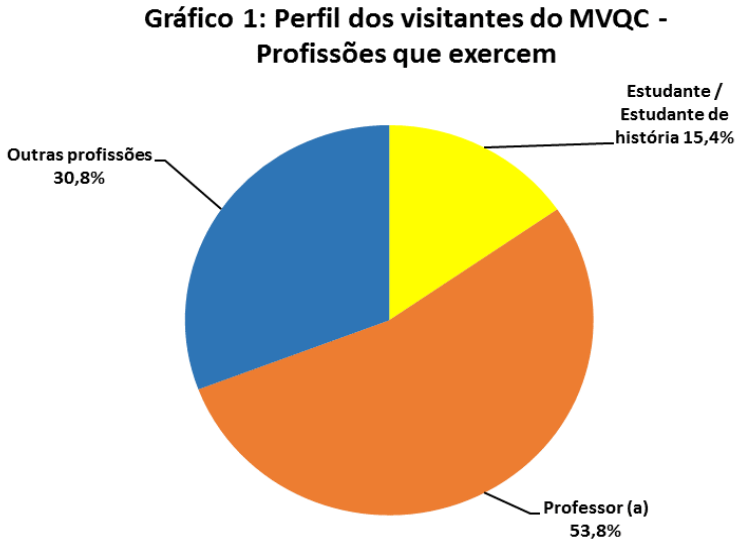
7.1 Análise do primeiro ciclo de aplicação

A primeira versão do MVQC disponibilizado no endereço eletrônico www.museudocabula.com.br gerou o primeiro ciclo de aplicação. Após a socialização prévia da pesquisa e do museu enquanto solução mediadora da aprendizagem nos eventos acadêmicos e comunitários, elencados na página 188 do capítulo anterior, iniciou-se a aplicação que durou de novembro/2016 ao início de fevereiro/2017. O museu foi inaugurado na internet, com comunicações em redes sociais – WhatsApp e facebook – com a ressalva de que era necessário realizar o download para o funcionamento, e não se adequava aos dispositivos móveis tais como *smartphones, tablets, iphone e ipad*. Nesse momento, iniciou-se o processo de aplicação e, no primeiro ciclo, contamos com o acesso de 39 (trinta e nove) visitantes com perfis variados quanto a profissão/atuação, faixa etária e localidades onde residem, como mencionados nas tabelas e gráficos que seguem.

Tabela 2 **–** Perfil dos visitantes do MVQC - Profissões que exercem

Profissões	**Total**
Agrônomo (a)	01
Artesã	01
Comerciário (a)	01
Dona de casa	02
Design	01
Estudante / Estudante de história	06
Engenheiro (a) Civil	01
Matemático	01

Motorista de ônibus	01
Museóloga (o)	01
Produtor (a)	01
Professor (a)	21
Redator (a)	01



Fonte: Análise do MVQC, 2017.

De acordo com a tabela e gráfico, verifica-se que embora a proposta do museu tenha despertado interesse em pessoas com variadas profissões, a maioria dos acessos foram realizados por professores e estudantes. Do total de 21 professores, 09 declararam-se professores de história e/ou historiadores, 02 de geografia e/ou geógrafos e 02 pedagogas. Isso reforça a ideia de que tanto os professores como os estudantes estão em busca de soluções inovadoras para o processo de aprendizagem. Essa assertiva pode ser comprovada com a sugestão de uma professora ao indicar que

> O Museu poderá ser usado por equipe multi ou interdisciplinar, espaço para geografia, história, arte, ciências e outras. Há muito a ser explorado, a exemplo da variedade de plantas, e ervas medicinais. Provável que existam pessoas no bairro que fazem xaropes usando algumas delas. Poderá desmitificar a ideia de que

> em terreiro só se faz feitiço, mas chamar atenção para preservação da natureza. (professora universitária, 2017)[49].

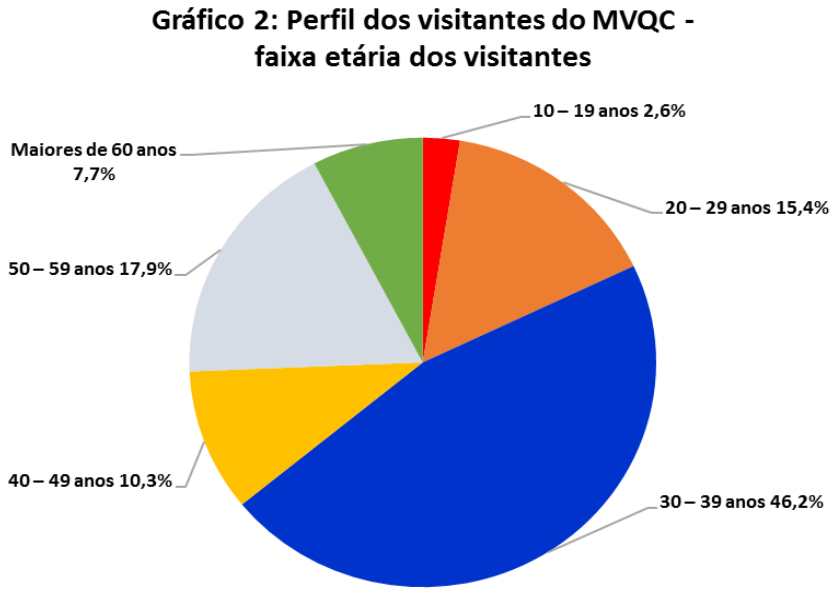
Ao caracterizar o MVQC como um espaço aberto e propício à atuação de uma equipe “multi ou interdisciplinar”, a professora corrobora para pensarmos que este não atende unicamente aos anseios dos profissionais que trabalham com história, mas, sobretudo, confere ao museu o status de uma ferramenta cognitiva que pode integrar atividades comunitárias, inclusive na mobilização do TBC.

A investigação relacionada a faixa etária das pessoas que participaram da aplicação oferece a clareza de que não são apenas os adolescentes que se interessam pela construção e difusão dos conhecimentos em meio digital, como mostra a tabela e gráfico abaixo.

Tabela 3 – Perfil dos visitantes do MVQC - faixa etária dos visitantes

Faixa etária	**Quantidade de participantes**
10 – 19 anos	01
20 – 29 anos	06
30 – 39 anos	18
40 – 49 anos	04
50 – 59 anos	07
Maiores de 60 anos	03

[49] A participação no museu é moderada. Para preservar a identidade dos visitantes, uma vez que não foi demandado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), decidimos colocar o perfil profissional como referência do visitante. Apenas os antigos residentes do Cabula, que participaram como coautores na primeira versão terão seus nomes revelados.



Fonte: Análise do MVQC, 2017.

Os dados comprovam que nesse primeiro ciclo de aplicação foram frequentes a participação de adultos com faixa etária dos 30 a 39 anos, seguidos pelos usuários de 40 a 49 anos. Esse resultado pode estar associado à etapa de divulgação do MVQC, com participações em feiras, encontros, palestras e outras ações, compondo assim uma faixa etária própria de quem está na academia desenvolvendo estudos na graduação, em programas de mestrado, doutorado, professores da rede pública de ensino e pesquisadores de grupos especializados. O que não invalida a presença de comunitários.

Vale ressaltar que os visitantes maiores de 60 anos, que em geral não têm proximidade com as soluções digitais, são os moradores do Cabula que contribuíram como coautores ainda no processo de construção do MVQC. Esses fizeram a visita guiada que significou o retorno da pesquisadora nas residências desses antigos moradores do bairro, não apenas para apresentar a versão do museu, mas, principalmente, para realizar a validação externa. As novas e ricas contribuições desses residentes antigos não foram registradas no museu de forma escrita, optou-se por gravar e disponibilizar trechos das falas ao longo da análise deste capítulo.

Sobre as localidades de origem dos visitantes, observa-se que procedem de comunidades e municípios variadas, como Feira de Santana/BA, Castro Alves/BA, Camaçari/BA, Lauro de Freitas/BA e Salvador/BA. Na capital, 11 visitantes moram nos “bairros” que compõe o grande Cabula, nos bairros de Pernambués,

Beiru/Tancredo Neves e Cabula. Esses dados relacionados ao perfil do visitante foram possíveis devido a ficha cadastral exigida para o acesso ao museu. São dados imprescindíveis para compreender o grau de implicação dos participantes e para caracterizar essa validação externa como mais uma etapa de construção colaborativa. Na sequência, serão apresentadas as relações entre as categorias de análises.

7.1.1 Museu Virtual X Rede Virtual

A categoria de análise rede virtual foi criada para atender a avaliação direcionada ao vínculo interativo WEB, a usabilidade do MVQC pelo visitante e a qualidade da representação digital. Tecendo uma análise generalizada o sistema pareceu se comportar adequadamente, mas foi perceptível a necessidade de ajustes para melhorar o acesso ao museu, a mobilidade do visitante no percurso de visita, a interatividade, dentre outras observações pontuadas a seguir.

a) Vínculo interativo WEB - Logo na fase inicial foi diagnosticado problema de acesso que remeteu à característica de vínculo interativo WEB, quando os primeiros visitantes enviaram feedbacks informando sobre a tentativa e fracasso no *download*/instalação do museu. O problema ocorreu em função da incompatibilidade de configuração dos computadores de alguns visitantes com o sistema disponibilizado. Diante da situação realizou-se um reparo imediato modificando, inclusive, o site que apresenta o museu. Assim sendo, exportamos o museu em duas versões, uma para computadores com sistema do Windows de 32 bits e outra para computadores com 64 bits. Dessa forma, o usuário passou a fazer download de acordo com a configuração do computador que estava usando.

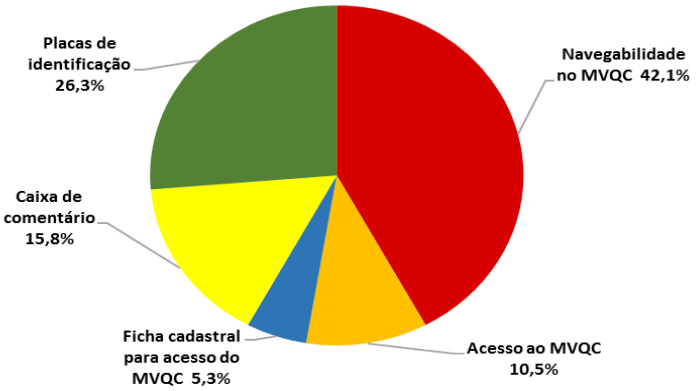
A partir dessas primeiras observações diagnosticamos duas limitações justificáveis do sistema. A primeira diz respeito a necessidade do download para o funcionamento do museu, estratégia arriscada e argumentada por alguns usuários como desmotivadora. De fato, o MVQC não foi projetado para um acesso direto na internet, pois, por ser um arquivo pesado poderia apresentar problemas de vínculos e não funcionar adequadamente, dependendo do suporte de conexão do usuário. Além disso, a proposta foi desenvolver um museu com e para as comunidades, logo, não se pode negligenciar os espaços com infraestrutura mais carente, onde a

conexão com a internet é rara ou inexistente, como as associações comunitárias, as escolas da rede pública municipal e estadual, dentre outros. Não obstante, o acesso ao museu via download possibilita que o arquivo possa ser transportado para esses espaços. Entretanto, assume-se o risco pelo desinteresse de acesso de muitos usuários pelo simples fato de ter que realizar o download.

A segunda limitação está relacionada ao sistema operacional. Até o momento, o museu só funciona em sistema Windows, limitando assim os usuários que têm computadores com sistemas operacionais da Macintosh e Linux. Para esse problema estamos realizando estudos na expectativa de que a segunda ou terceira versão do MVQC, a que será apresentada na defesa desta tese, seja possível uma adequação para outros sistemas operacionais.

b) Usabilidade no MVQC - Para analisar a usabilidade no MVQC utilizamos o instrumento de análise "reclame aqui", como foi mencionado no quadro 16 do capítulo anterior e registrado no anexo 17. Dos 39 visitantes do museu, 09 utilizaram o instrumento para apontar, de forma crítica, suas insatisfações e sugestões de melhorias quanto ao funcionamento do sistema e mobilidade no museu. Três visitantes registraram suas opiniões no espaço destinado a contribuição histórica, mas como correspondiam à categoria rede virtual decidimos considerar. Em meio a análise identificamos que todos os 12 visitantes realizaram o trajeto até o final, isso significa 30,76%, portanto, suas considerações são relevantes para essa pesquisa. De acordo com esses visitantes, alguns fatores representados abaixo dificultaram a mobilidade.

Gráfico 3: Problemas de usabilidade no MVQC



Fonte: Análise do MVQC, 2017.

Os dados apresentados no gráfico revelam que o problema de mobilidade mais significativo foi a ausência do cursor do mouse na representação museológica. De acordo com um dos visitantes: “A falta da seta é um fator preponderante para o usuário abandonar a aplicação. Pois deve ser considerado usuários que não possuem habilidade com computador! ” (Professor e geógrafo, 2017). De fato, como foi apontado pela maioria, fez-se necessário uma alteração na navegabilidade com a inserção do cursor como ajuste para segunda versão do MVQC.

Na sequência foi indicado que alguns trechos necessitavam de melhorias na identificação, tanto para sinalizar melhor os lugares e acervos, quanto para relacionar o passado histórico com a atualidade, como se nota no comentário de uma visitante, anexo 17: “Seria interessante colocar mais animações e placas nos caminhos como no trecho da ladeira do Cabula [...]. Reportar o público a reconhecer e identificar os lugares fazendo conexão entre o antigo e atual. (Museóloga, 2016).

Observação semelhante foi realizada pela historiadora ao sugerir que “em todas as placas que sinalizam os lugares onde está passeando, deveria não só remeter o nome antigo, mas, o nome atual. Isso serve de interação e que o visitante situe-se lembrando do local atualmente” (Historiadora, 2017). A pertinência das contribuições conduz a reflexão de que é importante situar o visitante nos espaços atuais e, portanto, inserir mais placas informativas que relacione o passado, representado no museu como início do século XIX, ao presente. É provável que esses fatores tenham contribuído para desistência de alguns visitantes logo na fase inicial do trajeto.

As demais insatisfações direcionadas ao acesso, ficha cadastral e caixas de comentários têm relação com os problemas de ordem técnica enfrentados logo na fase inicial da aplicação. As reclamações foram poucas porque necessitaram de intervenções imediatas para o funcionamento satisfatório do museu. Sobre a ficha cadastral, o visitante infere ser “desnecessário preencher todos os dados cada vez que acessar o museu virtual” (Professor de história, 2016). É preciso esclarecer que como se trata de uma pesquisa acadêmica o cadastramento dos dados foi utilizado para verificar o perfil das pessoas que se interessaram em acessar o museu, bem como acompanhar a sua trajetória durante a visita.

c) A qualidade da representação digital - significa a busca por atender, com clareza, o que está proposto no objetivo geral: desenvolver uma mediação na forma de Museu Virtual 3D do histórico quilombo do Cabula e das suas relações de resistência negra na localidade, integradas à proposta de mobilização do TBC. Se de fato o museu potencializa a mediação, e se o visitante está conseguindo fluidez e participação durante o trajeto, isso significa que está sendo alcançado a qualidade na representação digital. Nessa perspectiva, as subcategorias anteriormente analisadas de vínculo interativo web e usabilidade integram a busca pela qualidade, além disso, outros fatores apontados pelos visitantes também contribuirão.

É oportuno mencionar que nessa análise não daremos conta de todos os fatores necessários para alcançar a qualidade da representação digital, mas serão atendidas as principais demandas que os visitantes registraram para melhorar os aspectos gráficos, cognitivos e de teor histórico.

Para tal, foram consideradas dois tipos de participações: primeiro os comentários no instrumento “reclame aqui”, e segundo o mapeamento do trajeto realizado pelos visitantes, a partir do instrumento de rastreio com registro no banco de dados**,** cuja intenção foi verificar os atrativos da solução museológica que mais demandou comentários e sugestões de melhorias, também investigar os principais pontos de abandono do museu pelos visitantes, para então entender o que pode ter comprometido ou não a qualidade na representação digital.

Do total de 39 visitantes, identificamos que 30 fizeram o trajeto completo do MVQC, sendo 76,92% dos usuários. De acordo com os critérios de análise do quadro 16 (capítulo anterior), as observações desses serão validadas. As principais ocorrências estão presentes no gráfico abaixo.

Fonte: Análise do MVQC, 2017.

Os dados indicam que os pontos fulcrais para melhorar o desempenho da representação museológica estão na atualização da fonte nas caixas de textos e no aumento da interação dos personagens com os visitantes. Em relação a fonte/grafia dos textos, a percepção a respeito desse aspecto pode ser ilustrada com depoimentos de usuários o qual destacam que: “a fonte utilizada no hint das informações e no museu em geral não está de agradável leitura, pois já se entende que se trata de um período antigo e não seria uma fonte legível e moderna que iria descaracterizar o momento histórico” (Geógrafo, 2017). Pelo que se compreende, a tentativa de aproximação da grafia de época dificultou a leitura dos usuários, o que comprometeu a qualidade do MVQC. Outro comentário relacionado a essa questão indica que

> A fonte ou grafia que aparece neste Museu é de época. A impressão que dá é de caneta tinteiro. Até o número da fonte está perfeito! Porém, é necessário que se pense sobre a pessoa que possui dificuldade visual. Será que esta letra é compatível? (Historiadora, 2017).

As reflexões dos usuários são pertinentes, pois mesmo com a intenção de obter uma referência histórica com uso da grafia de época para fazer com que o visitante imergisse no momento histórico, ao que indicam, mais importante é a clareza e acessibilidade na representação. Não obstante, decidimos atualizar a grafia para a segunda versão do MVQC, buscando destacar os links de interação em vermelho, para que esteja mais visível aos usuários. Acredita-se que essa decisão por mudanças poderá instigar o aumento da interação, outro fator apontado como essencial pelos visitantes.

São variados aspectos que culminam no aperfeiçoamento da interação. No caso específico do MVQC, que compreende um trajeto longo, o principal ponto abordado pelos visitantes foi voltado para as relações dialógicas com os personagens, assim, podem ser elencados alguns comentários, como o da museóloga, ao sugerir que: “Seria interessante que os personagens interagissem com o público. Ao invés de ter somente textos, poderia ter personagens explicando e mostrando os espaços e as informações” (museóloga, 2016). Corroborando com essa proposta, outra visitante complementa e se mostrar preocupada com questões de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, e aconselha:

> Os personagens do Museu, além do texto que contém o diálogo, poderia ter um áudio com o mesmo texto. Assim, poderia ter uma outra opção de interação. Acredito, que o Museu poderá futuramente se adaptar para os portadores de necessidades especiais diversas. (Historiadora, 2017).

Essa mensagem de alerta da visitante pode ser notada em outro momento da visita ao museu, quando relata: “Gostei da movimentação das águas do rio. Porém, faltou o som das águas. Poderia ser o mesmo que toca na fonte do Queimado” (Historiadora, 2017). Para esses usuários, há necessidade de maior dinamismo na solução museológica, e o áudio ajudará na melhoria da qualidade da representação digital, como infere outro usuário, ao recomendar que “seria importante que existisse narrações dos principais personagens. Tornaria mais dinâmico. ” (Geógrafo, 2017). Em suma, foi constatado que é preciso aumentar a interação dos personagens e do próprio cenário com aqueles que pertencem ao século XXI. Todavia, como se trata de um trabalho técnico mais elaborado, que vislumbrara a contribuição de integrantes dos bairros que integram o grande Cabula, não será possível essa

modificação para a segunda versão do MVQC, pretende-se complementar com as narrações na versão a ser apresentada na defesa.

Prosseguindo com a análise sobre a qualidade da representação digital, identificamos alguns fatores que também foram citados como importantes, são relacionados ao alinhamento dos textos, inserção de personagens, árvores frutíferas nos caminhos do quilombo e alguns problemas gráficos. Em relação a inserção de personagens e animais durante o trajeto, pretende-se inclui-los já na segunda versão do MVQC, primeiro porque diz respeito à interação e caracterização dos espaços representados, principalmente na “fonte do queimado” e nas estradas do Cabula, como indicam os questionamentos dos visitantes.

> A autora Luciana Martins, cita no seu texto a presença de negros como carregadores de água. Contundo, não aparece os mesmos na fonte. Cadê os negros carregando água? Atualmente, passando pelas poucas fontes públicas de Salvador, notamos a presença de negros, tomando banho, carregando água entre outras necessidades. (Historiadora, 2017)

Outro usuário também comentou sobre a ausência de personagens históricos no mesmo cenário que outrora era frequentado por muitos negros e negras aguadeiros. E para respaldar sua informação, envia uma imagem da fonte do Queimado, datada de 1838, na qual mostra a movimentação local.

> Mandei em anexo na parte construa a sua história uma imagem de 1838 da fonte do queimado. Pois da forma que a fonte está posta no museu ficaram algumas lacunas como: os agentes que se beneficiavam da fonte, porque eles não estão representados nesse cenário (Lavadeiras, e carregadores de água de ganho com seus animais, crianças brincando ao redor etc.) ” (Estudante de história, 2017).

Além desses questionamentos, outros em menor quantidade, mas não menos importantes, referentes a elaboração de ficha técnica apresentando o acervo do museu, também sobre inserção de representação do momento de culto de matriz africana estarão presentes na versão final do museu, sendo fruto da criatividade, dos saberes e interações das pessoas que visitaram e participaram para tentar aperfeiçoar a representação do MVQC.

7.1.2 Museu Virtual X História Pública

O principal aporte da história pública, seu marco mais expressivo e o que a diferencia da forma clássica de historiografia é o seu caráter aplicável, seu senso de coautoria, compartilhamento e plurireferencialidade. Para Schittino (2016, p. 45), “tornar pública a história não é simplesmente tarefa de publicizar o conhecimento histórico. Como se o historiador público fosse uma espécie de divulgador, facilitador da produção acadêmica”. Tornar a história pública implica em assumir a postura de compartilhamento, de proporcionar a possibilidade de autonomia ao outro, é uma via de mão dupla entre a pesquisadora e seus públicos (visitantes/usuários).

Neste trabalho, a validação desses fatores será realizada levando em consideração os objetivos elencados no quadro 16 nos “indicadores sobre a categoria história pública” e nos critérios de análise, nos quais serão verificados:

- Se o visitante elaborou hipóteses relacionadas às temáticas discutidas no museu;
- Se contribuiu com imagens ou fontes históricas e analisou-as;
- Se apresentou concepções críticas em sua reflexão textual;
- Se construiu interpretação própria relacionado ao contexto apresentado.

Esses critérios auxiliarão na compreensão sobre a relação entre conhecimento acadêmico/saber comunitário, as estratégias de difusão do conhecimento, saber se houve colaboração da memória coletiva/interconexões entre os sujeitos do século XIX e XXI, construção coletiva da história e qualidade historiográfica do Acervo/Patrimônio Histórico. Para iniciar, é preciso elucidar que o instrumento de coleta de dados, utilizado no MVQC para essa categoria de análise, foi o link “Construa a história você mesmo! ”, socializado nas caixas de textos dos personagens e acervos importantes, e que serão verificadas apenas as questões problemas implementadas pelos personagens e/ou acervos que estão marcadas como categoria história pública (HP).

No total dos 39 visitantes desse primeiro ciclo, 08 participaram ativamente dos pontos de interação, isso significa 20,51%. A baixa porcentagem pode estar relacionada a variedade de pessoas que visitaram o museu, que na maior parte, desconhece ou conhece muito pouco sobre sua história. Poucas são as pessoas que conhecem e reconhecem o processo histórico de resistência negra no Brasil e na Bahia. Infelizmente, durante muitos anos, a historiografia e o ensino da história difundiram os aspectos culturais desses povos, mencionavam a condição da

escravidão, mas não debatiam sobre os conflitos, suas formas de sobrevivência e luta, mesmo que esses aspectos sejam atualmente característicos em práticas cotidianas das comunidades mais carentes de Salvador.

A intencionalidade da classe social hegemônica foi tentar silenciar as vozes, implantando uma difusão histórica na perspectiva dos grandes acontecimentos e valorizando os feitos e trajetórias das autoridades e figuras representativas. No Cabula, as comunidades tiveram receio ou desconheciam esse passado, porque o local sempre foi apontado pelas autoridades como área rústica e perigosa. A história local que melhor se adequava àqueles que partiram, no início do século XX, para tentar melhorar suas vidas, constituindo moradias no Cabula, foi o reconhecimento do passado recente, quando a localidade já se constituía como grande produtora de laranjas de umbigo, as quais ficaram famosas.

Com base nessa justificativa, não é de admirar que muitos participantes deixaram de contribuir por desconhecer a história. Destarte, os principais debatedores sobre aspectos do museu, principalmente os assuntos históricos, serão mesmo os acadêmicos, em especial os historiadores e estudantes de história, mas não se pode deixar de registrar que outros visitantes, embora de forma tímida, também contribuíram. O teor das contribuições variou, sendo algumas no formato de questionamentos aos personagens, como em um diálogo. Outras como complementação da proposta incitada nas questões-problemas dos pontos de interação. Algumas com indicação e até postagem de fontes históricas documentais, ratificando assim a eficácia da ideia defendida em prol da história pública, uma vez que muitas das contribuições estimularão mudanças no texto histórico para a versão final do museu. Em seguida, apresentaremos a análise das subcategorias.

a) Relação entre conhecimento acadêmico/saber comunitário e colaboração da memória coletiva/ Interconexões entre os sujeitos do século XIX e XXI – Ao analisar o teor histórico de algumas participações, notamos que o MVQC possibilitou a articulação entre o conhecimento acadêmico e saber comunitário, no momento em que visitantes se identificam com personagens e encontram relações possíveis, mesmo diante de temporalidades diferentes, como no convite feito por uma visitante à negra de ganho:

> Firmina, vamos formar um coletivo colaborativo de mulheres com outras ganhadeiras, onde todas contribuirão com as despesas do

> local que oferecerá diversos produtos e serviços: frutas, verduras, legumes, tecidos, bordados, quitutes, faxinas, etc., uma irmandade. (Artesã, 2016).

Esse diálogo revela a troca de saberes e as interconexões entre os sujeitos do século XIX e XXI. Se por um lado, a personagem que atua no ganho deseja informações sobre a possibilidade de aquisição da carta de liberdade, por outro, a visitante oferece parceria na atuação em colaboração, estratégia que está em voga na contemporaneidade. Cada uma no seu contexto, mas próximas pela atividade do microcomércio que desenvolvem e pelos desafios que enfrentam em meio a uma sociedade capitalista.

Outro dado que indica a potencialidade do MVQC para as relações que perpassam as barreiras da academia, diz respeito a experiência de vida, à contribuição da memória para aperfeiçoar e até modificar estudos. Nessa perspectiva, as antigas residentes da localidade, após realizar a visita guiada ao museu, forneceram seu parecer (registrado em áudio) sobre a pertinência da representação histórica articulada ao que vivenciaram no/do local.

Com base nesse argumento, D. Itana Maria Ribeiro das Neves (2016), makota (cuidadora do orixá – mãe que zela pelos orixás quando está no barracão") do terreiro de nação Angola, "Nzó Bakysê Sasaganzuá Gongará Kayango", que passou a habitar no Cabula no ano de 1963, aos 08 anos de idade, realizou o trajeto se identificando com vários trechos do museu, desde o largo da Soledade, uma vez que morou em um bairro próximo – a Liberdade, antiga Estrada das Boiadas -, até as comunidades do Cabula.

Sobre o trecho da Cruz do Cosme informou que, no local, havia um terreiro de candomblé da avó de santo da sua mãe, na localidade chamada popularmente de Floresta. De acordo com o depoimento, todo o trajeto da representação histórica, inclusive do quilombo, mostrou-se coerente com a memória da moradora, não só pelos aspectos espaciais e ambientais, com matas densas e pouca ocupação, mas, sobretudo, pelas características da vivência das pessoas que habitavam e do caráter de resistência da fé de matriz africana.

Corroborando com o relato de D. Itana das Neves, outra moradora antiga da localidade, D. Elenice Oliveira da Conceição (D. Nicinha), yalorixá do terreiro Olufanjá, localizado no Beiru, informou sobre as dificuldades de se chegar às comunidades do Cabula, ratificando que o caminho modelado apresentou coerência

com o que lembra da localidade antes da urbanização. Ressaltou que na antiga ladeira do Cabula, em um período antes da implantação do bonde, “o povo vinha a pé com baleio na cabeça pra pegar fruta cá em cima” (D. Nicinha, 2017). Nesse caso, Sr. Elias morador antigo que também participou da entrevista dialógica, sugeriu a inserção de personagens na subida da ladeira.

Sobre a coerência da representação histórica, em um ato de construir uma interpretação própria diante do contexto trabalhado, foi sugerido por Sr. Elias a inserção de uma breve explicação sobre a importância do negro Beiru como representante da resistência negra no Cabula. Embora esse personagem não integre o grupo de moradores que viveram no “quilombo” do Cabula, pois as raras informações advindas de escritos e tradição oral indicam que o negro Gbeiru viveu no final do século XIX, o antigo morador considerou imprescindível sua referência estar presente no museu virtual, e relata

> Na verdade, quando você vai buscando, o que algumas pessoas dizem é que por conta dessa invasão e tentativa de destruição, uma parte desses negros adentrou mais a mata e veio parar aqui. Aqui Beiru! As primeiras comunidades, os primeiros grupos que pararam aqui seriam fujões da primeira parte do quilombo do Cabula, ou seja, o Beiru seria uma zona de resistência daqueles que fugiram dos ataques... (Elias, 2017)

O negro Beiru é referência na localidade por dar prosseguimento ao caráter de resistência e por acolher negros fugidos da escravidão, Beiru faz parte dos conhecimentos prévios, pautadas nas informações difundidas pela tradição local. Nessa perspectiva, como argumenta o morador

> é que se faz essa ponte, não resguarda tanto a época pra até mostrar a importância que o bairro tem nesse contexto de quilombos mesmo, de remanescentes e até para as pessoas entenderem o valor do nome. Por conta disso, a gente faz esse resgate e agrega as informações. (Elias, 2017)

Com base nesse argumento, vamos inserir texto com informações sobre a importância do negro Beiru para a tradição e memória local. Além do reforço de complementação histórica, o que também indica a construção coletiva da história, muitos visitantes deixaram seus questionamentos nos pontos de interação, o que podemos supor ser um indício de que o museu aguça a curiosidade por

aprofundamento nos assuntos históricos, conforme podem ser verificados na próxima subcategoria.

b) Construção coletiva da história - O processo de coautoria se fez presente em variados aspectos do museu, desde as sugestões de melhorias do instrumento "reclame aqui" analisadas na categoria da rede virtual, até as compreensões e questionamentos sobre a produção histórica. De todos os pontos de interação voltados para instigar a história pública, raros foram os que não apresentaram participação dos visitantes, inclusive com divulgação e socialização de fontes históricas documentais e imagens. Isso além de enriquecer o debate historiográfico, colabora para melhorar a qualidade da solução digital cumprindo assim o papel defendido pela história pública de aplicabilidade e compartilhamento.

Ao que se nota pelas participações, os itens do acervo que mais despertaram a atenção e diálogo dos visitantes foram a negra de ganho Firmina, o convento da Soledade, a fonte do Queimado e o negro produtor e do ganho (Ver anexo 16). São personagens e patrimônios que compõem o contexto. Não obstante, algumas participações estabeleceram autêntico diálogo com o assunto instigado pelos personagens, como no exemplo de um visitante que problematizou a partir da situação da escravizada Firmina.

> Embora os escravos de ganho desejassem alcançar a liberdade formal do cativeiro por meio da carta de alforria, eles, por viverem se locomovendo pela cidade a mercadejar, experimentavam momentos de liberdade relativa, pois longe dos olhos de seus senhores podiam melhor organizar revoltas e motins, fazer circular informações em condições diferentes dos escravos dos engenhos, que viviam vigiados mais de perto por senhores e feitores. (Professor de história, 2016).

Nessa citação, ficou evidenciado que caso a proposta de diálogo fosse aberta, como em um fórum de debates, essa complementação poderia suscitar novas e instigantes discussões. No caso específico, o fato dos comentários e participações não ficarem visíveis aos outros visitantes, se configura como uma limitação que pretende ser sanada em uma versão mais avançada do MVQC. Em outros exemplos, quando o visitante não complementava a ideia sugerida na questão-problema, deixava seu registro com questionamentos e/ou satisfações aos personagens, como em um diálogo, como se nota no comentário de uma visitante ao

informar a negra Firmina: “quero comprar uma fruta do Cabula” (Professora de história, 2016).

Nos pontos de interação em que se convidou o visitante a participar com seus saberes e experiências, incluindo a socialização de imagens ou documentos, podemos observar que foi possível alcançar um retorno satisfatório, pois em alguns trechos, o visitante contribuiu para aperfeiçoar a representação histórica do museu, como também do acervo, como nos dados que seguem

> Já li em algum estudo que as fontes eram possíveis locais de encontro dos negros escravizados e libertos, lugar onde se comentavam os assuntos do dia a dia, onde se articulavam os motins e rebeliões. Pode-se afirmar que as fontes eram um importante espaço de sociabilidade para a população negra. (Jilmar, 2016)

Outro visitante, complementa essa ideia e disponibiliza uma imagem da fonte do Queimado em período remoto, para ajudar a melhorar a composição do cenário, e não foi o único a compartilhar imagens do local, o qual indica

> Segue em anexo uma imagem da fonte do queimado datada de 1838, que pode ajudar melhor a modelar e contar a história da fonte. Pois nos traz à luz dos fatos o processo, a funcionalidade, os agentes envolvidos, em tempo real, que no contexto atual não tem. (Estudante de história, 2017)

Diante dos argumentos apresentados pelos visitantes, decidimos modificar o cenário da fonte do Queimado e acrescentar personagens, mostrando um pouco dessa sociabilidade que fez parte da historicidade desse espaço público. É importante perceber que as interações de cunho histórico foram significativas para enriquecer o museu, sendo assim, não se pode deixar de mencionar alguns documentos postados que também passarão a integrar as próximas versões do museu, como a fonte documental sobre o bicentenário da Igreja da Soledade, pesquisado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção: Arquivos privados, fundo: Marieta Alves, pasta 14B. (Historiadora, 2017); a indicação do Jornal: *A Tarde* de 19.12.1998, arquivo pesquisado através do site da Gregório de Matos (Estudante de História, 2017). Imagem do bairro do Beiru no início da urbanização fornecida pela visitante que pesquisou no site: www.amoahistoriadesalvador.com. (Historiadora, 2016), dentre outras contribuições.

É possível que as interações no espaço do antigo quilombo do Cabula tenham sido menores que o trecho introdutório do museu, porque a historicidade e os dados apresentados sobre esse quilombo foram pouco explorados no campo historiográfico, significando assim um tema inédito para um público mais amplo. Todavia, como pode ser verificado, o MVQC atendeu aos critérios de análise descritos no quadro 16 sobre os indicadores da categoria história pública, quando se constatou a elaboração de hipóteses pelos visitantes, a socialização de imagens e fontes documentais coerentes às discussões textuais apresentadas, reflexão sobre o tema e elaboração de interpretação própria do contexto apresentado.

7.1.3 Museu Virtual X Turismo de Base Comunitária (TBC)

Para a análise direcionada à conscientização e mobilização do TBC, as principais questões são: o museu virtual provocou reflexões e criticidade sobre a comunidade do Cabula e/ou a comunidade do visitante? Essa solução mediadora ajudará as comunidades que desejam organizar o TBC? A difusão sobre a história do Cabula ajudou pessoas a pensarem e atuarem em outras comunidades?

As questões encontram-se associadas ás subcategorias sobre a participação comunitária do Cabula e região na construção e aplicação, a valorização da vivência e ativismo comunitário. Dito isto, iniciamos a análise por saber como comunitários do Cabula ajudaram no aperfeiçoamento do museu e na legitimação ou melhoria dessa solução mediadora.

a) Participação comunitária do Cabula e região na construção e aplicação – A participação da comunidade na construção do museu ficou comprovada durante todo processo. Na fase da composição do quarto capítulo, que discute os avanços e urbanização da localidade, foi imprescindível a participação dialógica dos agentes sociais que iniciaram a ocupação do local no período de declínio das grandes chácaras produtoras de laranjas. Áreas que, outrora, foram reconhecidas como povoados de resistência negra, paulatinamente, receberam moradores de outras partes da cidade em uma forma de ocupação espontânea e desordenada. Foram esses antigos moradores que contribuíram, por meio dos relatos de memórias, para que fosse possível um detalhamento do acervo, principalmente referente ao espaço, sociabilidades, meios de vivências, práticas e edificações que encontraram no local.

Tais participações já foram trabalhadas nesta tese, tanto no referido capítulo como na abordagem metodológica.

Nessa perspectiva, relacionada à fase de aplicação, destacamos a participação de comunitários do Cabula de duas formas. A primeira empreendida como diálogos de retornos do MVQC, quando a pesquisadora voltou a algumas residências desses antigos moradores para socializar o museu que ajudaram a construir, nesta tese estamos denominando de “visitas guiadas”. Dos 10 colaboradores da comunidade da fase de construção do museu, entramos em contato com todos, mas conseguimos agendar o retorno com apenas 03 residentes. Isso mostra que o tempo da comunidade não corresponde ao tempo demandado pela academia. Mesmo perante essa dificuldade na aplicação, constatamos que as contribuições legitimaram a autenticidade do MVQC, conforme pode ser observada na análise do tópico anterior sobre a relação entre conhecimento acadêmico/saber comunitário e colaboração da memória coletiva/ interconexões entre os sujeitos do século XIX e XXI.

A segunda forma de colaboração comunitária foi por meio do acesso ao museu de forma autônoma. Dos 39 visitantes, além dos 03 moradores antigos que realizaram a visita guiada, 07 indicaram endereços vinculados às comunidades que integram a grande área do Cabula, totalizando a participação de 10 comunitários, sendo 25,64%, a ser visualizado no gráfico que segue.

Como se observa a participação de comunitários, que deveriam ser os principais interessados na solução, nessa primeira fase de aplicação foi tímida. Isso pode ter sido ocasionado pela fraca divulgação do museu em função do pouco tempo para a finalização da pesquisa. As escolas seriam as principais difusoras deste trabalho, mas a primeira versão só foi lançada no final do ano de 2016 (novembro), período de fechamento do ano letivo das instituições de ensino básico e superior, início de férias escolares. A falta de tempo para uma aplicação mais estendida prejudicou a aquisição dos dados quantitativos, mas não influenciou na qualidade das participações – dados qualitativos).

Pretende-se ampliar essa participação comunitária com o convite ao grupo da rádio Web do Colégio Roberto Santos – Cabula, para narrar as vozes dos personagens principais do museu, correspondendo às sugestões fornecidas pelos visitantes e registrado no tópico sobre rede virtual. Além dessa ação, novas propostas de divulgação são almejadas para contemplar a terceira versão do MVQC,

pois defende-se que essa solução poderá ser utilizada pelas escolas da localidade, bem como por grupos que estão organizando o TBC na área do Cabula, com roteiros executados e receptivos com hospedagem domiciliar no Beiru, Horto do Cabula – Mata Escura e Pernambués.

b) Valorização da vivência e ativismo comunitário - Uma das premissas do TBC diz respeito a valorização da vivência comunitária por aqueles que habitam e atuam em prol da melhoria do coletivo. Nesse contexto, o conhecimento e apropriação da história local é primordial e não há pretensão de que os visitantes identifiquem apenas a historicidade do Cabula, mas que possam tecer associações críticas com outras histórias de lutas e resistências de classes sociais, inclusive com a de seu local de vivência e atuação, para que signifiquem as possíveis relações entre passado e presente.

No trajeto de visita ao MVQC nota-se que ocorreram momentos em que visitantes demonstraram o sentimento de identificação e senso crítico ao relacionar passado e presente, como já foi analisado no subcapítulo sobre rede virtual - qualidade da representação digital -, e na colaboração de outros quando associa a conjuntura histórica do museu ao movimento de luta da sua comunidade em específico, como no comentário abaixo

> Eu moro atualmente no bairro de Vista Alegre, mas que no passado especificamente no século XIX, era a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, uma região que tinha muitos rios e árvores frutíferas, banhada pelo mar da Bahia de Todos os Santos. Onde nessa região a principal atividade econômica desenvolvida era a plantação de cana para a fabricação do açúcar. Logo, era uma região que tinha uma grande quantidade de negros escravizados nas lavouras. Não é à toa que lá tem atualmente um bairro com focos de povos quilombolas, remanescente de quilombos, formando o Quilombo do Macaco. (Estudante de história, 2017)

Ao que indica o comentário do usuário, a solução museológica o instigou a pensar historicamente sobre sua comunidade. Perante essa análise, verifica-se que a proposta do museu com seus debates, além de mostrar o contexto do início do século XIX, fez os sujeitos refletirem sobre sua atual condição na contemporaneidade. Destarte, dos critérios elencados no quadro 16 do capítulo 6 dos indicadores da categoria de análise TBC, podemos apontar que na primeira versão do museu alguns critérios foram atendidos, uma vez que alguns visitantes

associaram o momento remoto ao contemporâneo de forma crítica, e houve comentários relativos a outras comunidades com princípios e historicidades próximas.

Entretanto, outros critérios ainda não foram alcançados nessa versão, como a oferta de sugestões dos visitantes para valorização local; apresentação de projetos de estudo/ação sobre o saber, história, cultura, desenvolvimento local e a criação de referências, atrativos, roteiros, possibilidade de receptivo, outras situações ligadas ao turismo, valorização e autoestima comunitária. Essas pendências revelam a carência e limitação na difusão da solução museológica na comunidade do Cabula.

7.1.4 Museu Virtual X Socioconstrutivismo

A teoria socioconstrutivista permeia toda concepção do MVQC, iniciando na fase de pesquisas e construção até esse momento da aplicação. É esse o princípio basilar desta tese, pois encontramos implicados nele o dialogismo/polifonia, a colaboração, interatividade e mediação da aprendizagem, características que já foram analisadas ao longo das discussões sobre a rede virtual, história pública e TBC.

No socioconstrutivismo o conhecimento é proveniente do conjunto de ações e operações conceituais fruto da experiência e experimentação dos indivíduos. (BOIKO e ZAMBERLAN, 2001). Nesse caso, imergir no museu que contextualiza o início do século XIX possibilita compreender sobre práticas, vivências e conflitos enfrentados pelos sujeitos sociais daquele momento histórico, mas oferece a oportunidade, através dos elos dialógicos, de reflexões sobre nossas questões contemporâneas, porque o visitante que imerge busca identificações, indícios de pertencimento à história socializada.

A proposta do dialogismo e polifonia bakhitiniana reforça a ideia de autonomia e independência interior dos personagens históricos, que expuseram aos visitantes a sua realidade e significação recorrendo às suas tradições, culturas e historicidades, como se percebe no depoimento que segue

> Considerei muito interessante a proposta, que apesar de precisar de aprimoramentos, está trazendo à luz uma parte significativa da história do quilombo do cabula. Fiquei impressionada com os caminhos percorridos, o respeito aos personagens, a trilha sonora. (Museóloga, 2016).

A legitimação do acervo museológico foi também confirmada pelos depoimentos de antigos moradores da localidade, como foi analisado nos tópicos anteriores. De tal maneira, que como foi visto, houve uma demanda considerável, por parte dos visitantes, em dinamizar mais o museu, aumentando a interação através da disponibilização de narrações dos principais personagens. São as vozes dos que foram silenciados durante séculos pela historiografia oficial.

A colaboração e interatividade fez o entrelaçamento das vivências pois, se por um lado o museu mostrou a história regressa de trechos da cidade do Salvador, por outro, apresentou propostas e ofereceu espaços para relatos de experiências e conhecimentos prévios dos visitantes, em uma relação direta entre acervos (cenários e personagens) com seus usuários, o que significa ser o MVQC uma solução mediadora autônoma de aprendizagens, na qual coube a pesquisadora a função de planejar, desenvolver em colaboração, observar e promover desafios.

Pretende-se, com isso, dizer que a partir desse momento da aplicação as futuras relações dos visitantes e seus usos do museu independem da atuação da pesquisadora, uma vez que o espaço do museu já realiza essa mediação entre os personagens históricos que informam e instigam um diálogo e os visitantes do século XIX, que colaboram fortalecendo a construção com suas considerações textuais, envios de documentos e imagens. Em suma, na concepção epistemológica socioconstrutivista a aprendizagem não é mais localizada apenas nas mentes dos sujeitos sociais, mas se constitui em meio aos contextos, relacionamentos e interações.

7.1.5 Resultados do Primeiro Ciclo da Aplicação

A primeira fase da aplicação, com a colaboração dos visitantes, conduziu a alguns ajustes possíveis no MVQC para o lançamento da segunda versão. Neste tópico serão apresentadas as principais mudanças que foram sinalizadas ao longo da análise deste capítulo e que optamos por sistematizá-las:

● Na categoria de análise rede virtual uma das principais limitações diagnosticada foi o sistema operacional atender somente aos computadores com Windows. Foi possível, para o segundo ciclo de aplicação, disponibilizar versões do MVQC para

máquinas com sistemas operacionais da Macintosh e Linux, como indica a imagem do site.

Figura 26– Layout do site do MVQC – Download

Fonte: MVQC, 2017.

Sobre essas novas variantes, é importante registrar que as informações, participações e reclamações são encaminhadas para os mesmos bancos de dados, uma vez que neste trabalho não interessa saber o sistema operacional utilizado pelos usuários, mas sim seu teor de contribuição e interação.

Prosseguindo com as modificações vinculadas à rede virtual, dessa vez com a subcategoria usabilidade no MVQC, os fatores apontados pelos visitantes que mais dificultaram a mobilidade no museu foram ausência do cursor e de placas informativas, de maneira a reconhecer e identificar os lugares fazendo conexões entre o antigo e atual. As pertinentes demandas dos usuários conduziram às modificações indicadas abaixo.

Figura 27 – Mudanças na mobilidade no MVQC – Inserção do cursor – Primeira versão – sem cursor

Fonte: Fonte: MVQC, 2017.

Figura 28 – Mudanças na mobilidade no MVQC – Inserção do cursor – Segunda versão – sem cursor

Fonte: MVQC, 2017.

Acreditamos que a partir dessa mudança os visitantes sintam-se mais seguros ao transitar no museu, de maneira a reduzir o índice de abandono na fase inicial da visita. Sobre as placas informativas, optamos por modificá-las na terceira versão do museu, pois além da inserção de placas de localização dos lugares relacionando-os a atualidade, pretendemos colocar imagens atuais de variados pontos. Como essa atividade de coleta de novos dados necessita de tempo, não estará pronta para a segunda versão.

Para melhorar a qualidade da representação digital, terceira subcategoria da rede virtual, decidimos por modificar o tipo de fonte na segunda versão. Como averiguado no tópico 7.1.1, a tentativa de aproximação da grafia de época dificultou a leitura dos usuários, o que comprometeu a qualidade do MVQC. Sendo assim, modificamos para uma fonte/grafia mais legível e aproveitamos para fornecer maior visibilidade aos links de interação do interior das caixas de diálogos, destacando-os em vermelho.

Outra importante orientação realizada pelos visitantes foi quanto o aumento da interatividade, com sugestões voltadas para relações dialógicas narradas, e não somente no formato textual, como se apresentou na primeira versão, inserção de sons característicos dos trechos de interação, de animais e personagens históricos para complementação dos cenários e estradas. Cogitou-se ainda na elaboração de fichas técnicas com informações sobre o acervo e de representação do momento de culto de matriz africana.

De todos os fatores indicados para melhorar a qualidade da representação digital, nem todos foram possíveis de atendermos para a segunda versão, sendo os dois últimos e a narração dos personagens principais para tentarmos apresentar na terceira versão. Na segunda versão, conseguimos incluir sons, alguns personagens e animais, como podem ser observados na imagem.

Figura 29 – Mudanças para melhorar a qualidade da representação digital do MVQC – Inserção de personagens.

Primeira versão – Cenários sem personagens

Segunda versão – Cenário com os personagens

Fonte: MVQC, 2017.

Figura 30 – Mudanças para melhorar a qualidade da representação digital do MVQC – Inserção de personagens.

Primeira versão – Cenários sem animais

Segunda versão – Cenários com animais

Fonte: MVQC, 2017.

Conforme observamos nas imagens, no total, foram acrescentados os seguintes personagens: dois negros no Largo da Soledade; dois aguadeiros e uma negra com pote na cabeça na fonte do queimado; um índio saindo da mata e alguns negros nas estradas. Sobre os animais, as figuras representam apenas uma parte dos animais incluídos, sendo: cobras, pássaros, galinhas nas comunidades, vacas e bois nas estradas e jumentos. Pretende-se acrescentar alguns animais na versão final.

● Na categoria história pública, poucas foram as mudanças sugeridas pelos participantes e coautores do desenvolvimento do museu. Dessas, foram indicadas inserção de personagens negros com balaios sobre cabeça, pelo menos dois, na subida da antiga ladeira do Cabula; informações sobre o negro Gbeiru, mesmo que este não fizesse parte daquele contexto histórico e disponibilização de novas fontes históricas documentais, que foram enviadas pelos próprios visitantes do museu. Como complementação, almeja-se melhorar algumas informações sobre a antiga ladeira do Cabula, lacuna sinalizada por visitantes e inclusão de árvores da região em outros pontos do quilombo. Vale ressaltar que as modificações pretendidas não farão parte da segunda versão, pois requer um tempo para aperfeiçoar pesquisas e ajustar as informações no museu.

● Na categoria TBC, constatamos que a participação da comunidade com acesso ao museu foi fraca. Não houve tempo hábil para um trabalho de divulgação nos centros e associações comunitárias, nem nas escolas da localidade. Como tentativa de solucionar essa pendência, pensamos em duas estratégias: a primeira, o convite ao grupo de alunos do Colégio Estadual Roberto Santos - Cabula, que

desenvolveram na unidade escolar uma rádio Web, fruto do esforço, pesquisa e orientação da Dra. Josefa Santana Lima[50], para narrarem as falas dos principais personagens do MVQC. Esses alunos, moradores do Cabula, aceitaram participar do aperfeiçoamento do museu, e iniciaram as atividades (ver anexo 20).

Por ser uma atividade mais demorada e que precisa de ajustes técnicos mais detalhados para que os áudios sejam inseridos no museu, essa contribuição só poderá estar finalizada na terceira versão do MVQC. A segunda estratégia é pensar na divulgação do museu nas instituições educacionais do bairro, mas esse planejamento só poderá ser efetivado após a defesa desta tese, devido ao escasso tempo para finalização dessa etapa do trabalho. Visamos, com isso, diminuir a carência de conhecimento histórico na/da comunidade do Cabula.

7.2 ANÁLISE DO SEGUNDO CICLO DE APLICAÇÃO

Esse ciclo de aplicação iniciou após alguns ajustes da primeira versão e com o lançamento da segunda versão do MVQC. Contou com um período curto de apenas 25 dias, a partir do dia 06 de fevereiro de 2017. Por isso, a análise realizada não alcançará o aprofundamento empregado no ciclo anterior. Pretende-se neste subcapítulo, sistematizar as principais ocorrências e contribuições dos visitantes.

No total foram 12 (doze) participantes desse segundo ciclo de aplicação, com profissão/atuação e faixa etária próximas ao público anterior, com residências em locais variados, como Brotas, Ribeira, Vasco da Gama, Plataforma, Liberdade, Politeama, Engenho Velho da Federação dentre outras. Nesse ciclo, nenhum participante do Cabula.

Tabela 4 – Segundo Ciclo de aplicação –
Perfil dos visitantes do MVQC - Profissões que exercem

Profissões	**Total**
Auditor	01
Auxiliar	01
Estudante / Estudante de história	04

[50] Educação praxiofônica na web: construindo a sintonia com o conhecimento de forma colaborativa.

Geógrafo	01
Motorista de ônibus	01
Museóloga (o) ou estudante	01
Professor (a)	03

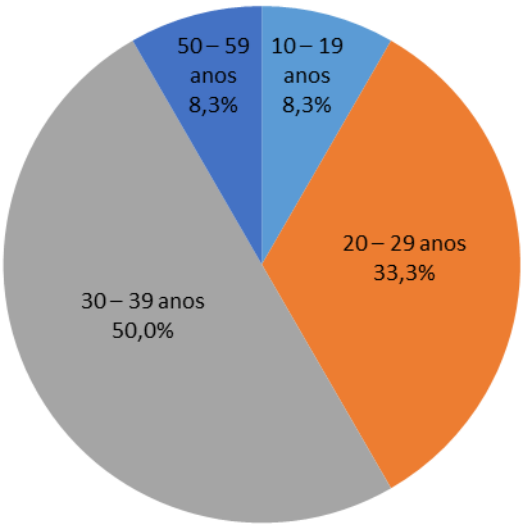
Pelo que indica a tabela, o público que mais acessou e participou do MVQC foi dos estudantes, principalmente os que cursam história, seguidos pelos professores, dentre os quais, alguns são historiadores. No entanto, ainda que em menor quantidade, a participação e visita de sujeitos pertencentes a outras atuações já demonstra um ganho considerável para o campo da história pública, pois é um sinal de que os espaços que trabalham aspectos da história social e memória, começam a despertar interesse em públicos mais amplos.

Referente a faixa etária desse público, ratifica-se os dados da primeira aplicação do museu, ao observar que os visitantes que mais visitaram o museu, fazendo o trajeto completo, está na faixa entre 30 a 39 anos.

Tabela 5 – Segundo Ciclo de aplicação –
Perfil dos visitantes do MVQC - faixa etária

Faixa etária	**Quantidade de participantes**
10 – 19 anos	01
20 – 29 anos	04
30 – 39 anos	06
40 – 49 anos	0
50 – 59 anos	01
Maiores de 60 anos	0

Gráfico 07: Perfil dos visitantes por faixa etária - Segundo ciclo



Fonte: Análise do MVQC, 2017.

Como se nota, foi significativa a participação de pessoas mais maduras, seguidos pelos jovens que aumentaram o índice de visitas nesta versão, provavelmente pelo trabalho de divulgação nos eventos de teor acadêmico. É possível que sejam esses estudantes e professores os que utilizarão o museu com mais afinco, embora o enfoque principal seja para os grupos de TBC que estão em processo de mobilização e organização atualmente.

7.2.1 Sistematização das colaborações para categoria rede virtual

Sobre as subcategorias de análise pertencentes a rede virtual, a saber: vinculo interativo web, usabilidade e qualidade da representação digital. A que mais instigou comentários e sugestões dos visitantes dessa etapa, foi referente a última subcategoria. Acreditamos que os ajustes realizados para a segunda versão resolveram os problemas ligados ao vínculo interativo e usabilidade. Muitas foram as sugestões ofertadas para melhorar aspectos no MVQC, que podem ser observadas no gráfico abaixo.

Tabela 6 – Segundo ciclo - qualidade da representação digital

Sugestões	Ocorrências	Percentual
Acrescentar ervas medicinais no trajeto	3	4,6%
Acrescentar informações sobre o negro Beiru	1	1,5%
Árvores frutíferas nas comunidades e estradas	6	9,2%
Aumentar interação	10	15,4%
Evitar preenchimento do formulário em todos os acessos	1	1,5%
Inserir outros animais nas estradas e rios	9	13,8%
Inserir personagens nas estradas	7	10,8%
Inserir e significar personagens no largo/rio Saboreiro	7	10,8%
Mapa de cada espaço de interação	1	1,5%
Melhorar informações sobre trechos do trajeto	12	18,5%
Melhorar placas informativas	4	6,2%
Organização textual justificar texto introdutório	3	4,6%
Retificar problema de sistema	1	1,5%
Total	65	100,0%

Analisando as informações contidas, verificamos que nessa segunda versão do museu, as principais pendencias a serem sanadas no intuito de garantir a melhoria na representação digital estão vinculadas ao teor informativo e interativo. Portanto, é preciso melhorar informações sobre trechos dos trajetos do MVQC. Os participantes mencionaram que é prioritário a inserção de mais informações e discussões históricas sobre alguns trajetos. Os principais trechos citados foram: a Rua Cristiano Buys - a antiga Ladeira que dava acesso a localidade do Cabula -, o campo do rio Camarajipe, que mais tarde se constituirá na avenida de vale Barros Reis e as terras dos padres Bentos. Como se observa nos questionamentos que seguem:

- “Por que Terras dos Padres Bentos? Qual fonte histórica? ” (Historiador, 2017).
- “Terras dos padres bentos, como assim? ” (Estudante de humanidades, 2017
- “Nome desta região? Avenida Barros Reis? ” (Historiador, 2017)
- “Por que Cristiano Buys? ” (Historiador, 2017)

Tais questionamentos nos fizeram refletir, inicialmente, sobre como é positivo o interesse dos visitantes em conhecer mais sobre os locais e trajetos que atualmente despertam significado para a cidade. Nessa perspectiva, é de fundamental importância atender aos anseios e questionamentos aqui expostos.

Seguindo com a análise da tabela, uma das principais reclamações foi em prol do aumento da interatividade. Isso implica em não utilizarmos apenas a

estratégia dialógica por meios textuais. A grande maioria dos visitantes que interagiram utilizando o instrumento “reclame aqui”, tanto da primeira aplicação, quanto da segunda, sinalizaram que a simples oferta do diálogo dos personagens principais na forma narrativa auxiliará na qualidade da representação digital. Como se observa nos comentários:

- “Os personagens principais deveriam ter áudio, isto deixaria o Museu, mais dinâmico”. (Motorista, 2017);
- “Os textos ficaram muito longos para leitura, poderia ter personagens principais falando”. (Motorista, 2017)
-“Os personagens principais, deveriam ter áudio, pois, textos longos se tornam cansativos”. (Estudante de humanidades)
- “Os personagens principais, poderiam ter áudio. Os textos estão longos. Penso, num público que não gosta de ler”. (Estudante de Museologia)
- “Os personagens principais deste Museu deveria ter um áudio ao invés de texto. Ficaria dinâmico e divertido! ” (Historiador, 2017).

As justificativas para adequação são variadas, textos longos e cansativos, pensar em públicos que não gostam de ler, melhorar dinamismo e tornar a solução mais divertida. Resumindo, como essas questões vêm sendo postas desde a primeira etapa, reafirmamos aqui que adaptaremos à linguagem oral para a terceira versão do museu, na expectativa de atingir e expandir as discussões históricas para públicos mais amplos.

Na sequência, percebemos foi mantida a petição por inserir outros animais nas estradas e rios. Para a segunda versão já foi realizada inserção de alguns animais, mas ao que indica os comentários dos visitantes, faz-se necessário novas inserções. De acordo com as questões levantadas, a principal carência foi por peixes nos rios, comprovado nos questionamentos a seguir:

- “Senti falta de animais, como: peixes, mariscos e burros com a carga de água”. (Motorista, 2017)
- “Não existia vida neste rio? “ (Geógrafo, 2017)
- “Ausência de animais terrestres, como um burro carregando água. E peixes, neste rio já que existe um negro com uma rede [...]. Senti falta de peixes e pessoas praticando atividades diárias neste rio. Vamos movimentar a região! ” (Estudante de humanidades, 2017). Em suma, formam variados os questionamentos e, portanto, buscaremos atender.

Dando prosseguimento a essa lógica, também já incluímos alguns personagens nas estradas. Entretanto, a partir das participações, pretende-se incluir outros, principalmente subindo a ladeira do Cabula, conforme indicações desde o primeiro ciclo de aplicação. Não iremos colocar muitos outros personagens, pois como se trata de áreas de resistências de negros libertos que muitas vezes acolhiam escravizados, com suas moradas ocultas, a movimentação nas estradas não era intensa, pelo contrário, eram estradas desertas.

Pensando nesse âmbito, alguns trechos ficaram sem ocupação aparente, um dos casos foi o trecho inicial do Saboeiro. No entanto, visitantes criticaram o aparente abandono e ausência de personagens históricos próximos aos casebres e rio Saboeiro. De fato, nota-se que esse ponto de interação não agradou aos visitantes. Ficou sem uma contextualização mais adequada, portanto, intenciona-se modelar e acrescentar animais e personagens simulando rito da crença de matriz africana, próximo ao rio, como sugere o visitante:

- “Faltou negros fazendo seus despachos nas aguas. Já que possui um texto falando da importância da mesma”. (Historiador, 2017).

Outro frequente crítica foi quanto a inserção de Árvores frutíferas, próprias do Cabula, nas comunidades e estradas. Tal requisição fora feita desde a aplicação da primeira versão, como não foi possível atender para o lançamento dessa segunda versão, repetiu-se, dessa vez com mais ímpeto, como na participação do antigo morador, que ressalta: “senti falta de árvores frutíferas, tipo: laranjeira, mangabeira, goiabeira, licurizeiro, jaqueira, entre outras. Esta região era rica em frutas! ”. Pretende-se solucionar essa pendência na terceira versão do MVQC.

Do mesmo modo, a atividade de melhoria das placas que indicam locais no museu já foi iniciada. Na percepção dos visitantes ainda faltam algumas identificações como infere: “Onde está o bairro de Pernambués e São Gonçalo? ” (Historiador, 2017). As localidades da Baixa de Quinta, Pernambués, São Gonçalo, dentre outras, serão complementadas na versão final do museu.

Dando continuidade à análise na busca pela qualidade da representação digital, notamos que foram poucos as sugestões de inserção de ervas medicinais e ritualísticas nos trajetos da área quilombola, apenas 4,6%. Mas consideramos uma demanda importante, por perceber que também os antigos moradores relataram a riqueza em quantidade e variedade de tais ervas, ainda na fase de construção do museu. Informação que foi reforçada a partir do comentário de um visitante que foi

morador da localidade: “Senti falta de ervas medicinais, pois, existiam muitas, dentre elas: maria preta, alumã, tapete de oxalá, mastruz, dentre outras” (motorista, 2017). Infelizmente não será possível pesquisar informações sobre tais ervas e suas funcionalidades, e modelar a tempo de ser inserido no museu para defesa.

Por fim, apenas um visitante, antigo morador, fez referência a necessidade de saber e encontrar informações sobre o negro Beiru no museu. Essa solicitação será atendida, como já planejávamos desde os comentários dos colaboradores, que ao realizar a visita guiada, notaram e reafirmaram a necessidade de apresentação desse personagem histórico, mesmo pertencendo a uma temporalidade diferente da abordada.

Mesmo com todas as observações, e ciente de que os ajustes serão necessários, conclui-se que a representação socializada foi validada pelo público mais amplo, principalmente no que diz respeito a historicidade do Cabula, conforme relata um dos visitantes: “as estradas em si, lembra bem como era quando cheguei com a minha família já no final da década de 70. Parabéns! ” (Motorista, 2017). E como complementa outro visitante: “ A distância de uma localidade para outra, mostra que a geografia foi praticada ao pé da letra neste Museu. Parabéns ao geógrafo! ”. São aproximações que fornecem significado a história local e principalmente potencializam o diálogo e relações entre presente e passado.

7.2.2 Sistematização das colaborações para categoria história pública

Sobre a relação entre conhecimento acadêmico/saber comunitário e estratégias de difusão do conhecimento, isso é, saber se houve colaboração da memória coletiva/ interconexões entre os sujeitos do século XIX e XXI, concluímos que esse movimento e dinamismo, que é defendido pela dimensão da história pública e que tem respaldo no socioconstrutivismo, ocorre naturalmente e constantemente. Sobretudo quando há um esforço em compreender as discussões históricas, a tendência é estabelecer um raciocínio pautado nas aproximações contextuais, ou de aprendizagens adquiridas no meio de vivência.

No que tange aos diálogos aludidos no museu, foi perceptível essa tentativa de aproximações em algumas situações, de forma que comprova que no campo do conhecimento não há barreiras de instituições acadêmicas. Assim, ao dialogar com a negra Firmina, que estava a mercadejar no início do século XIX, intencionando a

aquisição da carta de liberdade, um visitante, que aparentemente não tem aprofundamento nas discussões históricas, se esforçou na missão de ajudar a personagem, ao deduzir que:

> No filme 12 anos de escravidão de Steve McQueen, é retratado outra forma de conseguir a carta de alforria que era através de um benfeitor que quitava a dívida do escravo e em troca este trabalhava gratuitamente por um tempo determinado para seu fiador. (O Estudante, 2017).

Foram variadas as formas e estratégias de pleitear a carta de liberdade, isso significa dizer que, embora o visitante tenha buscado uma realidade contextual de um outros país, de outra forma de relações escravistas, não desqualifica a participação dele na busca em ajudar a personagem, pelo contrário, é possível que essa forma de submissão a outrem, seja uma das estratégias utilizadas pelos negros que almejavam a aquisição da liberdade. Por outro lado, outra visitante apresenta uma contribuição, supostamente embasada, mas que caberia um diálogo se o espaço do museu fosse mais aberto.

> Escravos que almejavam a liberdade podiam adquirir empréstimos para pagarem aos senhores o valor esperado para alforria; contudo, contrair dívidas é um tanto quanto perigoso quando se leva em consideração os poucos recursos permitidos aos escravos. Outra opção seria a tentativa de fugir e a formação de quilombos*, ambas sem respaldos legislativos. Quando as tentativas falhavam os escravos sofriam graves punições, mas se conseguissem êxito, ainda assim tinham que se preocupar com possíveis tentativas de “resgate” de seus senhores. Muitos escravos africanos reagiram à opressão imposta pelo sistema escravista por meio de rebeliões, abortos, suicídios e fugas. * Segundo Johncy de Pádua e Sheldon P. de Assis, a palavra “quilombo” significa “acampamento na maioria das línguas bantas da África Central e Centro-Ocidental.”. Referência: PÁDUA, JOHNCY; ASSIS, S.P. História do Brasil. São Paulo: Sistema Coc de Ensino. p. 34,35. (A Estudante, 2017)

O importante nas experiências citadas é perceber que o espaço do museu instiga o pensar histórico, pois foi lançado um problema concreto enfrentado pelos sujeitos do início do século XIX, para fazer com que os sujeitos do século XXI refletissem sobre processos e sociabilidades que não devem ser ofuscadas pelas sociedades contemporâneas.

Em outros momentos da análise do primeiro e desse segundo ciclo, ficou claro a interação de públicos que não são necessariamente do campo da história, demonstrando saberes que significaram a construção desta produção histórica na tese e na solução museu virtual, dito isto, apenas reforçamos a importância do historiador como mediador e organizador do processo produtivo.

No que compete à construção coletiva da história, para essa segunda etapa, percebemos contribuições no sentido de encaminhamento de imagens antigas dos monumentos, principalmente da fonte do queimado e convento da Soledade. Completa-se com a ampliação/complementariedade das ideias incitadas, inicialmente, nos espaços interativos do museu. Assim como na etapa anterior, as principais colaborações ocorreram no trecho introdutório - de contexto geral -, principalmente no acesso à negra ganhadora Firmina, na fonte do queimado, nos diálogos com o negro ganhador e músico. Não registramos diálogos com os personagens e artefatos do quilombo.

As contribuições de complementariedade das informações apresentadas se caracterizaram como pouco dialógicas, já que não se percebe uma proximidade do visitante com o personagem, diferente das participações do primeiro ciclo, como se nota na informação deixada por um visitante na Cruz do Cosme,

> A cultura negra até o século xix era tida como herege e como atrasada. Seus praticantes sofriam perseguições por não aceitarem os princípios eclesiásticos impostos pelo Cristianismo. A música negra fundou bases para os mais diversos gêneros musicais conhecidos hoje no Brasil. O samba, maculelê e maxixe são as principais formas de expressão musical trazidas pelos africanos. Não só no Brasil, mas em todo o mundo, a musica negra é altamente influente para o meio artístico, e deu origem aos ritmos mais aclamados mundialmente, o rock e soul music. Referência: http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria. (A estudante, 2017).

A relação de distanciamento compromete a relação entre visitante e personagem, mas continua a atender à história pública, uma vez que houve a contribuições para ampliação do contexto sócio-histórico do início do século XIX.

7.2.3 Sistematização das colaborações para categoria TBC

Reafirmando as questões que nortearam a investigação das ações dos visitantes vinculada à mobilização do TBC, temos: o museu virtual provocou reflexões e criticidade sobre a comunidade do Cabula e/ou a comunidade do visitante? A solução mediadora contribuirá com comunidades que desejam organizar o TBC? A difusão sobre a história do Cabula ajudou pessoas a pensarem e atuarem em outras comunidades?

Respondendo ao primeiro questionamento, averiguamos que alguns visitantes refletiram e aprenderam sobre a história de Salvador e especialmente do Cabula, principalmente referindo-se aos aspectos de sociabilidades e vivência em uma cidade com urbanização em estágio inicial. No entanto, as principais contribuições dessa segunda aplicação foram direcionadas ao olhar para o seu lugar, como na socialização realizada por um usuário:

> O bairro do Engenho Velho da Federação até o século XIX era um engenho de cana de açúcar, por isso leva este nome. No final do século XIX as terras do engenho foram compradas e depois loteadas entre as famílias da aristocracia baiana que pouco a pouco foi deixando o local, enquanto uma população mais pobre ocupava a área. Nesse período o bairro não possuía área asfaltada, água encanada, luz elétrica e as casas eram de taipa. Negro refugiados de outras fazendas, vinham para cá e permaneciam enquanto durava a colheita das lavouras e quando acabavam iam para o Terreiro de Bogum. Em 2005 o governo federal reconheceu o bairro Engenho Velho da Federação como um Quilombo urbano, afinal a região possui história de resistência da herança afro-brasileira. (O estudante, 2017).

De acordo com a contribuição, é perceptível o esforço do estudante em tecer associações críticas com outra história de luta e resistência em conjuntura próxima ao que foi apresentada no museu. Aborda-se a história do seu local de vivência, mas conectado ao Cabula, concluindo que na realidade a questão é mais ampla, não se restringe às temáticas particularizadas, porque trabalhamos na concepção dialética quem que a conjuntura geral e especifica estão implicadas.

Sobre a colaboração da solução mediadora para atender às comunidades que desejam organizar o TBC, continuamos notando que não houve interesse revelado pelos visitantes dessa segunda etapa, assim como ocorreu na primeira aplicação. Isso pode ser em função do público prioritário desses dois momentos, isto é, a

maioria professores e estudantes. Pelo que se conclui, as comunidades do Cabula e de outras localidades ainda não se apropriaram do museu enquanto solução mediadora para o TBC, o que pode ser um problema de divulgação da pesquisa e de realização de atividades que exijam maiores aproximações entre academia e as comunidades, por isso, espera-se que essa solução possa contribuir para mobilizar o TBC. Entretanto, sabe-se que a construção dessas afinidades não respeita o calendário acadêmico e atua na longa duração.

O terceiro questionamento indaga se a difusão sobre a história do Cabula ajudou pessoas a pensarem e atuarem em outras comunidades. Segundo a análise aqui realizada, já se constata a afirmação a esse questionamento. Conquanto, o que melhor expressa esse quesito é a proposta pedagógica do professor de história, ao alertar que:

> Os professores da Rede pública deveriam trabalhar com seus alunos a História do bairro, onde a escola está. Ficaria interessante e enriquecedor para a História. Além, de que na universidade enquanto processo de formação não estudamos uma História especifica de bairros, poderia se ter até esta proposta dentro da academia. Esta ferramenta, muito útil porque não precisa de internet. O que pode ser trabalhado em escola pública, principalmente para compreender formação de quilombos. (Professor de história).

Ao que indica, o museu despertou a reflexão sobre a necessidade de olhar para a história de locais os quais estamos imersos. Essa perspectiva alimenta o TBC, bem como motiva o senso de comprometimento, conscientização, preservação do espaço e dos bens culturais locais, instigando nas lutas por melhorias.

7.2.3 Resultados do Segundo Ciclo Da Aplicação

Os resultados desse ciclo irão originar a terceira versão do MVQC que será socializada na defesa desta tese. Sendo assim, indicaremos nesta seção os encaminhamentos de alterações que ocorrerão no museu.

Quadro 17 – *Redesign* do MVQC após análise dos ciclos de aplicações

AJUSTES TÉCNICOS
– Elaborar um tutorial sobre mobilidade e ações no museu – Inserir no site a ficha técnica do MVQC – Refazer a cerca de nativo, segundo contribuição da antiga comunitária; – Inserir imagens atuais das áreas quilombolas – Barreiras; Beiru; Arenoso; Cabula VI – Colocar uma folha de bananeira embaixo dos peixes e frutas na Engomadeira
AJUSTES DE CONTEXTO HISTÓRICO
● **FONTE DO QUEIMADO** – Colocar link com imagem atual da fonte postada pelo visitante. – Inserir peixes no rio ● **NEGRO PRODUTOR DE INHAME** – Colocar placa de identificação da horta ● **COMUNIDADE DA CRUZ DO COSME** – Editar placa incluindo, atual Pau-Miúdo – Incluir Fonte histórica sobre a comunidade do Pau Miúdo – fornecida por visitante – Placa indicando a estrada para Baixa de Quintas na estrada à direita (próximo da comunidade). ● **RUA DA VALA** – Identificar a Rua da Vala e colocar o nome atual – Barros Reis. Inserir texto histórico e documentação sobre a localidade. – No caminho para o Cabula, identificar, no vídeo, a localidade de Pernambués. – Colocar 1 ou 2 negros subindo a ladeira com balaios na cabeça. – Incluir texto histórico sobre a antiga ladeira do Cabula – Inserir peixes no rio ● **QUILOMBO DO CABULA – INTRODUÇÃO** - Colocar o Personagem negro apresentador para narrar o trecho; ● **SABOEIRO** – Incluir 01 negro no largo que vai para o Rio,

– Narração do personagem fiscal do Conde da Ponte;

– Colocar laranjais em outros trechos do Saboeiro;

– Narração dos personagens das cabanas;

– Inserção do Pilão nesta comunidade na parte da cabana dos negros

– Inserir peixes no rio

– Inserir uma representação de ritos do candomblé na margem do rio Saboeiro; Simulação de rito da crença de matriz africana, próximo ao rio.

● BARREIRAS – ENGOMADEIRA

- Incluir o texto sobre a fabricação das casas na época. Local: Construtor de casas na comunidade da Engomadeira.

– Narração dos personagens José e Zacarias

– Incluir árvores frutíferas na comunidade: Jaqueira e abieiro (com info)

– Incluir animais na comunidade: 03 galinhas, 01 vaca.

– Incluir pássaros nessa parte do rio

- Inserção do Pilão nesta comunidade

● BURACO – BEIRU

– Incluir árvores frutíferas: Otizeiro, Licurizeiro, Abieiro, Mangabeira

– Incluir os seguintes animais: 03 galinhas, 01 jumento preso a um toco de pau, 01 vaca; Pássaros voando

– Incluir 01 chifre de boi na porta de uma das cabanas

– Narração do personagem que apresenta Nicácia

– Inserção do Pilão nesta comunidade

– Colocar texto explicativo com informações sobre o negro Beiru.

● TERRAS DOS PADRES BENTOS

– Incluir pássaros voando

– Texto explicativo sobre a denominação de Terras dos Padres Bentos

– Narração da personagem Quitéria do Sacramento

● CAMPO SECO

– Narração do personagem

AJUSTES NO TEXTO
– Alinhamento dos textos introdutórios

7.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE APLICAÇÃO DO MUSEU VIRTUAL COM METODOLOGIA DBR

Segundo a abordagem DBR, mais produtivo seria testar e redesenhar o museu a partir de outras aplicações na longa duração, porque as aplicações não funcionam apenas para constatar a funcionalidade ou teor de participação dos sujeitos engajados no processo de pesquisa. É imprescindível a colaboração responsiva e dialógica, com vistas no redesigner da solução mediadora que se coloca em constante desenvolvimento.

No entanto, mesmo com um número reduzido de ciclos de aplicações, percebe-se, ao longo das análises, que o MVQC conseguiu cumprir seu papel de solução mediadora da aprendizagem. A partir dos aportes do socioconstrutivismo Vygotskyano e dialogismo Bakhtiniano, constata-se que esta ferramenta cognitiva contribuiu, substancialmente, para legitimar a dimensão da história pública, trazendo à luz a memória de um momento histórico que foi silenciado pelas camadas senhoriais e autoridades, mas que por meio desta pesquisa e museu, foi e continuará sendo possível diminuir as carências sobre o conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o atual momento sociopolítico de tensões, questionamentos quanto a ética nos poderes públicos e redefinição do papel das lutas sociais em meio à crise econômica e tentativas de reformas que afetarão diretamente a classe trabalhadora e os jovens que não terão a oportunidade da obrigatoriedade do saber histórico, faz-se preponderante o reforço da publicização dos estudos sobre a história do Brasil e especificamente da Bahia. Parte-se da crença de que o conhecimento histórico é para a construção e posicionamento sociopolítico do ser humano, e negligenciar a própria história é um ato desastroso.

Em meio a essas questões, há movimentos de cunho acadêmico que enfatizam a importância da preservação da memória, bem como incentivos às produções que possibilitam o acesso de públicos mais amplos aos conhecimentos científicos que antes estavam restritos ao meio acadêmico, não somente como sujeitos passivos e receptores de conteúdo, mas como agentes que contribuem para a construção da história. Essas propostas de construções colaborativas se tornaram viáveis graças ao avanço das tecnologias da informação e comunicação e ao esforço de acadêmicos (as) que buscaram em suas práticas romper os muros das instituições de ensino e imergir na vivência das comunidades. Os diálogos e produções advindas dessa relação entre pesquisa acadêmica e saberes comunitários - que estão no campo dos conhecimentos prévios -, são amparadas no âmbito historiográfico pela dimensão da história pública, como foi trabalhado nesta tese.

Seguindo essa perspectiva, o estudo aqui realizado teve como ponto de partida atender aos anseios diagnosticados a partir de rodas de conversas com representantes de comunidades da grande área do Cabula, que intentavam uma mobilização em prol da organização do turismo de base comunitária no local. Ao tempo em que estes conheciam e difundiam aspectos da sua história recente, também alertaram para a necessidade de obterem um conhecimento mais profundo sobre a historicidade do local em período remoto. Nesse momento, nasceu o problema da pesquisa, quando se constatou a carência de estudos e socialização na modalidade de museu virtual sobre a herança sócio-histórica do quilombo do Cabula, bem como a inexistência de propostas desse formato de mediação integrada à mobilização do turismo de base comunitária.

O estudo sobre a herança sócio-histórica do Cabula revelou aspectos marcantes e enriquecedores para se compreender a Bahia do início do século XIX e refletir sobre o que se tornou neste século XXI. Especificamente sobre o Cabula, localidade majoritariamente composta por populares negros, que teve seu momento auge de resistência no início do século XIX, e foi paulatinamente modificando, tanto no perfil de ocupação quanto na recente e rápida transformação da paisagem natural para o processo de especulação imobiliária.

Diante da atual conjuntura da localidade, esse estudo apresenta-se significativo para que se reflita sobre as bruscas transições sociais, culturais e ambientais observadas no Cabula. Sendo assim, não se valorizou uma periodização histórica precisa, como é comum nas produções da historiografia clássica, optou-se pelas relações dialógicas entre passado e presente, possível e recomendável ao campo da história pública. Não obstante, o objetivo geral da tese foi desenvolver uma mediação na forma de Museu Virtual 3D do histórico quilombo do Cabula e das suas relações de resistência negra na localidade, integradas à proposta de mobilização do Turismo de Base Comunitária.

O objetivo geral pretendido foi alcançado, mas para isso foram necessárias quatro fases indissociáveis porque ocorreram na práxis deste estudo. A primeira fase, direcionada ao primeiro objetivo específico de realizar investigação histórico-social da localidade do Cabula, a fim de subsidiar a construção do museu virtual 3D, iniciou com pesquisas às fontes documentais e bibliográficas, que resultaram na produção de dois capítulos da tese (capítulos 2 e 3) e na primeira versão da modelagem do acervo do museu.

O segundo capítulo apresentou o contexto geral da vivência e relações de poder na cidade do Salvador no início do século XIX. Nele discutiu-se a organização socioespacial da cidade, o processo de segregação socioespacial, questões econômicas, a escravidão, sua dinâmica e as formas de resistências negra, com especial atenção para a formação de quilombos em Salvador, isso para situar o Cabula, inclusive buscando compreender as primeiras ocupações na localidade. Esse capítulo possibilitou a modelagem do contexto introdutório do MVQC, no qual iniciou-se com a realidade do trecho urbanizado da cidade seguindo até os espaços ruralizados de resistência negra.

O terceiro capítulo, contexto mais específico, abordou-se a construção histórica sobre o quilombo do Cabula, isto é, características da vivência (dinâmica e

relações sociais), especificações sobre o quilombo e seus representantes principais, informações e discussões sobre os planos e atos da tentativa de destruição e as ocorrências posteriores à missão de ataque da localidade. No final, delineou-se a sistematização da história e de novo acervo para modelar.

Ambos os estudos e capítulos foram fundamentais para um *design* inicial do museu, mas faltava o detalhamento da área e principalmente dos objetos e concepção para complementação do acervo, que só se conseguiu com a participação de moradores antigos da localidade, em uma segunda fase da pesquisa, direcionada ao segundo objetivo específico de agregar os resultados da investigação historiográfica aos saberes de comunitários residentes das localidades que compõem o projeto TBC para composição de *redesign* do museu virtual.

Na segunda fase da pesquisa, respaldada pelos princípios da história pública, do TBC, da concepção sobre memória e metodologia DBR, buscou-se entender como ocorreu os processos de transformações na área e aproveitou-se a contribuição de antigos residentes que, por meio da memória, foram essenciais para o *redesign* do museu virtual, originando o quarto capítulo da tese. As ricas participações funcionaram para reorganizar o acervo e cenário do museu.

A partir desse momento, no quinto capítulo e, portanto, terceira fase, foi possível desenvolver a modelagem para um museu virtual em 3D, cujos princípios estavam ancorados no dialogismo/polifonia de Mikhail Bakhtin, nos conceitos de colaboração, interatividade, no socioconstrutivismo vygotskyano e na proposta de museu virtual original, com características de atuar na difusão mais ampla da informação em formato de acervos. Capaz de proporcionar vivências de sujeitos do presente com ambientes, situações, contextos, coleções e também com personagens históricos que oferecessem estratégias e espaços de interação, até mesmo de construção coletiva que proporcionasse ao participante uma relação inusitada com o tempo e espaço, atuasse em defesa da preservação da memória e do patrimônio. Acredita-se que o museu projetado e modelado neste capítulo foi efetivado, e prepará-lo para aplicação foi importante organizar a metodologia.

O sexto capítulo sobre a metodologia DBR, ajudou a compreender melhor todos os passos dados até o momento, bem como a projeção do momento da aplicação. Nessa perspectiva, afirma-se que os capítulos de contextualização, de colaboração dos saberes comunitários e modelagem foram basilares para a construção do MVQC e para a reflexão do terceiro momento da pesquisa, a

aplicação. Para isso elencou-se, antes do museu ser inaugurado na internet, as categorias de análises dependente, independentes e os indicadores de análise das ações no MVQC. Sendo esses os parâmetros para avaliar as subcategorias de análise.

O capítulo de análise objetivou validar os processos de aplicações, estratégias cognitivas e operações de usabilidades desempenhadas pelos visitantes do MVQC, e revelou que embora o museu tenha apresentado uma primeira versão satisfatória, foram imprescindíveis alguns ajustes enfatizados pelos visitantes/participantes para melhorar a representação digital, o que originou a segunda versão e, posteriormente, a terceira versão do museu. Diante do exposto, o argumento da tese de que o museu virtual em 3D, ancorado em princípios do dialogismo, socioconstrutivismo e com posicionamento de aplicabilidade da história, poderia contribuir para mediar conhecimentos entre públicos mais amplos e saberes históricos antes restritos ao meio acadêmico, se consolidou a partir dos variados indícios de colaboração e confluências dos saberes comunitários e acadêmicos no espaço do museu.

Para além disso, constata-se que esta tese atende aos princípios basilares do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC) e, portanto, permeia os três eixos ou linhas de pesquisa propostas no programa. À linha 01 referente a “Construção do Conhecimento: Cognição, Linguagens e Informação”, por ter desenvolvido um estudo que visou, desde a fase inicial, a construção e modelagem do conhecimento. À linha de pesquisa 02 “Difusão do Conhecimento – Informação, Comunicação e Gestão”, eixo principal e sobre o qual essa proposta de tese foi fundamentada, porque a intenção foi pela difusão/publicização dos conhecimentos históricos de âmbitos plurirreferenciais, destacando que a proposta da linha integra anseios pela “recuperação de dados, informações e memórias, socialização de conhecimentos tácitos, combinação de conhecimentos explícitos e aprendizagem colaborativa”. À linha 03 sobre “Cultura e Conhecimento: Transversalidade, Interseccionalidade e (in) formação”, por trazer à tona perspectivas diferentes e dialógicas sobre cognição e cultura.

Por fim, ao completar a experiência das aplicações, chega-se à compreensão de que para este estudo a palavra adequada não é conclusão, porque não se trabalha com a ideia de fim, término, acabamento. Apenas foram apresentados resultados para a pesquisa em específico, salientando que, nesse momento, a

dimensão historiográfica da história pública cumpre o seu papel de corroborar com a construção coletiva, com a difusão e empoderamento do conhecimento histórico. Todavia, para continuar instigando a redução da carência quanto à construção do conhecimento serão necessários maiores esforços. Desse modo, concluir aqui tem o objetivo de avaliar os resultados do processo de pesquisa realizado, apontando as limitações, novos questionamentos e caminhos a serem trilhados.

Sobre as limitações, considera-se imperioso, em ocasião apropriada, verificar, estudar e aperfeiçoar o museu, de maneira que possa também funcionar como um repositório e difusor de memórias, ou seja, possibilitar um espaço para que moradores antigos das comunidades possam postar depoimentos sobre o que viu e viveu do lugar, em um diálogo dialético entre presente – passado –presente, para que os jovens possam valorizar, preservar e significar a história local. Aperfeiçoá-lo para que as informações, contribuições, socializações de fontes históricas documentais e imagéticas possam ficar disponíveis a todos os públicos, ancorando-se na abordagem da troca de saberes e experiências vivenciadas.

Sobre possíveis caminhos que poderão proporcionar bons resultados a partir dessa pesquisa, indica-se a continuação do estudo com a aplicabilidade do MVQC no campo educacional. Principalmente nas escolas do bairro, para instigar o engajamento e despertar nos jovens o sentimento de pertencimento através do conhecimento da sua história. Relacionando ainda a história pública ao ensino, é aconselhável perceber a potencialidade do MVQC associando-o às propostas de ensino pautadas em pedagogia de projetos que não revela somente a história de resistência dessa comunidade do Cabula em específico, mas também conduz a reflexão da historicidade de cada sujeito que visita e contribui no museu.

No campo das possibilidades, outros estudos poderão voltar-se para investigar a usabilidade do MVQC por grupos que atualmente iniciam a organização do TBC no Cabula e entorno. Essa ferramenta cognitiva poderá favorecer os comunitários que organizam grupos de receptivo turístico, os quais terão a oportunidade de apresentar sua historicidade através da visita à localidade no início do século XIX. Do mesmo modo, faz-se necessário outras pesquisas históricas aprofundadas sobre a localidade e contextos de resistências que possam colaborar para continuar nutrindo o museu, tento em vista que na DBR não há uma conclusão da pesquisa.

Enfim, são sugestões de continuidades, tendo em vista que a proposta é que esse museu seja dinâmico, autogerido, instigue autonomia e usabilidade, não dependendo unicamente da pesquisadora que, por hora, finaliza sua contribuição.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, J.R; ROVAI, M.G.O. (Orgs.). Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALVES, Katiane. Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais. In: SILVA, Francisca de Paula (Org.). Turismo de Base Comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013.

AMARAL, José Álvares do. Resumo Chronologico e noticioso da Província da Bahia - desde seu descobrimento em 1500. V. I. Lauro de Freitas - Ba. Livro.com, 2013. (Coleção Tempo Antigo: Memórias da História da Bahia).

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos.Territorialidade quilombola: fotos & mapas. Brasília: Mapas, 2011.

BAHIA. Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano & COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO -CEDURB. A Grande Salvador: posse e uso da terra. Salvador, 1978.p. XII – 10.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Problemas da poética de Dostoievski; tradução direta do russo. Notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2013.

BARQUEIRO, Maria Hilda. A presença indígena na construção da cidade do Salvador. p.47. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.). A Urbanização em três tempos – Colônia, Império e República. Vol 1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. LPH. Revista de História (UFOP), Ouro Preto, v. 15, p. 235-256, 2005. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/46494234/Historia-Social-UFOP-2005. Acesso em: 20/10/2015.

BARTHOLO. Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BOIKO, Vanessa Alessandra Thomaz e ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. A Perspectiva sócio-construtivista na psicologia e na educação: o brincar na pré-escola. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 6, n. 1, p. 51-58, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n1/v6n1a07.pdf. Acesso em: 05 de Janeiro de 2017.

BURNHAM, Teresinha Fróes. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do

século. In: Lídia Maria Batista Brandão; Nídia Linaert Lubisco. (Org.). Informação e informática. Salvador: Edufba, 1999, v. p. 130-150.

_____. Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação à distância e gestão.Salvador: EDUFBA, 2012.

CABALERO, Sueli da Silva Xavier. O RPG digital na mediação da aprendizagem da escrita. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2007.

CAETANO DE SOUSA, António: *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal.* 3.ª Edição, 1755. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Memorias_historicas.html?id=8tcFAAAAQAAJ&redir_esc=y Acesso em: 02/11/2014.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. Perseu: História, memória e política, v. 3, 2009, p. 221. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/8.perseu4.chalhoubfontes.historia.pdf . Acesso em: 18 de mar de 2016.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. De projeto a processo colonial: Índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 8ªed. - São Paulo: Contexto, 2005 (Repensando a geografia).

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. – 4.ed.São Paulo: Ed. USP, 2008. p.169.

CARRETERO, Mário. Construir e ensinar as ciências sociais e a história. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

CARNEIRO, Edison. O quilombo dos Palmares. 2ªed.Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1947. p. 20. In. Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001. p. 145. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/253/o-quilombo-dos-palmares. Acesso em: 05/02/2015.

CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA: A República e seus Governadores. 4 ed. Rio de Janeiro, 1986.

CARVALHO, Álvaro. Viagem sentimental a Bahia, 1ª ed. Florianópolis, 1997.

CARVALHO, Ana Verena; MATTA, A. E. R. Interatividade - definindo o conceito para educação contextualizada e socio-construtivista. In: 14º Congresso Internacional de Educação a Distância da ABED, 2008, Santos. Mapeando o impacto da EAD na cultura do ensino/aprendizagem. São Paulo: Associação Brasileira de Educação a Distância, 2008.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. A sociedade em rede. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Falares Africanos na Bahia. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2005.

COBB, P.; CONFREY,J.; DISESSA, A.; LEHRER,R.; SCHAUBLE, L. Design experiments in education research. Educational Researcher, v.32, n.1, p. 9-13, 2003.

COSTA, Ana Maria de Lourdes R. da. Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. 1989. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

_____. Espaço de negro em Salvador no século XIX. In. Seminário de História da cidade e do urbanismo.1.1990.p. 138. Anais eletrônico. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/300/276. Acesso:23/01/12015.

ESPINOSA, Maria Paz Prendes (2003) “Aprendemos… ¿ Cooperando o colaborando? Las claves del método.” In: SÁNCHEZ, Francisco Martínez (Org.) Redes de comunicación en la enseñanza – las nuevas perspectivas del trabajo corporativo. Barcelona: Paidós, p. 95-127.

FERNANDES, Rosali Braga. *Las políticas de La vivieda em La ciudad de salvador y los procesos de urbanizasión popular em El caso Del Cabula.* Feira de Santana: UEFS, 2003

_____. Evolução histórica do Cabula: um bairro popular da cidade de Salvador. In: Congresso de História da Bahia, 2004, Salvador. V Congresso de História da Bahia. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004. v. 2. p. 885-892.

FERNANDES, R.B; REGINA, M.E. A Segregação Residencial em Salvador no Contexto do Miolo da Cidade. Cadernos do Logepa, João Pessoa, vol. 4, n. 1, p.39-46, 2005. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/logepa/article/view/10996. Acesso em: 25 de jun de 2015.

FLORÉZ, Jairo Antônio Melo. Presentación. História 2.0: Conocimiento Histórico en Clave Digital. Bucaramanga, año IV, n.8. p.75. dez de 2014. Disponível em: http://historiaabierta.org/historia2.0/index.php/revista/issue/view/8. Acesso em: 18 de mar de 2016

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. Educ. Soc. vol. 19 n. 63 Campinas Aug. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200005. Acesso: 09/12/2015.

GOMES, F. e LIBANEO, C. E. Sedições, Haitianismos e conexões no Brasil: outras margens do Atlântico negro. Revista Novos Estudos Cebrap, nº 63, São Paulo, Julho de 2002.p.p. 136 - 144.

GOMES, Flávio dos Santos. Um Recôncavo, dois Sertões e vários mocambos: quilombos na Capitania da Bahia (1575 - 1808). Revista de História Social. Campinas - SP. nº 02, 1995.

_____Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. - (Coleção Agenda brasileira).

GOMES, Marco Aurélio A.F. Escravismo e Cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. In: RUA (Revista de Arquitetura e Urbanismo), Salvador, volume 3, num. 4/5, julho-dezembro de 1990.

GORENDER, José. O problema habitacional: Caji, Cajazeira, Narandiba. In: TEIXEIRA, Cydelmo (Coord.). A grande Salvador: posse e uso da terra, projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Capítulo XII.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de salvador – Salvador/Ba. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S. A. 1978.

HEYMANN, L.; MATTOS, M.A.V.; FONTES, P. (Orgs.). Estudos Históricos., Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 229-230, jul-dez de 2014. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/viewIssue/2483/1 . Acesso em: 18 de mar de 2016.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa. 2004. 187f.Dissertação (Mestrado) - Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. Sobre história. Tradução Cid Knipel Moreira. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUHTAMO, Erkki. Virtual Museums and Public Understanding of Science and Culture. Nobelprize.org, California, Maio de 2002. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_organizations/nobelfoundation/symposia/interdisciplinary/ns120/about.html. Acesso em: 28/03/2015

LE GOFF, Jacques. História e memória; tradução Bernardo Leitão [et.al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora

LIMA Diana Farjalla Correia. O que se pode denominar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam.... In: UFPB; ANCIB. (Org.). FREIRE, G. H. A. (Org.). A responsabilidade social da Ciência da Informação - ENANCIB 2009 (10) Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.. 1ed.João Pessoa: Ideia; ANCIB, 2009, v. , p. 2451-2468.

LOBO DA COSTA, Nielsen Meneguelo e POLONI, Marinês Yoli. Design based research: uma metodologia para pesquisa em formação de professores que ensinam matemática. XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática - CIAEM. Recife, 2011.

LOPES, Rodrigo Freitas. Nos currais do matadouro público: O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830 - 1873). Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LOPES, Valter Frank de Mesquita. O museu virtual como ecossistema comunicativo: um estudo da semiose dos processos comunicativos do Google art Project. 2011.98f. Dissertação (Mestrado) – UFAM, Manaus, 2011.

MARCUZZO. Patrícia. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 36, junho de 2008. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/.

MARTINS, João Batista. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. Revista Brasileira de Educação. N. 26. Maio /Jun /Jul /Ago 2004.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. COLABORAÇÃO, TECNOLOGIA E ENSINO DE HISTÓRIA: O pensar histórico e a autoria de hipermídia em rede.2009. 137f. Dissertação (Mestrado) – Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida ; SILVA, F. P. S. ; DÉJARDIN, Isabelle P. Reflexões Sobre a Importância da Investigação Histórica para o Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária. El Periplo Sustentable, México. v. 14, p. 187-207, 2013.

MASCARENHAS, Adriano. N. Análise do Processo de Uso e Ocupação do Solo da Avenida São Rafael - Salvador/BA. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana - MEAU) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. História da Bahia: licenciatura em História. Salvador: Eduneb, 2013.

_____. Novas Linguagens para a História. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, v. 175, p. 267-290, 2014.

_____. Tecnologias para a colaboração. Revista FAEEBA, Salvador. V. 13, nº 22, p.431-440, 2005.

_____. Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de história – utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

_____. Apresentação. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 42, jul./dez. 2014.

_____. Desenvolvimento de metodologia de design socioconstrutivista para a produção do conhecimento. In: GURGEL, Paulo; SANTOS, Wilson. (Org.). Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 237-258.

_____. Tecnologias para a colaboração. Revista FAEEBA, Salvador. V. 13, nº 22, p.431-440, 2005.

_____. Procedimentos de autoria hipermídia em rede de computadores: um ambiente mediador para o ensino aprendizagem de História. Salvador, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

MATTOSO, Kátia M de Queirós. Bahia século XIX: uma província no império. Tradução Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. , 1992.

_____. Ser escravo no Brasil. Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. Os escravos da Bahia no alvorecer do século XIX (estudo de um grupo social). Revista de História, nº 97. 1974.

MASCARENHAS, Adriano. N. Análise do Processo de Uso e Ocupação do Solo da Avenida São Rafael - Salvador/BA. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana - MEAU) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Para que serve um Museu Histórico? Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.

_____. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

_____Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. Ciências & Letras. Educação e Patrimônio. Histórico-Cultural. N.27. p.91-101, Edição Jan/Jun. 2000.

_____.A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 09-23, 1992.

MESQUITA, J. P.; MATTA, A. E. R. . As tensões do Cabulla e a independência da Bahia: contexto para modelagem do game digital. Artefactum (Rio de Janeiro), v. 2, p. 36, 2016.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Pública., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MIÑO, Oscar Alfredo Sobarzo. A segregação socioespacial urbana. Formação (Presidente Prudente), Presidente Prudente, n.7, p. 163-170, 2000.

MOURA, Clóvis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilha. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Ana Amélia V., Dez freguesias da Cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX, Col. Bahia de Todos. Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO, Íris S. Salles. O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço de Salvador nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

NETO, Manuel Antonio Santos. Os quilombos de Salvador. Revista Princípios.Nº 8. Maio/1984.p. 54. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/ Acesso: 28/05/2013

NICOLIN, Janice de Sena. Ecos que entoam uma mata africano-brasileira. Salvador: EDUFBA, 2014.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os "negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia. Revista Afro-Ásia, n. 19/20 (1997).

PEDREIRA, Pedro Tomás. Os quilombos Baianos. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIV. nº 4, Out-dez, 1962

PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: Estudo do contacto racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1945. In Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio

de Janeiro, 2001. p. 105. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/obras/brancos-e-pretos-na-bahia-estudo-de-contato-racial/pagina/3/texto Acesso em: 09/02/2015.

RAMOS, Paula; GIANNELLA, Tais Rabetti e STRUCHINER, Miriam. A pesquisa baseada em design em artigos científicos sobre o uso de ambientes de aprendizagem mediados pelas tecnologias da informação e da comunicação no ensino de ciências: uma análise preliminar. VII Enpec - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência. Florianópolis, 08 de novembro de 2009.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 18 ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2007. p.73 – (Educação e conhecimento).

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____ Dono da terra chegou cento e cincoenta acabou? notas sobre resistência e controle dos escravos na Bahia, que recebeu a família real em 1808. Revista USP, São Paulo, n.79, p. 106-117, setembro/novembro 2008.

_____Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In. REIS e GOMES (Org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REGO, André de Almeida. Trajetórias de vidas rotas: terra, trabalho e identidade indígena na Província as Bahia (1822 – 1862). Tese (Doutorado) –Programa de Pós-graduação em História Social – PPGH. Salvador, 2014.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os africanos no Brasil. 2ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. In Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001.Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/2/os-africanos-no-brasil Acesso: 09/02/2015.

SALGUEIRO, Francisco S. M. Notícias das igrejas da capital da Bahia, anais do arquivo do Estado da Bahia, v. 46, 1982.

SALVADOR. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, Secretaria de Planejamento Municipal. Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador. Salvador, 1985

SAMPAIO, Heliodoro. Do EPUCS e PLANDURB ao não-planejamento. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.). A Urbanização em três tempos – Colônia, Império e República. Vol. 1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

SANTOS, Aline de Assis. ANCESTRALIDADE E HISTÓRIA NO RECÔNCAVO BAIANO: Construção do Conhecimento Ancestral no Povoado de São Braz em Santo Amaro. Salvador, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia.

SANTOS, Elisabete (org). O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2ª ed, 2013. p. 140.

SANTOS, Milton. Espaço e método. 5ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In. SANTIAGO, R. (Org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e voz, 2016.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 -1835; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 97.

_____. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. 306p. (História).

_____.Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Org). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Cândido da Costa e. Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SOARES, Cecília C. Moreira. Mulher negra na Bahia no século XIX. Salvador: EDUNEB, 2006.

SOBARZO, Oscar. A segregação socioespacial urbana. Formação (Presidente Prudente), Presidente Prudente, n.7, p. 163-170, 2000.

SOUSA, António Caetano de. Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal. 3.ª Edição, 1755. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Memorias_historicas.html?id=8tcFAAAAQAAJ&redir_esc=y Acesso em: 02/11/2014.

SOUSA, Avanete Pereira. A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 2ª ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º governador: Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara". In: TEIXEIRA, Cydelmo (coord.). A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra. Projetos

Urbanísticos Integrados. Coleção projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Capítulo III.

_____ Bahia: Caminhos, estradas, rodovias – notas para a história. Salvador, 1998.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549 - 1999). Ilhéus: Editus, 2002.

_____ A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. In: Revista Cidades. 2004, v. 1, n. 2, p.259 – 274.

VERGARA, Sylvia Constant. Método de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005. p.203.

VIDE, Sebastião Monteiro Da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza (organizadores). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VILAÇA, Marcio Luiz Corrêa. Pesquisa e Ensino: considerações e reflexões. Escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v. I, Número2, Mai -Ago. 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores; organizadores Michael Cole... (et al.); tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. – 6. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (psicologia e pedagogia).

ZAOUAL. Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado, quais as transições? In: In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

FONTES:

• Fontes manuscritas

AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807
AHU. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788
AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). 005, Cx. 191, n. 14031. Ano 1790
APEB. Ordens Régias, nº 66, ano 1763 -1766, fl 36
APEB, Ordens Régias. n. 88, ano 1793 – 1799. fl. 22
APEB, Ordens régias, nº 103, ano 1807 – 1808, fl 45
APEB, Correspondência expedidas para o rei, n. 144, ano 1808. fl 198.
APEB. Setor Colonial. Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl. 97-98v.
APEB, Setor Colonial. Cartas à várias autoridades, nº 163, ano 1803 - 1808, fls 102 - 102v

APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl 123
APEB, Cartas à várias autoridades, n°163, ano 1803-1808, fl. 135r-135v
APEB, Cartas a várias autoridades, nº 165, 1807 – 1808, fl 90
APEB. Correspondência expedidas para o rei, n. 144, ano 1808. fl 198.
APEB, Portaria nº 476,ano 1806-1807,fl.303v
APEB, Portaria nº 476,ano 1806-1807,fl.396v
APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r
APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Patentes, 381, 1791-1799, fl. 342v-343

• Viajantes e cronistas que escreveram sobre a Bahia oitocentista

GRAHAM, Maria Dundas. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823. Tradução Américo Jacobina Lacombre. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. In. Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001. p. 145. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/20/Maria-Graham. Acesso em: 05/02/2015

LINDLEY, Thomas. Narrativa de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. In. Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001. p. 173.Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/145/Thomas-Lindley. Acesso: 09/02/2015.

Martius, Carl Friedrich Philipp von e Spix, Johann Baptist von. Através da Bahia: excreptos da obra Reise in Brasilien. Tradução Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. In. Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001. p. 112. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/16/Atraves-da-Bahia-excertos-da-obra-Reise-in-Brasilien. Acesso: 20/02/2015.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. In. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994_item1/P57.html Acesso: 02/11/2014

VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Vol I. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

_____. A Bahia no século XVIII. Vol II. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

• Coleção e fontes impressas

Alvará de 10 de março de 1682. Código Philipino ou Ordenações do Reino (ed. Cândido Mendes de Almeida), 2, pp. 1045-1046; DH, 32, pp. 376384; Malheiro, II,

pp. 177-184. *apud* Silvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, In. José Andrés Gallego(coord.), *Nuevas aportaciones a la história jurídica de Iberoamerica*, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando de Larramendi, 2000 (CD-ROM).

Alvará do dia 03 de março de 1741. Biblioteca Nacional de Lisboa, Seção de Manuscritos e Reservados. Legislação, sem cota; Academia de Ciências de Lisboa, Morato, 12, doc. 123; Colleção Chronologica das Leis Extravagantes, 3, p. 476; Anais da Biblioteca Nacional, 28, p. 200; (Ms. Az. 95), fls. 121v-122 apud Silvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, In. José

Alvará de 05 de maio de 1703. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJMS), Coleção de Ordens Régias..., 7,4,88, n. 4 e DH, 32, pp. 445-447. *Apud* Silvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, In. José Andrés Gallego(coord.), *Nuevas aportaciones a la história jurídica de Iberoamerica*, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando de Larramendi, 2000 (CD-ROM).

Andrés Gallego(coord.), Nuevas aportaciones a la história jurídica de Iberoamerica, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando de Larramendi, 2000 (CD-ROM).

BARRETO, Angela. Dos laranjais aos conjuntos. Jornal A Tarde, Salvador, 14 de Jan 1984 Caderno 2.

BRASIL, Decreto presidencial n. 8.124 de 17 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização das leis sobre o estatuto dos museus e da criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de outubro de 2013.

Carta régia de 26 de novembro de 1697. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Cartas Régias, Cod. 952, vol.8, fl. 226; Balthazar da Silva Lisboa, 5, pp. 176-182. *apud* Silvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, In. José Andrés Gallego(coord.), *Nuevas aportaciones a la história jurídica de Iberoamerica*, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando de Larramendi, 2000 (CD-ROM).

Carta régia a Afonso de Furtado Mendonça, de 6 de novembro de 1672, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Cartas Régias dirigidas aos governadores, fls. 311-311v apud Silvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, In. José Andrés Gallego(coord.), Nuevas aportaciones a la história jurídica de Iberoamerica, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando deLarramendi, 2000 (CD-ROM).

Carta régia de 24 de setembro de 1699. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Cartas Régias, Cod. 952, v.10, fl. 45; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Coleção..., 1, n. 59; B. da Silva Lisboa, Annaes do Rio de Janeiro. Livro V, pp. 227-228. *apud* Silvia Hunold Lara, “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”, In. José Andrés Gallego(coord.), *Nuevas aportaciones a la*

história jurídica de Iberoamerica, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando de Larramendi, 2000 (CD-ROM)

Ordenações Filipinas, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm

Provisão de 6 de março de 1741. Biblioteca Nacional de Lisboa, Legislação, sem cota. *apud* Silvia Hunold Lara, "Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa", In. José Andrés Gallego(coord.), *Nuevas aportaciones a la história jurídica de Iberoamerica*, Madri, Fundação Histórica Tavera/ Digibis/ Fundacíon Hernando de Larramendi, 2000 (CD-ROM).

• Fontes orais

CONCEIÇÃO, Eunice Oliveira da. Entrevista I [nov. 2015]. Concedida a Luciana Conceição de Almeida Martins. Salvador, 2015.

JESUS, GILDETE SANTOS DE. Entrevista II [dez. 2015]. Concedida a Luciana Conceição de Almeida Martins. Salvador, 2015.

JESUS, Luís Nepomuceno. Entrevista VIII [jan. 2016]. Concedida a Luciana Conceição de Almeida Martins. Salvador, 2015.

NASCIMENTO, Cleuza Matos do. Entrevista VII [dez. 2015]. Concedida a Luciana Conceição de Almeida Martins. Salvador, 2015.

NEVES, Itana Maria Ribeiro das. Entrevista IX [jan. 2016]. Concedida a Luciana Conceição de Almeida Martins. Salvador, 2015

OLIVEIRA, Hélio. Entrevista V [nov. 2015]. Concedida a Luciana Conceição de Almeida Martins. Salvador, 2015

SANTOS, Geurena Passos. Entrevista III [nov. 2015].

● Fontes Cartográficas

Ortofotos. CONDER, 2009.

Cartograma - 1940, provavelmente elaborado pelo serviço Geográfico do Exército, que cobre principalmente as áreas periféricas da cidade.

Cartograma elaborado por Carlos Weyll na metade do século XIX

Os mapas utilizados como base cartográfica formam gentilmente cedidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), a partir de um trabalho realizado em parceria com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

ANEXOS

ANEXO 01 – Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll na metade do século XIX – Representação espacial do Largo da Soledade.

Fonte: Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll, editado pela pesquisadora.

ANEXO 02 – Imagem do antigo Largo da Soledade no século XIX.

Fonte: Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/soledade/largo-soledade.htm

ANEXO 03 – Negra ganhadeira com tabuleiro de frutas e raízes.

Fonte: Disponível em: https://maracristan.wordpress.com/2013/04/27/a-distincao-social-pelo-traje-no-brasil-sec-xviii/

ANEXO 04 – Imagem da Fonte do Queimado.

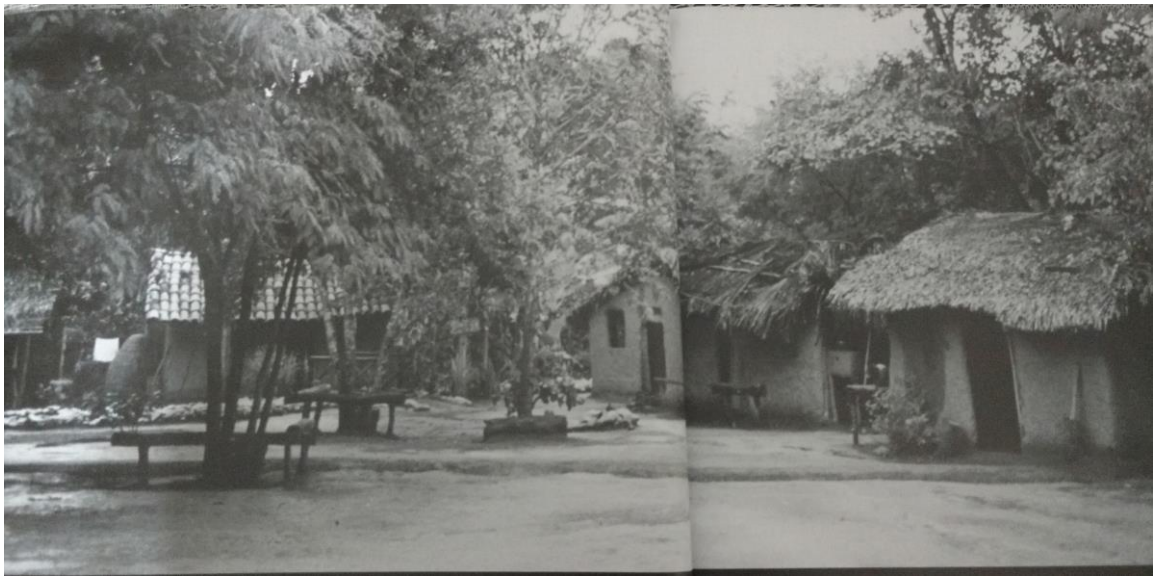
Fonte: Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/queimado/queimado.htm

ANEXO 05 – Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll na metade do século XIX – Representação espacial da estrada de acesso à localidade da Cruz do Cosme

Fonte: Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll, editado pela pesquisadora.

ANEXO 06 – Habitação de negros.

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. In. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Prancha IV. Nº 05. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994_item1/P57.html Acesso: 02/11/2014.



Fonte: ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. Territorialidade quilombola: fotos & mapas. Brasília: Mapas, 2011.

ANEXO 07 – Crioulos

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. In. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Prancha II. Nº 15. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994_item1/P57.html Acesso: 02/11/2014.

ANEXO 08 – Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll na metade do século XIX – Representação espacial da comunidade da Cruz do Cosme.

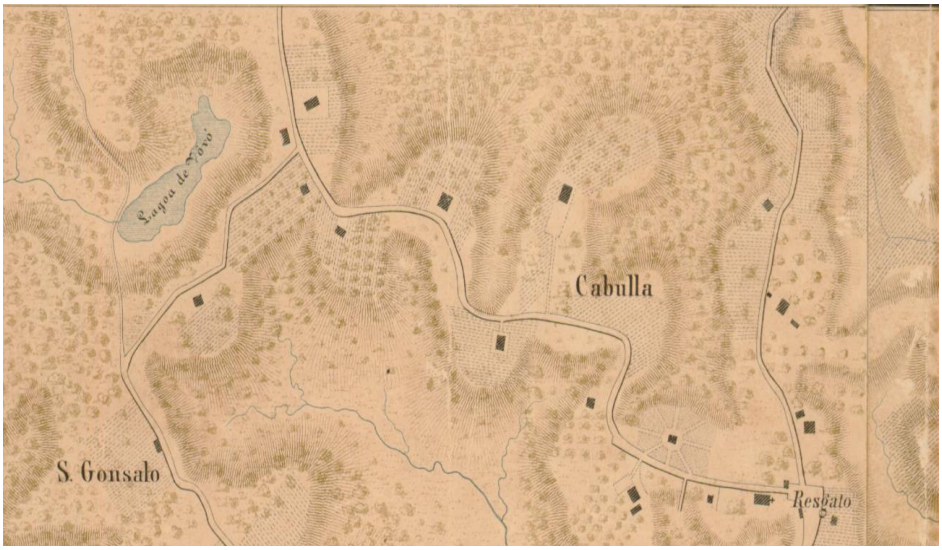
Fonte: Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll, editado pela pesquisadora.

ANEXO 09 –Representação espacial da rua da Vala e ladeira do Cabula – séc. XIX.

Fonte: Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll, editado pela pesquisadora.

Fonte: Disponível em: https://www.facebook.com/729832370389489/photos/a.729839003722159.1073741830.729832370389489/951686844870706/

ANEXO 10 - Fragmento do cartograma produzido por Carlos Weyll na metade do século XIX – Representação espacial da Estrada do Cabula.



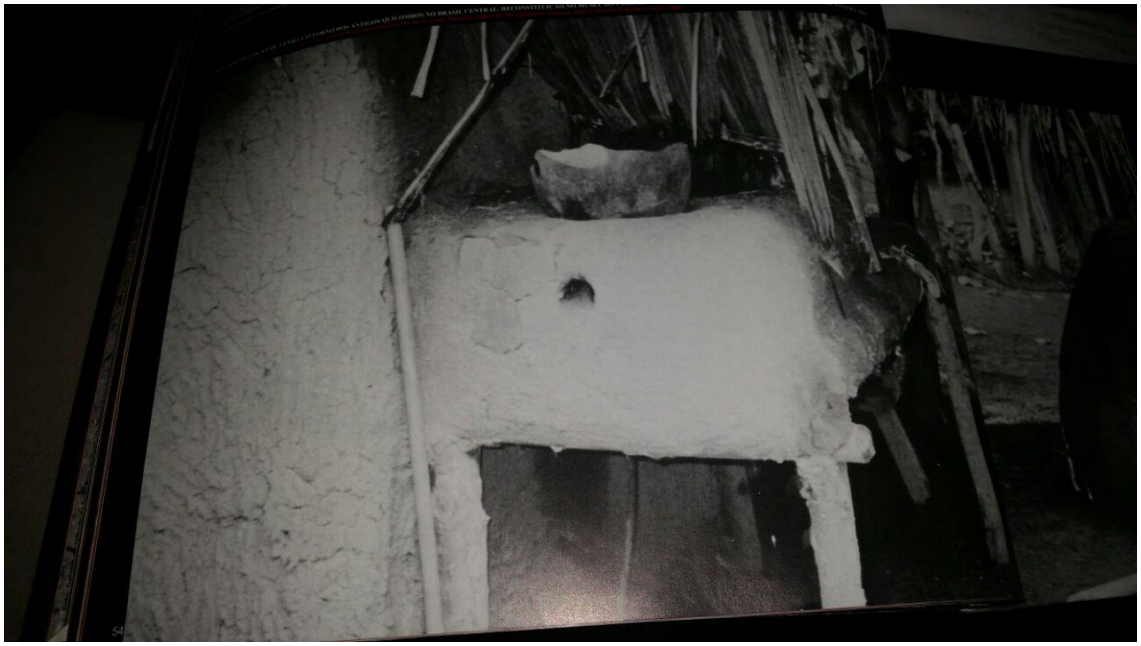
ANEXO 11 – Fotografias de Mata Atlântica nativa do Cabula na represa do Cascão - 19º Batalhão de Caçadores (19BC).

Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora em 24/07/2015.

Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora em 24/07/2015.

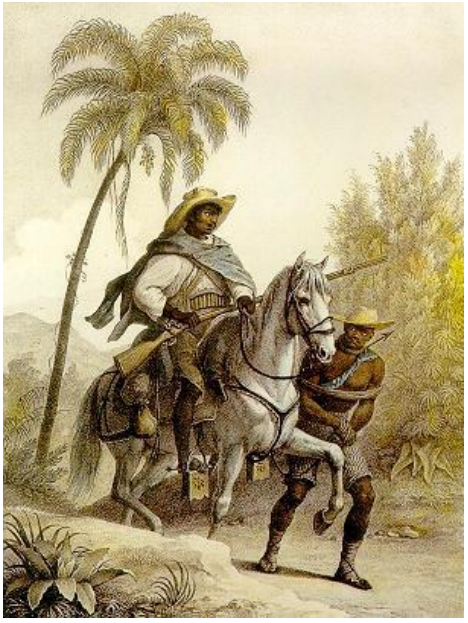
Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora em 24/07/2015.

ANEXO 12 – Tecnologia quilombola – Fogão à lenha



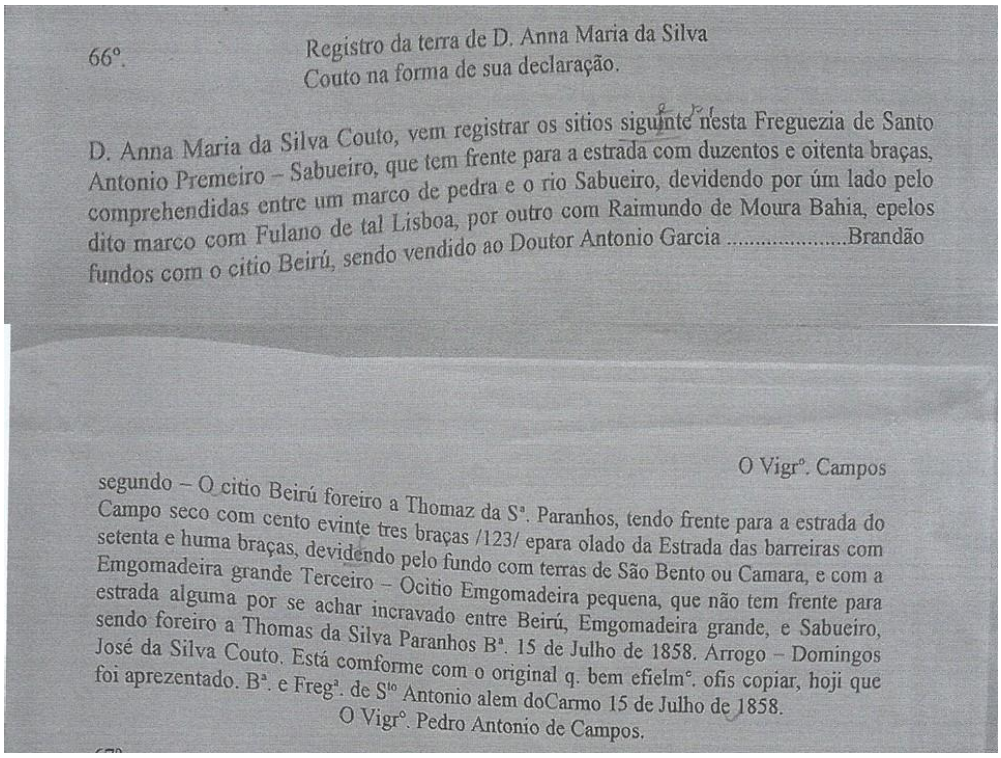
Fonte: ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. Territorialidade quilombola: fotos & mapas. Brasília: Mapas, 2011.

ANEXO 13 – Imagem de Capitão do mato



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. In. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994_item1/P57.html Acesso: 02/11/2014.

ANEXO 14 – Registro de terras – Saboeiro e Beiru



66º. Registro da terra de D. Anna Maria da Silva Couto na forma de sua declaração.

D. Anna Maria da Silva Couto, vem registrar os sitios siguinte nesta Freguezia de Santo Antonio Premeiro – Sabueiro, que tem frente para a estrada com duzentos e oitenta braças, comprehendidas entre um marco de pedra e o rio Sabueiro, devidendo por úm lado pelo dito marco com Fulano de tal Lisboa, por outro com Raimundo de Moura Bahia, epelos fundos com o citio Beirú, sendo vendido ao Doutor Antonio Garcia .....Brandão

O Vigrº. Campos

segundo – O citio Beirú foreiro a Thomaz da Sª. Paranhos, tendo frente para a estrada do Campo seco com cento evinte tres braças /123/ epara olado da Estrada das barreiras com setenta e huma braças, devidendo pelo fundo com terras de São Bento ou Camara, e com a Emgomadeira grande Terceiro – Ocitio Emgomadeira pequena, que não tem frente para estrada alguma por se achar incravado entre Beirú, Emgomadeira grande, e Sabueiro, sendo foreiro a Thomas da Silva Paranhos Bª. 15 de Julho de 1858. Arrogo – Domingos José da Silva Couto. Está comforme com o original q. bem efielmᵉ. ofis copiar, hoji que foi aprezentado. Bª. e Fregª. de Sᵗᵒ Antonio alem doCarmo 15 de Julho de 1858.

O Vigrº. Pedro Antonio de Campos.

Fonte: APEB, Registros eclesiásticos de terras. n. 66, ano 1857 – 1863.

ANEXO 15 – Fotografia e imagem da planta nativo

Fonte: Foto registrada por Luciana Martins no terreiro Olufanjá. Imagem capturada do site: http://abaara.blogspot.com.br/

ANEXO 16 – Relatório das participações no link "construa a história você mesmo" (108 participações).

Para conseguir a alforria nesse período histórico era necessário algumas estratégias que garantiam o tão sonhado sonho de liberdade
De acordo com dados históricos, pode-se obter a carta de alforria por meio de variadas estratégias: excedente das vendas na atividade de ganho, pelo bom relacionamento com os senhores, prestando serviços em momentos críticos e etc.
Firmina, vamos formar um coletivo colaborativo de mulheres com outras ganhadeiras, onde todas contribuirão com as despesas do local que oferecerá diversos produtos e serviços: frutas, verduras, legumes, tecidos, bordados, quitutes, faxinas, etc, uma irmandade.
Esta igreja possui como características especiais: presença de mirante e torre sineira recuada.
Embora os escravos de ganho desejassem alcançar a liberdade formal do cativeiro por meio da carta de alforria, eles, por viverem se locomovendo pela cidade a mercadejar, experimentavam momentos de liberdade relativa, pois longe dos olhos de seus senhores podiam melhor organizar revoltas e motins, fazer circular informações em condições diferentes dos escravos dos engenhos, que viviam vigiados mais de perto por senhores e feitores.
Já li em algum estudo que as fontes eram possíveis locais de encontro dos negros escravizados e libertos, lugar onde se comentavam os assuntos do dia a dia, onde se articulavam os motins e rebeliões. Pode-se afirmar que as fontes eram um importante espaço de sociabilidade para a população negra.
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção: Arquivos privados, fundo: Marieta Alves, pasta 14B. Comemoração do Bicentenário da festa da Soledade.
"O documento retrata sobre o Bicentenário da Igreja da Soledade. Arquivo Público do Estado da Bahia Seção: Arquivos Privados/ Fundo: Marieta Alves - Pasta 14 B"
Esta fotografia, com outras informações relevantes, esta disponível em:

http://www.salvador-antiga.com/queimado/antigas.htm.
A foto encontra- se disponível em: http://www.salvador-antiga.com/queimado/antigas.htm
A foto com informações relevantes, consta em: http://www.salvador-antiga.com/queimado/antigas.htm
Jornal: A TARDE DE 19.12.1998. Arquivo pesquisado através do site da Gregório de Matos.
Por não achar o "Construa História..." no percurso dos arraiais do Cabula. Compartilharei, algumas fotos aqui. Esta, por exemplo do Vale do Cabula.
Uma outra foto, interessante é de Pernambués. Veja na integra.
"Sobre o antigo casarão que existia na Ladeira do Cabula. Referência: http://sidneyfalcao.blogspot.com.br/2010/02/um-casarao-com-os-dias-contados-em-nome.html"
Sobre o Beiru, encontrei esta foto. O que se percebe já é o processo de urbanização, no bairro. A referência encontra- se na foto.
Não tenho informações. Mas gostaria que outras pessoas pudessem compartilha-las comigo.
Quero comprar uma fruta do Cabula.
"Está ótimo o museu virtual!! Parabéns a Luciana e desenvolvedores.
Eu penso que seria uma boa alterar essa letra, numa tela de 55 polegadas fica legal mas testei em monitores de 19 e 21 polegadas e por ser itálica e serifada pode ficar confusa a leitura.
No filme tem umas palavras pra rever e corrigir. No futuro pensar numa ver mobile, para celulares! Show demais!!!!! Parabéns! Ednei"
"Não tem importância se não existirem muitas contribuições. O pessoal não gosta muito de escrever e esta parte é meio acadêmica. De qualquer forma alguém que saiba alguma coisa pode se sentir estimulado a participar.
De fato, dá vontade de participar das conversas. Mas tecnicamente está limitado. Isso deve ser conclusão da pesquisa. De qualquer forma é muito bom que as pessoas sintam isso. É como se o dialogismo tivesse dado certo. Lembre NÃO É UM JOGO. Os jovens vão tender a ver como jogo"
Acho que correr na paisagem dá a sensação de explorar o novo. E é por isso que as pessoas gostam. ...acho...
São muitas possibilidades. Vamos ver se alguém se encoraja. Acho que deve levar o Museu pro Yuri colocar no IAT. Se conseguir será bom.
"De fato as vezes ficam faltando mais pontos de interação. Acho que os

personagens demandam interação. Não sei se tecnicamente isso é viável
Frutas até hoje se vende na rua dos bairros. Poderia ter uma explicação que o passado rural do bairro deixou esta herança até hoje
Não só o saboeiro poderia ter o mapa atual apresentado. Será que além do mapa caberia tecnicamente uma foto do local?
Foto do buraco, da engomadeira, etc...
"De onde vem a mangaba.
Observo que o mato, ou capim mexe, o que suponho que tem vento. Questiono por que as palhas dos coqueiros de algum modo não são afetados pelo vento." "Fiquei curiosa para conhecer as flores e objetos de plumagem feitas pelas senhoritas. A plumagem era de que animal?
É apenas uma suposição, mas existe alguma ligação entre entre as Ursolinas da Soledade com as do Instituto Feminino e as Doratéas?No caso das Dorotéas tem imagem de Santa Úrsula."
Ainda existe o prédio da Companhia de Água do Estado?
"Observei que o mato se move atrás dos personagens, enquanto toda outra vegetação está estática.
Algo que chama atenção, apenas o senhor mais velho, que está com um instrumento usa chinelo ou sandália e todos os outros estão descalços, há algum motivo?
Não seria o caso de também mencionar o nome desse outro instrumento?"
"Considero relevanteacrescentar na parte qu fala da jaqueira enquanto árvore tropical, que tem origem na Malásia, dando perspectiva ampla de mundo e das influências que tivemos. Imaginar navegante português trazendo iguarias de outras partes do planeta.
Outra coisa, na casa que entramos e vemos utensílios, penso ser importante acrescentar os facões e, parece, acho que é picareta. O cabo é de madeira? Se for, é feita de qual?
Convém verificar se o texto que fala sobre a extensão do rio Camarajipe informa 35.877 Km ou metros? Se quilômetros, parece equívoco, não?enso que deve ser 35 Km.
O Museu poderá usado por equipe multi ou interdisciplinar, espaço para geografia, história, arte, ciências e outras.
Há muito a ser explorado, a exemplo da variedade de plantas, e ervas medicinais. Provável que existam pessoas no bairro que fazem xaropes usando algumas delas.
Poderá desmitificar a ideia de que em terreiro só se faz feitiço, mas chamar atenção para chamar atenção para preservação da natur"

"Sugiro aumentar espaço para mais caracteres...Onde escrevia sobre a relevância dos terreiros, além da preservação da natureza há elemento da cura.
Por ora não aparece no museu origem destes povos, apenas menciona se escravo liberto ou não, são de nação Angola (Banto), Nigéria (Ketu) …penso ser importante a inclusão e dentro das possibilidades incluir mapas África - Bahia."
"Parece-me que esta população dev ser mistura com povos de etnia tupinambá, sim ou não?
Convém, mencionar herança desses. Antes dos escravos estiveram aí estes povos que caçavam, pescavam, e que influenciaram na confeccção de utensílios.
As frutas estão bem desenhadas, mas convém mencionar os nomes. Vejo fruta pão, também de origem da Ásia (Malásia, Indonésia, Índia..), que nem a jaqueira.
E os peixes no chão, e bem próximo os potes, será que não existia alguma travessa ou tecido para colocá-los?
Onde estão, mas crianças desses arraiás? Havia algum problema de fertilidade na época?
Atenção, alguns aparecem com sandália ou chinelo, outros, não."
"Achei o povo do Beiru mais claro que os outros, dê uma olhada se confere a minha observação.
Assim como as roupas claras, antes tinha mais colorido.
Há alguma explicação para isso?"
"Segue sugestão depara uma primeira aula com o MV. Penso que seriam necessários outros momentos.
Sobre o MV, a) poderia incluir fontes sobre Quitéria. b) a Igreja/Capela do Resgate é desse período?"
Eu moro atualmente no bairro de Vista Alegre, mas que no passado especificamente no século XIX, era a freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, uma região que tinha muitos rios e árvores frutíferas, banhada pelo mar da Bahia de Todos os Santos. Onde nessa região a´principal atividade econômica desenvolvida era a plantação de cana para a fabricação do açúcar. Logo era uma região que tinha uma grande quantidade de negros escravizados na lavoura açucareira, que resistiam de várias formas ao sistema escravistas. Não é atua que atem atualmente tem um bairro com foco de povos quilombolas remanescente de quilombos , formando o Quilombo do Macaco.
Segue em anexo uma imagem da fonte do queimado datada de 1838, que pode ajudar melhor a modelar e contar a história da fonte. Pois nos traz a luz dos fatos o processo, a funcionalidade, os agentes envolvidos, em tempo real, que no contexto atual não tem.
"Qual a importância deste cruzamento para o surgimento de localidades importantes como IAPI, Cidade Nova, Caixa D'água, Estrada das Boiadas, dentre outros?

Pode-se complementar." "O Museu apresenta importante acervo informativo que enriquece sobremaneira qualquer atividade didático-pedagógica que tenha como foco a história dos quilombos presentes em Salvador ou a História da Bahia em geral, especialmente por que retrata aspectos de uma história que geralmente não é trabalhada na educação básica.
Nesse sentido, esse museu pode estar articulado a conteúdos regulares da matriz curricular, a exemplo das lutas pela abolição da escravatura, visto que os movimentos instaurados pelo quilombo do Cabula foram precursores; história da cultura afro e afro-brasileira, especialmente se trabalhado nas escolas do Cabula e entorno; história de Salvador."
GOSTEI MUITO, BEM EXPLICATIVO.DEU PARA APRENDER MUITAS COISAS SOBRE NOSSAS RAÍZES.PARABÉNS!
"Visitar a História do Cabula (e suas regiões) por este museu virtual é realmente incrível.
E como sugestão, ao finalizar a ""viagem"" pela a história do Cabula, o museu virtual pode propor ao visitante um ambiente (com paisagem e personagens locais e da época) para que ele (visitante) construa um diálogo entre os personagens apresentando tudo que conseguiu aprender sobre a localidade. Claro que tal atividade é pensada para um determinado público alvo (alunos do ensino fundamental II), mas seria uma forma de perceber e/ou de avaliar a compreensão do visitante. Denis Harmony."
No filme 12 anos de escravidão de Steve McQueen, é retratado outra forma de conseguir a carta de alforria que era através de um benfeitor que quitava a dívida do escravo e em troca este trabalhava gratuitamente por um tempo determinado para seu fiador.
"Escravos que almejavam a liberdade podiam adquirir empréstimos para pagarem aos senhores o valor esperado para Alforria; contudo, contrair dívidas é um tanto quanto perigoso quando se leva em consideração os poucos recursos permitidos aos escravos. Outra opção seria a tentativa de fugir e a formação de quilombos*, ambas sem respaldos legislativos. Quando as tentativas falhavam os escravos sofriam graves punições, mas se conseguissem êxito, ainda assim tinham que se preocupar com possíveis tentativas de “resgate” de seus senhores. Muitos escravos africanos reagiram à opressão imposta pelo sistema escravista por meio de rebeliões, abortos, suicídios e fugas.
* Segundo Johncy de Pádua e Sheldon P. de Assis, a palavra “quilombo” significa “acampamento na maioria das línguas bantas da África Central e Centro-Ocidental.”. Referência: PÁDUA, JOHNCY; ASSIS, S.P. História do Brasil. São Paulo: Sistema Coc de Ensino. p. 34,35."
"A freguesia de Nossa Senhora de Brotas compreende uma grande região que passa por Mariquita, 2 de Julho, Fonte Nova no Dique, até os limites da Pituba e Armação. Era uma freguesia despovoada que continha algumas aglomerações populares desenvolvidas no entorno de sua matriz, a Igreja Nossa Senhora de

Brotas. Referência: http://ahistoriapresente.blogspot.com.br/2014/06/freguesias-de-salvador.html
Não consegui achar quase nada sobre o meu bairro na internet, tentarei o Arquivo Público para mais informações."
"A cultura negra até o século xix era tida como herege e como atrasada. Seus praticantes sofriam perseguições por não aceitarem os princípios eclesiásticos impostos pelo Cristianismo.
A música negra fundou bases para os mais diversos gêneros musicais conhecidos hoje no Brasil. O samba, maculelê e maxixe são as principais formas de expressão musical trazidas pelos africanos.
Não só no Brasil, mas em todo o mundo, a musica negra é altamente influente para o meio artístico, e deu origem aos ritmos mais aclamados mundialmente, o rock e soul music. Referência: http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria"
"Salvador, privilegiada por rios, lagos e fontes que proporcionavam água para seus habitantes, teve em 1600, nas terras da Fazenda Santo Antônio do Queimado, uma fonte de água (Fonte do Queimado) descoberta pelos jesuítas da região.
Durante muitos anos a forma de abastecimento de água pela cidade se dava se forma muito escassa. Os habitates se dirigiam às cisternas, chafarizes espalhados pela cidade captavam água necessária (ou a que conseguia) e levavam em animais até seus destinos.
Segundo dados do Museu Arqueológico da Embasa, em janeiro de 1853, o presidente barão de Cotegipe assina contrato com a empresa privada Companhia do Queimado (que até então, era responsável pela distribuição de água à população) que no mesmo ano contruiu uma represa numa das nascentes do Io Camurugipe. Nos anos seguintes foram instalados dois reservatórios metálicos com capacidade de 100 mil litros cada um, que acabou por originar o nome do bairro Caixa d' água."
"O bairro do Engenho Velho da Federação até o século XIX era um engenho de cana de açúcar, por isso leva este nome. No final do século XIX as terras do engenho foram compradas e depois loteadas entre as famílias da aristocracia baiana que pouco a pouco foi deixando o local, enquanto uma população mais pobre ocupava a área. Nesse período o bairro não possuía área asfaltada, água encanada, luz elétrica e as casas eram de taipa.
Negro refugiados de outras fazendas, vinham para cá e permaneciam enquato durava a colheita das lavouras e quando acabavam iam para o Terreiro de Bogum.
Em 2005 o governo federal reconheceu o bairro Engenho Velho da Federação como um Quilombo urbano, afinal a região possui história de resistência da herança afro-brasileira."
Os professores da Rede pública deveria trabalhar com seus alunos a História do

bairro, onde a escola está. Ficaria interessante e enriquecedor para a História. Além, de que na universidade enquanto processo de formação não estudamos uma História especifica de bairros, poderia se ter até esta proposta dentro da academia.
Esta ferramenta, muito útil porque não precisa de internet. O que pode ser trabalhado em escola públicam principalmente para compreender formação de quilombos.

ANEXO 17 – Relatório das participações no banco de dados "reclame aqui! " no primeiro ciclo de aplicação

Não visualizo as imagens.
só uma certa dificuldade na navegabilidade
Excelente ferramenta de ensino para ser utilizado nas aulas de história, porém as dificuldades de acesso ao Museu Virtual foram muitos desde o momento de baixar o arquivo do programa até a navegabilidade do cursor do mouse. Seria interessante uma plataforma que facilitasse o acesso mais rápido. A construção gráfica se mostra adequada com algumas falhas pontuais
Ausência do cursor do mouse, dificultando a navegabilidade pelo Museu
O mouse não é identificado
Apresentar referência da música.
O texto inicial deverá ser em formato justificado. Verificar a questão do público alvo: museu para quem? Está com linguagem acessível a pesquisadores, porém para público em geral, pessoas da comunidade, adolescentes, idosos etc. está muito rebuscada. Sobre o mapa introdutório senti a necessidade de reportar à origem desse povo do quilombo, ou seja, África. Poderia mostrar antes o mapa do continente africano destacando os países que originaram o povo que veio para este quilombo. Contextualizar mais antes de chegar ao mapa das freguesias de Salvador. Em respeito aos personagens vindos de África
Achei que o mapa poderia ter mais animações e ser mais didático, para o público não perder interesse. Com ilustração das igrejas, fortes e algumas construções e paisagens. O mapa poderia ser apresentado em velocidade reduzida, achei muito rápido.
Nas fontes senti a necessidade da presença dos negros carregadores de água. A cor do rio é estranha e senti falta de peixes
Seria interessante que os personagens interagissem com o público. Ao invés de ter somente textos, poderia ter personagens explicando e mostrando os espaços e as informações. A fonte da letra pode ser um problema para pessoas mais idosas, por isso, sempre fazer a pergunta: museu para quem? Seria interessante colocar mais animações e placas nos caminhos como no trecho da ladeira do Cabula, que é atual Rótula do Abacaxi. Reportar o público a reconhecer e identificar os lugares fazendo conexão entre o antigo e atual.
Poderia ter uma indicação clara com identificação das espécies vegetais da época como inhame por exemplo.
O rio é muito estranho. A cor poderia ser outra e mostrar presença de vida, peixes, aves etc.
Quem é Cristiano Buys? De onde veio?
Poderia ter uma placa mostrando onde é atual Pernambués.
No Rio Saboeiro por chamar mais atenção sobre as águas seria interessante o som das mesmas. Acrescentar animais como peixes e aves
A cor da água é estranha. Sinto falta de animais como vacas, galinhas, bois, cavalos etc.

Senti falta de árvores frutíferas no caminho.
Sinto falta de animais e árvores frutíferas.
Poderia apresentar elementos da arte feita pelas pessoas que viviam no quilombo.
Sobre o rio, água estranha, sinto falta de peixes e mais vida.
É muito difícil usar o mouse. O público poderá desistir de passear no site por isto. O ícone do mouse poderia ser a marca do site.
Verificar correções ortográficas nos textos. Há alguns erros. Rever
Poderia ter a parte de elogios do trabalho. Considerei muito interessante a proposta, que apesar de precisar de aprimoramentos, está trazendo à luz uma parte significativa da história do quilombo do cabula. Fiquei impressionada com os caminhos percorridos, o respeito aos personagens, a trilha sonora.
Apresentar ficha de identificação de peças e/ou personagens com informações específicas além dos documentos de referência.
A ausencia do cursor do mouse, dificultando a navegabilidade pelo Museu. Sugestiono, que o cursor do mouse, seja colocado, mas, com a logo marca do Museu. Ficará perfeito!
Os textos introdutórios do Museu, para dar ideia de organização deveria está com alinhamento justificado. A linguagem do texto, está voltada para acadêmicos. Mas, penso que por ser um Museu a linguagem deveria ser simples, já que a acessabilidade a todos devem ser fundamental.
O mapa introdutório que faz a delimitação das freguesias, poderia utilizar miniaturas ilustrativas, sinalizando didaticamente as freguesias.
Os personagens do Museu, além do texto que contém o dialógo, poderia ter um áudio com o mesmo texto. Assim, poderia ter uma outra opção de interação. Acredito, que o Museu poderá futuramente se adaptar para os portadores de necessidades especiais diversas.
Sugestiono, os créditos da música que soa ao fundo do largo da Soledade. Veja, onde pode ser colocada esta referência
A fonte ou grafia que aparece neste Museu é de época. A impressão que dá e de caneta tinteiro. Até o número da fonte está perfeito! Porém, é necessário que se pense sobre as pessoas que possui dificuldade visual. Será que esta letra é compativel?
A autora Luciana Martins, cita no seu texto a presença de negros como carregadores de água. Contundo, não aparece os mesmos na fonte? Cadê os negros carregando água? Atualmente, passando pelas poucas fontes públicas de Salvador, notamos a presença de negros, tomando banho, carregando água entre outras necessidades.
Este rio que passa ao lado da fonte do Queimado, tem nome? Água, desde aquele período já possuia esta cor escura? Acredito, que a poluição era bem menor em relação aos dias atuais. Senti, falta de peixes e outros animais de água doce, isso se exisitia neste rio em específico.
A velocidade do mapa que mostra as freguesias de Salvador, está com a velocidade rápida. Acredito, que diminuindo a velocidade, perceberemos melhor o mapa com a divisão das freguesias.
De que eram feitas estas casas? Faltou, sinalizar se tem plantações de inhame. Já que mostra um carregador neste momento.
Além do botão Reclame aqui, deveria ter um outro que seria Elogios/ Sugestões. Pois, não podemos deixar de falar o quão é importante esta ferramenta museólogica/histórica.
Gostaria que informasse o crédito do áudio de fundo do Terreiro de Nhá Maria. Já que existe referências, durante a fala dos personagens.
Este rio, sempre foi poluido? E os peixes e outros animais de água doce?
Em todas as placas que sinalizam, os lugares onde está passeando, deveria não só

remeter o nome antigo, mas, o nome atual. Isso, serve de interação e que o visitante, situe-se lembrando do local atualmente. Exemplo: Cruz do Cosme - Pau Miúdo. Isso, só deve ser feito em locais que não remeta o nome atual.
Por que Cristiano Buys, o nome desta rua?
Não possui nenhuma placa, sinalizando o bairro de Pernambues, antes de chegar entre: Saboeiro e Barreiras. O mesmo compreendia o quilombo? Pois, antes de chegar aqui percebi uma estrada de bairro e supus ser Pernambués.
Este negro que faz a recepção na chegada do quilombo, poderia ter um áudio com esta fala. Isso, ficaria atrativo como interação.
Percebi, que não possui uma placa "Voltar" no trecho de chegada do Quilombo, pois, senti necessidade de retornar a antiga ladeira do Cabula.
Senti a falta de animais, tipo: boi, vaca, galinha, cavalo e outros de época. E a mata, somente verde? Deveria ter árvores frutíferas pelo caminho
Gostei da movimentação das águas do rio. Porém, faltou o som das águas. Poderia, ser o mesmo que toca na fonte do Queimado.
Senti falta, durante o percusso de animais, como: boi, vaca, galinha, cavalo, pássaros, entre outros. Sem contar, a presença de árvores frutíferas, como: laranja de umbigo que era o forte da região.
Durante, o percusso percebi que tem casas, sendo uma e outra distante. Isto ficou bem legal! Mas, poderia ter uma pessoa e outra também. Mesmo, não dialogando. Senti falta de pessoas, como se estivesse andando nestas estradas. Isso, mostra o sofrimento de se deslocar, naquela época.
Poderia ter uma interação de adentrar estas casas. Pois, teria uma noção de como era organizadas. Seria fantástico!
Faltou pessoas neste largo do Saboeiro. Somente casas? Qual a função disso?
A jaqueira, não poderia está somente aqui. Mas, em outros espaços de interação do Museu. Já, que a mesma era numerosa na região do Cabula.
Senti falta do som das águas e dos animais de água doce, como: peixes. Sem contar, a cor da água que aparenta ser escura. Já era poluido?
Deveria ter um negro, mostrando justamente o que está escrito neste texto. Um negro, fazendo a conexão com a sua fé. Isso, também é simbolo de resistência do quilombo.
Tanto, a mangabeira como a laranjeira estão bem ilustradas neste espaço. Mas, poderia estas mesmas está espalhada em diversas partes do quilombo. Já, que esta árvores frutíferas, não só era de um único arraial do Cabula.
Possui as frutas, mas não mostra as árvores frutíferas?
Precisa, consertar erros de datas nas referências. Tipo, a entrevista foi cedida em 2016, por que 2015? Isto, na parte do banheiro da Engomadeira
O céu está lindo? Mas, cadê os pássaros? Talvez, borboletas. Nos trechos, poderia também ser colocada, as cobras.
Reafirmo, deveria contem a opção: "Elogios", pois, ficou show, este largo da Engomadeira.
Existe ferramentas, sendo utilizadas pelos escravos, no Largo da Engomadeira, porém, não identifica o nome das mesmas.
Em vez, do som do batuque, poderia ser o mesmo utilizado na fonte do Queimado.
Além da água, continuar um pouco escura, deveria ter os peixes. Pois, o escravo tem a rede, mas, não tem o peixe?
Como, havia dito anteriormente que é importatissimo destacar a distância entre uma casa e outra. Mas, deveria ter pessoas, entre estas casas. Quer seja, na porta ou caminhando na estrada. Além, da falta de árvores frutíferas e animais, interagindo no espaço.
Deveria ter o crédito da música de fundo.
A ideia de pessoas, transitando pelas estradas, pode mostrar que tinha gente no caminho, até para se consultar com mãe Nicácia.

Não tem casas e outros personmagens, mesmo que na interação no Arraial do Arenoso?
Poderia, mostrar espiões do Conde da Ponte, escondido entre os matos. Já, que o escravo Simão alerta perigo!
Percebi que mesmo o Museu em fase de teste, deveria constar a ficha de identificação das peças. Já que neste espaço permanente, nem todas as informações especificas sobre as peças, constão. Este, link poderia está no final do Museu. Pois, ficaria a consulta de todos, para saber informações extras.
Uma sugestão futura, quem sabe, mas, ter jogos interativos no Museu. Tipo, sete erros, quebra cabeça, memória, criaria uma interação se o público, um exemplo fosse crianças, pois, eles adoram esta interação.
Deveria ter pessoas transitando, entre a estrada da Cruz do Cosme e o quilombo do Cabula, pois, além de mostrar a "andança" da população no deslocamento. Poderia, mostrar pessoas que estavam vindo se consultar com mãe Nicácia. Isso não é plausível?
Além, da ladeira do Cabula, qual nome desta região ao redor?
Fala que as terras do Arenoso, pertencia aos padres bentos, mas, existe alguma comprovação, senti falta desta informação.
O "construa sua História" tem um problema que requer atenção. Um exemplo: a documentação, possui catorze imagens, mas, só permite enviar um por vez. É interessante que pudesse anexar várias imagens no mesmo bloco ou que enviasse como zip. (Sugestão)
4- O som de fundo na minha opinião tratando de um local urbanizado deveria ser um fundo representando um mercado, um local de venda, pessoass noticiando coisas a vender, sinos da igreja, gritos de negros sendo castigados etc. Assim estando de acordo com o contexto apresentado.
Obs. Mandei em anexo na parte onxtrua a sua história uma imagem de 1838 da fonte do queimado. Pois da forma que a fonte está posto no museu ficou algumas lacunas como: os agentes que se beneficiavam da fonte, porque eles não estão representados nesse cenário (Lavadeiras, e carregadores de água de ganho com seus animais , cirança brincando ao redor etc.) ? E se passar a está a musiça do fundo devera ser cantigas que as lavadeiras geralmente contam no exercício de suas atividades. Ver as Ganhadeiras de Itapuã.
Opa! Nessa parte, sente falta realmente do toque congo-angola, que é uma toque que chama qualquer um para dançar, é convidativo, um toque bem alegre. Ver o tanque do Candomblé Bate Folha, favor não considerar o que está sendo cantado, apreciar somente o toque . Link: hhttps://www.youtube.com/watch?v=pMnyKQAEoPQ Um outra observação que faço é em relação ao momento em que esses toques aconteciam, era sobre a noite, madrugado. Veja o cenário!
Opa! Nessa parte, sente falta realmente do toque congo-angola, que é uma toque que chama qualquer um para dançar, é convidativo, um toque bem alegre. Ver o tanque do Candomblé Bate Folha, favor não considerar o que está sendo cantado, apreciar somente o toque . Link: hhttps://www.youtube.com/watch?v=pMnyKQAEoPQ Um outra observação que faço é em relação ao momento em que esses toques aconteciam, era sobre a noite, madrugado. Veja o cenário!
Tenha uma dúvida , nas matas do cabula qual os tipos de árvores tinha ? Pois até aqui eu só vir um tipo de representada.
Necessidade de inserir a seta guia para identificar as informações!!!
A fonte utilizada no hint das informações... e no museu em geral não está de agradval leitura. Pois ja se entende que se trata de um período antigo. e não sria uma fonte legível e moderna que iria descaracterizar o momento histórico.
A falta da seta é um fator prponderante para o usuário abandor a aplicação. Pois

deve ser considerado usuários que não possuem habilidade com computador!
vejo a necessidade de contribuir com informações históricas da importância desta ladeira para o contexto do Cabula.
Seria importante que existisse narrações dos principais personagens. Tornaria mais dinâmico.

ANEXO 18 – Relatório das participações no banco de dados "reclame aqui! " no segundo ciclo de aplicação (88 participações)

Toda vez que o usuário acessa o museu ele precisa registrar o formulário todo de novo. Seria interessante que pudéssemos salvar o percurso e registra nosso login. Assim, todas as vezes que retornarmos ao museu bastaria acessar o login e continuar do ponto em que salvamos.
1)Essa caixa de texto não dá a opção de clicar em enter, somente permite texto corrido, das 2 vezes que tentei o enter, perdi o texto e tive que refazer tudo de novo. Além disso, não tem uma barra de rolagem nessa caixa que me permita acompanhar o texto que estou escrevendo logo abaixo, o que me fez abrir várias caixinhas para dar minha contribuição. Isso é fundamental já que será nesse espaço que o interator contribuirá 2)A navegação do usuário fica muito comprometida pois a seta do mouse não está alinhada com a seta que sinaliza os ícones do museu, isso contribui para que o usuário perca o interesse em continuar interagindo. 3) Ao fazer o download no PC o ícone com o executável que apareceu na área de trabalho não funcionou, então era preciso retornar ao site do museu ou procurar o arquivo do download para poder interagir;
O texto introdutório poderia está justificado.
O cursor do mouse poderia ser a logo marca do Museu.
O texto introdutório deveria ser justificado e com uma linguagem mas clara, pois, não compreendo algumas coisas, pelo fato de não ser estudante de História.
Os personagens principais deveria ter áudio, isto deixaria o Museu, mas dinâmico.
Senti falta de animais, como: peixes, mariscos e burros com a carga de água.
Onde está os inhames informado no texto?
Senti falta de animais no percusso da estrada.
Poderia ter uma pessoa, atravessando a ponte do rio. Está deserto!
No percusso de ida ao Cabula, deveria existir pessoas caminhando na estrada.
Porque Cristiano Buys?
Esta região que ficava o rio, qual era o nome?
Onde fica a entrada do bairro de Pernambués e São Gonçalo?
Deveria ter pessoas nas entradas das casas, bem como caminhando na estrada. Isso era muito comum!
Falta pessoas nesse largo, ficaria legal!
As estradas em si, lembra bem como era quando cheguei com a minha família já no final da década de 70. Parabéns!
Deveria ter algumas pessoas, próximo neste rio. Geralmente, tomando banho, lavando roupas, pegando água, etc.
Este personagem deveria ter áudio, já que ele é o recepcionista de entrada.
Faltou alguns peixes e outros animais.
Senti faltas de árvores frutíferas, tipo: laranjeira, mangabeira, goiabeira, mangabeira, licurizeiro, jaqueira, entre outras. Esta região era rica em frutas!
Senti falta de ervas medicinais, pois, existia muitas, dentre elas: maria preta, alumã, tapete de oxalá, mastruz, entre outras.
Senti falta de pessoas transintando na estrada, arvores frutíferas, ervas medicinais.
Os textos ficaram muito longos para leitura, poderia ter personagens principais

falando.
Porque terras dos padres Bentos?
Senti falta de pessoas na estrada....
O texto introdutório deveria está justificado.
O mapa que traça a delimitação das freguesias ficou ótimo. Porém, deveria destacar a freguesia que está sendo trabalhada.
Os personagens principais, deveria ter áudio, pois, textos longos se torna cansativos.
Senti falta de animais, entre eles: cobra, passaros e entre outros.
Cada parada em uma localidade, deveria remeter um mapa da localização atual do local. Isso é importante!
Onde fica a Crystiano Buys, atualmente?
Não existia vida neste rio?
A distância de uma localidade para outra, mostra que a geografia foi praticada a letra neste Museu. Parabéns ao geográfo!
Deveria ter animais, pessoas transitando nas estradas, ervas medicinais e arvores frutíferas.
Não existia o bairro de Pernambués, Arraial do Retiro e Sao Gonçalo?
O cursor do mouse, poderia ser a logomarca do Museu.
O texto introdutório deveria está justificado e com uma linguagem clara.
O mapa das freguesias, poderia está mas didático, no sentido de uma compreensão educacional.
O funcionário público deveria ter um áudio, ao invés de texto.
Ausência de animais terrestres, como um burro carregando água. E peixes, neste rio já que existe um negro com uma rede.
Porque Cruz do Cosme?
Cade os inhames?
Deveria ter pessoas caminhando, como se estivesse indo em direção ao Cabula.
Porque Crystiano Buys?
Senti falta de árvores frutíferas, no trecho até chegar na ladeira.
Senti falta de peixes e pessoas praticando atividades diárias neste rio. Vamos movimentar a região!
Personagem principal deveriam ter áudios. Os textos estão longos!
Não existe vida no largo do Saboeiro?
Ninguém frequentava este rio? Não existia nem um despacho?
Não existia árvores frutíferas na região? Somente árvores verdes?
Faltou animais (peixes) neste rio!
Deveria ter jogos interativos neste Museu, tipo: quebra cabeça, jogo da memória, sete erros....
Faltou pessoas transitando a estrada e árvores frutíferas. Cade os laranjais?
E o negro Beiru, senti falta dele!
Terras dos padres bentos, como assim?
O cursor do mouse poderia ser a logomarca do Museu.
A linguagem poderia ser clara do texto introdutório, pensando em todos os públicos.
Os personagens principais, poderiam ter áudio. Os textos estão longos. Penso, num público que nao gosta de ler.
Os personagens deveriam ter áudios.....
Poderia ter árvores frutíferas no trajeto....
As fichas de identificação deveria está no site do Museu, pois, o arquivo para baixar é extenso.
Coment?rio: Salvador, privilegiada por rios, lagos e fontes que proporcionavam ?gua para seus habitantes, teve em 1600, nas terras da Fazenda Santo Ant?nio do Queimado, uma fonte de ?gua (Fonte do Queimado) descoberta pelos jesu?tas da

regi?o. Durante muitos anos a forma de abastecimento de ?gua pela cidade se dava se forma muito escassa. Os habitates se dirigiam ?s cisternas, chafarizes espalhados pela cidade captavam ?gua necess?ria (ou a que conseguia) e levavam em animais at? seus destinos. Segundo dados do Museu Arqueol?gico da Embasa, em janeiro de 1853, o presidente bar?o de Cotegipe assina contrato com a empresa privada Companhia do Queimado (que at? ent?o, era respons?vel pela distribui??o de ?gua ? popula??o) que no mesmo ano contruiu uma represa numa das nascentes do Io Camurugipe. Nos anos seguintes foram instalados dois reservat?rios met?licos com capacidade de 100 mil litros cada um, que acabou por originar o nome do bairro Caixa d' ?gua.
O cursor do mouse, poderia ser substituido pela logomarca do Museu.
O mapa deveria ter uma sinalização em destaque da freguesia.
Os personagens principais deste Museu, deveria ter um áudio ao inves de texto. Ficaria dinamico e divertido!
Ausência de animais no rio. E a falta de um burro da agua carregando. Era comum, animais carregando agua.
Onde está a plantação de inhame?
Faltou pessoas transitando as estradas. Uma ou outra; Achei, estradas muito vazias.
Faltou arvores frutíferas e animais entre cobras, vaca, burro e etc.
Nome desta regiãp? Avenida Barros Reis?
Por que Cristiano Buys?
Senri falta de pessoas indo em direção ao Quilombo. Não iam muitas?
Deveria ter sido, mas clara a periodização, apesar de no inicio falar que estamos no incio do século XIX, mas qual o momento?
Onde está o bairro de Pernambues e São Gonçalo?
Cade os laranjais de umbigo do Cabula?
Reafirmo que os personagens principais deveriam ter áudio. Ficaria bem divertido!
Cade as pessoas deste largo?
Poucas arvores frutíferas e animais de agua doce.
Faltou negros fazendo seus despachos nas aguas. Já que possui um texto falando da importância da mesma.
Deveria ter jogos interativos, tipo: memória, forca, sete erros, etc.
Faltou peixes na mão do pescador e animais de agua doce no rio.
Faltou a presença de árvores e animais terrestres.
Faltou falar sobre ervas medicinais.
Por que Terras dos Padres Bentos? Qual fonte histórica?
Deveria ter um botão elogio. O museu ficou muito bom. Parabéns Luciana!

ANEXO 19 – Fontes manuscritas que formam transcritas

● AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807

01- 157 Ill.mo e Ex.mo Senhor

02- N° 48e

03- L

04- Pode succeder que conte a V. Ex.ª que eu procedêra à huma

05- prizão de grande numero de pessôas, e ignorando-se o motivo

06- verdadeiro deste procedimento, [excitar-se] algum cuidado, ou

07- pelo menos dezejar V. Ex.ª saber com certeza este facto, que

08- não deixaria de fazer lembrado o do anno de 1795 Gover-

09- nando esta Capitania Dom Fernando Jozé de Portu-

10- gal; esta consideração he bastante para q' eu participe a V.

11- Ex.ª que sendo repetidas, emuito frequentes as dizersoens

12- de escravos do poder de sua Senhora, em cujo serviço se occu-

13- pavão há annos, a que neste Paiz chamão ladinos, entrei

14- na curiozidade (importante nestes estabelecimentos) de sa-

15- ber que destino seguirão, e sim grande difficuldade conhe-

16- ci que nos suburbios desta Capital, e dentro do Matto de

17- que toda ella he cercada, eram innumeraveis os Ajunta-

18- mentos desta qualidade de gente, os quaes dirigidos por mã-

19- os de industriozos Impostores alliciavão os credulos, os

20- vadios, os supersticiozos, os Coubadôres, os criminózos, e os

21- adoentados, e com huma liberdade absoluta, danças,

22- vestuarios caprichózos, remedios fingidos, bençãos, e oraço-

23- ens fanáticas, folgavão, comião, e se regalavão com a mais

24- escancarada offença de todos os direitos, Leys, Ordens, e
25- publica quietação.
26- Mandei chamar no dia 29 de
27- Março deste anno com o desfarse, e cautela necessa-
28- ria o Capitão-mor d' Entradas, e Assaltos do termo desta
29- Cida-

Fl.01v

30- Cidade Severino da Silva Lessa, e comfirmeza lhe pro-
31- testes q' eu ficava desde aquella hora responsavel pela dis-
32- persão de taes Quilombos, para a qual deligencia lhe pres-
33- taria todo o auxilio que me requeresse, não pense V. Ex.ª q'
34- elle deixasse de tremer ao ouvir esta minha resolução, e na-
35- da mais me respondeo, que partia a executa-la, mas q'
36- ficava perdido.
37- No dia 30 me requereo oitenta ho-
38- mens da Tropa de Linha escolhidos, e bem moniciados,
39- e com os Officiaes do Matto, e Cabos de Policia q' lhe pa-
40- recerão capazes se cerearão varias destas casas, e Arraia-
42- es na distancia de duas legoas desta Cidade para
43- os sitios q' se denominão Nossa Senhora dos Mares,
44- e Cabula, e com a fortuna de se aprehenderem setenta
45- e oito pessôas destes agregados huns escravos, outros
46- fôrros, e dois dos principaes cabêças: houve alguma
47- rezistencia, e pequenos ferimentos, mas nada que me

48- reça maior attenção.

49- Os pretos achados nestes

50- ajuntamentos mandeios pª o Arsenal emprega-

51- dos nas Reaes obras, e as Mulheres pª as Cadeias

52- da Cidade, emquanto senão formalizava hum

53- suminario, e processo destes factos, e a vista delle se

54- [conhecasse] o delicto dos Cabeças, e seus sócios para

55- se lhes imporem as penas q' parecerem mais con-

56- for-

Fl.03

57- formes com as Reaes Ordens, encarregando desta

58- Devassa ao Dez.^{or} Ouvidor Geral do Crime, [e já] ella

59- está procedendo.

60- Muitas cauzas me movêrão à es-

61- tá deliberação, alem da expressada, havia poucos tem-

62- pos q' no Rio das Contas Cons.^{ca} de Ilhéos no sitio do

63- Oitizeiro se tinha por Ordem minha destruido hum

64- grande Quilombo athée já com Cóssas, e plantaço-

65- ens, cuja Devassa foi incarregada ao Ouv.^{or} respectivo

66- pª o conhecimento do Chefe, q' foi pronunciado, e exis-

67- tem outros de consideração, q' espero arrazar, nascen-

68- do destas doctrinas o convida-me se Escravos dos En-

69- genhos a se armarem Coroneis, e Tenentes Coroneis

70- com festejos, cantorias, e uniformes, o que ouço con-

71- tar aos próprios Senhores com indifferença, e merece

72- bem a pena de eu tomar cautelozas medidas, e com

73- prudencia dispersá-los, visto que he difficultôzo o fa-

74- zê-los recuar em hum momento todo o caminho

75- que com tanta indulgencia se lhes tolerou cami-

76- nharem; porem se V. Ex.ª bem se informar, os

77- Escravos fazem ja muita differença na obedi-

78- encia devida aos seis Senhores, e os Forros guar-

79- dão muito maior respeito aos brancos de q guarda

80- vão, e pª bem se fazer hum justo conceito do quanto

81- seja necessariâ efficaz vigilancia neste

82- ar-

Fl.02

83- artigo, recomendando muito á V Ex.ª a particular atten-

84- ção sobre o alistamento geral dos indivíduos desta

85- Colonia, cujo Mapa dirigirei á Prezença de V. Ex.ª

86- logo q' esteja concluido.

87- Deos Guarde a V. Ex.ª muitos annos Ba-

88- hia 7 de Abril de 1807,,

89- Illmo e Exmo Sor Visconde

90- de Anadia

91- Conde da Ponte.

● AHU. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788

Requerimento do capitão-mor Silverio da Silva Leça, no qual pede a confirmação régia da seguinte patente. 13.649

Carta patente pela qual o Governador D. Fernando José de Portugal nomeou Silveio da Silva Leça capitão-mor de entradas e assaltos do distrito de Cabula e mais freguesias do Pilar, Santo Antonio, Pirajá e Brotas.

Bahia, 4 de dezembro de 1788. (Anexa ao n. 13.649). 13.650

doc_13.649

Fl.01r

01- Passe Patente de confirmação Lisboa Senhora

12 de Outubro de 1780.

[rubricas]

Diz Silverio da Silva Lessa, que o Governador, e Ca

05- pitão General da Capitania da Bahia o nomeou no Posto de Ca

pitão Mor de entradas e assaltos do Distrito do Ca

bula, e mais Freguesias da parte do Norte, como consta

da Patente junta, e por que necessita de confirmação dela.

Para Vossa Majestade lhe faça mercê mandar se lhe pas

10- se Patente de confirmação do referido

posto.

Expedida por duas vias em

13- 14 de Dezembro de 1789. E receberá mercê.

doc_13.650

Fl.01r

01- Dom Fernando Jozé de Portugal do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima,

Governador, e Capitão General da Capitania da Bahia *etecetera* Faço saber aos que esta Minha Carta Patente virem, que tendo res-

peito ao que Sua Majestade é servida determinar na Real Carta de dois de Novembro do Ano passado, sobre a regulação das

Tropas auxiliares, e ordenanças desta Capitania, e a que se faz necessário igualmente regular os oficiais de entradas, e assaltos do Dis-

05- trito desta Cidade, que compreende o sítio do Cabula, e mais Freguesias, que lhe foram destinadas da parte do Norte, nomeando um Ca-

pitão mor para o mesmo Corpo, a fim de evitar-se os continuados roubos, que cometem os negros foragidos não só desta Cidade, mas os dos Enge-

nhos do seu recôncavo, juntando-se para isso em Quilombos, dos quais fazem as maiores hostilidades; e por concorrerem na pessoa de Severino

da Sila Lessa, que já havia ocupado este Posto, com inteira satisfação, tendo antes servido o de Porta Estandarte da Cavalaria Auxiliar

desta Guarnição, com honrado procedimento; e por esperar, que daqui em diante continuará muito conforme a boa confiança, que dele faço. Hei

10- por bem de nomear, como por esta nomeio, ao dito Severino da Silva Lessa, no Posto do Capitão mor de entradas, e assaltos do Distrito desta Cidade,

que compreende o sítio do Cabula, e mais Freguesias, que lhe foram destinadas da parte do Norte, como qual não vencerá soldo da Real

Fazenda, mas gozará de todas as honras, graças, franquezas, preeminências, privilégios, isenções, e liberdades, que lhe tocam, podem, e devem tocar

aos mais Capitães mores das entradas, e assaltos desta Capitania. Pelo que o hei prometido de posse, e dará o juramento nas mão do Se-

cretário de Estado, de que se fará assento nas Costas desta. Ordeno aos oficiais maiores, e menores de Guerra, e Milícia desta Capitania, o co-

15- nheçam, honrem, estimem, e reputem por tal, o mesmo façam os seus subordinados, cumpram, guardem, e executem suas ordens, no que for pertencente

ao Real Serviço, como devem, e são obrigados, e ele o será a mandar confirmar esta em seis meses seguintes a sua data, como determina o Cap.

16 do Regimento deste Governo. Em firmeza do que mandei passar esta sob meu sinal, e selo de minhas Armas, que se registrará nos Li-

vros da Secretaria do Estado, e nos da Vedoria Geral a que tocar. João Vaz Silva a fez na Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos aos qua-

tro de Dezembro. Ano de mil setecentos, e oitenta e oito. Joze *Theide* Carvalho, Albuquerque. Secretário de Estado, e Guerra do Brasil a fez escrever.

20- D. Fernando Joze de Portugal

Carta Patente pela qual Vossa Excelência teve por bem nomear a Severino da

Silva Lessa no Posto de Capitão mor de entradas, e assaltos do Distrito do Cabula, e mais Freguesias, do Pilar, S. Antonio,

Penha, Pirajá, e Brotas, que lhe foram destinadas da parte do Norte, em observância da mesma Real Carta de dois de Novembro

do ano passado, na forma acima expressada.

25- Para Vossa Excelência ver.

Fl.01v

01- Por Despacho de Sua Excelência de 29 de Novembro Cumpra-se, e registre-se Bahia 9 de Março de

de 1788 1789

Seixas

Nesta Secretaria de Estado, e Guerra do Brasil Registrada no Livro 35 de Registros desta Vedoria

05- a folha 129 do Livro 34 de Patentes do Governo, fica esta registrada Geral da gente de Guerra a que toca a folha 70

Bahia a 4 de Dezembro de 1788 e notada a margem do Registro da primeira Patente

Albuquerque no Livro 31 à folha 357 Pagou 1$160 réis D^{s}

9 de Março de 1789

Gularte

10- Dei pose ao provido, e jurou na forma do estilo. Bahia 5

de Março de 1789

Jozê Pires de Carvalho, Albuquerque

O Doutor Thomás Ignacio de Moraes Sarmento de Desembargo de

Sua Majestade F. seu Desembargador na Relação desta Cidade da Bahia

15- e nela Ouvidor Geral com vezes de Corregedor do Civil da Cor-

te e Juiz das Justificações de Índia e Mina

e alçada parte dita Senhoria que Deus Guarde. Faço saber aos que

a presente Certidão de Justificação virem que me constou por fé

de Escrivão de meu cargo o que está sob escrito se[...]a

20- forma porta aos pé da Patente retro do próprios

Ilustríssimo e Excelentíssimo Governador e capitão General desta Capita-

nia D. Fernando José de Portugal, como tam-

bém todas as mais dos próprios nela conteúdas

e que hei por justificado na Bahia aos 7 de Maio

25- de 1789 e eu Manuel Thome Jardim de Sou

D40r za Usel Escrivão a sob escrevi.

27- Thomas Ignacio de Moraes Sarmento

● AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). 005, Cx. 191, n. 14031. Ano 1790

1790, Maio, 4, Lisboa

CARTA PATENTE da rainha [D. Maria I] confirmando Inocêncio de Campos no posto de sargento-mor de Entradas e Assaltos do distrito de Cabula.

Fl.01r

01- Dona Maria por Graça de Deos Raynha

de Portugal, e dos Algarves, dáquem, e dálem Mar, em África Senhora da Guiné, e da

Conquista Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, *eteceteta.* Faço saber

aos que esta Minha Carta Patente de confirmação virem: Que tendo concideração a

05- Ignocencio de Campos se achar provido por Dom Fernando Jose de Portugal, Governador, e Ca-

pitão General, da Capitania da Bahia, na conformidade da Minha Real Carta de dois de No-

vembro do ano de mil settecentos oitenta, e sette no Posto de Sargento Mor de Entradas, e

assaltos, do Districto do Cabula, de que é Capitão Mor, Severino da Silva Leça: atten-

dendo a estar servindo o mesmo Posto, e por esperar delle, que en [sic] tudo que for encarregado

10- do Meo Real Serviço, se haverá com satisfação: Hey por bem fazer lhe merce de o confirmar /

como por esta confirmo/ no Posto de Sargento Mor de Entradas, e assaltos, do destricto do Cabula

com o qual Posto não vencerá soldo algum de Minha Fazenda, mas gozará de todas as honras, pre-

vilegios, liberdades, izenpçoens, e franquezas, que lhe pertencerem. Pelo que Mando ao Meo Go-

vernador, e Capitão General da Capitania da Bahia, conheça ao dito Ignocencio de Campos por

15- sargento Mor de Entradas, e assaltos do sobredito destricto, e como tal o honre, estime, deixe servir,

e exercitar o sobredito Posto de baixo da posse, e juramento que se lhe deo quando nelle entrou. E aos

officiaes maiores, e menores, de Guerra, e Milicia da dita Capitania o conhecão, honrem, estimem,

e reputem por tal, e o mesmo fação os seus subordinados, cumprão, e guardem suas ordens por escri-

to, e de palavra no que pertencer ao Meo Real Serviço, como devem, e são obrigados. E por fir-

20- mesa de tudo lhe Mandei passar a prezente por Mim asinada, e sellada com o Sello

grande de Minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa aos quatro de Maio._

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos, e no-

venta.

Conde da Cunha

25- Patente porque V*ossa* Mag*estad*e há por bem fazer mercê a Ignocen-

cio de Campos, de o confirmar no Posto de Sargento Mor de Entradas, e Assalttos, do Des-

tricto, da Cabula da capitania da Bahia, de que é Capitão Mor, Severino da Silva

Leça, em que foi provido, por Dom Fernando José de Portugal, Governador, e Capitão General

da sobredita Capitania, como nesta se declara.

30- Para V*ossa* Mag*estad*e ver.

Fl.01v

01- Por despacho do Concelho Ultramarino, de quatorze de Abril de mil setecentos,

e noventa.

O Conselheiro Francisco da Silva Corte Real a fes escrever_

04- Caetano de Brito, e Macedo a fez.

● APEB. Setor colonial. Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl. 97-98v.

Edição semidiplomática feita a partir da foto, tinta em processo de despigmentação. Ação de insetos.

(abreviatura) - desdobramento da abreviatura

(...) - escrito ilegível por dano no suporte

Itálico - escrita presumida

Fl. 97 foto DSC7491

[Tem 22 linhas de outros documentos]

23- Para o Dezemb(ar)g.(ad)or Ouvidor
Geral do Crime.

25- Tendo-me constado, não so por informaçoens

Fl.97v foto DSC7493

01- informaçoens de Pessoas, a quem tinha *con-*
fiado vigiar, e examinar, os escandalosos ajun-
tamentos, que se achavão estabelecidos nos
arebaldes desta Cidade, mas tão bem por sus-
05- peitosos indicios, e factos frequentemente
acontecidos, que taes Quilombos, sobre os
quaes mandao as Reaes Ordens, tomar as ma-
is cautelosas medidas, destroindo-os; e man-
dando conhecer por meio de escrupulosa de-
10- vassa quaes sejao seus principaes authores,
para contra elle se proceder, na conformidade
das mesmas Ordens, engrandeciao, e des me
didamente se augmentavão; e athe entre
se se communicavão; constando ja, talvez,
15- de 4, a 5 mil Pessoas, como se Collige, pe-
lo Arrayal, e Cazas de habitação, que nel-
les se achão construidas; tudo com manifes-
to prejuizo, e grande damno dos Senhores
dos Escravos, que para alli fugião, e dos Pro-

20- prietarios das Fazendas, que erão roubados
dos viandantes que erão assaltados, dos cre-
dulos que erâo enganados; alem dos insultos
a Religião; ataques aos costumes, e transgres-
são de todas as Leys, Ordens, e Providencias, pa-
25- ra a conservação do Socego, e tranquilidade
publica: mandei na noite do dia 30 de
Março passado cercar os Sitios das Bar-
28- reiras; *buraco*, e Sabueiro, e as cazas de José

Fl.98 foto DSC07494

01- José da Costa, preto forro, de Nasção Nagou, e
Antonio de Oliveira Borges; de Nasção Ge-
ge, no Sitio de N. S(enho)ra das Mares, e apre-
hender todos os individuos, que alli se achas-
05- sem; commettendo esta diligencia, a officia-
es de Entradas, e assaltos, auxiliados por oi-
tenta homens dos Regimentos de Linha
desta Cidade, e aos Cabos da Policia Jose Jorge,
e Antonio Jorge; e em virtude desta min-
10- ha Ordem, forão aprehendidos, e conduzidos a
esta Cidade, as Pessoas constantes da Relação
que acompanha esta; alem dos escravos
fugidos a seus Senhores, que conservo pre-
zos, para serem a estes entregues, logo que
15- se aprezentarem, como taes: dêve V(ossa)m(er)ce
por tanto proceder, nas mais escrupulosas
indagaçoens, para conhecer quaes sejão, os
princiapes cabeças destes Quilombos, e proce-
der contra elles, na conform(idade) das Leys; ad-
20- virtindo, que o preto Jose da Costa, danno de

huma das Cazas, no Sitio das Mares, se oppos,
com formal rezistencia; auxiliado pelo preto
Faustino, escravo de Fulano de tal Pena, desta
Cidade; maltratando ao Cabo da Policia, Jose
25- Jorge, que aprehendeo o primeiro, e seria mor-
to pelo segundo, se a espada com que o acomet
teo, nã fora de tão inferior qualidade, igual-
28- mente o preto forro Manoel da Silva, des-

Fl.98v foto DSC07495

01- descarregou hum golpe de espada em hum dos
soldados da deligencia para que contra estes,
se imponha a pena da Ley, com Rigor
que merece similhante atentado: in
05- cluza tão bem remetto a Relação dos trastes,
e Armas, que se acharão naquelle mome-
to, nos referidos lugares; para que a vista
de tudo, se fação os exames que forem neces-
sarios, para o conhecimento dos verdadeiros
10- factores; que muito lhe recomendo lem-
brame prevenilo, de que entre os individuos
referidos, na relação incluza pode acon-
tecer haver algum, que se intitule forro,
sendo captivo; e neste cazo, me fara conhe-
15- cer, para com elle se praticar o mesmo, que
tenho determinado, se observe a Respeito
dos outros Deos G(uard)e a V(ossa)m(er)ce B(ahi)a 2 de
Abril de 1807,, Conde da Ponte,, S(enh)or De-
19- zembargador Ouvidor Geral do Crime.

● APEB, Setor Colonial. Cartas à várias autoridades, nº 163, ano 1803 - 1808, fls 102 - 102v

Edição semidiplomática feita a partir da foto, tinta em processo de despigmentação. Ação de insetos.

(abreviatura) - desdobramento da abreviatura

(...) - escrito ilegível por dano no suporte

Itálico - escrita presumida

Fl.102

[As 14 linhas iniciais pertencem à outros documentos]

15- Para o Dezemb(ar)g(ad)or Ouvi-
dor Geral do Crime
Tendo dirigido a V(ossa)m(er)ce o Officio de 2 de Abril
de 1807, ordenando lhe, procedesse as indaga-
coens precizas, apra se conhecer quaes fossem
20- as principaes cabeças de similhantes ajunta-
mentos, e se proceder contra elles, conforme as
Leys fique V(ossa)m(er)ce na intelligencia, que o Al
vara de 3 de Março de 1741, sobre as penas
que manda impor aos Escravos achados em
Quilombos, e a Providencia da Ordenação d(it)o 1°
25- tt.° 58 §9, sobre os bandos, de que podem resul-

Fl.102v foto DSC07499

01- resultar mortes, roubos, ou ferimentos, a Car-
ta Regia expedida a este Governo em 1672
contra os feiticeiros que matavão os escravos, e
causavão outros muitos incommodos nos Re-
05- concavos desta Cidade, alem de frequentes A-
vizos em todos os tempos, dirigidos pela Se-
cretaria dos Negocios Ultramarinos, sobre

as cautelas, contra tão prejudiciaes ajuntamen-
tos de vagabundos, e vadios, sobre que dêvem
10- vigiar os Corregedores das Comarcas, como lhes
he Ordenado em seus Regimentos ord. L(ivro) 1
tt.°58; são motivos justissimos para os pro-
cedimentos, que lhe tenho ordenado; e logo
que forem concluidos V(ossa)m(er)ce remettera a
15- Secretaria deste Estado, por copia, os Au-
tos em que elles constarem; igualmente
remetto a V(ossa)m(er)ce; por copia, a Portaria pela
qual se acha authorizado, o Thesoureiro do
Senado da Camara desta Cidade, para re-
20- ceber as tomadias dos escravos aprehendidos
que seus Senhores deverão satisfazer; an-
tes de se lhes entregarem, os respectivos es-
cravos. Deos G(uard)e a V(ossa)m(er) B(ahi)a 24 de A-
bril de 1807,, Conde da Ponte,, S(enho)r Dezem-
25- bargador Ouvidor Geral do Crime./.

● APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl 123

Edição semidiplomática feita a partir da foto
[palavra] - suposição do que está escrito
(abreviatura) - desdobramento da abreviatura
(...) - escrito ilegível por dano no suporte

Fl.123 foto DSC07521
[Tem 05 linhas do documento anterior]

01- Para o Dezemb(ar)gad(or) Ouvidor
Geral do Crime

Mandei prender nas Cadeias desta Cid(ad)e,
os negros José, e Zacharias, o primeiro escravo
05- de F., assistente no Cabula, que se acha cons-
truindo humas Cazas novas, no mesmo Si-
tio; por me ser constante, ser o dito preto, o
encarregado de cortar os paos para os arcos,
que intentavão fazer, os negros Cabeças da
10- sediação; e o segundo escravos de Ignacio da
Arruda Pimentel; por ser aquelle que,
com o jornal pago pelos mencionados ne-
gros Cabeças, de meia pataca por dia, exer-
cia o cargo de Escrivão, e Secretario; escre-
15- vendo em Caracteres da sua nação, o que a
este objecto, entre se tratavão, para que V(ossa)m(er)ce
proceda as averiguaçoens, e acariaçoens pre-
cizas; e conheça destes factos; como he conve-
niente, a bem da deligencia, de que a este Res
20- peito o tenha incumbido. Deos G(uard)e a V(ossa)m(er)ce
21- B(ahi)a 2 de Julho de 1807,, Conde da Ponte.

● APEB, Cartas a várias autoridades, nº 165, 1807 – 1808, fl 90

Não há numeração original nas folhas
A numeração é feita a lápis

01- Para o Sargento mór das Orde
nanças da Repartição do Norte
Os encarregados por Vm.ce da dilligencia de recrutar
nos Sitios de Pirajá, e Cabulla; não me parecem terem
05- as circunstancias dezelozos executores, das Ordens
do Real Serviço; o que tenho reconhecido, pela qua-

lidade dos Recrutas que me tem remettido; do que
previno a Vm^{ce} para sua intelligencia, e pra me-
lhor desempenho desta importante deligencia.
10- D.^{s} G.^{e} a Vm^{ce} B.^{a} 23 de Novembro de 1807,, Con-
de da Ponte,, Senhor Sargento mór das Orde-
12- nanças da Repartição do Norte./

[Segue outro documento que não tem relação com o Cabula]

● **APEB. Correspondência expedidas para o rei, n. 144, ano 1808. fl 198.**

01- Copia,, Illmo e Exmo Senhor= Pela Secretaria deste Estado
remetto a V. Ex.ª o traslado da Devassa a que com observan=
cia do officio de V. Ex.ª de dous de Abril proximo ratifica=
do pelo outro de vinte e quatro do mesmo mez, procedi
05- sobre dous differentes objectos, o primeiro para por me-
io della se descobrir quem fossem os authores, e cabeças
dos criminozos ajuntamentos, e quilombos, que se havi=
aõ estaõ [decido] cond[mutilado] parágas nos suburbios
dêsta Cidade, tendo sido aprehendidos na noite de
10- trinta e Março do corrente anno muitos dos indi=
viduos que os formavaõ; o segundo sobre a formal
rezistencia á força de armas perpetrada na mes-
ma noite pelos pretos Jozé da Costa e Faustino seu
agredado e outra o Cabo da Policia do Destricto
15- álem do Carmo Jozé Jorge dos Santos, e dous dos
homens da sua Conda, que auxiliava a deligen-
cia da prizaõ daquelles rezistentes no sitio dos Ma=
res; e da mesma Devassa rezultou ficarem culpa-
dos os sobreditos dous pretos Jozé da Costa, e Fa-
20- ustino seu agregado =a parda Nicacia da Franca=
o crioulo Simaõ morador no Campo sêco = a preta

Quiteria do Sacramento assistente nas terras dos
Padres Bentos = e o preto Peregrino morador no si-
tio da Arêa preta. Deos G.e a V. Ex.ª Bahia
25- oito de Maio de mil oitocentos e sete,, O Dezembar
gador Ouvidor geral do Crime Claudio Jozé Pe-
27- reira da Costa./

● APEB, Cartas à várias autoridades, n°163, ano 1803-1808, fl. 135r-135v

Edição semidiplomática feita a partir da foto, tinta em processo de despigmentação. Ação de insetos.

(abreviatura) - desdobramento da abreviatura

(...) - escrito ilegível por dano no suporte

Itálico - escrita presumida

Fl.135r foto DSC07533

[As 6 primeiras linhas são de outro documento]

07- Para o Dez(embargad)or Ouvidor Geral
do Crime.
Tendo offerecido a Real Consideração do
10- Principe Regente Nosso Senhor, os mo-
tivos que me havião impellido, a fazer des-
truir os Quilombos, e arbitrarios ajunta-
mentos nos mattos dos Contornos desta Cid(ad)e;
dando parte igualmente dos exames, e
15- Devassa de que tinha V(ossa)m(er)ce encarregado,
pelos officios que lhe dirigi em datas de
dois, e vinte quatro de Abril do corrente an-
no; me parece conveniente o communi-
car-lhe que Foi Sua Alteza Rel Servi-
20- do Approvar os ditos meus procedimentos;

não só pelo que respeito a destruição dos
mencionados Quilombos, e ajuntamentos; mas
tãobem sobre a Devassa á que por V(ossa)m(er)ce, man
dei proceder, como Ouvidor Geral do Crime
25- desta Cidade: o que me foi participado pe-
26- la Secretaria dos Negocios da Marinha, e-
Fl.135v foto DSC7534
01- Dominios Ultramarinos, em officio N°
38 de 27 de Junho do presente anno:
Deos G(uard)e a V(ossa)m(er)ce B(ahi)a 2 de Setembro de
1807,, Conde da Ponte,, S(enho)r Dezembar
05- gador Ouvidor Geral do Crime.

● **APEB, Portaria nº 476,ano 1806-1807,fl.303v**

[As cinco primeiras linhas são do documento anterior]
06- Para o Thesoureiro da Camara
desta Cidade
O Thesoureiro da Camara desta Cidade entre
gara a Ordem do Doutor Juiz de Forda do Civel
10- desta mesma Cidade, todos os moveis, roupas
e trastes, que se acharem em seus poder, perten
centes as Pessoas aprehendidas nas Cazas dos
Quilombos, e de superstiçoens que por ordem
minha forao destruidas. Bª 21 de Maio
15- de 1807,, Rubrica./
[as dez linhas seguintes pertencem à outro documento

● **APEB, Portaria nº 476,ano 1806-1807,fl.396v**

[as quatro primeiras linhas são do documento anterior]

05- Para o Thesoureiro actual do
Senado da Camara desta Cid.e

O Thesoureiro actual do Senado da
Camara desta Cidade, Francisco Pereira
Alz'; por mim nomeado por Portaria de
2 de Abril deste anno, para recebedor
das tomadias que houvessem de pagar
os Proprietarios dos Escravos aprehendi
dos nos Quilombos, e Cazas de ajuntamen
tos; aprehensor que taõ bem foi dos mes
mos escravos, as quantias de dinheiros,
que em seu poder existirem provenien
tes das referidas tomadias; havendo de-
le acompetente quitaçaõ para a sua des-
carga. B.ª 21 de Agosto de 1807,, Rubrica

[as quatro linhas seguintes pertencem à outro documento]

● APEB, Seção Judiciário, Série Livro de notas, 268, 1838-1841, fl. 162v-163r

Fl.01v

01- Escritura de venda, paga, e quitação que fazem
o Capitão Thomas da Silva Paranhos, sua mu
lher Dona Maria Joaquina da Silva Paranhos
a João Simões Coimbra das terras de uma roça
05- no Cabula, denominada do *Cascão*, pelo pre
ço, e quantia de Reis300$000, pagando o com-
prador a siza, como abaixo se declara

Saibam quantos este público instrumento de Escritura de venda, paga e qui
tação virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo
10- de mil oitocentos e quarenta aos dez dias do mês de Fevereiro nesta Leal, e
valorosa Cidade de São Salvador Bahia de todos os Santos, e *meu escritório*
compareceram Partes a esta Outorgantes havidas, e contratadas, a saber co-
mo vendedores o Capitão Thomas da Silva Paranhos, e sua mulher Dona

Maria Joaquina da Silva Paranhos, aquele conhecido de mim Tabelião, e to
15- das testemunhas abaixo assinadas, que me certificaram ser a própria, e como
Comprador João Simões Coimbra, também conhecido de mim Tabelião,pe
los vendedores me foi dito, que pela presente Escritura vendiam de hoje para
sempre ao Comprador as terras de uma Roça no Cabula, denominada
Cascão, que se demarcam, e dividem do modo seguinte: do marco, que se acha
20- do lado direito a entrada, que divide as ditas terras aqui vendidas com a de
Gustavo Adolfo Moreira, foreiro deles vendedores, seguirá rumo direitoaté
o Riacho, que com*pe(...)*a Estrada do Cascão*,* e pela dita Estrada, ladeira acima
do lado esquerdo, até encontrar um pé de Sicupira grande, e desta seguirá
estrada abaixo, que vai para o Saboeiro até o Riacho, que atravessa a estra-
25- da, e voltando ao princípio, onde se acha o arco de pedra, seguirá do
lado esquerdo confrontando com terras de Domingos Pereira Lisboa na
rumo direito até o Riacho, que corre para a Fonte do Comprador, e deste
seguindo um pé de Jaqueira, rumo direito pelo *Oiteiro* [?] acima, dividin-
do sempre com terras do dito Lisboa até o Riacho, que corre para a Es-
30- trada, que *sobe* para o Saboeiro, as quais terras houveram eles Vendedores por
compra, que fizeram a Excelentíssima casa de Nisa de todos, que tinha
nesta Província, (...) que vendem como com efeito tem ven-
dido ao Comprador, pagando esta siza, pelo preço *da* quantia de trezentos
mil réis, que neste ato receberam em moedas correntes, e disseram, que da dita
35- quantia davam ao Comprador para, geral, e irrevogável quitação, para ja
mais a repelirem, que ficassem inteiramente pagos, e satisfeitos, e que por
esta forma teriam por muito bem vendidas as terras da dita Roça denomi
nada do Cascão, por isso desde já transferem ao Comprador todo o domínio
direito ação, e posse das mesmas terras, e suas pertenças (...) servidões ativos,
40- lhe deram *faculdade* para que com autoridade de Justiça, ou sem ela to-
me posse, quando quiser (...) se constituem
possuidores *em nome* dita, e se obrigam a fazer-lhe esta venda boa, e a
defendê-lo, quando os [†] a autoria. E pelo Comprador foi dito, que
aceitar a esta Escritura a ele feita em forma *contido.*
45- Depois de escrita esta eu Tabelião a copiei ante eles, que reciproca-

mente a outorgaram, e aceitam, e eu como pessoa pública a outorguei
e aceitei em nome dos ausentes, e mais pessoas a que pertencer, corre
Conhecimento de pagamento de Siza a vista. N° 184. Nesta Recebedoria de
Rendas internas pagou João Simões Coimbra a quantia de trinta mil réis
50- (30$000) de siza correspondente a Reis 300$000, importância por que com
prou ao Capitão Thomas da Silva Paranhos, e sua mulher as terras de uma
Roça, sita no Cabula, denominada Cascão com as declarações constantes
53- no escrito de Distribuição, e cuja quantia fica lançada em débito ao
Fl.02r

163

01- ao atual Administrador desta Recebedoria a f311 do Livro 3°
da Receita. Bahia 8 de Fevereiro de 1840 o Escrivão Francisco *Gustavo* Cordeiro
de Castro _ O Administrador Tesoureiro João BorgesFerras,, Nada mais conti-
nha o conhecimento da Siza, que fielmente aqui copiei, e foramtestemu
05- nhas (...) assinadas com os Outorgantes, e eu Jose Joaquim
da (...)*Amado* Tabelião *a escrevi.*
Thomas da Silva Paranhos João Simoens Coimbra
Maria Joaquina da Silva Paranhos Jozé Antonio Hermogenes
09- Francisco Pereira de Mesquista

● **APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Patentes, 381, 1791-1799, fl. 342v-343**

Fl.01v

01- Patente a Theotonio de Santa An
na par(...) Ajudante de entradas e
assaltos do Distrito do Cabula
D. Fernando Jozé de Portugal do Conselho de Sua Ma
05- jestade*Fidelíssima* Governador e Capitão General da Capitania da Bahia *etecetera*
Faço
saber aos que esta minha Carta Patente virem que
tendo respeito achar-se vago por falecimento de JozeCaeta
no o Posto de Ajudante de entradas e assaltos do Dis
trito do Cabula, de que é Capitão mor Sivirino da Silva

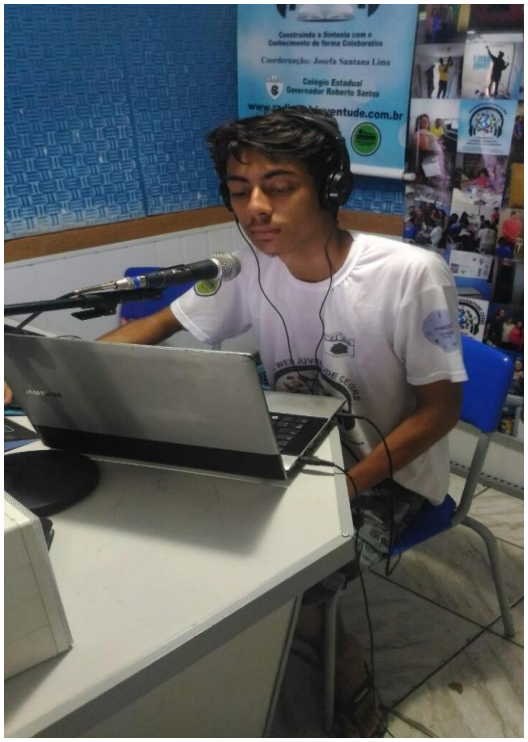
10- Lessa, e ser necessário prover em pessoa de valor e capaci
dade, por concorrerem estes requisitos em a de Theotonio
de Santa Anna homem mestiço forro, esperando-se
haverá com bom procedimento. Hei por bem de o nome
ar como por esta o nomeio ao dito Theotonio de Santa
15- Anna no Posto de Ajudante de entradas e assaltos do
Distrito do cabula vago por falecimento de JozéCae
tano, com o qual não vencerá soldo da Real Fazenda
mas gozará de todas as honras, graças, franquezas, *pro*
eminências, privilégios, isenções e liberdades que
20- lhe tocam, podem, e devem tocar aos mais Ajudantes respec-
tivos. Pelo que ordeno ao dito capitão lhe dê posse e juramento
de que se fará assento *vai* nas costas desta, e aos oficiais maio
res e menores de Guerra *da* Milícia desta Capitania o conhe-
çam, honrem, estimem, respeitem por tal; e o mesmo fa-
25- çam os seus subordinados cumpram guardem e executem
26- suas ordens no que for pertinente aos Real Serviço como

Fl.02r 343

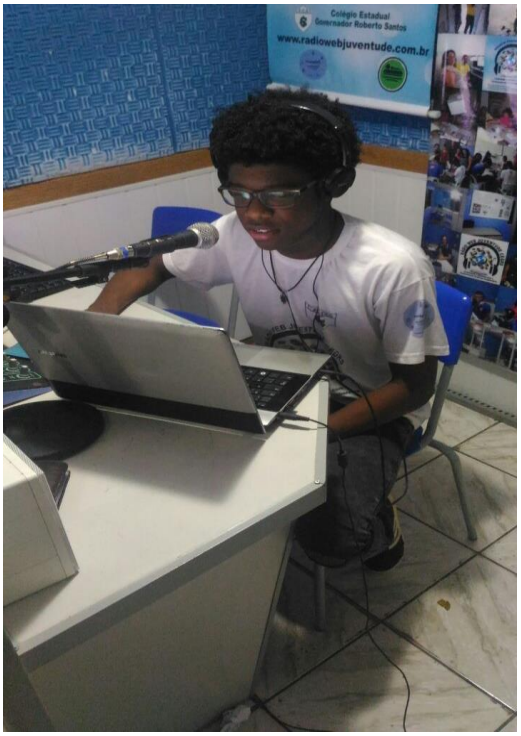
01- devem e são obrigados, e ele será (...) a apresentarconfir
mação desta em um ano seguinte a sua data ou cer
tidão*até* a haver entregue na Secretaria do Conselho Ultramarino
para ser confirmada *pena* de se se lhe dar baixa deste Posto
05- (...) Sua Majestade é servida determinar em resolu-
ção sua de 24 de Abril de 1795, tomada em consulta
do mesmo Conselho de 28 de Junho de 1794, e participada
a este Governo em Provisão de 28 de Maio de 1795. Em
firmeza do que mandei passar esta sob meu sinal
10- e selo de minhas Armas que se registrará nos Livros
da Secretaria de Estado, e nos daVedoria Geral a que
tocar João Vaz Silva a fez na Cidade do Salvador
Bahia de todos os Santos aos 8 de Abril Ano
de 1799// Jozé Pires de Carvalho e Albuquerque

15- Secretário de Estado e Guerra do Brasil a fez es
crever,, Dom Fernando Joze de Portugal,, Selo,,
Carta Patente pela qual Vossa Excelência teve por bem no
mear a Theotonio de Santa Anna homem mestiço
no Posto de Ajudante de entradas, e assaltos do dis
20- trito do Cabula de que é Capitão mor Severino da Silva Lessa
vago por falecimento de Jose Caetano na forma acima ex
pressada e com todas as mais cláusulas da Provisão
de 28 de Maio de 1795 Para Vossa Excelência ver,, Por Despacho
24- de Sua Excelência de 3 de Abril de 1799

ANEXO 20 – Alunos do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, narrando os personagens históricos do MVQC



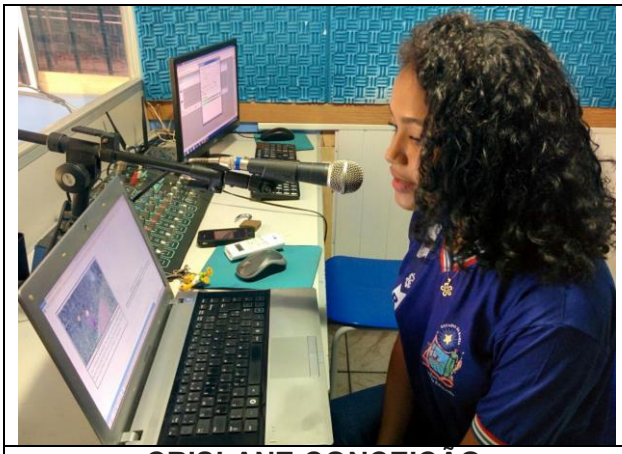
EMERSON CALDAS



ANDERSON NEVES

SILVONEY CUNHA

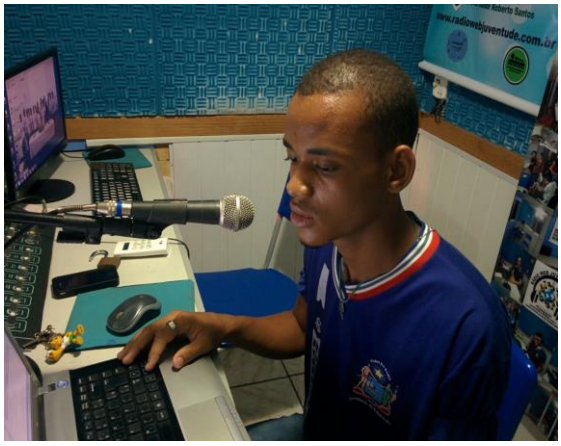
MATEUS NEVES



CRISLANE CONCEIÇÃO

HENRIQUE FREITAS

WALISSON BASTOS



WESLEY SOUZA

MARCELO OLIVEIRA

ANEXO 20 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos entrevistados

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAHIA

Sistema FIEB SENAI

Laboratório Nacional de Computação Científica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **HISTÓRIA SOCIAL DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicado ao turismo de base comunitária,** vinculada ao Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que tem como finalidade construir e difundir conhecimentos sobre a história social de resistência negra na localidade do Cabula, no seu momento histórico de quilombo, e aplicá-lo na proposta de Turismo de Base Comunitária por meio da construção e mediação de um museu virtual.

Ao participar deste estudo, o(a) Sr(a). Ilana Maria Ribeiro dos Neves permitirá que a pesquisadora Luciana Conceição de Almeida Martins publique os dados da entrevista em sua tese, a ser elaborada no doutorado em Difusão do Conhecimento.

O(A) senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar, e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Ao participar desta pesquisa, o(a) Sr(a). não obterá nenhum benefício direto, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo apresente informações importantes sobre a história da localidade do Cabula, de forma a contribuir para o desenvolvimento do museu virtual e, consequentemente, para a história da Bahia. Nesse sentido, o(a) Sr(a). estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta. Desde já agradecemos à atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do endereço eletrônico: luckianas@gmail.com ; e telefone: (71) 98186-3237.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do respondente: Ilana Maria Ribeiro dos Neves

Local (cidade e bairro): Estrada das Barreiras Cabula I Data: 23/11/16

Assinatura da pesquisadora:

Assinatura da orientadora:

Assinatura do respondente (Participante da pesquisa): Ilana Maria Ribeiro dos Neves

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada: **HISTÓRIA SOCIAL DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicado ao turismo de base comunitária,** vinculada ao Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que tem como finalidade construir e difundir conhecimentos sobre a história social de resistência negra na localidade do cabula, no seu momento histórico de quilombo, e aplicá-lo na proposta de Turismo de Base Comunitária por meio da construção e mediação de um museu virtual.

Ao participar deste estudo, a Sra. Elenice Oliveira da Conceição permitirá que a pesquisadora Luciana Conceição de Almeida Martins publique os dados da entrevista em sua tese, a ser elaborada no doutorado em Difusão do Conhecimento.

A senhora tem liberdade de se recusar a participar, e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Ao participar desta pesquisa, a Sra. não obterá nenhum benefício direto, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo apresente informações importantes sobre a história da localidade do Cabula, de forma a contribuir para o desenvolvimento do museu virtual e consequentemente, para a história da Bahia. Nesse sentido, a Sra. estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta.

Desde já agradecemos à atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do endereço eletrônico: luckianas@gmail.com ; e telefone: (71) 98186-3237.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do respondente: Elenice Oliveira da Conceição

Local (cidade e bairro): Salvador - Beiru Data: __/__/__

Assinatura da pesquisadora: Luciana Conceição de Almeida Martins

Assinatura da orientadora: _____

Assinatura do respondente (Participante da pesquisa) : Elenice Oliveira da Conceição

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAHIA

Sistema FIEB SENAI

Laboratório Nacional de Computação Científica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **HISTÓRIA SOCIAL DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicado ao turismo de base comunitária,** vinculada ao Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que tem como finalidade construir e difundir conhecimentos sobre a história social de resistência negra na localidade do cabula, no seu momento histórico de quilombo, e aplicá-lo na proposta de Turismo de Base Comunitária por meio da construção e mediação de um museu virtual.

Ao participar deste estudo, o Sr. Cleuza de Matos do Nascimento permitirá que a pesquisadora Luciana Conceição de Almeida Martins publique os dados da entrevista em sua tese, a ser elaborada no doutorado em Difusão do Conhecimento.

O senhor tem liberdade de se recusar a participar, e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Ao participar desta pesquisa, o Sr. não obterá nenhum benefício direto, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo apresente informações importantes sobre a história da localidade do Cabula, de forma a contribuir para o desenvolvimento do museu virtual e, consequentemente, para a história da Bahia. Nesse sentido, o Sr. estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta.

Desde já agradecemos à atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do endereço eletrônico: luckianas@gmail.com ; e telefone: (71) 98186-3237.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do respondente: Cleuza de Matos do Nascimento

Local (cidade e bairro): Salvador / Estrada dos Barreiros Data: __/__/__

Assinatura da pesquisadora: Luciana Conceição de Almeida Martins

Assinatura da orientadora: _____

Assinatura do respondente (Participante da pesquisa) : x Cleuza de Matos do Nascimento

Salvador 25 de Novembro 2015

Destinatário,

Universidade do Estado da Bahia (UNEB): Programa de Iniciação Cientifica

Projeto: Desenvolvimento colaborativo de modelagem em 3D sobre o histórico quilombo do Cabula.

Eu GEUAENA PASSOS SANTOS, nascido (a) na cidade do Salvador-BA CASADA, portador (a) do documento de identificação RG 01092238-53, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 25/11/2015 para UNEB, programa de IC usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle á UNEB, que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente.

Geuaena Passos Santos
Ass.

Salvador 25 de Novembro 2015

Salvador 25 de Novembro 2015

Destinatário,

Universidade do Estado da Bahia (UNEB): Programa de Iniciação Cientifica

Projeto: Desenvolvimento colaborativo de modelagem em 3D sobre o histórico quilombo do Cabula.

Eu Luciara Brito de O. Souza, nascido (a) na cidade do Salvador-BA Casada, portador (a) do documento de identificação RG 02.100.820.54 declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 25/11/2015 para UNEB, programa de IC usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle á UNEB, que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente.

Luciara Brito de O. Souza
Ass.

Salvador 25 de Novembro 2015

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAHIA

Sistema FIEB SENAI

Laboratório Nacional de Computação Científica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **HISTÓRIA SOCIAL DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicado ao turismo de base comunitária,** vinculada ao Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que tem como finalidade construir e difundir conhecimentos sobre a história social de resistência negra na localidade do Cabula, no seu momento histórico de quilombo, e aplicá-lo na proposta de Turismo de Base Comunitária por meio da construção e mediação de um museu virtual.

Ao participar deste estudo, o(a) Sr(a). Luis Nepomuceno de Jesus permitirá que a pesquisadora Luciana Conceição de Almeida Martins publique os dados da entrevista em sua tese, a ser elaborada no doutorado em Difusão do Conhecimento.

O(A) senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar, e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Ao participar desta pesquisa, o(a) Sr(a). não obterá nenhum benefício direto, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo apresente informações importantes sobre a história da localidade do Cabula, de forma a contribuir para o desenvolvimento do museu virtual e, consequentemente, para a história da Bahia. Nesse sentido, o(a) Sr(a). estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta. Desde já agradecemos à atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do endereço eletrônico: luckianas@gmail.com ; e telefone: (71) 98186-3237.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do respondente: Luis Nepomuceno de Jesus

Local (cidade e bairro): Engomadeira Data: 18/11/15

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura da orientadora: _____

Assinatura do respondente (Participante da pesquisa): _____

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAHIA

Sistema FIEB SENAI

Laboratório Nacional de Computação Científica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **HISTÓRIA SOCIAL DO QUILOMBO DO CABULA: representações de resistências em museu virtual 3D aplicado ao turismo de base comunitária,** vinculada ao Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que tem como finalidade construir e difundir conhecimentos sobre a história social de resistência negra na localidade do cabula, no seu momento histórico de quilombo, e aplicá-lo na proposta de Turismo de Base Comunitária por meio da construção e mediação de um museu virtual.

Ao participar deste estudo, o Sr. Gildete Santos de Jesus permitirá que a pesquisadora Luciana Conceição de Almeida Martins publique os dados da entrevista em sua tese, a ser elaborada no doutorado em Difusão do Conhecimento.

O senhor tem liberdade de se recusar a participar, e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Ao participar desta pesquisa, o Sr. não obterá nenhum benefício direto, não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, esperamos que este estudo apresente informações importantes sobre a história da localidade do Cabula, de forma a contribuir para o desenvolvimento do museu virtual e, consequentemente, para a história da Bahia. Nesse sentido, o Sr. estará contribuindo de forma única para o desenvolvimento da ciência, dando possibilidade a novas descobertas e ao avanço das pesquisas, em particular, contribuirá sobremaneira para a investigação ora proposta.

Desde já agradecemos à atenção dispensada e o interesse em participar dessa pesquisa e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, por meio do endereço eletrônico: luckianas@gmail.com ; e telefone: (71) 98186-3237.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do respondente: Gildete Santos de Jesus

Local (cidade e bairro): Salvador / Estrada das Barreiras Data: 09/12/15

Assinatura da pesquisadora: Luciana Conceição de Almeida Martins

Assinatura da orientadora: _____

Assinatura do respondente (Participante da pesquisa) : Gildete Santos de Jesus